

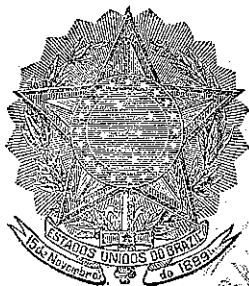
COLLECCAO DAS LEIS

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DE

1908

VOLUME I



RIO DE JANEIRO
IMPRESSA NACIONAL

1909

Página original em branco

INDICE

CAMARA DOS DEPUTADOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

BIBLIOTHECA

1908

	PAGS.
N. 1842 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Altera o quadro dos officiaes generaes e os dos ca- pitães e 1 ^{os} tenentes do Corpo da Armada.....	1
N. 1843 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 35:000\$, ouro, complementar á verba — Reposições e restituições — do exercicio de 1907....	2
N. 1844 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 90:000\$, complementar á verba — Juros dos empréstimos do cofre de orphãos — do exercicio de 1907.....	2
N. 1845 — FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 67:861\$810, complementar á verba — Al- fandegas — do exercicio de 1907.....	3
N. 1846 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Re- publica a conceder seis mezes de licença, para trata- mento de saude, ao tenente da Força Policial do Districto Federal, Ovidio Xavier de Barros.....	3
N. 1847 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Re- publica a conceder ao Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, Ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude.....	4
N. 1848 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Re- publica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 129:896\$960, complementar á	

	PAGE.
verba 20ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	4
N. 1849 — GUERRA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Fixa os vencimentos dos fideis e guardas da Intendencia Geral da Guerra.....	5
N. 1850 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS E JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Obriga todas as autoridades civis ou militares, associações, empresas, companhias, estabelecimentos industriaes, commerciaes e outros e os particulares a darem as informações que lhes forem pedidas pela Directoria Geral de Estatistica.....	5
N. 1851 — MARINHA — Decreto de 2 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1:127\$741 para occorrer ao pagamento do augmento de vencimentos do secretario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro...	6
N. 1852 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao praticante da Administração dos Correios desta capital, Heraclito Augusto Moreira, para tratar de sua saude.....	7
N. 1853 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2.400:000\$ para conclusão do edificio da Bibliotheca Nacional e mobílias, tapeçarias e decorações do mesmo.....	7
N. 1854 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 300:000\$ para occorrer ás despesas com a reunião do 4º Congresso Medico Latino Americano, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1909, e com a exposição internacional de hygiene, annexa ao referido Congresso.....	3
N. 1855 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 552:016\$032 para conclusão das obras da Faculdade de Medicina da Bahia, e de 50:000\$ para conclusão dos edificios da Maternidade da mesma cidade.....	8
N. 1856 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o	

PAGS.

credito especial de 4:758\$334 para pagamento de gratificações de exercicio devidas a Orozimbo da Silva Marques.....	9
N. 1857 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 473:834\$493, supplementar á verba 15ª, consignação — Vantagens de ferragens e ferragens — do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	9
N. 1858 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 51:360\$, supplementar á verba 5ª do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	10
N. 1859 — GUERRA — Decreto de 4 de janeiro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 89:862\$021, supplementar á verba 15ª, n. 19, do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	10
N. 1860 — GUERRA — Lei de 4 de janeiro de 1908 — Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exercito.....	11
N. 1861 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 60:057\$579, para o pagamento devido, em virtude de sentença judiciaria, ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade.....	33
N. 1862 — FAZENDA — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 30:510\$700 para o pagamento devido á Companhia Norte Mineira, em virtude de sentença judiciaria.....	34
N. 1863 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Eleva os vencimentos dos pretores e outros funcionarios da Justiça do Districto Federal.....	34
N. 1864 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Approva a Resolução firmada em 23 de agosto de 1906, pela Terceira Conferencia Internacional Americana, adherindo á Convenção Sanitaria Internacional em Washington.....	35
N. 1865 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Separa a Legação do Brazil em Guatemala da no Mexico, annexando-a á em Cuba e America Central e eleva a categoria do representante	

	Pags.
diplomatico no Japão, acreditando-o cumulativamente no imperio da China.....	35
N. 1866 — RELACOES EXTERIORES — Decreto de 9 de janeiro de 1908 — Approva o Tratado de limites e navegação e os protocollos de <i>modus vivendi</i> sobre navegação e commercio pelo rio Içá ou Putumayo, firmado em Bogotá, em 24 de abril de 1907.....	36
N. 1867 — FAZENDA — Decreto de 21 de janeiro de 1908 — Equipara a Alfandega de Corumbá, no Estado de Matto Grosso, á de Paranaguá, no do Paraná.....	36
N. 1868 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1908 — Manda reverter a favor de D. Luiza Guilhermina de Campos a pensão concedida a esta e outras senhoras, pelo decreto legislativo n. 2830, de 22 de março de 1879.....	37
N. 1869 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1908 — Releva da prescripção em que incorreu o soldado reformado Manoel Dionysio de Sant'Anna, para que possa receber o soldo a que tem direito.....	37
N. 1870 — FAZENDA — Decreto de 29 de maio de 1908 — Autoriza o Governo a mandar contar para a aposentadoria do porteiro da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Minas Geraes, Lucindo Caetano dos Santos, o tempo em que exerceu os cargos de servente e ajudante do cartorário da mesma repartição.....	38
N. 1871 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Eduardo Studart, juiz federal na secção do Ceará, um anno de licença com os respectivos vencimentos.....	38
N. 1872 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de maio de 1908 — Reorganiza a Colonia Correccional dos Dous Rios e a Guarda Civil.....	39
N. 1873 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de maio de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, a Carlos Augusto Pereira, carteiro da Administração dos Correios do Maranhão, para tratamento de saúde onde lhe convier.....	40
N. 1874 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de junho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a jubilar com todos os vencimentos do cargo que exerce o Dr. Nuno de Andrade, logo que elle tiver completado 30 annos de exercicio, computado para esse effeito o tempo que serviu o cargo de director de saúde publica.....	41

	PAGS.
N. 1875 — FAZENDA — Decreto de 4 de junho de 1908 — Concede a pensão mensal de 12\$ ao cabo reformado do exercito Lino Ribeiro de Novaes.....	41
N. 1876 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de junho de 1908 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao assistente do Observatorio do Rio de Janeiro José Dionysio Meira, para tratar de sua saude.....	42
N. 1877 — FAZENDA — Decreto de 10 de junho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Eazenda o credito extraordinario de 124:397\$200 para occorrer á despesa com a construção do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes...	42
N. 1878 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1908 — Equipara— os vencimentos do sub-secretario, dos amanuenses, do bibliothecario e do sub-bibliothecario da Escola Polytechnica, aos dos funcionarios de igual categoria das Faculdades de Medicina.....	43
N. 1879 — FAZENDA — Decreto de 25 de junho de 1908 — Concede a pensão mensal de 60\$ a Emilio Seabra Machado.....	43
N. 1880 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de junho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com ordenado, em prorrogação, ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Pedro Adalberto Fernandes.....	44
N. 1881 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 18:873\$320 para occorrer ao pagamento devido a Benjamin Elyseu de Moraes Avelino, em virtude de sentença judiciaria.....	44
N. 1882 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 48:357\$387 para o pagamento devido ao Dr. Paulo Martins Fontes, em virtude de sentença judiciaria.....	45
N. 1883 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:711\$580 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, em virtude de sentença judiciaria.....	45
N. 1884 — FAZENDA — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 28:708\$156 para o paga-	

mento devido a José Bernardino Ribeiro Guimarães, em virtude de sentença judiciaria.....	46
N. 1885 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para occorrer a despeza com o premio de viagem conferido ao Dr. João Moreira de Mello Magalhães.....	46
N. 1886 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Celestino Bourroul.....	47
N. 1887 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Clodomiro Augusto de Oliveira, secretario da Escola de Minas de Ouro Preto, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.....	47
N. 1888 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Henrique João Dodsworth, juiz da Côte de Appellação, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saude onde lhe convier.....	48
N. 1889 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel Sebastião do Rego Barros Junior.....	48
N. 1890 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 48:360\$080 para pagamento de vencimentos ao tenente Franklin Barbosa de Andrade, ao tenente-coronel Joaquim José de Castro Sampaio Filho e ao alferes Herculanio Teixeira de Magalhães.....	49
N. 1891 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Concede ao Dr. Epitacio Pessoa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, licença por seis mezes, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude onde lhe convier.....	49

Pags.

- N. 1892 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel João Vieira de Souza Filho, procurador da Republica na secção do Maranhão, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier..... 50
- N. 1893 — GUERRA — Decreto de 16 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:887\$ para pagamento ao tenente-coronel José Faustino da Silva..... 50
- N. 1894 — GUERRA — Decreto de 16 de julho de 1908 — Declara que reverte ao serviço activo do exercito, com a patente de general de brigada, o general de brigada reformado Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira..... 51
- N. 1895 — MARINHA — Decreto de 18 de julho de 1908 — Manda contar tempo de serviço ao capitão-tenente honorario Dr. João Cordeiro da Graça para accrescimento de vencimentos..... 51
- N. 1896 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 20 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 29:587\$477, papel, para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, 1º secretario de legação em disponibilidade..... 52
- N. 1897 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1908 — Concede a pensão mensal de 150\$ a D. Eulalia de Paula Baptista..... 52
- N. 1898 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:653\$320 para o pagamento devido a Karl Hoepek & Comp., em virtude de sentença judiciaria..... 53
- N. 1899 — FAZENDA — Decreto de 23 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:076\$187 para o pagamento devido ao Dr. Antonio José Pinto, em virtude de sentença judiciaria..... 53
- N. 1900 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios interiores creditos supplementares, na importancia total de 190:830\$020, sendo 48:304\$020 á verba 6ª e 142:526\$ á verba 8ª do orçamento do exercicio de 1908 54
- N. 1901 — GUERRA — Decreto de 24 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra

	PAGS.
o credito de 1.044:857\$600, complementar á verba 9 ^a — Soldos, etapas e gratificações de officiaes — do art. 16 da Lei de orçamento vigente e dá outras providencias.....	55
N. 1902 — MARINHA — Decreto de 27 de julho de 1908 — Extingue as classes de sub-ajudantes e praticantes-machinistas da armada, e dá outras providencias.....	55
N. 1903 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1908 — Releva da prescripção em que tiver incorrido D. Rosa Penedo Ahrens, para que possa receber no Thesouro Nacional a quantia de 11:958\$065.....	56
N. 1904 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1908 — Concede isenção de direitos aduaneiros para os objectos e materiaes destinados á Santa Casa de Misericórdia da Capital Federal.....	57
N. 1905 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 249:700\$660 para o pagamento devido a D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, em virtude de sentença judicial.....	57
N. 1906 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de julho de 1908 — Concede ao Ministro do Supremo Tribunal Federal bacharel Antonio Augusto Cardoso de Castro um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	58
N. 1907 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saude, ao Dr. Mario Moreira Bastos, engenheiro ajudante da commissão de estudos e construcção de obras contra os effeitos das seccas no Rio Grande do Norte.....	58
N. 1908 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de julho de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Pedro Lucio Rodrigues, carteiro de 3 ^a classe da Administração dos Correios de Pernambuco, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.....	59
N. 1909 — FAZENDA — Decreto de 30 de julho de 1908 — Releva D. Marianna Alexandrina de Souza Costa da prescripção em que incorreu, para receber o meio soldo a que tem direito, de 9 de fevereiro de 1894 a 11 de setembro de 1900.....	59

	Pags.
N. 1910 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1908 — Releva a prescrição em que incorreu D. Rita de Figueiredo para que possa receber o meio soldo deixado por seu paé.....	60
N. 1911 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1908 — Releva da prescrição em que incorreu D. Francisca da Silva Lopes para que possa receber o montepio civil do Ministerio da Guerra, de 10 de fevereiro de 1897 a 30 de dezembro de 1901.....	60
N. 1912 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 12:035\$940 para o pagamento devido a Carlos Mesiano, em virtude de sentença judiciaria.....	61
N. 1913 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 55:812\$714 para occorrer ao pagamento devido á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina, em virtude de sentença judiciaria.....	61
N. 1914 — FAZENDA — Decreto de 5 de agosto de 1908 — Releva a prescrição para que D. Maria Amalia Carneiro de Miranda possa receber a pensão de meio soldo deixada por seu pae, correspondente aos exercicios de 1890 e 1891.....	62
N. 1915 — FAZENDA — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 269:558\$826 para o pagamento devido a D. Francisca Borges Monteiro e outros.....	62
N. 1916 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Francisco Corrêa Pinto, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.....	63
N. 1917 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 40:000\$, ouro, destinado ás despesas de viagem e representação do Marechal Hermes da Fonseca e General de Divisão Luiz Mendes de Moraes, e ás que tenha de fazer a Legação do Brazil em Berlim.....	63
N. 1918 — GUERRA — Decreto de 7 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 56:787\$944 para pagamento de docentes militares.....	64

	Pags.
N. 1919 — GUERRA — Lei de 8 de agosto de 1908 — Fixa as forças de terra para o exercício de 1909.....	64
N. 1920 — MARINHA — Decreto de 8 de agosto de 1908 — Fixa a força naval para o exercício de 1909.....	66
N. 1921 — GUERRA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Considera bachareis em sciencias os militares que obtiveram o curso geral pelo regulamento de 12 de abril de 1890 e dá outras providencias.....	67
N. 1922 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Releva a prescripção em que haja incorrido D. Amelia do Prado Mariath para a percepção de meio soldo.	67
N. 1923 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 14:833\$826 para occorrer ao pagamento devido a D. Adelaide Nascimento Torres, em virtude de sentença judicial.....	68
N. 1924 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 337:543\$946 para pagamento devido a Machado & Carvalho e Silva & Carvalho, em vista de sentença judicial.....	68
N. 1925 — FAZENDA — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Releva a prescripção de divida de montepio a D. Maria Paula da Cunha, viuva do capitão do exercito Augusto Cesar da Cunha, e autoriza a abertura do credito para o respectivo pagamento.....	69
N. 1926 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 45:459\$ á verba 6ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1908.....	69
N. 1927 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de agosto de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Antonio Hortencio Cabral de Vasconcellos, procurador da Republica na secção da Parahyba, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier....	70
N. 1928 — GUERRA — Decreto de 14 de agosto de 1908 — Manda contar de 14 de agosto de 1894 a antiguidade de posto do 2º tenente Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu.....	70
N. 1929 — MARINHA — Decreto de 24 de agosto de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha os creditos: especial de 24:858\$486 e suplementar de 2:400\$ para pagamento da diffe-	

	rença de vencimento e de soldo a que tem direito o almirante Arthur de Jaceguay.....	71
N. 1930	— GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 384:000\$, papel, suppletor á verba 14ª do art. 16 da lei n. 1841, de 31 de agosto de 1907.....	71
N. 1931	— GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a instalação e o expediente das juntas de alistamento e de sorteio militar.....	72
N. 1932	— GUERRA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Elias Fernandes Leite, auditor de guerra do 1º districto militar, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saúde.....	72
N. 1933	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:496\$550 para pagamento de vencimentos relativos ao anno de 1907, ao capitão da Força Policial deste districto José Cicero Bianchi.....	73
N. 1934	— FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 5:405\$726 para occorrer ao pagamento devido ao major Adolpho Carneiro da Fontoura, em virtude de sentença judiciaria.....	73
N. 1935	— FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 5:419\$656 para pagamento ao major José Raphael Alves de Azambuja, em virtude de sentença judiciaria.....	74
N. 1936	— FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Releva a prescripção da divida, proveniente de ordenado do juiz de direito em disponibilidade Francisco Marques da Cunha, na importancia de 5:954\$838....	74
N. 1937	— FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 19:362\$626 para occorrer ao pagamento devido a D. Serafina de Lima Pitaguga, em virtude de sentença judiciaria.....	75
N. 1938	— FAZENDA — Decreto de 27 de agosto de 1908 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 8:500\$368 para pagamento a D. Engracia Marcondes Ribeiro de Faria, em virtude de sentença judiciaria.....	75

N. 1939 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1908 — Declara que a acção de que trata o art. 13 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, só poderá ser exercida pelo processo estabelecido no mesmo artigo e prescreve dentro de um anno, e dá outras providencias.....	76
N. 1940 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1908 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até 3 de outubro do corrente anno.....	77
N. 1941 — FAZENDA — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a pagar á viuva e aos filhos menores de Albino José da Silva, ex-administrador das Capatazias da Alfandega de Paranaguá, a pensão do montepio por elle instituido.....	77
N. 1942 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa, juiz de direito da 5ª vara criminal do Districto Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	78
N. 1943 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a relevár a prescrição em que incorreu o direito de D. Leopoldina dos Santos Barroso a perceber o meio soldo deixado por seu fallecido marido.....	78
N. 1944 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 23:625\$780 para o pagamento devido a Boris Frères e José Antonio de Souza, em virtude de sentença judiciaria.....	79
N. 1945 — FAZENDA — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:535\$326, ouro, e 429:998\$736, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.....	79
N. 1946 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 23:551\$484 para occorrer a despezas no Aito Acre.....	80
N. 1947 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria Geral de Saúde Publica, um	

PAGS.

anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	81
N. 1948 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao inspector sanitario da Di- rectoria Geral de Saude Publica, Dr. Francisco Firmo Barroso, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude.....	81
N. 1949 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De- creto de 10 de setembro de 1908 — Autoriza o Pre- sidente da Republica a conceder a João José Fernandes Silva Sobrinho, director de secção da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, um anno de li- cença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	82
N. 1950 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 11 de se- tembre de 1908 — Autoriza o Presidente da Re- publica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao amanuense da Secretaria das Relações Exteriores Herculano de Mendonça Cunha.....	82
N. 1951 — MARINHA — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Concede a Hemeterio de Miranda, secretario da Capitania do Porto do Estado do Parana, seis mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier e em prorrogação da que lhe foi concedida.....	83
N. 1952 — FAZENDA — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Philomena do Espirito Santo Dilermando da Sil- veira á percepção do montepio civil deixado por seu fallecido marido, Icario Dilermando da Silveira....	83
N. 1953 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao tenente da Força Policial do Districto Federal Carlos Antonio dos Santos, um anno de licença com o soldo e etapa, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	84
N. 1954 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Re- publica a conceder seis mezes de licença, sem venci- mentos, para tratar de seus interesses, dentro do Estado, a Victorino Borges de Medeiros, escrivão da Justiça Federal na secção do Rio Grande do Sul.....	84
N. 1955 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Regula o processo de in- fracções de leis e posturas municipaes.....	85

- N. 1956 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:550\$ para pagamento de vencimentos ao lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia Dr. Julio Sergio Palma..... 86
- N. 1957 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Alcides Rodrigues, seis mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saude, em prorrogação das concedidas pelo Governo..... 86
- N. 1958 — GUERRA — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Autoriza o Poder Executivo a pagar ao 1º tenente do Exercito Antonio Claudio de Souto a importancia de consignações feitas em favor de seu pae e por este não recebidas..... 87
- N. 1959 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 174\$257, ouro, e 826:394\$030, papel, para o pagamento de dividas de exercicios findos..... 87
- N. 1960 — FAZENDA — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:267\$609 para occorrer á restituição devida ao capitão da Força Policial José Cicero Bianchi..... 88
- N. 1961 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de setembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao praticante da Contadoria da Repartição Geral dos Telegraphos Philemon Cordeiro, para tratar de sua saude..... 89
- N. 1962 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1908 — Approva o accordo firmado em Roma para o fim de ser estabelecida em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica..... 89
- N. 1963 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de setembro de 1908 — Approva a Convenção assignada em Roma creando o Instituto Internacional de Agricultura, com sede na mesma cidade..... 90
- N. 1964 — GUERRA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:874\$332, destinado ao pagamento de vencimentos que deixou

	Pags.
de receber o major do exercito Erico Augusto de Oliveira, como professor da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul.....	90
N. 1965 — MARINHA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 17:289\$410 para pagamento de vencimentos devidos ao capitão de corveta Francisco de Mattos.....	91
N. 1966 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:816\$930 para occorrer ao pagamento devido a Antonio Russo Italiano, em virtude de sentença judicial.....	91
N. 1967 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:200\$903 para occorrer à restituição devida ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade.....	92
N. 1968 — FAZENDA — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com vencimentos, ao thesoureiro da Alfandega do Rio de Janeiro, bacharel Francisco Luiz Ayque de Meira.....	92
N. 1969 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 8:110\$930, sendo: 7:930\$ ao n. 13 e 180\$930 ao n. 15 do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907.....	93
N. 1970 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a mandar construir nesta capital um edificio apropriado para a Repartição Central de Policia e serviços annexos.....	93
N. 1971 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Approva o Tratado de arbitramento geral entre os Estados Unidos do Brazil e a Republica Argentina.....	94
N. 1972 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 1 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por mais seis mezes, com ordenado, a licença em cujo gozo se acha o 4º escripturario da Estrada de Ferro Central do Brazil Augusto Raphael Moreira.....	94
N. 1973 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1908 — Publica a resolução do Con-	

	Pags.
gresso Nacional que proroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 do novembro do corrente anno.....	95
N. 1974 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Re- publica a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de São Paulo, um anno de licença com ordenado, em pro- rogação.....	95
N. 1975 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Re- publica a conceder ao Dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aranha, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude.....	95
N. 1976 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Re- publica a conceder ao Dr. José Mathias Gurgel do Amaral, inspector sanitario Geral da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença para tratar de sua saude, com o respectivo ordenado.....	96
N. 1977 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Re- publica a conceder a Alberto Lima da Fonseca, ser- ventuario vitalicio do officio de escrivão da 5ª vara criminal desta capital, um anno de licença, com or- denado, para tratar de sua saude onde lhe convier...	96
N. 1978 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 15 de outubro de 1908 — Determina que aos intendentes municipaes do Districto Federal, quando em sessões extraordinarias, seja abonado subsidio, e supprime a inelegibilidade constante do n. 9 do art. 57, capitulo VI, secção I, da Consolidação das Leis Federaes sobre organização municipal.....	97
N. 1979 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De- creto de 15 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao engenheiro Augusto Olavo Rodrigues Ferreira, fiscal das obras de melhoramentos do porto de Manaus.....	97
N. 1980 — FAZENDA — Decreto de 22 de outubro de 1908 — Manda contar, para os effeitos da aposentadoria, o tempo em que os empregados titulados das repar- tições federaes tiverem servido como diaristas.....	98
N. 1981 — GUERRA — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra	

Pags.

o credito especial de 25:413\$280 para pagamento de vencimentos aos capitães Francisco de Salles Brazil e João Nepomuceno da Costa.....	98
N. 1982 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem vencimentos, ao bacharel Cesario da Silva Pereira, procurador da Republica na secção do Districto Federal, para tratar de seus interesses.....	99
N. 1983 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno	99
N. 1984 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de outubro de 1908 — Autoriza a concessão de um anno de licença, com ordenado, ao conductor de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Antonio José Victor de Senna, para tratamento de saude.....	100
N. 1985 — FAZENDA — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a relevar a pena do art. 20 da lei n. 942 A, de 31 de outubro de 1891, em que incorreu o ex-empregado da extinta thesouraria de Goyaz João Gustavo de Sant'Anna.....	100
N. 1986 — MARINHA — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Manda contar ao capitão-tenente machinista Isaias Tavares Dias Pessos, para os effeitos da reforma, o tempo em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.....	100
N. 1987 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos, ao juiz da Côte de Appellação do Districto Federal, Bellarmino da Gama e Souza..	101
N. 1988 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Guilherme Henrique da Silva, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	102
N. 1988 A—INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de novembro de 1908 — Autoriza o Poder Executivo a applicar á despesa com o pessoal da officina typographica da Directoria Geral de Estatistica a quantia de 50:000\$, que, na verba 2ª—Estatistica,	

	PAGS.
— do art. 21 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, não teve destino determinado.....	102
N. 1989 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder ao thesoureiro da Delegacia Fiscal no Amazonas, João Tavares Carreira, um anno de licença, com ordenado.....	103
N. 1990 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:867\$076 para pagamento devido a Mario Nazareth, em virtude de sentença judiciaria.....	103
N. 1991 — FAZENDA — Decreto de 12 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir o credito de 11:520\$, complementar ao n. 18 do art. 19 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907.....	104
N. 1992 — GUERRA — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratamento de saúde, ao capitão do Exercito Luiz Machado de Magalhães.....	104
N. 1993 — FAZENDA — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Anna Angela de Oliveira Pinto a perceber o meio soldo deixado por sua mãe.....	105
N. 1994 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para occorrer ao pagamento do premio de viagem ao Dr. Aristides Novis.....	105
N. 1995 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1.049:197\$992, complementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907.....	106
N. 1996 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao cidadão José Pedro Simões Sobrinho, inspector de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com o respectivo ordenado, além de tratar de sua saúde onde lhe convier.....	106
N. 1997 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao 2º tenente do Exercito Frederico Bruno Horta Barbosa.....	107

	Pags.
N. 1998 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao conferente da Alfandega de Manaus, Estado do Amazonas, Enéas Ferreira Valle.....	107
N. 1999 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Releva a prescrição em que incorreu o direito de D. Francisca Barbosa de Jesus Pinheiro para perceber o meio soldo deixado por seu marido.....	108
N. 2000 — GUERRA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Releva a prescrição em que incorreu o direito de D. Antonia Paes de Almeida á percepção do montepio deixado por seu marido.....	108
N. 2001 — FAZENDA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Corrige a alteração com que foi publicado o decreto legislativo n. 1897, de 23 de julho de 1908.....	109
N. 2002 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	109
N. 2003 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:551\$312, suplementar ás verbas 24 e 25 do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907.....	110
N. 2004 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Dispensa nos processos de naturalização a apresentação de documentos firmados por agente diplomatico ou consular, e dá outras providencias.....	110
N. 2005 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao conductor de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Manoel Ernesto de Araujo, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude.....	111
N. 2006 — MARINHA — Decreto de 26 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 770\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao almoxarife do extinto Arsenal de Marinha do Estado de Pernambuco Sebastião José Bezerra Calvalcante.....	111

	PAGS.
N. 2007 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1908 — Corrige o erro com que foi publicado o decreto legislativo n. 1991, de 12 do corrente mez.....	112
N. 2008 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de novembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos necessarios para supprir as deficiencias que se verificarem nas verbas—Justiça do Districto Federal, Policia do Districto Federal e Corpo de Bombeiros, no mesmo Districto.....	112
N. 2009 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de dezembro de 1908 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até 31 de dezembro do corrente anno.....	113
N. 2010 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 1º escriptuario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco Manoel Florencio de Moraes Pires.....	113
N. 2011 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Autoriza a abertura do credito extraordinario de 72:112\$122 ao Ministerio da Fazenda, para pagamento devido a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença judiciaria.....	113
N. 2012 — FAZENDA — Decreto de 3 de dezembro de 1908 — Autoriza a abertura dos creditos extraordinarios ao Ministerio da Fazenda de 6:123\$109 para pagamento a D. Maria Honorina de Azevedo Santos e 25:534\$563 ao major reformado do Exercito Leobaldo Augusto de Moraes, em virtude de sentença judiciaria.....	114
N. 2013 — GUERRA — Decreto de 9 de dezembro de 1908 — Determina que a junta de sorteio militar seja composta de um general ou coronel do Exercito, de um coronel da Guarda Nacional, do procurador da Republica, de um medico militar e de um official do Exercito activo, e dá outras providencias.....	114
N. 2014 — FAZENDA — Decreto de 9 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a garantir, até o maximo nominal de £ 15.000.000, o emprestimo externo que o Estado de S. Paulo contrahir para liquidar as operações effectuadas para a valorização do café, e dá outras providencias.....	115
N. 2015 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 136:418\$126 para pa-	

PAGS.

gamento, em virtude de sentença judiciaria, aos herdeiros do fallecido almirante Jeronymo Francisco Gonçalves.....	116
N. 2016 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:766\$820 para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, em virtude de sentença judiciaria.....	117
N. 2017 — FAZENDA — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, a Jovita Olympio de Carvalho Botelho, conferente da Alfândega de Mauás.....	117
N. 2018 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908—Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos supplementares de 1:298\$ e 3:899\$993 e o especial de 18:000\$ para pagamento de vencimentos devidos ao continuo José Hollanda Cavalcanti e ao ex-director da Camara dos Deputados Dr. Horacio Leal de Carvalho Reis.....	118
N. 2019 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem vencimentos, em prorrogação da que já lhe foi concedida para tratamento de saude, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente da Faculdade de Direito do Recife.....	118
N. 2020 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem conferido ao bacharel Merval Gomes Veras.....	119
N. 2021 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Antonio Francisco Leite Pindabyba, juiz federal na secção de Alagôas, seis mezes de licença, com vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	119
N. 2022 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder, no corrente anno, uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios que tiverem pelo menos cinco approvações nas materias exigidas para a matricula nos cursos superiores da Republica.....	120

N. 2023 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:308\$907 para o pagamento devido aos herdeiros do tenente-coronel reformado da Brigada Policial Manoel Moreira Lyrio, em virtude de sentença judiciaria.....	121
N. 2024 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Lei de 17 de dezembro de 1908 — Reforma a lei sobre fallencias	121
N. 2025 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, juiz da Côrte de Appellação do Districto Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.....	184
N. 2026 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Releva a penalidade em que tiver incorrido o ex-2º escripturario do Tribunal de Contas Juvencio de Siqueira Montes, para que a sua viuva possa p-receber, isento de prescripção, o montepio que lhe couber....	184
N. 2027 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a prorogar, por um anno, a licença em cujo gozo se acha o collecter das rendas federaes em Olinda, tenente-coronel Augusto Xavier Carneiro da Cunha.....	185
N. 2028 — FAZENDA — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Releva a prescripção em que incorreu o bacharel João Vieira da Cunha para receber ordenado de juiz de direito.....	185
N. 2029 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao desembargador da Côrte de Appellação Eneás Galvão, para tratar de sua saude...	186
N. 2030 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saude onde lhe convier, ao bacharel Raul de Noronha Sá, sub-procurador dos Feitos da Saude Publica.....	186
N. 2031 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura.....	187
N. 2032 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da	

Pagos.

Republica a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno de licença.....	187
N. 2033 — GUERRA — Decreto de 29 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 8:587\$331 para occorrer ao pagamento de ordenados do escrivão do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco João Carlos Mendes.....	188
N. 2034 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 29 de dezembro de 1908 — Autoriza a transferencia para o 2º anno do curso de marinha da Escola Naval da matricula do alumno da Escola de Guerra de Porto Alegre Gastão da Silva Paranhos.....	188
N. 2035 — FAZENDA — Lei de 29 de dezembro de 1908 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1909, e dá outras providencias.....	189
N. 2036 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:200\$, suplementar a verba 8ª — Secretaria da Camara dos Deputados, do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907...	212
N. 2037 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:000\$ para pagamento da differença de vencimentos devido ao desembargador Manoel Pedro Alves Moreira Vilaboim.....	213
N. 2038 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos extraordinarios de 7:887\$096 e 7:500\$ para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra e ao Dr. Joaquim Moreira da Silva, de differenças de vencimentos.....	213
N. 2039 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Proroga por um anno, com todos os vencimentos, a licença em cujo gozo se acha o Ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Alberto de Seixas Martins Torres.....	214
N. 2040 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios	

Interiores o credito extraordinario de 1:498\$165 para pagamento de gratificação adicional a varios funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados...	214
N. 2041 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Manda computar, para o effeito de melhoria de reforma do 2º tenente machinista de 4ª classe Canilido Joaquim de Almeida, o tempo que se verificar haver effectivamente servido como operario dos Arsenaes de Marinha.....	215
N. 2042 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Manda contar para a reforma dos officiaes da Armada o tempo em que pertenceram ao extincto Collegio Naval ou frequentaram o curso de preparatorios annexo a Escola Naval.....	215
N. 2043 — MARINHA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 4:008\$202 para occorrer ao pagamento de ordenados devidos ao escripturario do Almoxarifado do extincto Arsenal de Marinha da Bahia, Francisco Coelho Moreira.....	216
N. 2044 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Define a letra de cambio e a nota promissoria e regula as operações cambiaes.....	216
N. 2045 — FAZENDA — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 93405\$350, para pagamento ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim, em virtude de sentença judicial.....	228
N. 2046 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Concede licença por nove mezes, com todos os vencimentos, ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Amaro Cavalcanti para gozar-a onde lhe convier.....	229
N. 2047 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito necessario para occorrer ao pagamento dos vencimentos dos funcionarios da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.....	229
N. 2048 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o Presidente da Republica a aposentar o bacharel José Augusto de Oliveira, pretor da 13ª Pretoria do Districto Federal, com o ordenado do seu cargo.....	230
N. 2049 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de dezembro de 1908 — Autoriza o Poder	

	PAGS.
Executivo a conceder aos syndicatos ou cooperativas agricolas, que cultivarem trigo, a subvenção de 15:000\$000.....	230
N. 2050 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1908 — Fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1909, e dá outras providencias.....	232




ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1908

DECRETO N. 1842 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Altera o quadro dos officiaes generaes e os dos capitães-tenentes
e 1^{os} tenentes do corpo da Armada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o O quadro dos officiaes generaes da Armada terá a seguinte composição:

Um almirante ;
Quatro vice-almirantes ;
Oito contra-almirantes.

Paragrapho unico. O posto de almirante só será preenchido no tempo de guerra.

Art. 2.^o Ficam elevados de 160 e 150 a 200, respectivamente, os effectivos dos quadros de capitães-tenentes e 1^{os} tenentes do corpo da Armada.

Art. 3.^o Para cumprimento da presente lei, o Presidente da Republica fica autorizado a abrir o necessario credito.

Art. 4.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20^o da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1843 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 35:000\$, ouro, supplementar á verba — Reposições e restituições — do exercicio de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 35:000\$, ouro, supplementar á verba 31ª do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1844 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 90:000\$, supplementar á verba — Juros dos emprestimos do cofre de orphãos — do exercicio de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 90:000\$, supplementar á verba 25ª — Juros dos emprestimos do cofre de orphãos — do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1845 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 67:764\$810, supplementar á verba—Alfandegas—do exercicio de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 67:764\$810, supplementar á verba 17ª do art. 45 da Lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, sub-consignação—Para despesas imprevistas e supprir as previstas urgentes nas diversas Alfandegas; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20ª da Republica,

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1846 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, para tratamento de saude, ao tenente da Força Policial do Districto Federal, Ovidio Xavier de Barros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao tenente da Força Policial do Districto Federal Ovidio Xavier de Barros seis mezes de licença com soldo e etapa, para tratamento de sua saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1847 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, ministro do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Joaquim de Toledo Piza e Almeida, ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1848 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 129:896\$960, supplementar á verba 20ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 129:896\$960, supplementar á verba 20ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer ás despesas de diversas sub-consignações do material do Hospicio Nacional de Alienados ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1849 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Fixa os vencimentos dos fleis e guardas da Intendencia Geral da Guerra.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Os fleis e os guardas da Intendencia Geral da Guerra perceberão desde a data desta lei os seguintes vencimentos annuaes:

Os fleis 2:400\$ e os guardas 2:000\$, sendo $\frac{2}{3}$ de ordenado e $\frac{1}{3}$ de gratificação.

Art. 2.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito necessario para a execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1850 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Obriga todas as autoridades civis ou militares, associações, empresas, companhias, estabelecimentos industriaes, commerciaes e outros e os particulares a darem as informações que lhes forem pedidas pela Directoria Geral de Estatística.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º As autoridades federaes, civis ou militares, os presidentes, directores ou gerentes de fabricas, empresas, companhias, associações e outros estabelecimentos industriaes, commerciaes, de instrucção e moraes, bem como os particulares, nacionaes ou estrangeiros, domiciliados em qualquer parte da Republica, são obrigados a prestar á Directoria Geral de Estatística as informações que lhes forem pedidas nos prazos e segundo os planos e modelos adoptados pela citada repartição.

§ 1.º O Governo Federal promoverá accordo com os Governos dos Estados e com a Prefeitura do Districto Federal para obter das autoridades estaduais e municipaes a permuta de publicações e a remessa regular de informações á Directoria Geral de Estatística.

§ 2.º As repartições federaes e as empresas particulares serão obrigadas a enviar á mesma Directoria, independente de solicitação, quatro exemplares, pelo menos, dos trabalhos estatísticos que publica em.

Art. 2.º A falta de cumprimento das disposições do artigo precedente será punida com a multa de 50\$ a 500\$, cobrados executivamente.

Parapho unico. A cobrança executiva das multas impostas compete aos procuradores seccionaes da Republica, de accordo com o art. 125, n. 2, letra a da Consolidação das Leis referentes á Justiça Federal, approvada pelo decreto n. 3084, de 5 de novembro de 1898.

Art. 3.º A execução dos serviços de que trata esta lei compete a funcionarios federaes, podendo, todavia, ser confiada aos Governos dos Estados, mediante annuencia sua, conforme dispõe o § 3º do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1851 — DE 2 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1:127\$741 para occorrer ao pagamento do augmento de vencimentos do secretario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 1:127\$741, para occorrer ao pagamento do augmento de vencimentos do secretario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de conformidade com o decreto legislativo n. 1732, de 26 de setembro de 1907, até o fim do mesmo anno de 1907; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1852 — DE 3 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao praticante da Administração dos Correios desta Capital, Heracito Augusto Moreira, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' concedido ao praticante da Administração dos Correios desta capital, Heracito Augusto Moreira, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1853 — DE 4 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2.400:000\$, para conclusão do edificio da Bibliotheca Nacional e mobílias, tapeçarias e decorações do mesmo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 2.400:000\$ para conclusão do edificio da Bibliotheca Nacional e mobílias, tapeçarias e decorações do mesmo ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1854 — DE 4 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 300:000\$ para occorrer ás despesas com a reunião do 4º Congresso Medico Latino Americano, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1909, e com a exposição internacional de hygiene, annexa ao referido Congresso.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 300:000\$, para occorrer ás despesas com a reunião do 4º Congresso Medico Latino Americano, a realizar-se no Rio de Janeiro em 1909, e com a exposição internacional de hygiene, annexa ao referido Congresso ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1855 — DE 4 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 552:016\$032 para conclusão das obras da Faculdade de Medicina da Bahia, e de 50:000\$ para conclusão dos edificios da Maternidade da mesma cidade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos especiaes de 552:016\$032 para a conclusão das obras da Faculdade de Medicina da Bahia, e de 50:000\$ para a conclusão dos edificios da Maternidade da mesma cidade ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1856 — DE 4 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 4:758\$334 para pagamento de gratificações de exercicios devidas a Orozimbo da Silva Marques.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 4:758\$334 para pagamento de gratificações de exercicios devidas a Orozimbo da Silva Marques, chefe da officina de selleiros e corrieiros do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se ás disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1857 — DE 4 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 473:834\$493, supplementar á verba 15ª, consignação — Vantagens de forragens e ferragens—do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 473:834\$493, supplementar á verba 15ª, consignação — Vantagens de forragens e ferragens—do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1858 — DE 4 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 51:360\$, complementar á verba 5ª do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 51:360\$, complementar á verba 5ª do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para pagamento da gratificação de função devida a professores e coadjuvantes da Escola de Guerra de Porto Alegre ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1859 — DE 4 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 89:862\$021, complementar á verba 15ª, n. 19, do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 89:862\$021, complementar á verba 15ª — Material, n. 19, materia prima, etc. — do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

LEI N. 1860 — DE 4 DE JANEIRO DE 1908

Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei :

TITULO I

Da obrigação do serviço militar

CAPITULO I

Art. 1.º Todo o cidadão brasileiro, desde a idade de 21 á de 44 annos completos, é obrigado ao serviço militar, na forma do art. 86 da Constituição da Republica e de accordo com as prescripções desta lei.

Art. 2.º Não podem servir no exercito:

a) os individuos que, antes da data legal de sua incorporação ao serviço, hajam soffrido condemnação por crime previsto no paragrapho unico do art. 46 do codigo penal da armada;

b) os que forem privados dos direitos de cidadão brasileiro, na forma das leis em vigor. (Constituição da Republica, art. 71.)

Art. 3.º Serão excluidos do exercito :

a) os que forem condemnados por crime a que se refere a lettra a do artigo anterior ou tiverem de soffrer pena minima de dous annos de prisão ;

b) os que houverem soffrido a condemnação prevista no artigo anterior, logo que ella seja conhecida.

Art. 4.º Os que tiverem soffrido mais de uma condemnação, ou uma só, á pena minima de tres mezes, irão servir nos territorios federaes ou nos destacamentos das fronteiras.

Art. 5.º Os alistados no exercito activo que, durante o tempo de serviço imposto por esta lei, ficarem comprehendidos nas disposições do artigo anterior, irão servir nos territorios federaes, si lhes faltar mais de um anno para concluirem o seu tempo; no caso contrario, serão transferidos para outra guarnição.

Art. 6.º O fornecimento de contingentes á armada será regulado por lei especial, de accôrdo com o art. 87, § 4º da Constituição Federal. Os cidadãos destinados ao serviço na armada, de conformidade com a respectiva legislação, não serão alistados para o exercito de 1ª e 2ª linha.

TITULO II

CAPITULO. I

BASES DO SERVIÇO

Art. 7.º O serviço militar obrigatorio e pessoal, conforme estatue esta lei, será prestado do seguinte modo :

- a) no exorcito activo e suas reservas (forças de primeira linha);
- b) no exercito de 2ª linha e sua reserva ;
- c) na guarda nacional e sua reserva (forças de terceira linha).

CAPITULO II

SERVIÇO NO EXERCITO ACTIVO

Art. 8.º A duração do serviço na primeira linha é de nove annos, sendo até dous no exercito activo e sete na sua reserva.

Art. 9.º O exercito activo compor-se-ha dos contingentes que o Districto Federal e os Estados são obrigados a fornecer, constituídos, de conformidade com a lei annua de fixação de forças de terra, pelo voluntariado sem premio, e, em falta deste, pelo sorteio previamente organizado. (Constituição da Republica, art. 87, § 4º.)

Art. 10. Os contingentes que os Estados e o Districto Federal teem de fornecer, em virtude do artigo anterior, formarão dous grupos :

1º grupo — Será composto de sorteados e voluntarios especiaes de menos de um anno, destinados ao corpo ou a um dos corpos de infantaria de cada Estado ou do Districto Federal.

2º grupo — Será composto de voluntarios e, na falta destes, de sorteados com destino aos corpos de todas as armas, em qualquer ponto da Republica, sendo preferidos os corpos do mesmo Estado ou dos mais proximos para a incorporação, indistinctamente, desses voluntarios ou sorteados. Só serão admittidos voluntarios especiaes na infantaria.

§ 1.º Os voluntarios especiaes deverão ter menos de 21 annos de idade e mais de 17 ; a sua admissão e tempo de serviço serão regulados pelo Governo.

§ 2.º Os voluntarios do segundo grupo serão maiores de 21 annos e menores de 30.

Art. 11. Até 30 de novembro de cada anno, os corpos e as unidades não incorporadas de cavallaria, artilharia e engenharia receberão voluntarios para o completo dos seus effectivos no anno

seguinte, communicando, immediatamente, os respectivos commandantes, á autoridade competente qual o numero de vagas restantes, afim de serem preenchidas pelo sorteio de alistados, conforme adeante vae estabelecido :

a) esses voluntarios serão incluídos como encostados aos respectivos corpos, até 31 de dezembro, podendo ser licenciados durante o mesmo tempo ;

b) os corpos e unidades do infantaria, além dos casos previstos no artigo anterior, receberão ainda voluntarios ; mas sómente para musicos, cornetas, tambores e outros serviços que requeiram preparo especial de arteifice.

Art. 12. A incorporação dos sorteados deve ter logar em dezembro e janeiro, sendo os daquelle mez incluídos como encostados.

Art. 13. O tempo de serviço, quer dos voluntarios, quer dos sorteados, começará, para todos os effeitos, a 1 de janeiro, qualquer que seja a data anterior da sua entrada para as fileiras, não recebendo até áquelle dia sinão etapa e, quando exigido pelo serviço, fardamento adeantado.

Art. 14. A duração do serviço militar obrigatorio e pessoal não póde ser interrompida por licença, salvo em caso de molestia:

a) os militares, emquanto durar a obrigação do serviço activo, fóra os domingos e dias feriados, não poderão obter dispensa que exceda de 30 dias ;

b) em caso de força maior, devidamente justificado, o commandante de corpo ou de unidade não incorporada poderá conceder uma licença suplementar até 15 dias, obrigando-se a justificar-a perante a autoridade superior, afim de que o Ministro da Guerra tenha conhecimento desse acto.

CAPITULO III

SERVÍÇO NA RESERVA DE RECRUTAMENTO

Art. 15. Os alistados, annualmente, e não sorteados para o serviço militar obrigatorio, e os sorteados que, por qualquer motivo, não forem incorporados ao exercito activo, servirão na reserva de recrutamento para o mesmo exercito, até á idade de 30 annos completos. Esta reserva é destinada a supprir a deficiencia ou falta de alistamento annual, servindo em tempo de guerra como 2ª reserva do exercito de 1ª linha.

Art. 16. Os reservistas de recrutamento, chamados ao serviço activo mediante novos sorteios, concluído o tempo na 1ª linha, passarão para a reserva desta, onde servirão até á idade da permanencia legal nesse escalão.

Art. 17. Enquanto não forem chamados ao serviço activo são elles obrigados

a) ao comparecimento nos pontos que lhes forem designados para receberem a necessaria instrucção militar;

b) á presença, uma vez por mez, na linha de tiro da localidade onde residirem, exigindo do respectivo encarregado ou director attestado de frequencia, notada em suas cadernetas de reservistas.

CAPITULO IV

SERVIÇO NA RESERVA DO EXERCITO ACTIVO OU DE PRIMEIRA LINHA

Art. 18. Os excluidos, por conclusão de tempo, das fileiras do exercito activo passarão para a sua reserva, continuando a pertencer aos mesmos corpos ou simples unidades.

Art. 19. O reservista na primeira linha é obrigado:

a) a juntar-se a seu corpo em caso de mobilização, attendendo ao chamado de sua classe e quando houver convocação para manobra ;

b) a um periodo annual de manobras, cuja duração não excederá de quatro semanas ;

c) a comparecer, uma vez por mez, a uma linha de tiro da localidade de sua residencia, exigindo do respectivo encarregado ou director attestado de frequencia, notada em sua caderneta de reservista ;

d) a comunicar, em caso de mudança, ao commando do districto ou inspector permanente, o seu novo domicilio.

Art. 20. As ordens de mobilização geral, de chamadas de classes ou de convocações para manobras annuaes, serão transmitidas, no estrangeiro, pelos representantes consulares do Brazil.

Art. 21. O Governo estabelecerá os casos de dispensas de convocações para manobras e regulará a chamada das classes.

Art. 22. Em caso de mobilização geral nenhuma dispensa é permittida, devendo o Governo regular os prazos para a incorporação, tendo em vista a função ou meio de vida do reservista e a distancia da sua residencia ao ponto de convocação.

Art. 23. O reservista de primeira linha, desde a data fixada para o seu comparecimento aos pontos indicados pela autoridade competente, em caso de mobilização ou convocação para manobras, será considerado como pertencente ao exercito activo e sujeito, portanto, ás suas leis e regulamentos.

Art. 24. O reservista, desde que esteja fardado, deve ao seu superior hierarchico, em uniforme, as devidas continencias e signaes de respeito consignados na tabella em vigor.

Art. 25. O reservista que fôr chamado ao serviço activo, em tempo de paz ou de guerra, conservará o direito ao emprego obtido por nomeação effectiva ; mas, enquanto servir nas fileiras, só perceberá os vencimentos militares.

CAPITULO V

SERVIÇO NO EXERCITO DE 2ª LINHA

Art. 26. Terminados os nove annos de serviço no exercito activo e reserva respectiva, o cidadão irá servir no exercito de 2ª linha, onde prestará serviço durante sete annos consecutivos.

Art. 27. Os reservistas do exercito activo que passarem para o exercito de 2ª linha, nos tres primeiros annos, farão parte do primeiro bando e, nos outros quatro, do segundo bando.

§ 1.º Os cidadãos pertencentes ao exercito de 2ª linha serão considerados como licenciados, enquanto não forem chamados ao serviço.

§ 2.º No correr do tempo em que estiverem servindo nessa 2ª linha poderão ser chamados, uma vez por anno, para exercicios militares, cuja duração será de duas a quatro semanas.

§ 3.º Quando em serviço, ficam sujeitos ás leis e regulamentos militares em vigor.

§ 4.º Não soffrerão embaraços quanto á escolha do seu domicilio no territorio da Republica e ao exercicio da sua profissão ou de quaesquer actos civis ou politicos.

§ 5.º Não lhes será recusada autorização para emigrar, salvo quando houverem sido chamados ao serviço, ou em caso de guerra imminente, ou de alteração da ordem publica.

Art. 28. A chamada ás bandeiras da reserva do exercito activo e do exercito da 2ª linha, primeiro e segundo bandos, será feita de accordo com as ordens do Chefe do Poder Executivo Federal.

Paragrapho unico. Os commandantes de districtos militares ou inspectores permanentes, quando receberem ordem para isso, convocarão essas forças nos seguintes casos :

1º, para exercicios annuaes ;

2º, quando houver alteração da ordem publica, nos respectivos districtos ou inspecções.

CAPITULO VI

DAS FORÇAS DE 3ª LINHA

Art. 29. Os cidadãos que houverem pertencido ao exercito de 2ª linha servirão na guarda nacional até á idade de 44 annos completos, sendo na activa até aos 40 e, dahi em deante, na reserva.

Art. 30. Os officiaes desta milicia, que houverem tomado posse dos seus cargos, de accordo com a legislação vigente, ficam isentos do serviço militar no exercito e na armada.

Paragrapho unico. Cidadão algum, depois de sorteado, será nomeado, até á idade de 30 annos, official da guarda nacional, sem que prove haver cumprido as obrigações impostas por esta lei.

Art. 31. São applicaveis á guarda nacional, *mutatis mutandis*, as disposições dos paragraphos do art. 27.

Art. 32. Auxiliarão as forças de 3ª linha os corpos estaduaes organizados militarmente, quando postos á disposição do Governo Federal pelos presidentes ou governadores dos respectivos Estados. Uma vez sob as ordens do Governo Federal, esses corpos serão submittidos ás leis e regulamentos militares da União.

TITULO III

CAPITULO I

DO RECNSEAMENTO

Art. 33. As *juntas de alistamento militar* organizarão, todos os annos, a lista de recenseamento dos individuos que houverem completado 20 annos de idade no anno anterior e do seguinte modo :

a) mediante declaração dos proprios individuos alistaveis, ou de seus paes ou tutores ;

b) segundo os dados collidos na lista de recenseamento da população e nos registros do estado civil ;

c) por meio de listas em branco enviadas, para serem enchi-das, aos directores de repartições e estabelecimentos publicos federaes, estaduaes e municipaes ; aos chefes de estabelecimentos commerciaes, industriaes ou agricolas ; aos ministros de quaesquer religiões, inspectores de quartelirão ou autoridades correspondentes ;

d) por meio de quaesquer outros documentos e informações.

Art. 34. As listas de recenseamento mencionarão a profissão, signaes caracteristicos, idade, naturalidade, estado dos individuos e filiação dos alistados.

Art. 35. Terminado o prazo do alistamento annual em cada municipio, serão publicadas nos logares mais publicos da circumscripção administrativa as listas geraes e transcriptas na imprensa, onde a houver.

Art. 36. Dentro de um mez, a contar do ultimo dia de alistamento, serão recebidas pelas juntas as reclamações dos interessados quanto á isenção para o serviço militar. Findo este prazo as reclamações serão enviadas, directamente, ao conselho de revisão do respectivo Estado.

Art. 37. As listas serão fornecidas pelo Governo Federal.

Art. 38. Os não alistados por qualquer motivo serão incluídos no recenseamento do anno corrente, desde que as omissões sejam conhecidas. Si forem maiores de 30 annos, passarão para o exercito de 2ª linha, mas, si o não forem, servirão no exercito activo com a classe a que pertencerem, mediante sorteio.

CAPITULO II

JUNTAS DE ALISTAMENTO

Art. 39. Haverá uma junta de alistamento militar em cada município, ou mais de uma naquelles cujo territorio e população o reclamarem.

Art. 40. Para os effeitos do alistamento, o Districto Federal é considerado um Estado e cada districto municipal um município.

Art. 41. As juntas de alistamento serão compostas de dous officiaes de 1ª linha, reformados, ou ainda da reserva, do exercito de 2ª linha ou honorarios, nomeados pelo commandante do districto militar a que pertencerem, ou inspector permanente, e do chefe do poder executivo municipal. Estas juntas escolherão o seu presidente e secretario dentre os respectivos membros.

Paragrapho unico. No Districto Federal e nos municipios em que tiverem de funcionar diversas juntas de alistamento, o chefe do poder executivo municipal indicará os vereadores ou intendentes que farão parte das mesmas e, na falta destes, os funcionarios municipales que os deverão substituir.

Art. 42. As juntas de alistamento funcionarão com a maioria dos seus membros presentes, de 15 de setembro a 14 de novembro, inclusive. Ellas são competentes para excluir os individuos de notoria e incontestavel incapacidade physica, sob rigorosa motivação, e os isentos do serviço militar em tempo de paz e de guerra.

Art. 43. Quando o commandante de qualquer districto militar, ou inspector permanente, não dispuzer de numero sufficiente de officiaes de 1ª linha, reformados ou da reserva, do exercito de 2ª linha, ou honorarios para a composição das juntas de alistamento, em todos os municipios do Estado ou Estados onde exercer a sua jurisdicção, enviará ao Ministro da Guerra, com a precisa antecedencia, a relação completa desses municipios, afim de que seja solicitada do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, com a maxima urgencia, a nomeação de officiaes da guarda nacional para membros de taes juntas.

Art. 44. Concluidos os alistamentos no prazo estabelecido pelo art. 42, serão elles remettidos com as reclamações dos prejudicados, dentro de cinco dias, ás juntas de sorteio, sendo isentos de sellos as reclamações, recursos e formalidades relativas aos mesmos alistamentos.

CAPITULO III

DAS JUNTAS DE SORTEIO

Art. 45. Haverá em cada Estado uma junta de sorteio, a qual incumbe :

a) receber e guardar as listas de recenseamentos e registral-as em um livro especial para cada município ;

b) proceder, seguidamente, ao sorteio dos alistados que devem servir em um dos corpos de infantaria, com parada no respectivo Estado, e dos destinados a constituir o segundo grupo de que trata o art. 10 desta lei;

c) communicar, sem perda de tempo, ao commandante do districto os municipios em que não tiver havido recenseamento, afim de que essa autoridade proceda como a respeito for determinado no regulamento desta lei.

Art. 46. A junta, antes de proceder ao sorteio de cada anno, funcionará como conselho de revisão, dando ou negando provimento ás reclamações dos interessados, quanto a isenções para o serviço militar. A's autoridades competentes, para procederem como fôr de direito, dará conhecimento das infracções criminaes desta lei.

Art. 47. Das decisões da junta de sorteio, como conselho revisor, haverá recurso voluntario para o Supremo Tribunal Militar, dentro do prazo de 10 dias, a contar daquelle em que forem affixadas nas portas do edificio municipal, por ordem da junta, e transcriptas na imprensa local as listas geraes dos sorteados.

§ 1.º A junta de sorteio, concluidos os trabalhos de revisão e attendidas e averbadas todas as reclamações dos interessados e as suas decisões definitivas, organizará tres relações para cada municipio: a 1ª, conterá os nomes dos cidadãos obrigados ao serviço militar em tempo de paz e de guerra; a 2ª, dos isentos em tempo de paz; a 3ª, dos que são excluidos do alistamento militar pela revisão, com as declarações e observações necessarias, sendo tudo lançado em livro especial fornecido pelo Ministro da Guerra, que deverá ter immediato conhecimento da execução desse serviço.

§ 2.º O dia do sorteio será annuciado por editaes affixados nos logares publicos e transcriptos na imprensa da capital do Estado ou do Districto Federal e das localidades do interior onde se proceder ao alistamento.

Art. 48. A junta de sorteio será composta do juiz seccional como presidente, do commandante superior da guarda nacional, do auditor de guerra, servindo, na falta deste, o procurador da Republica, de tres officiaes de 1ª linha e de um medico militar, todos nomeados pelo commandante do districto militar respectivo, ou inspector permanente.

Paraphrasso unico. No Districto Federal a junta será presidida pelo juiz seccional mais antigo.

Art. 49. A junta de sorteio funcionará, com a maioria dos seus membros, no edificio publico da capital do Estado ou do Districto Federal, que fôr designado pela autoridade nomeadora da mesma junta, servindo de secretario o official de 1ª linha que a mesma autoridade indicar.

Art. 50. Para a urna do sorteio entrarão os nomes de todos os alistados, inclusive os daquelles que houverem apresentado allegações para se eximirem do serviço militar.

Art. 51. Serão sorteados tantos nomes quantos os alistados que forem precisos para completar, no anno seguinte, o effectivo das diversas unidades de infantaria, previamente fixado pelo Governo, e mais a terça parte daquelle numero, afim de serem attendidas as isenções legais do serviço.

Art. 52. A junta funcionará durante a primeira quinzena do mez de dezembro, devendo ser effectuado o sorteio ao meio-dia do ultimo domingo da referida quinzena.

Art. 53. No primeiro domingo da segunda quinzena terá lugar outro sorteio para o segundo grupo a que se refere o art. 10 desta lei.

CAPITULO IV

DA INCORPORAÇÃO

Art. 54. Os sorteados se apresentarão á autoridade militar do ponto mais proximo, a qual lhes facilitará transporte até á séde do corpo ou unidade independente a que elles se destinam e serão encostados, fornecendo-lhes a mesma autoridade uma caderneta onde será lançada a sua apresentação.

Paraphrasis unico. Na falta de autoridade militar no municipio ou municipios mais proximos, cabe a obrigação imposta por este artigo ao supplente, em exercicio, do substituto do juiz seccional ou, na falta deste, ao ajudante do procurador da Republica.

Art. 55. Os sorteados terão transporte em estradas de ferro, de rodagem ou a bordo de navios, á custa do Estado, e receberão, em dinheiro, a importancia de tantas meias etapas quantos forem os dias decorridos da sua apresentação á autoridade federal; exceptuados aquelles em que forem alimentados a bordo, á custa dos cofres publicos.

Ser-lhes-hão descontados, para os effectos do pagamento das meias etapas, os dias que excederem do prazo fixado para se apresentarem nas primeiras estações federaes.

Art. 56. Os que não forem incorporados voltarão, á custa do Estado, para as localidades onde residirem.

Art. 57. Os sorteados, desde o prazo estabelecido para sua apresentação, ficam considerados como soldados de 1ª linha e, como taes, sujeitos ás respectivas leis e regulamentos.

Art. 58. Em caso de guerra ou de simples mobilização, as classes serão incorporadas em dias previamente marcados pela autoridade que determinar a mobilização.

Art. 59. O tempo de serviço militar, excepto o de voluntarios para manobras, será sempre contado a partir de 1 de janeiro. Os retardatarios, por motivo de força maior, serão admittidos nas mesmas condições, ainda no mez de fevereiro.

Art. 60. Concluido o tempo de serviço activo para os sorteados ou voluntarios, assim como o de contracto para os engajados e re-engajados, os commandantes de corpos e unidades independentes concederão a essas praças, pontualmente, as suas baixas, salvo em tempo de guerra declarada.

Paragrapho unico. Si forem as referidas praças detidas abusivamente no serviço activo, o Ministro da Guerra responsabilizará os respectivos commandantes de corpos ou unidades independentes, e ordenará que sejam as baixas expedidas sem demora. As praças que tiverem baixa do serviço activo regressarão aos seus Estados por conta da União.

TITULO IV

CAPITULO I

DOS VOLUNTARIOS

Art. 61. Todo o individuo apto para o serviço militar, contando menos de 30 e mais de 17 annos de idade, póde ser admittido como voluntario, até dous annos, no corpo que escolher em sua circumscripção de sorteio ou em outra qualquer, caso isso convenha ao Governo Federal.

Art. 62. Os que desejarem servir por occasião das manobras, e estiverem habilitados na instrucção de recruta, serão admittidos como voluntarios, por tres mezes, no minimo.

Art. 63. Terminado o tempo de serviço militar activo, os voluntarios de tres mezes serão incluídos na reserva de recrutamento, e os de um anno ou mais na reserva de 1ª linha.

Art. 64. Os voluntarios de menos de um anno não terão direito a soldo ou gratificação; o Estado, porém, lhes fornecerá fardamento, por empréstimo, e os artigos indispensaveis de asseio.

Art. 65. Não serão admittidos como voluntarios:

- a) os casados, viúvos com filhos ou os arrimos de familia;
- b) o menor de 21 annos, desde que não apresente a permissão do seu pae, mãe ou tutor.

Art. 66. Os voluntarios ou sorteados não se poderão casar, emquanto servirem no exercito activo.

CAPITULO II

DOS ENGAJADOS

Art. 67. Os voluntarios ou sorteados de bom procedimento civil e militar poderão continuar a servir em qualquer arma até aos 35 annos de idade completos, desde que satisfaçam as esguintes condições:

- a) si tiverem, pelo menos, a graduação de cabo de esquadra;
- b) si forem corneteiros, tambores, artifices ou musicos.

Art. 68. O engajamento não poderá ser por prazo superior a tres annos.

Art. 69. Os engajados não poderão casar, nem serão admittidos a engajamento os casados ou aquelles que tenham encargo de familia.

Art. 70. Os sargentos engajados que terminarem o tempo do contracto serão incluídos no quadro de officiaes de uma das reservas, mediante exame em que se mostrem capazes para o desempenho de taes funções. Mas, si depois de uma campanha que zerem permanecer no quadro dos officiaes da activa com os galões obtidos por actos de bravura, ou no primeiro posto da escala, em virtude do estabelecido na primeira parte deste artigo, terão de se habilitar com o curso das respectivas armas. No caso contrario pertencerão á reserva da 1ª linha até attigirem a idade para a compulsoria, si forem do primeiro posto ou passarão para a 2ª linha, si tiverem posto superior.

Art. 71. As praças graduadas que se engajarem passarão para a reserva com baixa de posto, e as que attingirem a idade limite, fixada para o serviço na 1ª linha, passarão á 2ª linha com a sua graduação.

CAPITULO III

DOS REENGAJADOS

Art. 72. Serão admittidos novos engajamentos nas condições do primeiro, sendo applicaveis aos reengajados as disposições relativas aos engajados.

Art. 73. O tempo de serviço dos engajados e reengajados conta-se de 1 de janeiro do anno seguinte áquelle em que terminaram o seu contracto no 2º semestre, ou 1 de janeiro do mesmo anno, si o terminaram no 1º semestre.

Art. 74. As praças que concluirem o tempo de serviço, estando em campanha, serão consideradas como engajadas ou reengajadas, até a terminação da guerra.

TITULO V

Das isenções

CAPITULO I

ISENÇÕES EM TEMPO DE PAZ E DE GUERRA

Art. 75. São isentos do serviço militar activo e de reserva, e o tempo de paz e de guerra:

1º, os que tiverem incapacidade physica ou mental que os inhabilite para o mes.mo serviço ;

2º, os que allegarem motivo de crença para não cumprirem as obrigações impostas por esta lei, caso em que perderão todos os direitos politicos. (Const., art. 72, § 29, *in fine*.)

CAPITULO II

DAS DISPENSAS EM TEMPO DE PAZ

Art. 76. São dispensados do serviço militar activo, em tempo de paz, os que provarem perante a junta de revisão a qualidade de arrimo de família na seguinte escala :

1º, o viuvo que tiver filho menor, legitimo ou legitimado, ou maior, invalido ou interdito, que alimente e eduque, ou filha solteira ou viuva que viva em sua companhia ;

2º, o casado, nas mesmas condições do artigo antecedente, cuja mulher seja incapaz, physica ou mentalmente ;

3º, o filho unico de mulher viuva ou o filho que ella escolher, quando tiver mais de um ;

4º, o irmão que sustentar irmão menor ou maior, invalido ou interdito, ou irmã solteira ou viuva que viva em sua companhia ;

5º, o filho que sustentar paes decrepitos, valetudinarios ou incapazes, physica ou mentalmente, para qualquer occupação.

Paragrapho unico. Os arrimos de família, quando dispensados da incorporação no exercito activo, ficam obrigados ao serviço na sua reserva e nas forças de 2ª e 3ª linhas, de conformidade com o disposto nos arts. 7º, 26, 27, 28 e 29 da presente lei.

Art. 77. A incapacidade physica ou mental, quando não fór comprovada rigorosamente, caso em que ás juntas de alistamento compete a exclusão dos individuos que da mesma soffrerem, conforme preceitua o art. 42, será reconhecida pelo exame pessoal do sorteado e póde ser temporaria ou definitiva.

Quando fór definitiva, impossibilitando o sorteado mesmo para os serviços auxiliares, ser-lhe-ha fornecido pela junta revisora um attestado que o isente de todo serviço militar em tempo de paz e de guerra.

No caso da incapacidade resultar de molestia curavel, fraqueza ou outro qualquer motivo que possa ser removido, a junta expedirá ao interessado um attestado de dispensa temporaria em que se designará o periodo dentro do qual deverá o mesmo interessado submeter-se a novo exame medico.

A incapacidade definitiva do serviço, no caso de que trata o artigo anterior, só será proferida quando verificada depois do sorteado haver attingido a idade de 25 annos.

Paragrapho unico. As isenções do serviço militar cessam quando desaparecem os motivos que as determinaram.

Art. 78. Provada pelo alistado perante a junta de alistamento a isenção a que tenha direito, os documentos por elle exhibidos serão enviados á junta de sorteio, afim de que esta o dispense da incorporação.

Art. 79. Os voluntarios de tres mezes, que houverem prestado serviço nas manobras, serão dispensados da incorporação, quando sorteados.

Paragrapho unico. Gosarão do mesmo favor os que tiverem servido nas fileiras, como voluntarios, ou que se apresentem para servir em taes condições.

TITULO VI

Disposições penaes

CAPITULO I

PARA O SERVIÇO DO EXERCITO

Art. 80. Os reservistas do recrutamento que não cumprirem as obrigações do art. 17, quando sorteados, prestarão mais tantas semanas de serviço quantas forem as faltas commettidas, sendo, além disto, preferidos para o 2º grupo a que se refere o art. 10.

Art. 81. Os reservistas da 1ª linha, que não cumprirem o disposto nas letras a, b e c do art. 19, prestarão na actividade tantas semanas de serviço quantas as faltas commettidas.

Art. 82. Os classificados no 1º e 2º bandos do exercito de 2ª linha ficam sujeitos á pena de uma semana de serviço por oito faltas que houverem commettido em relação ás chamadas para exercicios a que se refere o § 2º do art. 27.

CAPITULO II

PARA O ALISTAMENTO E SORTEIO

Art. 83. As fraudes commettidas para omissão de nome ou nomes na lista do recenseamento militar serão communicadas pelas juntas de alistamento ao juiz ou tribunal competente, afim de serem punidos os delinquentes com a prisão de um a seis mezes e multa de 100\$ a 200\$000.

Art. 84. Serão punidos com a mesma pena, de um a seis mezes de prisão :

a) os individuos sorteados que, em consequencia de conluio fraudulento, não comparecerem ás manobras ou chamadas em virtude de mobilização ;

b) os sorteados que, por meio de fraude ou de mutilação physica proposital, se subtraíam ao serviço.

Art. 85. Serão responsabilizados perante o juiz ou tribunal competente aquelles que proporcionarem ou facilitarem os meios para reclusão, isenção ou dispensa de sorteados ou que, directa ou indirectamente, obstarem a sua incorporação.

Art. 86. Serão condemnados por abuso de autoridade e multa de 300\$ a 600\$ os membros da junta de alistamento que não alistarem individuos reconhecidamente aptos para o serviço militar, ou que se recusarem ao recebimento de prova legal de isenção exhibida por qualquer cidadão, ou subtrahir documentos apresentados ao seu exame, creando embaraços ao recurso perante a junta do sorteio ; sendo obrigados a dar recibo dos documentos que receberem, quando assim o fôr exigido pela parte.

Em caso de reincidência, além da condemnação por abuso de autoridade e multa ora estabelecida, perderão os membros da junta o emprego federal, que tiverem, ficando privados de exercer qualquer cargo na administração publica da União.

Art. 87. Os membros da referida junta, que não cumprirem as obrigações que lhes são impostas pela presente lei, são passíveis de pena de um a seis mezes de prisão e suspensão do emprego federal que, porventura, exercerem.

Art. 88. Os membros da junta de sorteio que faltarem, também, ao cumprimento das obrigações estatuidas na presente lei serão punidos: os juizes, pelo tribunal competente, por falta de cumprimento de dever; os empregados ou representantes do governo municipal, com a pena de incapacidade para o desempenho de qualquer cargo federal; o commandante superior da guarda nacional, com a suspensão por tempo indeterminado de suas funções, e os officiaes de primeira linha e medicos militares, com as penas estabelecidas pela legislação militar para os que faltarem ao serviço de escala.

Art. 89. As autoridades federaes que negarem o seu auxilio para cumprimento desta lei serão punidas pelos tribunaes competentes, por inobservancia dos deveres inherentes ao seu cargo. No caso de reincidencia, perderão os respectivos empregos as que forem demissiveis, independente de sentença judicial.

Art. 90. E' passivel de multa de 300\$ a 600\$ aquelle que occultar ou tomar a seu serviço o cidadão sorteado ou que, por qualquer forma, demorar a sua partida para o ponto a que fôr chamado pela autoridade militar competente. Si fôr empregado publico da União, será punido com tres a seis mezes de suspensão, e, no caso de reincidencia, perderá o emprego.

§ 1.º As multas não prejudicarão o procedimento criminal ou civil que nos casos couber e serão impostas nos Estados e no Districto Federal pela autoridade que nomeara as juntas de alistamento e de sorteio, havendo recurso para o Ministro da Guerra, dentro do prazo de tres dias depois da intimação.

§ 2.º O processo para a cobrança das multas será o executivo fiscal; sendo a importancia dellas recolhida aos cofres federaes e applicada, em cada exercicio financeiro, á creação e melhoramento de linhas de tiro nacionaes.

Art. 91. O alistado para o exercito que, durante o periodo da sua sujeição ao sorteio, assentar praça nos corpos de policia ou de bombeiros, da União ou dos Estados, será tido como sorteado, sendo-lhe augmentado um anno de serviço activo, sem prejuizo da reserva.

TITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 92. Cidadão algum, depois de sorteado, será admittido, até á idade de 30 annos completos, a emprego publico de ordem

civil ou militar, sem que prove haver cumprido as obrigações impostas por esta lei.

Art. 93. O tempo de serviço militar activo será contado para aposentadoria em cargo civil, até 10 annos, em caso de paz, e, pelo dobro, em caso de guerra.

§ 1.º As praças de pret, voluntarias ou sorteadas, que tiverem baixa do serviço activo, serão empregadas, de preferencia a outros, nas obras e officinas publicas, estradas de ferro e quaesquer reparações federaes.

§ 2.º O Governo estabelecerá, nesse intuito, as clausulas precisas nos contractos e novações de contractos relativos ao arrendamento das ferro-vias federaes e obras publicas que hajam de ser executadas por particulares.

§ 3.º Os cidadãos sorteados, enquanto estiverem no serviço activo, terão direito, bem como os seus filhos, á matricula gratuita nas escolas federaes e á concessão, tambem gratuita, de titulos scientificos, passados pelas mesmas escolas.

§ 4.º A'quelles que tiverem concluido o tempo do serviço poderá o Governo conceder lotes nas colonias militares e, a titulo gratuito, caso o requeiram, o dominio util de terrenos de marinhãs, com a clausula de nelles residirem ou estabelecerem qualquer industria maritima, bem como o direito de os transferir, sob a mesma clausula, ás suas viúvas ou orphãos, tão sómente; poderão elles ainda exercer, livres de qualquer onus ou taxa, a navegação, industria da pesca e a venda dos productos destas.

§ 5.º Serão instituidas caixas de invalidos para os que houverem concluido o tempo de serviço militar, mediante contribuição pecuniaria.

Art. 94. Não serão admittidos substitutos para o serviço militar obrigatorio e nem haverá isenção alguma mediante contribuição pecuniaria.

Art. 95. A applicação do castigo corporal importa em crime previsto nos arts. 303 e 304 do Codigo Penal, dado que a lesão seja grave ou leve.

Art. 96. Nenhum estrangeiro poderá ser admittido para o serviço militar; salvo si tiver obtido carta de naturalização.

Art. 97. Os socios civis das sociedades da Confederação do Tiro Brasileiro, que houverem seguido os cursos de tiro e de evoluções e prestado, perante uma commissão nomeada pelo estado-maior do exercito, exames relativos ao conhecimento e emprego das nossas armas portateis regulamentares e tambem exames relativos ás escolas de soldado, da secção e da companhia, servirão, apenas, tres mezes, por occasião das manobras, sendo dispensados da incorporação quando sorteados.

Art. 98. É obrigatoria a instrucção do tiro de guerra e evoluções militares, até á escola da companhia, aos alumnos maiores de 16 annos que cursarem as escolas superiores e estabelecimentos de instrucção secundaria mantidos pela União, pelos Estados ou municipios, inclusive o Districto Federal, bem como aos que cur-

sarem estabelecimentos particulares que estiverem no goso da equiparação.

No regulamento que expedir para a execução desta lei, o Governo providenciará no sentido de ser cumprida, cabalmente, a obrigação imposta pelo presente artigo, indicando, ao mesmo tempo, a forma segundo a qual a medida será posta em pratica nos estabelecimentos de ensino supra enumerados.

Paragrapho unico. Os ex-alunos de taes estabelecimentos e os do Collegio Militar, que houverem concluido os respectivos cursos, servirão tambem apenas tres mezes, por occasião das manobras, sendo dispensados da incorporação quando sorteados. Não estão incluídos na disposição da lettra *a* do art. 65 os voluntarios de tres mezes.

Art. 99. Nenhuma praça terá direito aos vencimentos dos dias em que estiver presa em seu quartel, sendo os mesmos attribuidos á caixa do respectivo corpo ou unidade independente.

TITULO VIII

Disposições transitorias

PARA O ALISTAMENTO E SORTEIO

Art. 100. As disposições dos arts. 4º e 5º não são applicaveis aos individuos que já servirem no exercito no anno da promulgação desta lei.

Art. 101. No primeiro anno da execução da presente lei, que o Governo regulamentará com a possível brevidade, a contar do dia em que ella fór promulgada, serão alistados todos os cidadãos aptos que não pertencerem ao exercito ou á armada, desde a idade de 21 á de 30 annos completos.

Art. 102. Enquanto o territorio do Acre não fór definitivamente incorporado ao regimen federativo, os seus habitantes, na data da promulgação desta lei, ficarão isentos do serviço militar activo e de reserva.

Art. 103. O Governo mandará proceder naquelle territorio a um alistamento especial para a organização provisoria da sua defesa.

Art. 104. As actuaes praças de pret, que não tenham cumprido pena prevista no paragrapho unico do art. 46 do Codice Penal da Armada, passarão, findo o tempo de serviço activo, para a reserva do exercito e depois para o exercito de 2ª linha e guarda nacional, onde completarão os deveres impostos por esta lei.

TITULO IX

DA REORGANIZAÇÃO DO EXERCITO

Art. 105. Para o cumprimento do disposto nos artigos anteriores, o exercito será organizado sobre as seguintes bases:

1. O exercito permanente constará :

- a) das forças de 1ª linha ou exercito activo e sua reserva ;
- b) das forças de 2ª e sua reserva.

Art. 106. O exercito activo comprehende:

- a) o commando ;
- b) as armas ;
- c) os serviços.

Art. 107. Compete o commando do exercito, *ex-vi* dos ns. 3 e 4 do art. 48 da Constituição da Republica, ao Presidente da Republica, que o exercera por si ou por delegado seu no caso de guerra e o administrará igualmente em tempo de paz, distribuindo as respectivas forças de accôrdo com as leis federaes e as necessidades do Governo Nacional.

Art. 108. Além do commando em chefe, que é exercido pelo Presidente da Republica ou seu delegado, no caso de guerra, o exercito terá tambem o commando hierarchico, que é exercido pelos officiaes á testa de grandes e pequenas unidades.

Art. 109. O Ministro da Guerra é órgão immediato do commando superior, sendo órgãos mediatos, isto é, dependentes daquelle :

- a) o estado-maior ;
- b) as inspecções.

Art. 110. O Ministro, como auxiliar do Chefe do Estado, participa das funções do commando, ficando a sua função, em época normal, adstricta a subscrever os actos do Presidente da Republica e a presidir o exercito, de accôrdo com o art. 49 da Constituição Federal.

Art. 111. O estado-maior comprehende a repartição e os serviços de estado-maior nas unidades estrategicas e inspecções permanentes.

Art. 112. A repartição do estado-maior funcionará sob a direcção do chefe do estado-maior e se constituirá com as seguintes divisões :

- a) gabinete ;
- b) departamento do estado-maior ;
- c) departamento dos serviços auxiliares.

Art. 113. O chefe do estado-maior será um marechal ou general de divisão e o sub-chefe um general de brigada, ambos de exclusiva nomeação do Governo, que deverá, entretanto, attender na escolha á comprovada competencia desses officiaes.

Art. 114. Para servir na repartição creada pelo art. 112 serão designados capitães, maiores, tenentes-coroneis e coroneis que tiverem o curso de estado-maior ou forem diplomados pela escola do estado-maior, sendo ainda condição para aquelles (capitães) ter um anno de serviço arregimentado e os demais apenas seis mezes. Deste intersticio ficam dispensados os actuaes officiaes do corpo de estado-maior.

Art. 115. Fica extinto o corpo de estado-maior do exercito, cujos officiaes serão incluídos no quadro supplementar, creado pela presente lei, até que sejam distribuídos pelas armas de infantaria, cavallaria, artilharia e engenharia, por promoção em concorrência com os officiaes das referidas armas, de accôrdo com a lei em vigor.

Art. 116. São creados os cargos de inspectores permanentes.

Art. 117. O territorio do Brazil fica dividido em 21 regiões de alistamento, correspondentes aos Estados e ao Districto Federal, as quaes serão subordinadas aos inspectores permanentes.

Art. 118. Ficam creadas 13 regiões de inspecção, assim distribuidas:

- a) Amazonas e territorio do Acre ;
- b) Pará e Aricary ;
- c) Maranhão e Piahy ;
- d) Ceará e Rio Grande do Norte ;
- e) Parahyba e Pernambuco ;
- f) Alagoas e Sergipe ;
- g) Bahia e Espirito Santo ;
- h) Rio de Janeiro e Minas ;
- i) Districto Federal ;
- j) S. Paulo e Goyaz ;
- k) Paraná e Santa Catharina ;
- l) Rio Grande do Sul ;
- m) Matto Grosso.

Art. 119. Para o fim de inspecionar os corpos, as unidades estrategicas e os estabelecimentos militares collocados nessas regiões, o Governo nomeará generaes-inspectores, cujas funcções serão definidas no regulamento que acompanhar a presente lei.

Art. 120. Ficam adoptados, como typo de organização das diversas armas de que se compõe o exercito de 1^a linha, as grandes unidades, as brigadas, os regimentos, os batalhões e o corpo de saúde, devendo as grandes unidades ser organizadas quando o Governo julgar conveniente.

O exercito activo comprehende as grandes unidades, corpos de tropa e unidades independentes, cuja existencia é permanente.

Das unidades componentes de cada arma

a) A infantaria comprehende :

- 15 regimentos ou 45 batalhões de linha ;
- 12 batalhões de caçadores e 13 companhias ;
- 5 companhias de tres secções de tres metralhadoras ;
- 12 secções de tres metralhadoras.

b) A artilharia comprehende:

- 5 regimentos de tres grupos de tres baterias de quatro peças de artilharia montada ;
- 5 baterias de obuzeiros de seis peças cada uma ;
- 3 grupos de artilharia a cavallo, de tres baterias de quatro peças ;

2 grupos de artilharia de montanha, de tres baterias de quatro peças ;

3 batalhões de artilharia de posição, de seis baterias ;

6 batalhões de artilharia de posição, de duas baterias ;

6 baterias de artilharia de posição independentes ;

5 parques, 15 columnas de munição.

c) A cavallaria comprehende :

9 regimentos de linha, de quatro esquadões ;

3 regimentos independentes, de quatro esquadões ;

5 regimentos, para serviço das brigadas de infantaria, de dous esquadões ;

5 pelotões de estafetas e exploradores das brigadas de infantaria ;

7 pelotões de estafetas e exploradores para outras unidades.

d) A engenharia comprehende :

5 batalhões de quatro companhias das brigadas de infantaria ;

17 pelotões de engenharia.

e) O trem comprehende :

5 esquadões, mas não constituindo arma especial ; seus officios e praças pertencem á cavallaria.

Em cada corpo montado haverá um picador, devendo ser conservados os actuaes.

O picador terá as mesmas garantias e vantagens dos segundos tenentes veterinarios.

Dos effectivos

f) Todas as armas terão tres effectivos: maximo, minimo e organimentario. O 1º é o limite a attingir em caso de mobilização, não podendo ser ultrapassado sem prejudicar o commando e administração ; o 2º é o limite a attingir com as reduções, sem perturbar os serviços, nem a existencia permanente de todos os órgãos mesmo os mais rudimentares das unidades ; o 3º é o que attende á situação economica e politica do Estado.

g) A variação dos effectivos entre os combatentes só recahe nos soldados, afim de serem mantidos em sua integridade a organização e os commandos hierarchicos, até o mais elementar, condição essencial á formação de quadros rigidos e experimentados para incorporar reservistas e recrutas, sem que a tropa se resinta da falta de preparo destes.

h) A execução das providencias necessarias ao funcionamento do commando e da administração chamam-se *Serviços*. Os principais são:

de estado-maior ;

de ordenança ;

de armamento e material bellico ;

de saúde e veterinaria;
de justiça;
de administração;
de engenharia.

i) Os serviços do estado-maior referem-se ás relações do commando com a tropa e são os mais geraes. Para que as determinações do commando sejam cumpridas, torna-se preciso que não exijam recursos que não possam ser prestados ou capacidade de acção incompativel com o estado da tropa. Os serviços pautam-se pelas exigencias do commando, cujo orgão é o estado-maior.

j) Os serviços de ordenança comprehendem a transmissão de ordens, os serviços ordinarios e as occurrencias diarias. São agentes desse serviço os capitães e subalternos das armas.

Os serviços de armamento e de material teem como agentes officiaes de artilharia e como objectos os depositos de munição, armamento e material, fabricas e arsenaes.

Os de saúde teem como agentes os medicos, dentistas, pharmaceuticos e veterinarios, e se exercem no campo de batalha, nos hospitais, enfermarias, ambulancias e pharmacias.

Os de justiça teem como agentes especiaes os auditores de guerra, que funcionam nos tribunaes constituídos para cada caso, e, permanentemente, na qualidade de agente de informação e na execução de providencias relativas á justiça.

Os de administração teem como agentes especiaes um quadro de intendentes.

k) Além desses, haverá outros serviços antes e durante as operações, como o de recrutamento, retaguarda e mobilização.

DO CORPO DE SAUDE

l) O corpo de saude comprehende : medicos, dentistas, pharmaceuticos e veterinarios.

m) Os medicos militares terão os mesmos postos dos officiaes do exercito, salvo o de general.

n) Serão recrutados entre os civis, mediante concurso.

DOS DENTISTAS

o) Os dentistas são empregados militares. A sua hierarchia comprehende os postos de 2º tenente a capitão.

p) São recrutados como os medicos militares e promovidos segundo os mesmos principios.

DOS PHARMACEUTICOS

q) Os pharmaceuticos terão os mesmos postos dos officiaes do exercito, salvo o de coronel e general.

r) A sua hierarchia comprehende os postos de 2º tenente a tenente-coronel inclusive.

s) Serão recrutados como os medicos militares e as suas promoções far-se-hão tambem como a dos medicos.

DOS VETERINARIOS

- t) Os veterinarios são igualmente empregados militares.
 u) A sua hierarchia comprehende os postos de 2º tenente a major, exclusive.
 v) Serão recrutados mediante concurso.
 x) Quadro dos officiaes do corpo de saude:

Postos	Medicos	Dentistas	Pharma- ceuticos	Veterinarios
Coroneis.....	3	—	—	—
Tenentes-coroneis	9	—	2	—
Majores.....	27	—	2	—
Capitães.....	50	2	9	2
1ºs tenentes.....	80	8	14	23
2ºs tenentes.....	60	14	16	25

Art. 121. O quadro dos generaes será o seguinte:

- a) generaes de divisão, 8;
 b) generaes de brigada, 20.

Art. 122. Em tempo de paz não haverá mais promoção ao posto de marechal.

Art. 123. E' creado o quadro supplementar destinado aos officiaes do exercito activo que desempenharem funcções estranhas ao Ministerio da Guerra, ou vitalicias, e aos arregimentados que exercerem serviço permanente no estado-maior, nas secretarias, nos arsenaes de guerra, nas fabricas de cartuchos e de polvora, nas escolas e collegios militares, nos quartéis generaes das regiões e in speccões e outras.

Esses officiaes passarão para o quadro acima logo que entrem no exercicio das respectivas funcções e serão delle excluidos quando deixarem as funcções que exerciam ou quando forem promovidos ao posto immediato, e incluidos em sua arma ou corpo de origem. Os que, sendo promovidos, continuarem a exercer as ditas funcções, em virtude de lei que garanta sua permanencia nas mesmas, independente de acção governamental, serão novamente transferidos para o referido quadro.

Art. 124. As praças de pret serão distribuidas em quatro classes, a saber:

- a) aspirantes;
 b) sargentos, comprehendendo os sargentos-ajudantes, 1ºs, 2ºs e 3ºs sargentos;
 c) graduados, constando de cabos e anspeçadas;
 d) soldados.

Art. 125. E' creado um quadro de inferiores encarregados dos trabalhos de escripta nas diversas repartições militares, a juizo do Governo. Estes sargentos, depois de permanecerem dous annos no quadro de amanuenses, concorrerão para o quadro de officiaes da reserva.

Art. 126. São creados depositos de remonta e estabelecimentos agricolas para produção de forragem nos districtos de inspecções.

Art. 127. Logo que fique reorganizado o Ministerio da Guerra serão extintas as direcções de saude, de engenharia e de artilharia e a intendencia geral da guerra, sendo creados depositos para os respectivos materiaes.

Art. 128. Os cargos do magisterio serão providos, de ora em diante, por concurso, com excepção dos officiaes que professarem tactica, os quaes serão nomeados em commissão. Os actuaes professores e adjuntos militares e civis ficarão dispensados das exigencias constantes deste artigo.

Art. 129. O Governo poderá fundar cursos preparatorios, annexos á escola de guerra, exclusivamente destinados aos sargentos que aspirarem ser officiaes.

Art. 130. E' creado o quadro de auditores, assim organizado :

- a) majores, 2 ;
- b) capitães, 4 ;
- c) 1^{os} tenentes, 4 ;
- d) 2^{os} tenentes, 4.

Art. 131. Os auditores são amoviveis e admittidos mediante concurso, ficando excluidos desta ultima condição os actuaes serventuarios, que serão garantidos nos postos em que se acham.

Art. 132. Haverá um sanatorio no Ceará e outro no Paraná, ou em pontos que forem julgados mais convenientes, para tratamento do beriberi e outras molestias tropicaes.

Art. 133. Serão extintos os commandos dos districtos, á proporção que forem sendo installadas as inspecções.

Art. 134. O Governo providenciará sobre o aproveitamento dos empregados civis não demissiveis, dos que tiverem mais de 10 annos de serviço em qualquer dos Ministerios e dos que hajam obtido os seus logares por concurso.

Art. 135. Para o quadro dos veterinarios, creado pela presente lei, poderão ser transferidos os officiaes do primeiro posto, que se sujeitarem a um exame de admissão.

Art. 136. Ficam suspensas em tempo de paz as nomeações de medicos e pharmaceuticos adjuntos, podendo ser aproveitados os actuaes, emquanto bem servirem.

Art. 137. O preenchimento das vagas de 1^{os} e 2^{os} tenentes, que se abrirem na engenharia com a reorganização do exercito, será feito por transferencia voluntaria dos actuaes 1^{os} e 2^{os} tenentes das outras armas, legalmente habilitados ; si, porém, o numero de 1^{os} tenentes nestas condições não fór sufficiente para completar o quadro respectivo, as vagas desse posto serão preenchidas, por ordem de antiguidade, pela promoção dos 2^{os} tenentes das tres armas, igualmente habilitados, que preferirem a referida transferencia.

Art. 138. E' o Governo autorizado :

a) a fechar as escolas de guerra, de artilharia e de engenharia até que tenham desaparecido os 2^{os} tenentes excedentes dos quadros, devendo fixar um prazo para os actuaes alumnos e officiaes,

bem como para os ex-alunos da Escola Militar do Brazil, comprehendidos no decreto legislativo n. 1708, de 5 de setembro deste anno, tirarem os respectivos cursos ;

b) a restabelecer as companhias de aprendizes militares de Ouro Preto, Goyaz, Belém e Porto Alegre, podendo crear outras em localidades convenientes para a sede de taes estabelecimentos ;

c) a organizar a reserva do exercito activo e forças de 2ª linha, de accordo com os principios observados na presente lei ;

d) a reorganizar a administração do exercito, modificando o gabinete do Ministerio da Guerra e regulamentando os serviços administrativo, das inspecções, estabelecimentos militares e unidades combatentes..

Art. 139. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1861 — DE 9 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 60:057\$579, para o pagamento devido, em virtude de sentença judicial, ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 60:057\$579, afim de occorrer ao pagamento devido ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade, em virtude de sentença judicial; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1862 — DE 9 DE JANEIRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 30:510\$700 para o pagamento devido á Companhia Norte Mineira, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 30:510\$700 para pagamento á Companhia Norte Mineira, em virtude de carta precatória, expedida pelo Juizo Federal da Segunda Vara deste districto em 22. de agosto de 1907; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1863 — DE 9 DE JANEIRO DE 1908

Eleva os vencimentos dos pretores e outros funcionarios da justiça do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º São elevados a 10.000\$ os vencimentos dos pretores e promotores do Districto Federal; a 6:000\$ os dos adjuntos de promotores e fixados em 3:120\$ a cada um os dos dous amanuenses do ministerio publico, sendo dous terços de ordenado e um terço de gratificação.

Art. 2.º São equiparados os vencimentos dos juizes do civil, do commercio, dos feitos da fazenda municipal, de orphãos e da provedoria aos dos juizes criminaes.

Art. 3.º O Presidente da Republica abrirá o credito necessario para a execução desta lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1864 — DE 9 DE JANEIRO DE 1908

Approva a Resolução, firmada em 23 de agosto de 1906, pela Terceira Conferencia Internacional Americana, adherindo á Convenção Sanitaria Internacional de Washington.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Art. 1.º E' approvada a Resolução firmada no Rio de Janeiro pela Terceira Conferencia Internacional Americana, em 23 de agosto de 1906, adherindo á Convenção Sanitaria Internacional de Washington e pondo em pratica os seus preceitos.

Art. 2.º Révogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1865 — DE 9 DE JANEIRO DE 1908

Separa a Legação do Brazil em Guatemala da no Mexico, annexando-a á em Cuba e America Central e eleva a categoria do representante diplomatico no Japão, acreditando-o cumulativamente no Imperio da China.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica separada a Legação brasileira em Guatemala da no Mexico.

Art. 2.º A Legação brasileira em Guatemala fica annexada á em Cuba e America Central.

Art. 3.º Fica elevado á categoria de Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario o Ministro Residente do Brazil no Japão.

Art. 4.º Fica o Presidente da Republica autorizado a acreditar tambem no Imperio da China o Ministro do Brazil no Japão.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1866 — DE 9 DE JANEIRO DE 1908

Approva o Tratado de limites e navegação e os protocolos de *modus vivendi* sobre navegação e commercio pelo rio Içá ou Putumayo, firmado em Bogotá em 24 de abril de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Ficam approvadas em todas as suas clausulas o Tratado de limites e navegação e os protocolos de *modus vivendi* sobre navegação e commercio pelo rio Içá ou Putumayo, firmados em Bogotá, a 24 de abril de 1907, pelos plenipotenciarios das Republicas dos Estados Unidos do Brazil e de Colombia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1867 — DE 21 DE MAIO DE 1908

Equipara a Alfandega de Corumbá, no Estado de Matto Grosso á de Paranaguá, no do Paraná.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica a Alfandega de Corumbá, no Estado de Matto Grosso, equiparada á de Paranaguá, no Estado do Paraná ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1868 — DE 29 DE MAIO DE 1908

Manda reverter a favor de D. Luiza Guilhermina de Campos a pensão concedida a esta e outras senhoras pelo decreto legislativo n. 2830, de 22 de março de 1879.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. A pensão de 1:200\$ annuaes, concedida a DD. Luiza Guilhermina de Campos, Emilia Adelaide de Miranda Ribeiro e Anna Julia de Campos pelo decreto legislativo n. 2830, de 22 de março de 1879, reverterá a favor da pensionista sobrevivente, primeira nomeada, D. Luiza Guilhermina de Campos, da data desta lei em deante; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1869 — DE 29 DE MAIO DE 1908

Releva da prescripção em que incorreu o soldado reformado Manoel Dionysio de Santa Anna, para que possa receber o soldo a que tem direito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica relevado da prescripção em que incorreu o soldado reformado do 16º batalhão de infantaria Manoel Dionysio de Santa Anna, para que possa receber do Thesouro Federal o soldo diario de 90 réis, que lhe compete, e autorizado o Presidente da Republica a fazer este pagamento, para o que abrirá o credito necessario; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1870 — DE 29 DE MAIO DE 1908

Autoriza o Governo a mandar contar para a aposentadoria do porteiro da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Minas Geraes, Lucindo Caetano dos Santos, o tempo em que exerceu es cargos de servente e ajudante do cartorario da mesma repartição.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Fago saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar contar, para a aposentadoria do porteiro da Delegacia Fiscal no Estado de Minas Geraes, Lucindo Caetano dos Santos, o tempo em que exerceu os cargos de servente e ajudante do cartorario da mesma repartição, desde 16 de janeiro de 1873 a 5 de julho de 1886.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1871 — DE 29 DE MAIO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Eduardo Studart, juiz federal na secção do Ceará, um anno de licença com os respectivos vencimentos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Fago saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao bacharel Eduardo Studart, juiz seccional no Ceará, um anno de licença com os respectivos vencimentos; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1872 — DE 29 DE MAIO DE 1908

Reorganiza a Colonia Correccional dos Dous Rios e a Guarda Civil.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a organizar a Colonia Correccional dos Dous Rios e a Guarda Civil.

Art. 2.º O pessoal da Colonia Correccional será o constante da tabella annexa e terá os vencimentos nella consignados.

Art. 3.º Fica o Presidente da Republica autorizado a elevar o effectivo dos guardas civis até dous terços do numero fixado na lei n. 947, de 29 de dezembro de 1902.

Art. 4.º Haverá em cada secção de policiamento um fiscal e um ajudante encarregado do expediente, que serão nomeados pelo chefe de policia, conservados enquanto bem servirem, dentre os guardas de 1ª classe, mediante concurso estabelecido no regulamento. Os fiscaes, que serão em numero de 35 perceberão os vencimentos de 225\$ e os ajudantes, em numero de 21, os de 215\$000.

Art. 5.º As licenças aos guardas civis devem ser concedidas pelo chefe de policia até 60 dias.

Art. 6.º A guarda civil será applicado o disposto no art. 4.º do decreto n. 1631, de 3 de janeiro de 1907.

Art. 7.º No regulamento que o Presidente da Republica expedir para a guarda civil serão determinadas as attribuições dos funcionarios e guardas, o regimen e penas disciplinares, a forma do policiamento, as condições de admissão e o mais que julgar conveniente á completa organização e aos fins da corporação.

Art. 8.º O Presidente da Republica expedirá os regulamentos e abrirá os necessarios creditos para execução desta lei, inclusive para obras e edificações na Colonia Correccional dos Dous Rios, mobilia para as diversas dependencias, aquisição de machinismos, vehiculos, transportes terrestres e maritimos, plantas, sementes, animaes, forragens, ferragens e arreamentos, e não excedendo a despesa de 150:000\$000.

Art. 9.º Fica o Presidente da Republica autorizado a criar e regular, sem onus para os cofres publicos, uma caixa beneficente para a guarda civil desta Capital.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908, 29.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

TABELLA A QUE SE REFERE O ART. 2º

	Ordenado	Gratificação	Total
1 director.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1 medico.....	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
1 pharmaceutico.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1 escripturario.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
1 amanuense.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 almoxarife.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1 professor.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 agronomo.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 ajudante de agronomo...	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
1 mestre de officinas.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 porteiro.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
1 feitor de nucleos.....	—	1:500\$000	1:500\$000
20 guardas.....	—	1:200\$000	24:000\$000

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908.—*Augusto Tavares de Lyra.*

DECRETO N. 1873 — DE 29 DE MAIO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, a Carlos Augusto Pereira, carteiro da Administração dos Correios do Maranhão, para tratamento de saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, a Carlos Augusto Pereira, carteiro da Administração dos Correios do Maranhão, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1874 — DE 4 DE JUNHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a jubilar com todos os vencimentos do cargo que exerce o Dr. Nuno de Andrade, logo que elle tiver completado 30 annos de exercicio, computado para esse effeito o tempo que serviu o cargo de director de saude publica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancção a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a jubilar, de accordo com o disposto no art. 70 da Constituição Federal e com todos os vencimentos do cargo que exerce, o Dr. Nuno de Andrade, logo que elle tiver completado 30 annos de exercicio nesse cargo, computado para esse effeito o tempo que serviu o cargo de director de saude publica; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1875 — DE 4 DE JUNHO DE 1908

Concede a pensão mensal de 12\$ ao cabo reformado do exercito Lino Ribeiro de Novaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancção a seguinte resolução :

Artigo unico. E' concedida, sem prejuizo do soldo que actualmente percebe, ao cabo reformado, furriel graduado do exercito, Lino Ribeiro de Novaes a pensão mensal de 12\$; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1876 — DE 4 DE JUNHO DE 1908

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao assistente do Observatorio do Rio de Janeiro José Dionysio Meira, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao assistente do Observatorio do Rio de Janeiro José Dionysio Meira, para tratar de sua saúde ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1877 — DE 10 DE JUNHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 124:397\$200 para occorrer á despeza com a construcção do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de... 124:397\$200 para occorrer á despeza com a construcção do edificio da Escola Nacional de Bellas Artes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1908; 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1878 — DE 10 DE JUNHO DE 1908

Equipara os vencimentos do sub-secretaire, dos amanuenses, do bibliothecario e do sub-bibliothecario da Escola Polytechnica aos dos funcionarios de igual categoria das Faculdades de Medicina.

o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam desde já equiparados os vencimentos do sub-secretaire, dos amanuenses, do bibliothecario e do sub-bibliothecario da Escola Polytechnica aos dos funcionarios de igual categoria das Faculdades de Medicina.

Art. 2.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir no corrente exercicio o credito necessario para fiel execução da presente lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1879 — DE 25 DE JUNHO DE 1908

Concede a pensão mensal de 60\$ a Emilia Seabra Machado

o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º É concedida a pensão mensal de 60\$, enquanto viver a viuva do guarda civil Augusto Peregrino Alves Machado, Emilia Seabra Machado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1880 — DE 25 DE JUNHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, com ordenado, em prorrogação, ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Pedro Adalberto Fernandes,

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Pedro Adalberto Fernandes, conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, seis mezes de licença, com ordenado, para tratamento de sua saúde, em prorrogação da em cujo gozo se acha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1881 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 18:873\$320 para oócorrer ao pagamento devido a Benjamin Elyseu de Moraes Avelino, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 18:873\$320 para oócorrer ao pagamento de Benjamin Elyseu de Moraes Avelino, em virtude de sentença judiciaria, que annullou a suas exoneração do cargo de escripturario da Delegacia Fiscal no Piahy; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1882 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 48:357\$987 para o pagamento devido ao Dr. Paulo Martins Fontes, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 48:357\$987, destinado ao pagamento devido ao Dr. Paulo Martins Fontes, em virtude de sentença judiciaria, conforme a carta precatoria de 30 de setembro de 1907, expedida pelo juiz seccional da Bahia ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1883 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:711\$580 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica. autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:711\$580 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, em virtude de sentença judiciaria ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1884 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 28:708\$156 para o pagamento devido a José Bernardino Ribeiro Guimarães, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 28:708\$156 para occorrer ao pagamento devido a José Bernardino Ribeiro Guimarães, em virtude de sentença judiciaria, conforme carta precatoria do juizo federal da 1ª vara deste Districto, expedida em 21 de novembro de 1907; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1885 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para occorrer á despesa com o premio de viagem conferido ao Dr. João Moreira de Mello Magalhães.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para occorrer á despesa com o premio de viagem conferido ao Dr. João Moreira de Mello Magalhães; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1886 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Celestino Borroul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao Dr. Celestino Bourroul; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1887 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Clodomiro Augusto de Oliveira, secretario da Escola de Minas de Ouro Preto, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Clodomiro Augusto de Oliveira, secretario da Escola de Minas de Ouro Preto, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1888 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Henrique João Dodsworth, juiz da Côrte de Appellação, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Henrique João Dodsworth, juiz da Côrte de Appellação, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1889 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel Sebastião do Rego Barros Junior.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem ao bacharel Sebastião do Rego Barros Junior ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1890 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 48:360\$080 para pagamento de vencimentos ao tenente Franklin Barbosa de Andrade, ao tenente-coronel Joaquim José de Castro Sampaio Filho e ao alferes Herculano Teixeira de Magalhães.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 48:360\$080 para occorrer aos pagamentos que se seguem, de vencimentos relativos aos annos de 1905, 1906 e 1907, conforme as respectivas folhas:

Ao tenente Franklin Barbosa de Andrade.....	13:112\$046
Ao tenente-coronel Joaquim José de Castro Sampaio Filho.....	28:237\$400
Ao alferes Herculano Teixeira de Magalhães.....	7:010\$634
	<hr/>
	48:360\$080

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1891 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Concede ao Dr. Epitacio Pessoa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, licença por seis mezes, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' concedida ao Dr. Epitacio Pessoa, Ministro do Supremo Tribunal Federal, licença, por seis mezes, com todos os

Legislativo — 1908

vencimentos, para tratamento de sua saúde onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1892 — DE 9 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel João Vieira de Souza Filho, procurador da Republica na secção do Maranhão, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao bacharel João Vieira de Souza Filho, procurador da Republica na secção do Maranhão, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1893 — DE 16 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:887\$ para pagamento ao tenente-coronel José Faustino da Silva.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 3:887\$ para occorrer ao pagamento de igual quantia devida ao tenente-coronel José Faustino da Silva, como lente cathedratice da extincta

Escola Militar do Ceará, proveniente da diferença de vencimentos e da gratificação adicional de 5 % que deixou de perceber até 31 de dezembro de 1905 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1894 — DE 16 DE JULHO DE 1908

Declara que reverte ao serviço activo do exercito, com a patente de general de brigada, o general de brigada reformado Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Reverte ao serviço activo do exercito, com a patente de general de brigada, independente de vaga e sem prejuizo do preenchimento das que posteriormente se abrirem, o general de brigada reformado Dionysio Evangelista de Castro Cerqueira; não se lhe contando, porém, para effeito algum, o tempo passado na situação de reforma, a partir de 18 de novembro de 1891 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1895 — DE 18 DE JULHO DE 1908

Manda contar tempo de serviço ao capitão-tenente honorario Dr. João Cordeiro da Graça para accrescimo de vencimentos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º De accordo com os decretos ns. 3233, de 17 de março de 1899, e 3652, de 2 de maio de 1900, referentes á Escola Naval, seja contado, para accrescimo de vencimentos, o tempo de

serviço do capitão-tenente honorário Dr. João Cordeiro da Graça, a que se referem os citados decretos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1896 — DE 20 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 29:587\$477, papel, para pagamento ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, 1º secretario de legação em disponibilidade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 29:587\$477, papel, para occorrer ao pagamento devido ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, como 1º secretario de legação em disponibilidade inactiva, desde 3 de março de 1892 até 20 de dezembro de 1906, devendo ser deduzida daquella importancia a que recebeu como aposentado; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1897 — DE 23 DE JULHO DE 1908

Concede a pensão mensal de 150\$000 a D. Eulalia de Paula Baptista

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica concedida a D. Eulalia de Paula Baptista, viuva do conselheiro Francisco de Paula Baptista, a pensão mensal de 150\$; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1898 — DE 23 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:653\$320 para o pagamento devido a Karl Hoepecke & Comp., em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:653\$320 para pagamento de igual quantia devida a Karl Hoepecke & Comp., em virtude de precatoria expedida pelo juiz federal de Santa Catharina, em 26 de setembro de 1907 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1899 — DE 23 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:076\$187 para o pagamento devido ao Dr. Antonio José Pinto, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:076\$187 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Antonio José Pinto, juiz seccional aposentado, em virtude de sentença judiciaria, conforme carta precatoria do juiz federal do Rio Grande do Sul ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista,

DECRETO N. 1900 — DE 23 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores creditos supplementares, na importancia total de 190:830\$020, sendo 48:304\$020 a verba 6ª e 142:526\$ a verba 8ª do orçamento do exercicio de 1908.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, um credito de 48:304\$020, supplementar á verba 6ª do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, para pagamento, no corrente exercicio, do acrescimo de vencimentos que tiveram os funcionarios da Secretaria do Senado, nos termos da resolução dessa Camara, de 19 de maio de 1908.

Art. 2.º Fica o Governo igualmente autorizado a abrir, pelo mesmo Ministerio, o credito de 142:526\$, supplementar á verba 8ª do referido art. 2º da lei citada, sendo: 52:494\$ para occorrer ao pagamento, no corrente exercicio, do augmento de vencimentos dos funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados e de 5:400\$ para pagamento de despesas com o material da mesma secretaria, tudo em cumprimento da deliberação da Camara, de 27 de dezembro de 1907; 2:972\$ para pagamento de vencimentos, a contar de 1 de julho deste anno, e de gratificação adicional e vencimentos, de janeiro a junho, tambem deste anno, a um continuo promovido a ajudante do porteiro da secretaria, logar creado por deliberação da Camara, de 11 de agosto de 1905; 1:800\$ para pagamento de vencimentos, a contar de 1 de julho do mesmo anno, a um auxiliar da secretaria, cargo creado pela Comissão de Policia, em virtude de autorização da Camara, contida na deliberação de 28 de dezembro de 1907, e de 79:860\$ para occorrer ao pagamento das despesas com o serviço stenographico da mesma Camara, durante os mezes de agosto a dezembro, inclusive, do corrente anno.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1901 — DE 24 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1.044:857\$600, supplementar á verba 9^a—Soldos, etapas e gratificações de officiaes — do art. 16 da Lei de Orçamento vigente e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1.044:857\$600, supplementar á verba 9^a—Soldos, etapas e gratificações de officiaes—do art. 16 da Lei de orçamento vigente, para occorrer, no 2º semestre de 1908, ao augmento de despezas, inclusive adeantamentos de soldos, proveniente do decreto n. 6971, de 4 de junho do mesmo anno, que deu nova organização ao exercito nacional.

Art. 2.º Para execução da disposição anterior, bem como para a da lei n. 1296, de 14 de dezembro de 1904, e do decreto n. 6476, de 16 de maio de 1907, o Presidente da Republica poderá fazer as operações de credito que forem necessarias.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de julho de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1902 — DE 27 DE JULHO DE 1908

Extingue as classes de sub-ajudantes e praticantes-machinistas da armada, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Ficam extinetas as classes de sub-ajudantes e praticantes de machinistas.

Art. 2.º Os actuaes sub-ajudantes e praticantes de machinistas passarão a ser denominados sub-machinistas, e na hierarchia militar occuparão posição correspondente á de piloto da armada.

Art. 3.º Os actuaes sub-ajudantes e praticantes ficam obrigados a prestar os exames de que tratam os arts. 23 e 24 do regulamento annexo ao decreto n. 4417, de 29 de maio de 1902, na época para esse fim determinada.

Art. 4.º Os sub-machinistas terão a bordo alojamento especial mais proximo da machina e ahi arrancharão.

Art. 5.º Os sub-machinistas perceberão os mesmos vencimentos que competem aos actuaes sub-ajudantes de machinistas.

Art. 6.º Os actuaes praticantes, classificados sub-machinistas, continuarão com os vencimentos que percebem actualmente, até satisfazerem as exigencias do regulamento em vigor para o accesso de classe.

Art. 7.º Os alumnos da Escola Naval, que concluirem o curso de machinas, passarão para o corpo de machinistas como sub-machinistas e terão os vencimentos dos actuaes praticantes de machinistas, até satisfazerem as exigencias do regulamento em vigor para o accesso dos praticantes machinistas actuaes.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1903 — DE 30 DE JULHO DE 1908

Releva da prescripção em que tiver incorrido D. Rosa Penedo Ahrens, para que possa receber no Thesouro Nacional a quantia de 11:958\$065.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica relevada da prescripção em que tiver incorrido D. Rosa Penedo Ahrens, mãe do alferes de infantaria Felipe Nery Penedo Ahrens, para que possa receber no Thesouro Nacional a quantia de 11:958\$065, importancia do montepio e meio-soldo, a contar de 26 de junho de 1897 até 16 de outubro de 1905, e autorizado o Presidente da Republica a effectuar o pagamento da mencionada quantia, para o que poderá abrir o credito necessario; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1904 — DE 30 DE JULHO DE 1908

Concede isenção de direitos aduaneiros para os objectos e materiaes destinados á Santa Casa de Misericórdia da Capital Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos aduaneiros para os medicamentos, fazendas e objectos de uso dos enfermos e orphãos recolhidos aos hospitaes, asylos e recolhimentos mantidos pela Santa Casa de Misericórdia da Capital Federal, e bem assim para o serviço funerario e para os materiaes destinados ao Hospital Geral, hospícios, asylos, estabelecimentos de caridade e aos reparos dos edificios de sua propriedade.

Art. 2.º E' o Presidente da Republica autorizado a restituir á referida Santa Casa a quantia de 13:763\$890, que pagou por direitos de importação do material destinado ao edificio em construção, á rua Miguel de Frias, destinado ao tratamento de crianças; podendo abrir o necessario credito.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1905 — DE 30 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 249:700\$660 para o pagamento devido a D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 249:700\$660, papel, para occorrer ao pagamento de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, em virtude de carta precatoria expedida pelo juiz federal da 1ª vara

desta Capital, em 26 de agosto de 1907; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1906 — DE 30 DE JULHO DE 1908

Concede ao ministro do Supremo Tribunal Federal bacharel Antonio Augusto Cardoso de Castro um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' concedido ao ministro do Supremo Tribunal Federal bacharel Antonio Augusto Cardoso de Castro um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1907 — DE 30 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saude, ao Dr. Mario Moreira Bastos, engenheiro ajudante da commissão de estudos e construcção de obras contra os efeitos das seccas no Rio Grande do Norte.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Mario Moreira Bastos, engenheiro ajudante da commissão de estudos e construcção de obras contra os efeitos das seccas no Rio

Grande do Norte, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saúde.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1908 — DE 30 DE JULHO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Pedro Lucio Rodrigues, carteiro de 3 classe da Administração dos Correios de Pernambuco, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Pedro Lucio Rodrigues, carteiro de 3ª classe da Administração dos Correios de Pernambuco, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1909 — DE 30 DE JULHO DE 1908

Releva D. Marianna Alexandrina de Souza Costa da prescrição em que incorreu, para receber o meio soldo a que tem direito, de 9 de fevereiro de 1894 a 11 de setembro de 1900.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica relevada da prescrição em que incorreu D. Marianna Alexandrina de Souza Costa, para que possa receber o meio soldo, á razão de 45\$ mensaes, que lhe toca, na qualidade de mãe do alferes do batalhão patriótico 23 de Novembro Homer-

ville Rodrigues da Costa, morto no combate de 9 de fevereiro de 1894, desde essa data até 11 de setembro de 1900, podendo o Poder Executivo abrir o credito necessario para a execução desta lei; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1903, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1910 — DE 4 DE AGOSTO DE 1908

Releva a prescrição em que incorreu D. Maria Rita de Figueiredo para que possa receber o meio-soldo deixado por seu pae.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica relevada a prescrição para que D. Maria Rita de Figueiredo possa receber o meio-soldo deixado por seu pae o capitão João Teixeira de Brito, desde o dia do fallecimento de sua mãe D. Senhorinha Gaudie Nunes de Brito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1903, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1911 — DE 4 DE AGOSTO DE 1908

Releva da prescrição em que incorreu D. Francisca da Silva Lopes para que possa receber o montepio civil do Ministerio da Guerra, de 10 de fevereiro de 1897 a 30 de dezembro de 1901.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica relevada a prescrição para que D. Francisca da Silva Lopes, viuva do escripturario da Escola Militar do Brazil Pedro Maria Lopes, possa receber as pensões do montepio civil

do Ministerio da Guerra, de 10 de fevereiro de 1897 a 30 de dezembro de 1901.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1912 — DE 5 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 12:035\$940 para o pagamento devido a Carlos Mesiano, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 12:035\$940 para occorrer ao pagamento de Carlos Mesiano, em virtude de sentença judiciaria ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA,

David Campista.

DECRETO N. 1913 — DE 5 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 55:812\$714 para occorrer ao pagamento devido á Companhia Colonização e Industria de Santa Catharina, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 55:812\$714 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de accórdão do Supremo Tribunal Federal, á Companhia Colonização

e Industria de Santa Catharina ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1914 — DE 5 DE AGOSTO DE 1908

Releva a prescrição para que D. Maria Amalia Carneiro de Miranda possa receber a pensão de meio-soldo deixada por seu pae, correspondente aos exercicios de 1890 e 1891.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º E' concedida relevação de prescrição para que D. Maria Amalia Carneiro de Miranda possa receber no Thesouro Federal a pensão de meio-soldo deixada por seu pae, o tenente-general Barão de S. Borja, correspondente aos exercicios de 1890 e 1891.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1915 — DE 6 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 269:558\$826 para o pagamento devido a D. Francisca Borges Monteiro e outros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario da quantia de 269:558\$826 para occorrer aos pagamentos: de 30:000\$ a D. Francisca Borges Monteiro, viuva e meeira do Dr. Carlos Borges Monteiro ; 59:558\$826 aos filhos menores deste, e 60:000\$ a cada um dos Drs. Pedro Francellino Guimarães Filho, Cezario da Silva

Pereira e Antonio Angra de Oliveira, nos termos do accordo feito no referido Ministerio, em data de 29 de novembro de 1907; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1916 — DE 6 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Francisco Corrêa Pinto telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Francisco Correa Pinto, telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1917 — DE 6 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 40:000\$, ouro, destinado ás despezas de viagem e representação do Marechal Hermes da Fonseca e General de Divisão Luiz Mendes de Moraes, e ás que tenha de fazer a Legação do Brazil em Berlim.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de 40:000\$, ouro, afim de occorrer ás despezas de viagem e representação

do Marechal Hermes da Fonseca, Ministro de Estado da Guerra, e do General de Divisão Luiz Mendes de Moraes, commandante do 4º Districto Militar, convidados por Sua Magestade o Imperador Allemão e Rei da Prussia para assistir á grande parada de 1 de setembro em Tempelhof e ás manobras do exercito allemão, e bem assim ás despesas que pelo mesmo motivo terá de fazer a Legação do Brazil em Berlim ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1918 — DE 7 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 56:787\$944 para pagamento de docentes militares.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 56:787\$944 para occorrer ao pagamento de docentes militares, nos termos do art. 31 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

LEI N. 1919 — DE 8 DE AGOSTO DE 1908

Fixa as forças de terra para o exercicio de 1909

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancciono a seguinte lei:

Art. 1.º As forças de terra para o exercicio de 1909 constarão:

§ 1.º Dos officiaes das differentes classes e quadros creados pela lei de reorganização do exercito ;

§ 2.º Dos aspirantes a official ;

§ 3.º Dos actuaes alumnos da Escola de Guerra, sem direito a nova matricula os que forem desligados no corrente anno;

§ 4.º Do quadro de inferiores creado pelo art. 125 da lei n. 1860, do 4 de janeiro de 1908;

§ 5.º De 20.000 praças de preto, distribuidas de accordo com a organização em vigor, podendo esse effectivo ser elevado ao maximo da citada organização no caso de ser necessaria a mobilização do exercito.

Art. 2.º As praças serão obtidas pela forma expressa no artigo 87, § 4º, da Constituição Federal, sendo os contingentes que os Estados e o Districto Federal devem fornecer proporcionaes ás respectivas representações da Camara dos Deputados do Congresso Nacional e, no caso de haver em qualquer estado maior numero de voluntarios que o contingente pedido, proceder-se-ha como determina o art. 187 do regulamento que baixou com o decreto n. 6947, de 8 de maio de 1908.

Art. 3.º Os voluntarios de mais de um anno e os sorteados terão direito ao soldo, etapa e á gratificação diaria de 125 réis; as praças, porém, que satisfizerem as condições exigidas pelo art. 67 da lei n. 1860, de 4 de janeiro de 1908, e continuarem sem interrupção nas fileiras, como engajadas ou reengajadas, perceberão, além do soldo e da etapa, a diaria de 250 réis.

Art. 4.º Fica o Governo autorizado a convocar para periodos de manobras nos Estados e no Districto Federal até 20.000 reservistas de 1ª linha, obtidos de accordo com os arts. 18, 63, 97, 98 e respectivo paragrapho da citada lei n. 1860.

§ 1.º O numero de reservistas nos Estados e no Districto Federal será proporcional aos respectivos alistamentos e constantes dos registros militares.

§ 2.º Os reservistas convocados gosarão dos favores concedidos aos sorteados pelo art. 55 da referida lei n. 1830, de 4 de janeiro ultimo.

§ 3.º Para as manobras ser-lhes-ha fornecido fardamento por emprestimo.

§ 4.º Findas as manobras receberão em dinheiro, de uma só vez, além dos meios de transporte, tantas meias etapas quantos forem os dias de viagem, sem alimentação á custa do Estado.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

João Pedro Xavier da Camara.

DECRETO N. 1920 — DE 8 DE AGOSTO DE 1908

Fixa a força naval para o exercício de 1909

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º A força naval para o exercício de 1909 constara:

§ 1.º Dos officiaes do corpo da armada e classes annexas constantes dos respectivos quadros.

§ 2.º De 50, no maximo, aspirantes a guardas-marinha e 50 alumnos do curso de machinas da Escola Naval.

§ 3.º De 5.000 praças do corpo de marinheiros nacionaes, inclusive 118 para a companhia de Matto Grosso.

§ 4.º De 1.200 foguistas contractados.

§ 5.º De 3.000 aprendizes marinheiros.

§ 6.º De 607 praças do corpo de infantaria de marinha.

Art. 2.º Em tempe de guerra a força naval compor-se-ha do pessoal que for necessario.

Art. 3.º O tempo de serviço dos marinheiros nacionaes, procedentes das escolas, será de 15 annos, contados da data de sua matricula.

Art. 4.º O tempo de serviço dos voluntarios será de 10 annos.

Art. 5.º Os marinheiros que, findo o tempo de serviço, se engajarem por tres annos, receberão soldo e meio, e aquelles que, concluido esse novo prazo, se reengajarem por mais tres, quatro ou cinco annos, perceberão soldo dobrado.

Art. 6.º Os voluntarios perceberão a gratificação diaria de 125 réis e as praças que, findo o seu tempo de serviço, continuarem nas fileiras, com ou sem engajamento, terão a gratificação de 250 réis diarios.

Art. 7.º As praças que se reengajarem terão direito ao valor em dinheiro das peças de fardamento gratuitamente distribuidas por occasião de verincarem a primeira praça.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1921 — DE 13 DE AGOSTO DE 1908

Considera bachareis em sciencias os militares que obtiveram o curso geral pelo regulamento de 12 de abril de 1890 e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º São considerados bachareis em sciencias os militares que obtiveram o curso geral pelo regulamento de 12 de abril de 1890, quaesquer que tenham sido suas approvações.

Paragrapho unico. O Governo providenciará para que se expcam os competentes titulos aos officiaes que os não possuam, em consequencia do disposto no art. 36 do citado regulamento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908, 20º da Republica..

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA..

João Pedro Xavier da Camara.

DECRETO N. 1922 — DE 13 DE AGOSTO DE 1908

Releva a prescripção em que haja incorrido D. Amelia do Prado Mariath para a percepção de meio soldo..

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' concedida a D. Amelia do Prado Mariath, viuva do tenente reformado do exercito João Guilherme Mariath, relevação da prescripção em que haja incorrido para percepção de vencimentos de meio soldo a que tem direito.

Art. 2.º São revogauas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA..

David Campista.

DECRETO N. 1923 — DE 13 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 14:863\$826 para occorrer ao pagamento devido a D. Adelaide Nascimento Torres, em virtude de sentença judicialia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 14:863\$826 para occorrer ao pagamento devido a D. Adelaide Nascimento Torres, viuva do Dr. Francisco de Almeida Torres, em virtude de sentença judicialia, nos termos da precatoria expedida pelo juiz federal na secção do Paraná; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1924 — DE 13 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 337:543\$946 para pagamento devido a Machado & Carvalho e Silva & Carvalho, em vista de sentença judicialia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 337:543\$946 para occorrer ao pagamento devido a Machado & Carvalho e Silva & Carvalho, em virtude de sentença judicialia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1925 — DE 13 DE AGOSTO DE 1908

Releva a prescrição de dívida de montepio a D. Maria Paula da Cunha, viuva do capitão do exercito Augusto Cesar da Cunha, e autoriza a abertura do credito para o respectivo pagamento.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica revogada a prescrição em que tiver incorrido D. Maria Paula da Cunha, viuva do capitão do exercito Augusto Cesar da Cunha, para a percepção do montepio que lhe toca no periodo decorrido de 2 de janeiro de 1891 a 22 de fevereiro de 1904, podendo o Poder Executivo abrir o credito necessario para a execução desta lei ; sendo revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1926 — DE 13 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito suplementar de 45:459\$ á verba 6ª do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1908.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 45:459\$, suplementar á verba 6ª — Secretaria do Senado—, do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, sendo: 475\$ na consignação — Pessoal—para pagar a um continuo a melhoria da dispensa que teve em virtude de deliberação do Senado, tomada em sessão de 22 de junho de 1908, e 44:984\$ na consignação—Material— para custeio do serviço tachygraphico do Senado nos mezes de agosto a dezembro do corrente exercicio, de conformidade com a modificação feita no contracto existente para execução daquelle serviço, e para aquisição de fardamentos destinados aos porteiros, ajudantes destes, continuos e serventes dessa Camara.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1927 — DE 13 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Antonio Hortencio Cabral de Vasconcellos, procurador da Republica na secção da Parahyba, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao bacharel Antonio Hortencio Cabral de Vasconcellos, procurador da Republica na secção do Estado da Parahyba, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1908, 20^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1928 — DE 14 DE AGOSTO DE 1908

Manda contar de 14 de agosto de 1894 a antiguidade de posto do 2^o tenente Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Artigo unico. A antiguidade de posto do 2^o tenente Antenor de Santa Cruz Pereira de Abreu deve ser contada da data de 14 de agosto de 1894, em que nesse posto foi commissionado, por constar da sua fé de officio que mereceu essa distincção por actos de bravura e publicados em ordem do dia do commando da guarnição em que servia.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1908, 20^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

João Pedro Xavier da Camara.

DECRETO N. 1929 — DE 24 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha os creditos : especial de 24:858\$486 e supplementar de 2:400\$ para pagamento da differença de vencimento e de soldo a que tem direito o almirante Arthur de Jaceguay.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Marinha, um credito especial de 24:858\$486 para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos a que tem direito o almirante Arthur de Jaceguay, a contar de 8 de outubro de 1902 até 31 de dezembro de 1907; de 2:400\$, supplementar á verba 8ª do art. 18 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer ao pagamento da differença de soldo que cabe ao mesmo almirante, no corrente exercicio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1930 — DE 27 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 384:000\$, papel, supplementar a verba 14ª do art. 16 da lei n. 1841, de 31 de agosto de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 384:000\$, papel, supplementar á sub-consignação— Construcção da Fabrica de polvora sem fumaça —da verba 14ª—Obras militares—do art. 16 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, para conclusão das obras da referida fabrica e installação da officina de nitrificação pelo processo Tomson; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

João Pedro Xavier da Camara.

DECRETO N. 1931 — DE 27 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a installação e o expediente das juntas de alistamento e de sorteio militar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 100:000\$ para occorrer ás despesas com a installação e o expediente das juntas de alistamento e de sorteio militares, de que trata a lei n. 1860, de 4 de janeiro de 1908; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

João Pedro Xavier da Camara.

DECRETO N. 1932 — DE 27 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Elias Fernandes Leite, auditor de guerra do 1º districto militar, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao capitão auditor de guerra do 1º districto militar bacharel Elias Fernandes Leite um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude onde lhe convier, dentro ou fóra do paiz; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

João Pedro Xavier da Camara.

DECRETO N. 1933 — DE 27 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:496\$550 para pagamento de vencimentos relativos ao anno de 1907, ao capitão da Força Policial deste districto José Cicero Bianchi.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 5:496\$550 para pagamento de vencimentos relativos ao anno de 1907, ao capitão da Força Policial deste Districto José Cicero Bianchi; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1934 — DE 27 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza a abertura do credito extraordinario de 5:405\$726 para occorrer ao pagamento devido ao major Adolpho Carneiro da Fontoura, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:405\$726 para pagamento ao major Adolpho Carneiro da Fontoura, professor da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1935 — DE 27 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza a abertura do credito extraordinario de 5:419\$656 para pagamento ao major José Raphael Alves de Azambuja, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 5:419\$656 para pagamento ao major José Raphael Alves de Azambuja, professor da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul, em virtude de sentença judiciaria ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1936 — DE 27 DE AGOSTO DE 1908

Releva a prescrição da divida, proveniente de ordenado do juiz de direito em disponibilidade Francisco Marques da Cunha, na importância de 5:954\$838.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica relevada a prescrição em que, porventura, tenha incorrido o direito de Francisco Marques da Cunha a receber a quantia de 5:954\$838, proveniente dos seus ordenados de juiz de direito em disponibilidade a contar de 1 de janeiro de 1893 a 24 de julho de 1895, como tudo consta dos avisos n. 3530, de 15 de dezembro de 1896, e 3517, de 31 de agosto de 1907, do Ministerio da Justiça ao da Fazenda ; fazendo-se para esse fim as necessarias operações de credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1937 — DE 27 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 19:302\$626 para occorrer ao pagamento devido a D. Serafina de Lima Pitaluga, em virtude de sentença judicialia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 19:302\$626 para occorrer ao pagamento devido a D. Serafina de Lima Pitaluga, viuva do juiz de direito em disponibilidade Dr. Luiz Bartholomeu Marques Pitaluga, em virtude de sentença judicialia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1938 — DE 27 DE AGOSTO DE 1908

Autoriza a abertura do credito extraordinario de 8:500\$368 para pagamento a D. Engracia Marcondes Ribeiro de Faria, em virtude de sentença judicialia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 8:500\$368 para occorrer ao pagamento de D. Engracia Marcondes Ribeiro de Faria, viuva do ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Joaquim Francisco de Faria, como meeira e inventariante do espolio de seu marido, em virtude de sentença judicialia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1939 — DE 28 DE AGOSTO DE 1908

Declara que a acção de que trata o art. 13 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, só poderá ser exercida pelo processo estabelecido no mesmo artigo e prescreve dentro de um anno, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º O direito de usar do processo summario especial do art. 13 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, cessa, uma vez decorrido o prazo de um anno da data da publicação do acto ou decisão administrativa e, não havendo essa publicação, da data em que os interessados tiverem sciencia das mesmas (lei citada, art. 13, § 5º).

Art. 2.º Ficam supprimidos : o vocabulo — subjectivo — do § 3º e todo o § 7º do referido art. 13 da lei, e bem assim, no § 16, em vez « da presente lei », entenda-se : « do presente artigo ».

Art. 3.º No art. 47, § 2º, da lei, em vez de « do summario » diga-se : « pelo summario » ; assim como, no art. 54, n. IV e no art. 58 da dita lei, onde estiverem as palavras « appellação ou appellações », entenda-se : « recurso extraordinario » (Constituição, art. 59, § 1º e art. 61, parte final).

Art. 4.º São revogados os arts. 10 e 83 da citada lei n. 221, e do mesmo modo o art. 16 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890.

Art. 5.º A competencia conferida aos juizes seccionaes, relativamente a marcas de fabrica, propriedade litteraria e privilegios de invenção, pelo art. 12 da lei n. 221, refere-se sómente aos actos de caracter *internacional* (Constituição, art. 60, letras *f e h* ; lei n. 1236, de 24 de setembro de 1904, art. 31).

Art. 6.º O processo summario especial de que trata o art. 13 da referida lei será igualmente applicavel aos actos e decisões das autoridades administrativas dos Estados e municipios, sempre que a respectiva acção tenha de ser proposta no juizo federal por ser directamente fundada em dispositivos da Constituição Federal (Constituição Federal, art. 60).

Art. 7.º Das sentenças que annullarem, no todo ou em parte, os actos e decisões administrativas, assim como de quaesquer outras proferidas contra a Fazenda Federal, caberá, com effeito suspensivo, o recurso de appellação, interposto *ex-officio* pelo respectivo juiz. Esse mesmo effeito terá o recurso quando interposto pela parte contraria ; ficando nesta parte ampliado o disposto no art. 59 da lei n. 221, de 1894.

Art. 8.º Quando contra os actos ou decisões das autoridades administrativas fôr allegada a inconstitucionalidade de taes actos ou decisões, não obstante serem os mesmos conformes com as leis ou regulamentos em vigor, a decisão final do Supremo Tribunal

Federal deverá ser proferida estando presentes, pelo menos, 10 de seus membros desimpedidos (decreto n. 938, de 29 de dezembro de 1902, art. 1º).

Art. 9.º A prescrição quinquennal de que gosa a Fazenda Federal (decreto n. 857, de 12 de novembro de 1851, arts. 1º e 2º) se applica a todo e qualquer direito e acção que alguém tenha contra a dita Fazenda, e o prazo da prescrição corre da data do acto ou facto do qual se originar o mesmo direito ou acção, salvo a interrupção por meios legaes.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1940 — DE 29 DE AGOSTO DE 1908

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até ao dia 3 de outubro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar a actual sessão legislativa até ao dia 3 de outubro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1941 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a pagar á viuva e aos filhos menores de Albino José da Silva, ex-administrador das Capatazias da Alfandega de Paranaguá, a pensão do montepio por elle instituido.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretoou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a pagar á viuva e aos filhos menores do ex-administrador das Capatazias da

Alfandega de Paranaguá. Albino José da Silva, a contar da data do seu fallecimento, a pensão do montepio por elle instituido.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario:

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1908, 20.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1942 — DE 3 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa, juiz de direito da 5ª vara criminal do Districto Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Raymundo da Motta de Azevedo Corrêa, juiz de direito da 5ª vara criminal do Districto Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1943 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a relvar a prescripção em que incorreu o direito de D. Leopoldina dos Santos Barroso a perceber o meio soldo deixado por seu fallecido marido.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica relevada a prescripção em que incorreu o direito de D. Leopoldina dos Santos Barroso a perceber o meio soldo

deixado por seu fallecido marido, o capitão da Guarda Nacional João Antonio dos Santos Barroso, a contar de 31 de maio de 1894.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1944 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 23:625\$780 para o pagamento devido a Boris Frères e José Antonio de Souza, em virtude de sentença judicialia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 23:625\$780 para occorrer ao pagamento devido a Boris Frères e José Antonio de Souza, em virtude de sentença judicialia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1945 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:535\$326, ouro, e 429:998\$736, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:535\$326, ouro,

e 429:998\$736, papel, para pagamento de dividas de exercicios findos, assim distribuidas pelo Ministerios respectivos :

	Ouro	Papel
Justiça e Interior.....	73:740\$874
Marinha.....	93:103\$215
Guerra.....	1:535\$326	158:842\$831
Industria e Vição (inclusive 35:000\$ para pagamento de 100 exemplares da obra <i>Sertum Palmarum</i> , comprados em 1906 ao Dr. João Barbosa Rodrigues).....	39:299\$310
Fazenda.....	65:012\$506

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1908, 20.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA

David Campista.

DECRETO N. 1946 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 23:551\$484 para occorrer a despesas no Alto Acre.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 23:551\$484 para occorrer a despesas no Alto Acre ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1908, 20.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1947 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. João Nery, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1948 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, Dr. Francisco Firmo Barroso, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, Dr. Francisco Firmo Barroso, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1949 — DE 10 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a João José Fernandes Silva Sobrinho, director de secção da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a João José Fernandes Silva Sobrinho, director de secção da Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier : revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1950 — DE 11 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao amanuense da Secretaria das Relações Exteriores Herculano de Mendonça Cunha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao amanuense da Secretaria das Relações Exteriores Herculano de Mendonça Cunha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1951 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1908

Concede a Hemeterio de Miranda, secretario da Capitania do Porto do Estado do Paraná, seis mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier e em prorrogação da que lhe foi concedida.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Hemeterio de Miranda, secretario da Capitania do Porto do Estado do Paraná, seis mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier e em prorrogação da que está gozando, concedida pelo Congresso Nacional; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1952 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1908

Releva a prescripção em que incorreu o direito de D. Philomena do Esprito Santo Dilermando da Silveira á percepção do montepio civil deixado por seu fallecido marido, Icario Dilermando da Silveira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica relevada a prescripção para que D. Philomena do Esprito Santo Dilermando da Silveira possa requerer e provar seu direito á percepção integral do montepio civil deixado por seu fallecido marido, Icario Dilermando da Silveira.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1953 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao tenente da Força Policial do Districto Federal Carlos Antonio dos Santos um anno de licença com o soldo e etapa, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica, dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao tenente da Força Policial Carlos Augusto dos Santos um anno de licença com soldo e etapa, para tratar de sua saude onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro 17 de setembro de 1908, 20.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1954 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder seis mezes de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses dentro do Estado, a Victorino Borges de Medeiros, escrivão da Justiça Federal na secção do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder seis mezes de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses dentro do Estado, a Victorino Borges de Medeiros, escrivão da Justiça Federal na secção do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1908, 20.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1955 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1938

Regula o processo de infrações de leis e posturas municipaes

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O processo de infração de leis e posturas municipaes será oral e correrá perante o Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal.

§ 1.º Será iniciado e findo na mesma audiencia e no maximo, na seguinte, representada a accusação pelos procuradores ou sollicitadores dos Feitos da Fazenda Municipal.

§ 2.º Na defesa, que será oral e produzida pela parte ou seu advogado, poderá o accusado juntar documentos ou produzir testemunhas, que serão inquiridas juntamente com as accusações, si as houver, summariamente e de pleno sem termo de assentada. Estas diligencias ficarão constando de auto resumido e, logo após, será proferida a sentença pelo juiz dos Feitos da Fazenda Municipal.

§ 3.º A appellação só poderá ser interposta na mesma audiencia em que for proferida a sentença, quando a parte estiver presente por si ou seu procurador; e, no caso de revelia, 48 horas depois de sua publicação na folha official da Prefeitura. Em qualquer dos casos, só poderá seguir a appellação si o infractor depositar a importancia da multa, dentro do prazo de oito dias. Quando a pena for prisão, só podera seguir a appellação depois de preso o infractor ou prestada a fiança.

§ 4.º A's razões de appellação podem as partes juntar documentos, bem como justificações que hajam produzido no Juizo dos Feitos, com citação do representante da Fazenda Municipal.

§ 5.º Os autos de infração e mais termos do processo poderão ser impressos.

Art. 2.º Quando, perante o Juizo dos Feitos, for necessario vistoria, exame ou qualquer outra diligencia, a audiencia do julgamento será adiada para oito dias depois; e findo este prazo o processo será julgado afinal, independentemente do resultado da diligencia que o interessado juntara ás razões de appellação si lhe convier.

Art. 3.º Quando se tratar de infração de posturas sobre obras, demolição, interdicção ou despejo, e cassação de licença ou de clausura de estabelecimento, além do processo criminal respectivo, será affixado no local da infração um edital que dê conhecimento aos interessados da pena imposta ou da diligencia a cumprir, incorrendo nas penas que forem estabelecidas os que desrespeitarem o prescripto no edital.

Art. 4.º Ao processo e julgamento das infrações de leis e regulamentos sanitarios serão tambem applicaveis as disposições dos arts. 1º, 2º e 3º da presente lei, mantida a competencia pri-

vativa do Juizo dos Feitos da Saude Publica, ficando a União sujeita a condemnação nas custas quando decahir das acções propostas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1956 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:550\$ para pagamento de vencimentos ao lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia Dr. Julio Sergio Palma.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:550\$ para pagamento de vencimentos ao lente substituto da Faculdade de Medicina da Bahia Dr. Julio Sergio Palma, no periodo de 28 de setembro a 31 de dezembro de 1907; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1957 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Alcides Rodrigues, seis mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saude, em prorrogação das concedidas pelo Governo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao conferente de 3ª classe da Estrada de Ferro Central

do Brazil, Alcides Rodrigues, licença por seis mezes, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier e em prorrogação das que já lhe foram concedidas pelo Governo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1958 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Poder Executivo a pagar ao 1° tenente do exercito Antonio Claudio de Souto a importancia de consignações feitas em favor de seu pae e por este não recebidas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Poder Executivo autorizado a pagar ao tenente do 5° regimento de cavallaria Antonio Claudio Souto a importancia de 1:750\$, de consignações de seus vencimentos feitas em favor de seu pae, o contra-almirante Antonio Luiz da Silva Souto e que não foram por este recebidas; abrindo o necessario credito e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

João Pedro Xavier da Camara.

DECRETO N. 1959 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 174\$257, ouro, e 826:394\$030, papel, para o pagamento de dividas de exercicios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 174\$257, ouro,

e 826:394\$030, papel, para o pagamento de dividas de exercicios findos, assim discriminadas por Ministerios :

	Ouro	Papel
Justiça e Interior.....	\$	276:479\$001
Relações Exteriores.....	174\$257	\$
Marinha.....	\$	85:175\$028
Guerra.....	\$	221:528\$975
Industria, Vição e Obras Publicas....	\$	82:390\$213
Fazenda.....	\$	160:820\$813
	174\$257	826:394\$030

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1908, 20º da Republica

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1960 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1908

Antoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:267\$609 para occorrer á restituição devida ao capitão da Força Policial José Cicero Bianchi.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Con resso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 2:267\$609 para occorrer ao pagamento devido ao capitão da Força Policial José Cicero Bianchi, restituição de joia e mensalidades do montepio e de imposto sobre venciamentos cobrados em duplicata; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1961 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao praticante da Contadoria da Repartição Geral dos Telegraphos Philemon Cordeiro, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao praticante da Contadoria da Repartição Geral dos Telegraphos Philemon Cordeiro, para tratar de sua saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1908, 20.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1962 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1908

Approva o accordo firmado em Roma para o fim de ser estabelecida em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvedo o accordo concluido e firmado em Roma entre o Brazil e diversas potencias, aos 9 de dezembro de 1907, para o fim de ser estabelecida em Paris uma Repartição Internacional de Hygiene Publica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1908, 20.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1963 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1908

Approva a Convenção assignada em Roma creando o Instituto Internacional de Agricultura, com sede na mesma cidade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica approvada a Convenção concluida e assignada em Roma entre o Brazil e diversas potencias, a 7 de junho de 1905, creando o Instituto Internacional de Agricultura, com sede naquella cidade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1964 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:874\$332, destinado ao pagamento de vencimentos que deixou de receber o major do exercito Erico Augusto de Oliveira, como professor da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 4:874\$332 para occorrer ao pagamento de vencimentos que deixou de receber o major do corpo de estado-maior do exercito Erico Augusto de Oliveira, como professor da extincta Escola Militar do Rio Grande do Sul ; fazendo as necessarias operações e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

João Pedro Xavier da Camara.

DECRETO N. 1965 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 17:289\$410 para pagamento de vencimentos devidos ao capitão de corveta Francisco de Mattos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 17:289\$410 para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao capitão de corveta Francisco de Mattos, em virtude do disposto na lei n. 1474, de 9 de janeiro de 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1966 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:816\$930 para occorrer ao pagamento devido a Antonio Russo Italiano, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 1:816\$930 para occorrer ao pagamento de Antonio Russo Italiano, em virtude de carta precatória expedida em 2 de setembro de 1906 pelo juiz federal na secção do Ceará; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1967 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:200\$903 para occorrer á restituição devida ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 3:200\$903 para occorrer ao pagamento devido ao engenheiro civil Luiz Thomaz da Cunha Navarro de Andrade, restituição de impostos sobre vencimentos cobrados em duplicata; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1968 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com vencimentos, ao thesoureiro da Alfandega do Rio de Janeiro, bacharel Francisco Luiz Ayque de Meira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com vencimentos, ao bacharel Francisco Luiz Ayque de Meira, thesoureiro da Alfandega do Rio de Janeiro, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1969 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 8:110\$930, sendo 7:930\$ ao n. 13 e 180\$930 ao n. 15 do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 8:110\$930, sendo 7:930\$ ao n. 13 e 180\$930 ao n. 15 do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1970 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a mandar construir nesta Capital um edificio apropriado para a Repartição Central de Policia e serviços annexos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a mandar construir nesta Capital um edificio apropriado para a Repartição Central de Policia e serviços annexos, podendo para isso despende até a quantia de 1.200:000\$ papel, por meio de creditos especiaes, que abrirá ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, em dous ou mais exercicios, á proporção que tal providencia se fortornando necessaria, para occorrer ao pagamento das despezas respectivas; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1971 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1908

Approva o Tratado de arbitramento geral entre os Estados Unidos do Brazil e a Republica Argentina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica approvedo o Tratado de arbitramento geral concluido e assignado nesta cidade do Rio de Janeiro, a 7 de setembro de 1905, entre os Estados Unidos do Brazil e a Republica Argentina, autorizado o Presidente da Republica a trocar as precisas ratificações.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1972 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por mais seis mezes, com ordenado, a licença em cujo gozo se acha o 4º escriptuario da Estrada de Ferro Central do Brazil Augusto Raphael Moreira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a prorogar por mais seis mezes, com ordenado, a licença em cujo gozo se acha, para tratamento de saude, Augusto Raphael Moreira, 4º escriptuario da Estrada de Ferro Central do Brazil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1973 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1908

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorrogar novamente a actual sessão legislativa até ao dia 3 de novembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1908; 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1974 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença com ordenado, em prorrogação.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, em prorrogação da que lhe foi concedida pelo Congresso Nacional, a Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1975 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aranha, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aranha, lente ca-

thedratico da Faculdade de Direito de S. Paulo, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saúde.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1976 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. José Mathias Gurgel do Amaral, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença para tratar de sua saúde, com o respectivo ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. José Mathias Gurgel do Amaral, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, para tratar de sua saúde, com o respectivo ordenado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1977 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Alberto Lima da Fonseca, serventuario vitalicio do officio de escrivão da 5ª vara criminal desta Capital, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder a Alberto Lima da Fonseca, serventuario vitalicio do officio de escrivão da 5ª vara criminal desta Capital, um anno de licença,

sómente com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

LEI N. 1978 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1908

Determina que aos intendentes municipaes do Districto Federal, quando em sessões extraordinarias, seja abonado subsidio, e supprime a inelegibilidade constante do n. 9 do art. 57, capitulo VI, secção I, da Consolidação das Leis Federaes sobre organização municipal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os intendentes municipaes do Districto Federal, quando em sessões extraordinarias, perceberão o mesmo subsidio que lhes é abonado quando em sessões ordinarias, conforme determina o art. 7º da Consolidação das Leis Federaes sobre a organização municipal do Districto Federal, a que se refere o decreto n. 5160, de 8 de março de 1904.

Art. 2.º Fica supprimida a inelegibilidade constante do n. 9 do art. 57, capitulo VI, secção I, da citada Consolidação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1979 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao engenheiro Augusto Olavo Rodrigues Ferreira, fiscal das obras de melhoramentos do porto de Manãos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução .

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder a Augusto Olavo Rodrigues Ferreira, engenheiro fiscal das obras de

melhoramentos do porto de Manáos, uma licença pelo prazo de um anno, recebendo apenas o ordenado que lhe compete.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1980 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1908

Manda contar, para os effeitos da aposentadoria, o tempo em que os empregados titulados das repartições federaes tiverem servido como diaristas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Para os effeitos da aposentadoria será contado o tempo em que os empregados titulados das repartições federaes tiverem servido como diaristas; tambem comprehendidos nesta expressão os auxiliares de escripta, praticantes extranumerarios, conferentes, escripturarios provisorios e os empregados da actual tabella C do regulamento da Imprensa Nacional e *Diario Official*.

Art. 2.º Os que já tiverem titulo de nomeação e que como diaristas serviram anteriormente ou se tiverem aposentado depois do decreto de 6 de fevereiro de 1890 gozarão dos mesmos direitos, sendo-lhes contado o tempo desde a sua entrada primitiva.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1981 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 25:413\$280 para pagamento de vencimentos aos capitães Francisco de Salles Brazil e João Nepomuceno da Costa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 25:413\$280 para pa-

gamento de vencimentos aos capitães Francisco de Salles Brazil e João Nepomuceno da Costa, sendo ao primeiro 12:419\$440, e ao segundo 12:993\$840, em virtude do decreto legislativo n. 1.474, de 9 de janeiro de 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

João Pedro Xavier da Camara.

DECRETO N. 1982. — DE 29 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da República a conceder um anno de licença, sem vencimentos, ao bacharel Cesario da Silva Pereira, procurador da Republica na secção do Districto Federal, para tratar de seus interesses.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses, ao bacharel Cesario da Silva Pereira, procurador da Republica na secção do Districto Federal; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1983 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1908

Publica a resolução do Congresso Nacional que proroga novamente actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorogar novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1984 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1908

Autoriza a concessão de um anno de licença, com ordenado, ao conductor de 2ª classe da Estrada do Ferro Central do Brazil, Antonio José Victor de Senna, para tratamento de saúde.

O Presiden e da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao conductor de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Antonio José Victor de Senna, licença por um anno, com ordenado, para tratamento de sua saúde.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1985 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a relevar a pena do art. 20 da lei n. 942 A, de 31 de outubro de 1891, em que incorreu o ex-empregado da extincta thesouraria de Goyaz João Gustavo de Sant'Anna.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a relevar a pena do art. 20 da lei n. 942 A, de 31 de outubro de 1891, em que incorreu o ex-empregado, já fallecido, da extincta thesouraria de Goyaz, João Gustavo de Sant'Anna, para que seus herdeiros entrem no gozo da pensão pelo mesmo instituida ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1986 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1908

Manda contar ao capitão-tenente machinista Isaias Tavares Dias Pessoa, para os effeitos da reforma, o tempo em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil .

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica contado ao capitão-tenente machinista Isaias Tavares Dias Pessoa, para os effeitos da reforma, o tempo em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, tomados tão sómente dentro deste prazo os dias em que effectivamente trabalhou.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1987 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos, ao juiz da Côrte de Appellação do Districto Federal, Bellarmino da Gama e Souza.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com os respectivos vencimentos, ao juiz da Côrte de Appellação do Districto Federal Bellarmino da Gama e Souza; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1988 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Guilherme Henrique da Silva, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao conferente de 2ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil Guilherme Henrique da Silva, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1988 A — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Poder Executivo a applicar á despesa com o pessoal da officina typographica da Directoria Geral de Estatistica a quantia de 5:000\$, que, na verba 2ª — Estatistica — do art. 21 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, não teve destino determinado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil .

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a applicar á despesa com o pessoal da officina typographica da Directoria Geral de Estatistica a quantia de 5:000\$, que, na verba 2ª — Estatistica — do art. 21 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, não teve destino determinado : revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1989 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a conceder ao thesoureiro da Delegacia Fiscal no Amazonas, João Tavares Carreira, um anno de licença, com ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica, autorizado a conceder a João Tavares Carreira, thesoureiro da Delegacia Fiscal no Amazonas, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1990 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:867\$076, para pagamento devido a Mario Nazareth, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica, autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:867\$076, para occorrer á despesa com o pagamento devido a Mario Nazareth, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1908, 20 da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1991 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir o credito de 11:520\$, supplementar ao n. 18 do art. 19 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito de 11:520\$, supplementar ao n. 18 do art. 19 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, para pagamento, no corrente exercicio, do augmento de 20 % concedido pela lei n. 1743, de 3 de outubro de 1907, sobre os vencimentos dos auxiliares de escripta das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1992 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratamento de saude, ao capitão do Exercito Luiz Machado de Magalhães.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, menos a gratificação de função, a Luiz Machado de Magalhães, capitão do Corpo de Estado Maior do Exercito, para tratamento de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1993 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1908

Releva a prescrição em que incorreu o direito de D. Anna Angela de Oliveira Pinto a perceber o meio soldo deixado por sua mãe.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica relevada a prescrição em que incorreu o direito de D. Anna Angela de Oliveira Pinto a perceber o meio soldo deixado por sua mãe, a pensionista D. Francisca Rosa de Oliveira Pinto, correspondente ao periodo decorrido de 17 de outubro de 1890 a 12 de maio de 1908.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1994 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para occorrer ao pagamento do premio de viagem ao Dr. Aristides Novis.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para occorrer ao pagamento do premio de viagem conferido ao Dr. Aristides Novis; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1995 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 1.049:197\$992, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 1.049:197\$992, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, para occorrer ás despesas com a continuação das obras do quartel central e dos quarteis regionaes da Força Policial do Districto Federal ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1996 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao cidadão José Pedro Simões Sobrinho, inspector de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, um anno de licença, com o respectivo ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao cidadão José Pedro Simões Sobrinho, inspector de 2ª classe da Repartição Geral dos Telégraphos, um anno de licença, com o respectivo ordenado, afim de tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1997 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao 2º tenente do Exército Frederico Bruno Horta Barbosa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao 2º tenente do 21º batalhão de infantaria Frederico Buenc Horta Barbosa um anno de licença a partir da data de 10 de dezembro do corrente anno, e com direito ao soldo de sua patente mas sem vencer a antiguidade de posto.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1998 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao conferente da Alfandega de Manáos, Estado do Amazonas, Enéas Ferreira Valle.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao conferente da Alfandega de Manáos, Enéas Ferreira Valle, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1999 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Releva a prescrição em que incorreu o direito de D. Francisca Barboza de Jesus Pinheiro para perceber o meio soldo deixado por seu marido.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica relevada a prescrição em que incorreu o direito de D. Francisca Barboza de Jesus Pinheiro, para perceber o meio soldo, deixado por seu marido, o alferes reformado João José Pinheiro, desde 31 de julho de 1890 a 24 de janeiro de 1901.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2000 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Releva a prescrição em que incorreu o direito de D. Antonia Paes de Almeida á percepção do montepio deixado por seu marido

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' relevada a prescrição em que incorreu o direito de D. Antonia Paes de Almeida, viuva do alferes reformado do Exercito Hygino Martins de Almeida, á percepção do montepio mensal de 30\$, deixado por seu marido, a contar de 5 de abril de 1894 até 17 de novembro de 1907, em que foi julgada legal a sua habilitação, abrindo o Presidente da Republica o preciso credito para o respectivo pagamento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 2001 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Corrige a alteração com que foi publicado o decreto legislativo n. 1897, de 23 de julho de 1908.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista a mensagem n. 173, de 24 do corrente mez, que lhe dirigiu o Presidente do Senado Federal e que a este acompanha:

Faço saber que o decreto legislativo n. 1897, de 23 de julho deste anno, deve ser executado observando-se a seguinte resolução do Congresso Nacional:

Artigo unico. Fica concedida a D. Emilia de Paula Baptista, viuva do conselheiro Francisco de Paula Baptista, a pensão mensal de 150\$; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2002 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz federal na secção do Paraná, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' autorizado o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Manoel Ignacio Carvalho de Mendonça, juiz seccional do Paraná, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2003.— DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Antoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:551\$612, supplementar ás verbas 24 e 25 do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. — O Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 3:551\$612, supplementar ás verbas 24 e 25 do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, para pagamento do augmento de vencimentos concedido ás parteiras das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia pelo decreto n. 1838, de dezembro do anno passado ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2004 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Dispensa nos processos de naturalização a apresentação de documentos firmados por agente diplomatico ou consular, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica dispensada, nos processos de naturalização a apresentação de documentos, firmados por agente diplomatico ou consular, exigidos pelo art. 3º do decreto n. 1805, de 12 de dezembro de 1907, art. 4º, paragrapho unico, n. 5º, e art. 5º, § 3º, do decreto n. 6948, de 14 de maio de 1908.

Art. 2.º Em todos os pedidos de naturalização é necessaria a audiencia ou informação do chefe de policia ou autoridade de igual categoria do Districto Federal ou do Estado onde for domiciliado o naturalizando.

Art. 3.º Os titulos de naturalização serão assignados pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2005 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao conductor de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Manoel Ernesto de Araujo, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao conductor de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, Manoel Ernesto de Araujo, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Manoel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 2006 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 770\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao almoxarife do extinto Arsenal de Marinha do Estado de Pernambuco Sebastião José Bezerra Cavalcante.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de setecentos e setenta mil reis (770\$000) para occorrer ao pagamento dos vencimentos devidos ao ex-almoxarife do Arsenal de Marinha do Estado de Pernambuco Sebastião José Bezerra Cavalcante, relativos ao periodo de 1 de marco a 17 de maio de 1899, durante o qual esteve servindo na commissão de inventario do acervo daquelle estabelecimento; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 2007 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1908

Corrige o erro com que foi publicado o decreto legislativo n. 1991, de
12 do corrente mez

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista a mensagem que lhe dirigiu o Presidente da Camara dos Deputados em 26 de novembro corrente e que a este acompanha:

Faço saber que a resolução do Congresso Nacional publicada pelo decreto legislativo n. 1991, de 12 deste mez, é concebida nos termos seguintes:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito de 11:520\$, suplementar ao n. 18 do art. 29 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, para pagamento, no corrente exercicio, do augmento de 20 % concedido pela lei n. 1743, de 3 de outubro de 1907 sobre os vencimentos dos auxiliares de escripta das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2008 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos necessarios para supprir as deficiencias que se verificarem nas verbas—Justiça do Districto Federal, Policia do Districto Federal e Corpo de Bombeiros, no mesmo Districto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos necessarios para supprir as deficiencias que se verificarem nas verbas: — Justiça do Districto Federal, Policia do Districto Federal e Corpo de Bombeiros, no mesmo Districto, por insufficiencia da arrecadação dos impostos de industrias e profissões e de transmissão de propriedade, feita pela União para occorrer á metade das despesas com esses serviços.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2009 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1908

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorrogar novamente a actual sessão legislativa até o dia 31 de dezembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2010 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 1º escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco Manoel Florencio de Moraes Pires.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao 1º escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Pernambuco Manoel Florencio de Moraes Pires, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Camoista.

DECRETO N. 2011 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza a abertura do credito extraordinario de 72:112§122 ao Ministerio da Fazenda para pagamento devido a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 72:112§122, para occorrer

ao pagamento devido a Francisco de Sá Brito, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2012 — DE 3 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza a abertura dos creditos extraordinarios ao Ministerio da Fazenda de 6:123\$109 para pagamento a D. Maria Honorina de Azevedo Santos, e 25:534\$563 ao major reformado do exercito Leobaldo Augusto de Moraes, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos extraordinarios de 6:123\$109 para pagamento a D. Maria Honorina de Azevedo Santos, e 25:534\$563 para pagamento ao major reformado do exercito Leobaldo Augusto de Moraes, tudo em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2013 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1908

Determina que a junta de sorteio militar seja composta de um general ou coronel do exercito, de um coronel da guarda nacional, do procurador da Republica, de um medico militar e de um official do exercito activo, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º A junta de sorteio a que se refere a lei n. 1860, de 4 de janeiro de 1908, será composta de um general ou coronel do exercito, de um coronel da guarda nacional, do procurador da Republica, de um medico militar e de um official do exercito activo.

§ 1.º As nomeações serão feitas pelo inspector permanente, sendo o coronel da guarda nacional indicado pelo commandante superior da guarda nacional do Estado onde funcionar a junta.

§ 2.º A junta elegerá o seu presidente e secretario.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 2014 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a garantir, até o maximo nominal de £ 15.000.000, o emprestimo externo que o Estado de S. Paulo contrahir para liquidar as operações effectuadas para a valorização do café, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a garantir, até o maximo nominal de £ 15.000.000, o emprestimo externo que o Estado de S. Paulo contrahir para liquidar as operações effectuadas para a valorização do café e converter em divida consolidada as operações fluctuantes de credito que foram feitas com o mesmo fim.

Art. 2.º Para o effeito do que dispõe o art. 1º, o Estado de São Paulo se obrigará a aceitar e pôr em execução as seguintes disposições :

a) As importancias da sobretaxa de cinco francos por sacca de café exportada serão depositadas semanalmente em estabelecimento que o Governo Federal designar, e serão destinadas ao serviço de juro e amortização do mesmo emprestimo, não podendo de modo algum, qualquer que seja o fundamento, ser desviadas deste fim.

b) No caso de insufficiencia do producto da sobretaxa de cinco francos, o Estado de S. Paulo fica obrigado a entrar com a importancia necessaria em tempo proprio para o pontual e exacto cumprimento do serviço do referido emprestimo, devendo qualquer excesso que annualmente se verifique ser conservado em deposito para os pagamentos ulteriores.

c) No contracto do emprestimo poderá ser dado como garantia aos credores o stock de 6.994.920 saccas de café, que nos portos de Havre, Nova York, Hamburgo, Antuerpia, Londres, Rotterdam, Bremen, Trieste e Marselha tem o Estado de S. Paulo, mas nesse mesmo contracto se deverá estipular que a venda desses cafés só poderá ser feita mediante accôrdo entre o Governo Federal e o do Estado de S. Paulo, e autorização do Governo Federal.

d) As receitas obtidas, das rendas dos cafés em *stock* a que se refere a, lettra c serão exclusivamente destinadas á amortização do empréstimo de que trata o art. 1.º.

e) Si por qualquer eventualidade, houver conveniência em reduzir o Estado de S. Paulo o imposto sobre a exportação do café, essa redução não poderá affectar a sobretaxa de cinco francos, que permanecerá inalterada.

Art. 3.º O Estado de S. Paulo, obriga-se a manter em vigor a lei estadual de 25 de agosto de 1908, até effectiva liquidação do empréstimo, salvo accôrdo com o Governo Federal na adopção de qualquer outra providencia que substitua a limitação da exportação do café consignada na mesma lei.

Art. 4.º Fica o Presidente da Republica, autorizado a adoptar, além das garantias estabelecidas no art. 2º, todas as que entender necessárias e decorram da natureza da operação a que se refere o art. 1º da presente lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2015 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda, o credito de 136:418\$126 para pagamento, em virtude de sentença judiciaria, aos herdeiros do fallecido almirante Jeronymo Francisco Gonçalves.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Fago saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 136:418\$126 para occorrer ao pagamento devido a D. Hercilia Baggi de Araujo Gonçalves, viuva do almirante Jeronymo Francisco Gonçalves, em virtude de sentença judiciaria conforme carta precatoria, do Juizo Seccional da Segunda Vara do Districto Federal; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2016 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 10:766\$820 para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, em virtude de sentença judicialia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 10:766\$820 para occorrer ao pagamento devido ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, em virtude de sentença judicialia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2017 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, a Jovita Olympio de Carvalho Rebello, conferente da Alfandega de Manaus.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde, a Jovita Olympio de Carvalho Rebello, conferente da Alfandega de Manaus, Estado do Amazonas: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

continua aqui>

DECRETO N. 2018 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos supplementares de 1:298\$ e de 3:899\$993 e o especial de 18:000\$ para pagamento de vencimentos devidos ao continuo José Hollanda Cavalcanti e ao ex-director da Camara dos Deputados Dr. Horacio Leal de Carvalho Reis.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:298\$, supplementar á verba 6ª—Secretaria do Senado—do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, para occorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao continuo José de Hollanda Cavalcanti, dispensado do serviço por deliberação do Senado, de 3 de setembro de 1908.

Art. 2.º E' igualmente autorizado a abrir ao mesmo Ministerio os seguintes creditos, para pagamento, no corrente e no futuro exercicio, ao ex-director da Secretaria da Camara dos Deputados Dr. Horacio Leal de Carvalho Reis, dispensado do serviço, com todos os vencimentos, inclusive a gratificação adicional de 20 %, em virtude da deliberação da Camara de 13 de outubro do corrente anno: De 3:899\$993, sendo 3:249\$998, para occorrer ao pagamento de vencimentos e 649\$999, para o de gratificação adicional de 20 %, de accordo com a deliberação de 17 de dezembro de 1904, do corrente exercicio, supplementar á rubrica 8ª do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, e especial de 18:000\$, sendo 15:000\$ para pagamento de vencimentos e 3:000\$ para o da referida gratificação no exercicio de 1909.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2019 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, sem vencimentos, em prorrogação da que já lhe foi concedida para tratamento de saúde, ao Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, lente da Faculdade de Direito do Recife.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao lente cathedratico de direito commercial na Faculdade de Direito do Recife Dr. Samuel da Gama e Costa Mac-Dowell, um anno de licença, sem vencimentos, em prorrogação da que já lhe foi concedida para tratamento de saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2020 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem conferido ao bacharel Merval Gomes Veras.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 4:200\$, ouro, para pagamento do premio de viagem conferido ao bacharel Merval Gomes Veras ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2021 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Antonio Francisco Leite Pindahyba, juiz federal na secção de Alagoas, seis mezes de licença, com vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao bacharel Antonio Francisco Leite Pindahyba, juiz seccional do

Estado de Alagoas, seis mezes de licença, com vencimentos, para tratamento de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1908, 20.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2022 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder, no corrente anno, uma segunda epocha de exames aos estudantes de preparatorios que tiverem pelo menos cinco approvações nas materias exigidas para a matricula nos cursos superiores da Republica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a conceder, no corrente anno, uma segunda epocha de exames aos estudantes de preparatorios que tiverem pelo menos cinco approvações nas materias exigidas para a matricula nos cursos superiores da Republica.

Paragrapho unico. Finda esta epocha, estarão extinctos os exames parcellados, mantido o exame de madureza consignado noCodigo de Ensino e respeitada a lei n. 1531, de 15 de outubro de 1906.

Art. 2.º O favor da presente lei é extensivo aos alumnos dos estabelecimentos federaes de ensino secundario e aos que lhes forem por lei equiparados, quanto aos exames finaes, que, para este effeito, equivalerão a preparatorios realizados no regimen dos exames parcellados.

Art. 3.º Cada examinador perceberá como gratificação a quantia de 10\$ diariamente.

Art. 4.º O Presidente da Republica fica autorizado a abrir credito até a quantia de 50:000\$000.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1908, 20.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2023 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:308\$907 para o pagamento devido aos herdeiros do tenente-coronel reformado da Brigada Policial Manoel Moreira Lyrio, em virtude de sentença judicialia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancção a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 17:308\$907, afim de occorrer ao pagamento devido aos herdeiros do tenente-coronel reformado da Brigada Policial Manoel Moreira Lyrio, em virtude de sentença judicialia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro. 17 de dezembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

LEI N. 2024 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1908

Reforma a lei sobre fallencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancção a seguinte lei sobre fallencias:

TITULO I

Da natureza e declaração da fallencia.

SECÇÃO I

DOS CARACTERISTICOS DA FALLENCIA E DE QUEM A ELLE ESTÁ SUJEITO

Art. 1.º O commerciante que, sem relevante razão de direito, não paga no vencimento obrigação mercantil liquida e certa, entende-se fallido.

Paragrapheo unico. Consideram-se obrigações liquidas e certas:

1.º Os instrumentos publicos ou particulares de contractos, com a quantidade ou valor fixado da prestação.

2.º As letras de cambio e aquellas que, conforme o Codigo Commercial, teem a mesma força e acção (Codigo Commercial arts. 425, 635 e 651), os bilhetes de ordem pagaveis em merca-

dorias, as notas promissórias, os escriptos de transacções commerciaes e os cheques.

3.º As obrigações ao portador (*debentures*) emitidas pelas sociedades anonymas e commanditarias por acções e as letras hypothecarias e os respectivos *coupons* de ambos esses titulos para pagamento de juros.

4.º As facturas, nos termos do art. 219 do Código Commercial, e as contas commerciaes com os saldos reconhecidos exactos e assignados pelo devedor.

5.º Os conhecimentos de deposito e *warrants* emitidos pelas empresas de armazens geraes e os recibos dos empresarios destes armazens ou dos trapicheiros.

6.º Os conhecimentos de frete.

7.º As notas dos corretores nas operações em que estes são pessoalmente obrigados, e as contas dos leiloeiros.

8.º As contas extrahidas dos livros commerciaes e verificadas judicialmente.

a) Esta verificação será feita nos livros do credor ou do devedor por dous peritos nomeados pelo juiz do commercio, a requerimento do primeiro.

Si o credor requerer a verificação da conta nos proprios livros, estes deverão achar-se revestidos das formalidades legais intrinsecas e extrinsecas e a conta comprovada nos termos do art. 23, n. 2, do Código Commercial.

Si nos livros do devedor, será este citado para, no dia e hora marcados, exhibi-los em juizo, sob pena de confesso, observando-se o disposto no art. 19, 1ª alinea, do Código Commercial.

Os livros irregulares do devedor provarão contra este.

b) A pena de confesso será imposta, si o devedor recusar a exhibição dos seus livros, sob qualquer pretexto, salvo si provar plenamente a destruição ou perda desses livros em virtude de força maior.

c) Os peritos apresentarão o laudo dentro de tres dias e, julgado por sentença o exame, os respectivos autos serão entregues ao requerente, independente de traslado, não cabendo dessa sentença recurso algum.

d) As contas, assim verificadas, consideram-se vencidas, desde a data do despacho do juiz na petição em que o credor requerer o exame.

Art. 2.º Caracteriza-se, tambem, a fallencia, independente da falta de pagamento, si o commerciante:

1.º Executado, mesmo por divida civil, não paga a importancia da condemnação nem a deposita, dentro das 24 horas seguintes á citação inicial da execução, para poder apresentar embargos.

2.º Recusa, como endossador ou sacador, prestar fiança no caso do art. 390 do Código Commercial.

3.º Procede á liquidação precipitada; lança mão de meios ruinosos ou fraudulentos para realizar pagamentos.

4.º Convoca credores e lhes propõe dilação, remissão de creditos ou cessão de bens.

5.º Aliena, transfere, cede ou faz doação de parte ou de todo o activo a terceiro, credor ou não, com a obrigação deste solver dividas vencidas; põe bens em nome de terceiro; contrahe dividas simuladas, e assim procede com o fim de occultar ou desviar bens, de retardar pagamentos ou fraudar credores; ou tenta praticar qualquer dos referidos actos com o mesmo fim.

6.º Constitue hypothecas, antichreses, penhores ou qualquer outra garantia, preferencia ou privilegio a favor de algum credor, sem ficar com bens livres e desembargados, equivalentes ás suas dividas, ou tenta praticar qualquer destes actos, revelado tal proposito por factos inequivocos.

7.º Ausenta se sem deixar representante para administrar o negocio e pagar os credores; abandona o estabelecimento; occulta-se, ou intenta occultar-se, deixando furtivamente o seu domicilio.

Consideram-se praticados pelas sociedades os actos desta natureza provenientes de seus administradores, directores, gerentes ou liquidantes.

Art. 3.º As sociedades anonymas, ainda mesmo que o seu objecto seja civil (dec. n. 164, de 17 de janeiro de 1890, art. 1º), incorrem em fallencia :

1.º Quando, sem relevante razão de direito, não pagam no vencimento obrigação liquida e certa (art. 1º, paragrapho unico).

2.º Nos casos indicados no art. 2º ns. 1 a 6.

3.º Nos casos de perda de tres quartos ou mais do capital social.

Art. 4.º A fallencia não será declarada, si a pessoa contra quem for promovida provar :

1.º Falsidade do titulo da obrigação.

2.º Prescripção da divida ou nullidade de pleno direito absoluta do instrumento apresentado para prova.

3.º Novação ou pagamento da divida, mesmo depois do protesto do titulo, mas antes de requerida em juizo a fallencia.

4.º A materia do art. 88 do Código Commercial, referente aos conhecimentos de frete, e a dos arts. 641, 646, 655 e 656 do Código Commercial, relativa ás letras de risco.

5.º Concordata preventiva, ainda mesmo em formação.

6.º Deposito judicial opportunamente procedido nos termos dos arts. 393 e seguintes do regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850.

7.º Qualquer motivo que, por direito, extinga, adie ou suspenda o cumprimento da obrigação ou exclua o réo do processo da fallencia.

Art. 5.º A fallencia poderá ser declarada até dentro do prazo de um anno após a morte do devedor ou até dentro de dous annos após a cessação do exercicio do commercio ou da dissolução e liquidação da sociedade, pouco importando que aquelle estado se manifeste antes ou depois de qualquer destes factos.

§ 1.º O commerciante fallecido será representado no processo da fallencia pelo conjuge sobrevivente e herdeiros. Havendo menores entre estes, o juiz nomeará um curador.

Aberta a fallencia, será suspenso o inventário judicial, a que porventura se estiver procedendo em razão do obito do devedor.

§ 2.º A fallencia da sociedade anonyma não será declarada depois de liquidada, partilhada e distribuído o activo.

Art. 6.º A fallencia da sociedade acarreta a de todos os socios pessoal e solidariamente responsaveis. Incorrem em fallencia, tambem, os socios que se retiraram da sociedade, embora com ressalva dos outros socios, sem consentimento expresso de todos os credores então existentes, salvo si estes fizeram com os socios, que ficaram na sociedade sob a mesma ou outra firma, ou que individualmente assumiram as responsabilidades sociaes, novação do contracto, ou si continuaram a negociar com a sociedade ou com os socios successores, indicando ter confiança no seu credito.

§ 1.º Nas sociedades em conta de participação somente os socios ostensivos e gerentes podem ser declarados fallidos.

§ 2.º Os socios commanditarios comprehendidos nos termos do art. 314 do Codigo Commercial não incidem nos effeitos da fallencia, mas respondem solidariamente com o fallido por todas as obrigações sociaes.

Esta responsabilidade tornar-se-ha effectiva mediante a acção summaria estabelecida no art. 238 do regulamento n. 737, de 25 de novembro de 1850, applicada ao caso a disposição do art. 53, § 2º, da presente lei.

SECÇÃO II.

DA DECLARAÇÃO JUDICIAL DA FALLENCIA

Art. 7.º E' competente para declarar a fallencia o juiz do commercio, em cuja jurisdicção o devedor tem o seu principal estabelecimento ou casa filial de outra situada fóra do Brazil.

A fallencia dos commerciantes ambulantes e empresarios de espectáculos publicos póde ser declarada pelo juiz do commercio de onde forem encontrados.

Paragrapho unico. O juizo da fallencia é indivisivel e competente para todas as acções e reclamações sobre bens, interesses e negocios relativos á massa fallida.

Essas acções e reclamações serão processadas na forma por que se determina nesta lei.

Art. 8.º O devedor que faltar ao pagamento de alguma obrigação commercial deve, no preciso prazo de 10 dias, contados do vencimento da obrigação, requerer ao juiz do commercio a declaração da fallencia, expõe as causas do fallimento e estado dos seus negocios, e juntando ao seu requerimento :

a) o balanço do activo e passivo, com a indicação e a avaliação approximada de todos os bens e exclusão de dividas activas prescriptas;

b) a relação nominal dos credores commerciaes e civis;

c) o contracto social ou a indicação de todos os socios e suas qualidades e dos respectivos domicilios, quando a sociedade for

irregular (de facto), e os estatutos, mesmo impressos, da sociedade anonyma, si a fallencia for por esta requerida.

§ 1.º Em seu despacho, o juiz mencionará a hora em que recebeu o requerimento.

§ 2.º Tratando-se de sociedade em nome colectivo ou em commandita simples, o requerimento pôde ser assignado por todos os socios ou por aquelles que gerem a sociedade ou teem o direito de usar a firma ou por seu liquidante, e, tratando-se de sociedade anonyma, ou em commandita por acções, pelos administradores, socios gerentes ou liquidantes.

§ 3.º Os socios solidarios e os commanditarios nas sociedades em commandita simples, que não assignarem o requerimento, poderão oppôr-se á declaração da fallencia, requerendo o que for a bem de seu direito, embargar a sentença, nos termos do art. 19, § 1º, ou aggravar.

Art. 9.º A fallencia pôde tambem ser requerida :

1.º Pelo conjuge sobrevivente ou pelos herdeiros do devedor, nos casos do art. 1º e do art. 2º, ns. 1 e 2.

2.º Pelo socio, ainda que commanditario ou em conta de participação, exhibindo o contracto social, e pelo accionista da sociedade anonyma, apresentando as suas acções.

3.º Pelo credor, exhibindo titulo de seu credito, ainda que não vencido.

§ 1.º O credor commerciante, com domicilio no Brazil, sómente será admittido a requerer a fallencia do seu devedor, si provar que tem inscripta a sua firma no Registro do Commercio, pela forma indicada no decreto n. 916, de 24 de outubro de 1890.

§ 2.º O credor por titulo civil poderá requerer a fallencia do devedor commerciante, provando que este, sendo por elle executado, não pagou nem depositou a importancia da condemnação dentro das 24 horas, a que se refere o art. 2º, n. 1, ou provando qualquer dos actos ou factos indicados nos arts. 1º e 2º, ns. 2 a 7.

§ 3.º O credor privilegiado, inclusive o hypothecario, sómente poderá requerer a fallencia do devedor, declarando renunciar ao privilegio, ou, si o quizer manter, provando que os bens, que constituem a sua garantia, não chegam para a solução do credito.

Essa prova far-se-ha mediante avaliação por peritos, nomeados a aprazimento das partes.

§ 4.º O credor, que não tiver domicilio no Brazil, será obrigado a prestar fiança ás custas e ao pagamento da indemnização, de que trata o art. 21, si a sua lei nacional fizer identicas exigencias aos estrangeiros.

§ 5.º Não podem requerer a fallencia, mas sómente a ella concorrer, os ascendentes, descendentes e affins e o conjuge do devedor.

§ 6.º Nos casos do art. 3º, n. 3, a fallencia da sociedade anonyma sómente pôde ser requerida por ella propria ou por algum accionista.

Art. 10. Requerendo a fallencia do devedor com fundamento no art. 1.º, deverá qualquer das pessoas mencionadas no art. 9.º instruir a petição com o título da obrigação e certidão do respectivo protesto.

§ 1.º Logo que a petição for apresentada, o juiz mandará citar o devedor para, dentro de 24 horas, allegar em cartorio o que entender a bem do seu direito.

Si o devedor não for encontrado, o prazo correrá á revelia, e, certificando isso, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz.

§ 2.º Si aquelle, cuja fallencia for requerida, allegar relevante materia (art. 4.º), o juiz poderá conceder, a seu requerimento, o prazo de tres dias improrogaveis para, dentro d'elle, provar a sua defesa, com citação do requerente ou seu procurador, si estiverem presentes no fóro da fallencia.

Findo esse prazo, serão os autos conclusos immediatamente para a sentença.

§ 3.º Tratando-se de sociedade em nome colectivo ou em commandita simples, qualquer socio póde oppôr-se á declaração da fallencia, nos termos do § 2.º acima, si a sociedade, por seu representante, não comparece para se defender, ou si a fallencia é requerida por outro socio.

Art. 11. Nos cartorios dos officiaes encarregados do serviço de protestos crear-se-ha um livro especial, aberto, numerado e rubricado pelo juiz do commercio, para o protesto dos títulos que, não estando sujeitos ao protesto necessario e obrigatorio, devam ser ahi apresentados para os fins da presente lei.

O protesto póde ser interposto em qualquer tempo, depois do vencimento da obrigação e deverá conter: a declaração da hora dia, mez e anno da representação do título ao official do protesto por extracto, o título da divida, certidão da intimação ao devedor para pagar ou dar a razão de não pagar, a resposta ou a declaração de nenhuma ter sido dada, a assignatura da pessoa que protestar, a data em que o protesto for interposto e aquella em que se tirar o instrumento, o qual deverá ser assignado pelo protestante, subscripto pelo official publico e por este entregue, dentro de tres dias, sob pena de responsabilidade e de satisfazer perdas e damnos.

Paragrapho unico. Este livro póde ser examinado gratuitamente por qualquer pessoa, e o official dará as certidões que lhe forem pedidas.

Art. 12. Para a fallencia ser declarada nos casos do art. 2.º, o autor especificará na petição, que será apresentada em duplicata, datada e assignada, o facto caracteristico da fallencia, juntando logo todas as provas, fundamento das suas allegações, ou indicando aquellas que pretende adduzir, observada a disposição do art. 720, § 2.º, do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850.

O réo será citado para se defender, devendo apresentar em cartorio os seus embargos, no prazo de 24 horas.

Si nenhuma das partes houver protestado por prova, o juiz, ouvido o representante do Ministerio Publico, proferirá a sentença.

Si, porém, qualquer das partes tiver protestado por testemunhas, exame de livros, depoimento pessoal ou outra prova, o juiz

recebendo os embargos, logo que os autos lhe forem conclusos, marcará ao mesmo tempo dia e hora para todas as diligencias requeridas, mandando notificar o representante do Ministerio Publico.

A prova deverá ser exhibida dentro de cinco dias e, findo este prazo, as partes apresentarão, em cartorio, as suas allegações finais, dentro das 24 horas seguintes, abrindo-se vista dos autos ao representante do Ministerio Publico por outras 24 horas, sendo, em seguida, conclusos os autos para a sentença.

Paragrapho unico. O réo será citado, entregando-lhe o escrivão ou o official de justiça um dos exemplares da petição inicial, e, si não for encontrado, o juiz nomeará um curador, que o defenda.

Si o réo fôr citado e não comparecer, correrá o processo á revelia.

Art. 13. Sendo a fallencia da sociedade anonyma requerida por algum accionista, sob os fundamentos do art. 3º, n. 3, observar-se-ha o mesmo processo indicado no art. 12, dispensada, porém, a intervenção do Ministerio Publico, salvo si requerida pelo autor.

Art. 14. O devedor ou réo que não fôr encontrado no lugar do seu principal estabelecimento, deverá ser citado, para os fins dos arts. 10 e 12, na pessoa do gerente do negocio commercial, liquidante ou representante.

As sociedades commerciaes serão citadas na pessoa dos seus gerentes ou socios solidarios, com direito de represental-as, e dos liquidantes.

As sociedades anonymas serão citadas na pessoa dos seus administradores, gerentes ou liquidantes, os quaes ficam sujeitos ás mesmas obrigações que a presente lei impõe ao devedor ou réo.

Art. 15. Nos casos do art. 2º, durante o processo preliminar da fallencia (art. 12), o juiz, *ex officio*, ou a requerimento do autor, poderá ordenar o sequestro dos livros, correspondencia e bens do réo e prohibir qualquer alienação ou disposição de bens, para salvaguarda do activo, publicando-se o despacho, em edital, pela imprensa.

Os bens e livros ficarão sob a guarda de depositario nomeado pelo juiz, podendo ser o proprio autor.

Paragrapho unico. Cessarão todas as medidas excepcionaes por força da propria sentença que julgar improcedente o pedido de fallencia.

Art. 16. Praticadas as diligencias determinadas pela presente lei, o juiz, no prazo de 24 horas, proferirá a sentença, nos termos do art. 232, do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850, declarando ou não aberta a fallencia e a publicará immediatamente em mão do escrivão.

A sentença que declarar a fallencia :

a) conterá o nome do devedor com toda a clareza, o lugar do seu principal estabelecimento e genero de commercio, os nomes dos socios solidarios comprehendidos na fallencia e os seus domicilios, os nomes dos administradores ou liquidantes da sociedade anonyma a esse tempo ;

b) indicará a hora da abertura da fallencia, entendendo-se, no caso de omissão, que ao meio dia começara o juizo da fallencia ;

c) fixará o termo legal da fallencia, si fôr possível, isto é, a data em que se tenha caracterizado este estado, não podendo retrahil-la por mais de 40 dias, contados daquelle em que foi interposto o primeiro protesto por falta de pagamento ou daquelle em que foi despachado o requerimento inicial da fallencia, nos casos do art. 2.º ;

d) nomeará um ou tres syndicos para a administração da massa e mais funcções a cargo delles (art. 64) ;

e) marcará o prazo para todos os credores da fallencia apresentarem as declarações e documentos justificativos dos seus credits (art. 80) ;

f) determinará o dia, hora e logar da primeira assembléa dos credores (art. 100) ;

g) providenciará sobre outras diligencias que entender de conveniencia no interesse da massa ;

h) poderá ordenar a prisão preventiva do fallido, a requerimento do representante do Ministerio Publico, quando as provas colhidas demonstrarem estar elle incurso em crime punível por esta lei ou pelo Codigo Penal.

Art. 17. O resumo da sentença declaratoria da fallencia será, dentro de tres horas depois do recebimento dos autos em cartorio:

1.º, affixado, por edital, na porta do estabelecimento e armazens do fallido ;

2.º, remettido ao representante do Ministerio Publico, á Junta Commercial do districto, á Associação Commercial, á Junta dos Corretores, á Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos e ao official do Registro das Firmas Commerciaes na respectiva comarca, para a devida averbação.

§ 1.º Esse resumo conterá o nome do juiz, os nomes e domicilios do fallido e dos socios solidariamente responsaveis tambem fallidos, os nomes dos syndicos e sua residencia, o prazo marcado para as declarações e exhibição de titulos creditorios e o dia, hora e logar da primeira assembléa dos credores.

Podem os escrivães usar para esse fim de fórmulas impressas.

§ 2.º Dentro do mesmo prazo de tres horas, o escrivão officiará ao chefe, administrador ou agente das estações telegraphicas e postaes, que existirem no logar, communicando a fallencia do devedor e os nomes dos syndicos, a quem deve ser entregue a correspondencia.

Art. 18. O juiz publicará a declaração da fallencia, por meio de edital, contendo:

1. O nome do fallido, o seu domicilio, genero de commercio termo legal da fallencia e o nome dos syndicos ;

2. A notificação a todos os credores para, dentro do prazo marcado, apresentarem aos syndicos a declaração dos seus credits, acompanhada dos respectivos titulos ;

3. A convocação de todos os credores para a primeira assembleia, declarando lugar, dia e hora, onde esta se realizará.

§ 1.º Esta publicação deve ser feita, impreterivelmente, no *Diário Official* que se edita no dia immediato ao da declaração da fallencia e em outro jornal de grande circulação.

§ 2.º O escrivão certificará nos autos ter cumprido as diligencias deste e do art. 17, nos prazos ahí determinados, incorrendo na pena de suspensão por seis mezes, no caso de falta ou negligencia, e perda de todas as custas, além de responder por prejuizos e damnos.

Art. 19. Da sentença que declarar aberta a fallencia, poderá o devedor, ou seu representante aggravar, por instrumento.

§ 1.º Poderá tambem o devedor, ou seu representante, embargar essa sentença, quando a fallencia tiver sido aberta com fundamento no art. 1º.

Os embargos se processarão em auto apartado, com citação de quem requereu a fallencia.

O embargante apresentará os embargos, deduzidos em requerimento articulado, no prazo de dous dias, contados daquelle em que for publicada a fallencia e o embargado, em seguida, e em igual prazo, os contestará, querendo.

As partes deduzirão a prova, dentro de seis dias, e, decorridos estes, allegarão afinal, no prazo de dous dias para cada uma, e, ouvido o representante do Ministerio Publico no mesmo prazo, o juiz julgará dentro de cinco dias.

Os syndicos e qualquer credor serão admittidos á assistencia, si o requererem.

Da decisão do juiz, qualquer que seja, cabe agravo de petição.

§ 2.º O agravo e os embargos não suspenderão os effeitos da sentença declaratoria da fallencia, nem interromperão as diligencias e os actos do processo.

Art. 20. Da sentença que não declarar aberta a fallencia cabe agravo de petição.

Paragrapho unico. Esta sentença não terá autoridade de cousa julgada.

Art. 21. Quem, por manifesto dolo ou falsidade plenamente provados, requerer a fallencia de outrem, será condemnado, na sentença que denegar a fallencia, em 1ª ou 2ª instancia, a indemnizar ao réo das perdas e damnos que forem liquidados na execução.

Sendo a fallencia requerida por mais de uma pessoa, a responsabilidade destas será solidaria.

Paragrapho unico. Por acção ordinaria poderá tambem o prejudicado reclamar indemnização por perdas e damnos no caso de culpa do requerente da fallencia, quando esta for negada.

Art. 22. Reformada a sentença que declarar a fallencia, será tudo reposto no antigo estado.

O resumo da sentença revocatoria da fallencia será remettido ás corporações e funcionarios mencionados no art. 17, n. 2, e publicado na fórma do art. 18, § 1º.

Art. 23. Não sendo possível fixar, na sentença declaratoria da fallencia, o termo legal desta, o juiz o fará logo que os syndicos lhe forneçam os precisos elementos, mas antes da primeira assembléa dos credores.

Do provimento do juiz, que fixar o termo legal da fallencia, na sentença declaratoria ou em interlocutorio, poderão os interessados aggravar por instrumento.

TITULO II

Dos efeitos juridicos da sentença declaratoria da fallencia

SECÇÃO I

DOS EFEITOS QUANTO AOS DIREITOS DOS CREDITORES

Art. 24. Ao juizo da fallencia deverão concorrer todos os credores do devedor commum, commerciaes ou civis, allegando e provando os seus direitos.

Paragrapho unico. Não poderão ser reclamados na fallencia :

1.º Os creditos fundados em sentença simplesmente de preceito, isto é, em sentença fundada em simples confissão do devedor.

2.º Os creditos por titulos de doação, ou por prestações alimenticias.

3.º As despesas que os credores individualmente fizerem para que possam tomar parte na fallencia, salvo custas judicias em litigio com a massa.

4.º As penas pecuniarias.

Art. 25. As acções e execuções individuaes dos credores, sobre direitos e interesses relativos á massa fallida, ficarão suspensas, desde que seja declarada a fallencia até ao encerramento desta.

§ 1.º Achando-se os bens já em praça, com dia definitivo para a arrematação, fixado por editaes, far-se-ha esta, entrando o producto para a massa.

Si, porém, os bens já tiverem sido arrematados ao tempo da declaração da fallencia, sómente entrará para a massa a sobra, depois de pago o exequente.

§ 2.º Não se comprehendem nas disposições deste artigo as acções e execuções iniciadas antes da fallencia e fundadas em titulos não sujeitos a dividendo ou rateio, as quaes proseguirão com os syndicos ou liquidatarios.

Art. 26. A fallencia produz o vencimento antecipado de todas as dividas do fallido, commerciaes ou civis, com abatimento dos juros legais, si outra taxa não tiver sido estipulada.

Quanto ás obrigações ao portador (*debentures*) emitidas pelas sociedades anonymas ou em commandita por acções, prevalecerá a disposição do art. 6º, paragrapho unico do decreto legislativo n. 177 A, de 15 de setembro de 1893.

§ 1.º Não terão vencimento antecipado ou immediato:

1.º As obrigações sujeitas a condição suspensiva. Não obstante, ellas entrarão na fallencia, sendo o pagamento differido até que se verifique a condição.

2.º As letras hypothecarias emitidas pelas sociedades de credito real (decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, arts. 357 e 358).

§ 2.º Os co-obrigados com o fallido nas letras de cambio e titulos a estas equiparados darão fiança ao pagamento no vencimento, não preferindo pagar immediatamente sem deducção.

Esta disposição procederá sómente no caso dos co-obrigados simultaneos, mas não successivos. Sendo a obrigação successiva, como nos endossos, a fallencia do endossado posterior não dará direito a accionar os endossatarios anteriores, sem que se dê o vencimento.

§ 3.º As clausulas penaes dos contractos unilateraes a prazo vencidos em virtude de fallencia não serão attendidas.

Art. 27. Contra a massa não correrão juros, ainda que estipulados forem, se ella não chegar para o pagamento do principal.

Exceptuam-se desta disposição os juros das obrigações ao portador (*debentures*), emitidas pelas sociedades anonymas ou em commandita por acções, os das letras hypothecarias, emitidas pelas sociedades de credito real, e os dos creditos garantidos por hypotheca, antichrése ou penhor.

Os juros dos creditos garantidos serão pagos pelo producto dos bens constitutivos do privilegio, hypotheca ou penhor.

Art. 28. Os fiadores do fallido poderão apresentar-se na fallencia por tudo quanto tiverem pago em descarga do aſiançado ou, tambem, pelo que mais tarde possam satisfazer, si o credor não pedir a sua inclusão na fallencia.

Art. 29. Os credores por obrigação solidaria concorrerão pela totalidade de seus creditos nas respectivas massas dos co-obrigados simultaneamente fallidos, até serem integralmente pagos.

Os dividendos distribuidos serão annotados no respectivo titulo original pelos liquidatarios das massas, e o credor comunicará ás outras massas o que de alguma receber.

O credor que, indevidamente, receber alguma quantia dos co-obrigados solventes ou das massas dos co-obrigados fallidos ficará obrigado a restituir em dobro, além de pagar perdas e damnos.

Art. 30. As massas dos co-obrigados fallidos não terão acção regressiva umas contra as outras. Si, porém, o credor ficar integralmente pago por uma ou por diversas massas co-obrigadas, desaparecendo assim os seus direitos contra as outras massas, as primeiras terão acção regressiva contra as segundas em proporção á parte que pagaram e áquella que cada uma tinha a seu cargo.

Paragrapho unico. Si os dividendos que couberem ao credor em todas as massas co-obrigadas excederem da importancia total do credito, este excesso entrará para as massas na proporção acima dita. Si os co-obrigados eram garantes uns dos outros,

aquelle excesso pertencerá, conforme a ordem das obrigações, as massas dos co-obrigados, que tiverem o direito de ser garantidos.

Art. 31. Os co-devedores solventes, que pagarem, total ou parcialmente, a importancia do credito, poderão reclamar da massa fallida do co-obrigado quanto pagaram, observadas as regras do direito civil sobre as obrigações solidarias.

Art. 32. Aos credores ficarão garantidos os direitos seguintes, desde o momento da declaração da fallencia :

1º, de intervir, como assistentes, em quaesquer acções promovidas contra ou pela massa ;

2º, de fiscalizar a administração da massa fallida e requerer e promover no processo da fallencia o que for a bem da referida massa e á execução da presente lei. As despezas que se fizerem serão indemnizadas pela massa, si esta auferir vantagens ;

3º, de examinar, em qualquer tempo, os livros e papeis do fallido, e da administração da massa fallida, independente de ordem ou autorização do juiz.

Paragrapho unico. Para exercer esses direitos basta que se tenha apresentado aos syndicos a declaração de que trata o artigo 82.

Art. 33. Os credores ausentes poderão constituir procurador para represental-os na fallencia do devedor, sendo licito a uma só pessoa ser procurador de diversos credores ao mesmo tempo.

§ 1.º A procuração pôde ser transmittida por telegramma, cuja minuta authenticada ou legalizada deverá ser apresentada á estação expeditora, que, na transmissão, mencionará esta circumstancia.

§ 2.º O procurador fica habilitado para tomar parte em quaesquer actos ou deliberações da massa, receber avisos, notificações ou citações.

§ 3.º O procurador responde solidariamente com o mandante, quando obrar com dolo, má fé ou fraude.

Art. 34. Serão considerados representantes dos credores para todos os actos e deliberações da fallencia :

1. Os administradores das sociedades, os gerentes, os liquidantes e os prepostos com poderes de administração geral ;

2. Os procuradores *ad negotia*, embora não tenham poderes especificados para a fallencia ;

3. Os herdeiros e successores ;

4. Os tutores e curadores, na forma de direito.

§ 1.º A Fazenda Nacional, quando interessada por dividas de impostos ou de letras e titulos, será representada, no juizo da fallencia, pelo procurador da Republica, auxiliado pelos adjuntos, ajudantes ou solicitedores (lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, art. 32, n. III).

A Fazenda dos Estados e a dos municipios serão representadas pelos funcionarios, aos quaes, pelas respectivas constituições ou leis organicas, incumbir esse dever.

Art. 35. Os credores menores e interdictos não gosam, na fallencia, de privilegio algum, dos que as leis civis lhes conferem.

Fica-lhes, entretanto, salvo o direito de haver de seus tutores ou curadores indemnização pelos damnos provenientes de negligencia, dolo ou fraude.

Art. 36. Si os bens do fallido não chegarem para o integral pagamento dos credores, encerrada a fallencia, estes terão o direito de executar o devedor, a todo o tempo, pelo saldo de seus creditos, si o fallido não os contestou (art. 136).

SECÇÃO II

DOS EFFEITOS QUANTO Á PESSOA DO FALLIDO

Art. 37. Em virtude da declaração da fallencia ficam impostas ao fallido as seguintes obrigações:

1. Assignar nos autos, logo que tiver conhecimento da sentença declaratoria da fallencia, termo de comparecimento, indicando a rua e numero da sua residencia, para lhe serem dirigidas as notificações e os avisos necessarios, sob pena de revelia e outras comminadas por esta lei.

Não se poderá ausentar do logar da fallencia sem justo motivo e autorização expressa do juiz e sem deixar procurador bastante, sob as mesmas penas.

2. Entregar, sem demora, todos os bens, livros, papeis e documentos aos syndicos e lhes indicar os bens em poder de outrem para serem arrecadados.

3. Comparecer a todos os actos da fallencia e as assembléas dos credores, podendo ser representado por procurador, quando occorrerem justos motivos e obtiver licença do juiz.

4. Prestar, verbalmente ou por escripta, as informações solicitadas pelo juiz, syndicos, liquidatarios e credores em assembléa, sobre circumstancias e factos, que interessem á fallencia, e auxiliar os syndicos com zelo e lealdade.

5. Verificar a legitimidade, regularidade e authenticidade das reclamações de credito apresentadas á massa (art. 83).

6. Assistir ao levantamento e verificação do balanço e exame dos livros.

7. Examinar e dar parecer sobre as contas dos syndicos e liquidatarios.

Paraphrasso unico. Faltando ao cumprimento de qualquer dos deveres declarados em os ns. 1 a 4 ou ausentando-se sem licença do juiz, embaraçando as funcções dos syndicos ou liquidatarios, occultando bens por qualquer modo, recebendo quaesquer quantias pelos creditos, subtrahindo documentos, desviando a correspondencia, que deva ser entregue aos syndicos ou liquidatarios, poderá o fallido ser preso por mandado do juiz.

Da prisão cabe agravo de instrumento sem effeito suspensivo.

A prisão não poderá exceder de 60 dias e será decretada desde que, por meio summarissimo, se verifique a exactidão dos factos arguidos.

A prisão nos casos deste artigo poderá ser requerida pelos syndicos, liquidatarios ou representante do Ministerio Publico e tambem ordenada pelo juiz *ex-officio*.

Art. 38. Além dos direitos, que esta lei especialmente lhe confere, tem o fallido os de fiscalizar a administração da massa fallida, de requerer o que for a bem de seus direitos e interesses, de exercer direitos meramente conservatorios dos bens arrecadados, podendo intervir como assistente nas questões pró ou contra a massa e interpor os competentes recursos das decisões que tiverem relação com o seu estado de fallencia e consequencias deste.

Paragrapho unico. Si notificado ou avisado pela imprensa, por carta ou por official de justiça, não comparecer ou deixar de intervir em qualquer acto da fallencia, os actos ou diligencias correrão á revelia, não podendo em tempo algum sobre elles reclamar, isso sem prejuizo do disposto no paragrapho unico do art. 37.

Art. 39. As sociedades anonyms são representadas na fallencia pelos seus administradores ou liquidantes, os quaes ficarão sujeitos a todas as obrigações, que a presente lei impõe ao devedor ou fallido; serão ouvidos como representantes da sociedade fallida nos casos em que a lei prescreve que o fallido seja ouvido e incorrerão nas penas de prisão nos casos declarados no paragrapho unico do art. 37.

Paragrapho unico. Não obstante isentos da fallencia, esses administradores ou liquidantes deverão prestar contas de seus actos e responderão pelos delictos commettidos contra a sociedade e contra terceiros na fórmula por que dispõe o título XIII.

Art. 40. Depois da primeira assembléa dos credores, de que trata o art. 100, o fallido poderá exercer o commercio ou qualquer industria ou profissão, salvo as restricções estabelecidas peloCodigo Commercial e leis especiaes.

Art. 41. A morte do fallido não interromperá o processo da fallencia.

O conjuge sobrevivente e os herdeiros o representarão para todos os effectos commerciaes.

Paragrapho unico. Os herdeiros do devedor fallido não serão responsaveis além das forças da herança.

Art. 42. Si o fallido for diligente no cumprimento de seus deveres e auxiliar os syndicos com lealdade e zelo, e si a massa comportar, pôde requerer ao juiz que lhe arbitre modica remuneração. Nesse arbitramento serão ouvidos os syndicos e o representante do Ministerio Publico; e a requerimento dos syndicos, de qualquer credor, allegando justa causa, ou *ex-officio*, poderá ser supprimida a remuneração arbitrada.

Paragrapho unico. Esta remuneração cessará depois da primeira assembléa dos credores e eleição dos liquidatarios.

SECÇÃO III

DOS EFEITOS QUANTO AOS BENS DO FALLIDO

Art. 43. A fallencia comprehenderá todos os bens do devedor, inclusive direitos e acções existentes na época da sua declaração, e os adquiridos durante ella.

Art. 44. Desde o dia da abertura da fallencia ou da decretação do sequestro, o devedor perderá o direito de administrar e dispor dos seus bens.

§ 1.º Não poderá o devedor, desde aquelle dia, praticar qualquer acto que tenha referencia, directa ou indirecta, aos bens, interesses, direitos e obrigações comprehendidos na fallencia, sob pena de nullidade de pleno direito, podendo o juiz pronunciar-a *ex-officio*, independente de prova de prejuizo.

§ 2.º Entretanto, si antes da publicação da fallencia ou de sequestro o devedor pagou no vencimento uma lettra de cambio ou título á ordem por elle acceito ou sobre elle sacado, o pagamento será válido, si o portador não conhecia a fallencia ou o sequestro, e si, conforme o direito cambial, não puder mais exercer utilmente os seus direitos contra os co-obrigados.

Art. 45. Não se comprehenderão na fallencia:

1. Os bens que o fallido possuir no dia da declaração da fallencia ou vier a possuir durante esta, com a clausula de não serem obrigados por dividas.

2. As pensões, ordenados ou outras quantias, a que o fallido tiver direito, a título de alimento, aposentadoria, reforma ou jubilação.

3. O que o fallido ganhar por seu trabalho pessoal e destinado á manutenção propria e da familia.

4. Os vestuários do fallido e de sua familia, a mobilia e utensilios necessarios aos usos da vida.

5. Os rendimentos dos bens dos filhos menores.

Art. 46. A fallencia não affectará a administração dos bens proprios e particulares da mulher e dos filhos do devedor, pelo que não poderão ser arrecadados na fallencia:

1. Os bens dotaes estimados para qualquer effeito, os paraphernaes, os incommunicaveis sob o regimen da communhão, os que não respondem por dividas anteriores ao casamento, e as arrhas e doações antenupciaes.

2. O peculio castrense, quasi castrense e bens adventicios dos filhos menores, legitimos, legitimados e reconhecidos.

SECÇÃO IV

DOS EFEITOS QUANTO AOS CONTRACTOS DO FALLIDO

Art. 47. Os contractos synallagmaticos não serão resolvidos pela fallencia e poderão ser executados pelos syndicos e liquidarios, si o acharem de conveniencia para a massa.

§ 1.º A não execução integral desses contractos por parte da massa dará ao contractante o direito de exigir desta a devida indemnização pelas perdas e damnos.

§ 2.º Nas vendas a entregar em prazo certo, tendo por objecto valores ou mercadorias, cuja cotação, curso ou preço corrente possa ser annotado, a liquidação, si não puder realizar-se pela effectiva entrega dos valores ou mercadorias e pagamento do preço, far-se-ha pela prestação da differença entre a cotação do dia do contracto e a da época da liquidação.

Art. 48. As contas correntes com o fallido consideram-se encerradas no dia da declaração da fallencia, verificando-se o saldo.

Art. 49. Compensar-se-hão as dividas vencidas até ao dia da abertura da fallencia, provenha o vencimento da propria sentença da fallencia, ou da expiração do prazo contractual.

Paragrapho unico. Não se dará a compensação :

- a) nos creditos fundados em titulos ao portador ;
- b) nos creditos, mesmo vencidos antes da fallencia, adquiridos pelo devedor do fallido ou a elle transferidos quando já era conhecido e estado de insolvencia, para o fim da compensação em proveito proprio ou de terceiro, com prejuizo da massa;
- c) nos creditos transferidos salvo o caso de successão *mortis causa*.

Art. 50. Durante a fallencia ficará interrompida a prescrição.

Art. 51. Si o fallido fizer parte de alguma sociedade como socio solidario ou commanditario em commandita simples, ella reputar-se-ha dissolvida (Cod. Com. art. 335, n. 2).

Em sua liquidação intervirão os syndicos ou liquidatorios e todos os actos, que com elles se praticarem, serão validos e irrevogaveis.

Paragrapho unico. Si algum dos socios solidarios da sociedade, cuja fallencia for declarada, fizer parte de outras sociedades, para a massa daquella entrará sómente a quota que a esse socio couber na liquidação das sociedades solventes, depois de pagos os credores destas.

Art. 52. O mandato conferido pelo devedor antes da fallencia, sobre negocios que interessam á massa fallida, continuará em vigor até que seja revogado expressamente pelos syndicos ou liquidatorios, a quem o mandatario prestará contas.

Paragrapho unico. Para o fallido cessará o mandato ou commissão, que houver recebido antes da fallencia.

Art. 53. Os accionistas das sociedades anonymas e outros socios de responsabilidade limitada são obrigados a integralizar as acções ou quotas que subscreveram para o fundo social, não obstante quaesquer restricções, limitações ou condições estabelecidas nos estatutos ou contracto da sociedade.

§ 1.º Não satisfazendo amigavelmente, quando avisados, os liquidatorios proporão contra elles acção executiva, observando-se o disposto nos arts. 310 a 317 do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850.

§ 2.º Os liquidatarios poderão propor a acção antes de vender os bens da sociedade e apurar o activo e sem necessidade de justificar a insuficiencia deste para a solução do passivo da fallencia.

§ 3.º A acção poderá comprehender todos os réos ou ser especial para cada um devedor em condições de solvencia.

Art. 54. O socio de responsabilidade limitada, nas sociedades commerciaes, que não revestirem a fôrma anonyma nem a de commandita por acções, que se despedir antes de dissolvida a sociedade, retirando os fundos com que entrára para o capital, ficará responsavel, até o valor desses fundos, pelas obrigações contrahidas e perdas havidas até o momento da despedida, que será o da respectiva averbação no registro do commercio.

SECÇÃO V

DA REVOGAÇÃO DE ACTOS PRATICADOS PELO DEVEDOR ANTES DA FALLENCIA

Art. 55. Não produzirão effeito relativamente á massa, tenha ou não o contractante conhecimento do estado economico do devedor, seja ou não intenção deste fraudar os credores:

1.º Os pagamentos de dividas não vencidas realizados pelo devedor, dentro do termo legal da fallencia, por qualquer meio de extinguir o direito do credito, inclusive o desconto dos proprios titulos.

2.º Os pagamentos de dividas vencidas e exigiveis, realizados dentro do termo legal da fallencia por qualquer meio que não seja em dinheiro ou em titulo de commercio.

3.º As hypothecas e outras garantias reaes inclusive a retenção, constituidas dentro do termo legal da fallencia, tratando-se de divida contrahida antes deste termo.

Si os bens offerecidos em hypotheca constituirem objecto de outra hypotheca válida, inscripta em segundo logar, a massa receberá a parte que devia caber ao credor da hypotheca revogada.

4.º Todos os actos a titulo gratuito, salvo obediencia á lei ou si se referirem a objectos de valor menor de 300\$, desde dous annos antes da declaração judicial da fallencia, façam ou não parte de contractos onerosos.

5.º A renuncia á successão, legado ou usufructo, até dous annos antes da declaração judicial da fallencia.

6.º A restituição antecipada do dote ou a sua entrega antes do prazo estipulado no contracto antenupcial.

7.º As inscripções de hypothecas e as transcripções de onus reaes e de transmissões *inter vivos*, por titulo oneroso ou gratuito, de immoveis susceptiveis de hypotheca, realizadas após a decretação do sequestro ou a declaração da fallencia.

A falta da inscripção da hypotheca ou da transcripção dos onus reaes dá ao credor o direito de concorrer na massa como chirographario e a falta de transcripção das transmissões *inter*

vivos confere ao comprador acção pessoal para haver o preço até onde chegar o producto do immovel.

Paragrapho unico. Os actos, a que se referem os ns. 3 e 4, não serão revogaveis si, ao tempo em que foram praticados, o devedor não exercia o commercio.

Art. 56. Poderão ser revogados, tambem, relativamente á massa, todos e quaesquer actos, emquanto não prescriptos, praticados pelo devedor, na intenção de prejudicar credores, provando-se fraude de ambos os contrahentes.

Art. 57. Os bens deverão ser restituídos á massa em especie, com todos os accessorios, e, não sendo possivel, dar-se-á a indemnização.

Art. 58. A restituição dos fructos, incluídos os que se deixaram de perceber, será devida nos casos de má fé, connivencia, fraude ou conhecimento do estado do devedor. Em todo o caso, sel-o-á desde a propositura da acção e comprehenderá os pendentes ao tempo da aquisição.

§ 1.º O donatario de boa fé restituirá sómente na proporção daquillo com que se achar augmentado o seu patrimonio por effeito da doação.

§ 2.º A massa restituirá o que tiver sido prestado pelo contrahente, salvo si do contracto ou acto não auferiu vantagem. Neste caso, o contractante será admittido como credor chirographario.

§ 3.º No caso de restituição de pagamento, o credor reassumirá o seu anterior estado de direito, e participará dos dividendos, si chirographario.

§ 4.º Fica salva aos terceiros de boa fé a acção de perdas e damnos, a todo o tempo, contra o fallido.

Art. 59. A acção revocatoria, tendo por fim pronunciar a inefficacia dos actos referidos nos arts. 55 e 56, relativamente á massa fallida, deverá ser intentada pelos liquidatarios em nome da massa.

Paragrapho unico. Esta acção poderá ser proposta :

1.º Contra todos aquelles que figurarem no acto como contractantes, ou que por effeito do acto foram pagos, garantidos ou beneficiados.

2.º Contra os successores *causa mortis* das pessoas acima indicadas, até a concurrencia da quota hereditaria, do legado ou usufructo.

3.º Contra os seus successores :

a) si tiverem conhecimento, no momento em que se creou o seu direito, da intenção do fallido de prejudicar os credores ;

b) si o direito se originou de acto revogavel nos termos do art. 55.

4.º Contra os successores *causa mortis* das pessoas indicadas nas alíneas a e b do n. 3 acima, até a concurrencia da quota hereditaria, legado ou usufructo.

Art. 60. A acção revocatoria correrá perante o juiz da fallencia. O seu curso será o summario, observadas as disposições dos arts. 237 a 243 do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850.

§ 1.º O réo não poderá oppor compensação nem reconvenção.

§ 2.º A appellação será recebida no effeito devolutivo e os autos subirão dentro do prazo de 15 dias, depois de intimadas as partes da sentença, independente de traslado, salvo si alguma das partes o requerer, pagando-o á sua custa.

§ 3.º O juiz não está adstricto ás regras de direito quanto á prova da fraude ou má fé, mas decidirá conforme a sua livre e íntima convicção, fundamentando a sentença com os factos e as razões que motivem a sua decisão.

§ 4.º A acção prescreverá um anno depois da abertura da fallencia.

Art. 61. A revogação do acto poderá tambem ser allegada e pedida em excepção ou em embargos á execução ou á acção executiva.

Paragrapho unico. O juiz poderá, a requerimento dos liquidatarios, ouvidas tres testemunhas, ordenar, como medida preventiva da acção revocatoria, o sequestro dos bens retirados do patrimonio do fallido e em poder de terceiros.

Do despacho do juiz, que indeferir ou ordenar o sequestro, cabe agravo de instrumento, sem effeito suspensivo.

Art. 62. A revogação do acto poderá ser decretada, embora, para a celebração d'elle, precedesse sentença executoria, ou fosse consequencia de transacção ou de medida assecuratoria para garantia da divida ou seu pagamento.

Revogado o acto, ficará de pleno direito rescindida a sentença que o motivou e a consequente execução.

Do pessoal da administração da fallencia

Art. 63. A fallencia, em seu periodo de informação, que se estende até á primeira assembléa dos credores, a que se refere o art. 100, é administrada por syndicos nomeados pelo juiz, e, no periodo da liquidação, por liquidatarios escolhidos pelos credores, uns e outros sob a direcção e superintendencia do juiz, exercidas nos termos da presente lei.

SECÇÃO I

DOS SYNDICOS

Art. 64. Na sentença declaratoria da fallencia, o juiz nomeará um ou tres syndicos, conforme a importancia da massa, para administrá-la, arrecadar bens e proceder aos trabalhos da verificação de creditos.

§ 1.º Os syndicos serão escolhidos entre os credores do fallido, de preferencia os de maior quantia e idoneos, residentes ou domiciliados no fóro da fallencia.

Não constando dos autos a relação dos credores, o juiz mandará notificar o devedor, si estiver presente, para declarar em cartório, dentro de duas horas e sob pena de prisão até 30 dias, os seus maiores credores residentes no fóro da fallencia e não incompatíveis para exercerem o cargo de syndico.

§ 2.º O juiz sómente poderá nomear para syndicos pessoas estranhas, idoneas e de boa fama, si o devedor não fizer a declaração de seus credores e si não houver credores que aceitem o cargo.

§ 2.º Não poderão servir de syndicos :

a) os que tiverem laços de consanguinidade ou afinidade até ao quarto grão civil com o fallido, ou deste forem inimigos, amigos ou dependentes ;

b) Os cessionarios de creditos, desde um anno antes de ser requerida a fallencia;

c) Os que já houverem sido nomeados pelo mesmo juiz, dentro de um anno, sendo pessoas estranhas á fallencia.

§ 3.º Dentro de 48 horas, depois da publicação do edital referido no art. 18, qualquer interessado poderá reclamar, por petição ao juiz, contra a nomeação de syndico em contravenção a esta lei. O juiz, attendendo ás allegações e provas, decidirá dentro de 24 horas.

§ 4.º Si o syndico nomeado for pessoa juridica, declarar-se-ha no termo de que trata o art. 65, o nome do seu representante para todos os effeitos.

Art. 65. Os syndicos, logo que nomeados, assignarão, nos autos, termo de compromisso de bem e fielmente desempenharem o cargo e de assumirem todas as responsabilidades na qualidade de depositarios e administradores, e entrarão, immediatamente, na administração da massa, cumprindo-lhes, além de outros deveres, que a presente lei lhes impõe :

1. Dar a maior publicidade á sentença declaratoria da fallencia e annunciar, pela imprensa, a hora em que, diariamente, estarão no escriptorio do fallido para attender ás pessoas interessadas.

2. Receber a correspondencia dirigida ao fallido, abri-la em presença deste ou de pessoa por elle designada, fazendo entrega daquellea que se não referir a assumpto e interesses da massa.

3. Arrecadar os bens e livros do fallido e tel-os sob suaguarda, conforme se dispõe no titulo IV.

4. Preparar a verificação e classificação dos creditos pela fôrma declarada no titulo V.

5. Proceder ao levantamento do balanço ou verificar o que tiver sido apresentado pelo fallido, corrigindo-o.

6. Apresentar na primeira assemblea dos credores relatório circumstanciado sobre as causas da fallencia, valor estimativo do activo e passivo, procedimento do devedor antes e depois de declarada a fallencia, os actos susceptíveis de revogação e especificar com todas as minucias os actos ou factos, puníveis pela presente lei e pelo Código Penal, praticados pelo devedor, directores das sociedades anonymas, cúmplices e outras pessoas.

Esse relatório será em duplicata. Um dos exemplares juntar-se-ha aos autos e o outro será remetido ao representante do Ministerio Publico (art. 174, § 3º).

Ao exemplar, remetido ao representante do Ministerio Publico, deverão acompanhar os extractos dos livros commerciaes e outros documentos necessarios para a prova dos factos articulados.

7. Praticar todos os actos conservatorios de direitos e acções, diligenciar a cobrança de dividas activas e passar a respectiva quitação.

Para esse fim, poderão nomear cobradores, demissiveis á vontade, exigindo delles fiança, e com salarios ou commissões usuaes na praça, previamente ajustados e approvados pelo juiz.

Os syndicos serão para com a massa abonadores dos cobradores, que nomearem.

8. Representar a massa dos credores em juizo, como autor, mesmo em processos penaes, ou como ré.

9. Remir penhores e objectos legalmente retidos, com autorização do juiz e em beneficio da massa.

10. Representar ao juiz sobre a necessidade da venda de objectos sujeitos a facil deterioração ou de guarda dispendiosa (art. 77).

11. Chamar para os serviços da administração os empregados, guarda-livros ou quaesquer outros auxiliares, que forem necessarios, dando preferencia aos que serviam com o fallido, salvo em caso de suspeita de dolo, fraude ou má fé.

Os salarios serão previamente ajustados, attendendo-se aos trabalhos e importancia da massa, não podendo ser superiores aos que se costumam pagar a taes prepostos, na mesma praça, e serão tambem sujeitos á approvação do juiz.

12. Chamar avaliadores officiaes (dec. n. 596, de 19 de julho de 1896, art. 12 § 2º), onde houver, e contadores ou guarda-livros para a avaliação de bens e exame de livros, quando forem absolutamente indispensaveis os serviços desses peritos por não poderem os syndicos desempenhal-os.

13. Recolher ao Banco do Brazil, suas agencias ou filiaes todas as quantias pertencentes á massa. Si no logar não houver essas agencias ou filiaes, o juiz designará estabelecimento bancario de notoria reputação.

As quantias depositadas não poderão ser retiradas senão por ordem expressa do juiz e por meio de cheques nominativos ou saques assignados pelos syndicos e rubricados pelo juiz, e sempre declarando o nome por extenso ou firma da pessoa a cujo favor é passado e o fim para que é levantada a importancia.

14. Fornecer, com presteza, todas as informações pedidas pelos interessados sobre a fallencia e administração da massa e dar extractos dos livros do fallido para a prova nas verificações ou impugnações de credits.

Estes extractos merecerão fé, ficando salvo á parte prejudicada provar que são inexactos ou menos verdadeiros.

15. Exigir dos credores e dos prepostos que serviram com o fallido quaesquer informações verbaes ou por escripto.

Em caso de recusa, o juiz, a requerimento dos syndicos, mandará vir á sua presença essas pessoas, sob pena de desobediencia, e as interrogará, tomando-se o depoimento por escripto.

16. Requerer todas as medidas e diligencias que forem necessarias para completar e indemnizar a massa e em beneficio da administração da fallencia, interesses dos credores e cumprimento das disposições da presente lei.

17. Entregar, dentro de 24 horas, aos liquidatarios ou ao devedor concordatario todos os bens da massa em seu poder, livros do fallido e assentos da sua administração, sob pena de prisão até que realizem a entrega.

SECÇÃO II

DOS LIQUIDATARIOS

Art. 66. Na assembléa, de que trata o art. 102, os credores elegerão um ou tres liquidatarios, conforme for preliminarmente resolvido, podendo recahir a nomeação em credores ou não, e tambem nos syndicos.

Paragrapho unico. Nas fallencias das sociedades, o liquidatario ou liquidatarios serão eleitos sómente pelos credores sociaes, embora administrem e liquidem as massas particulares dos socios fallidos.

Art. 67. Os liquidatarios prestarão o mesmo compromisso do art. 65 e, desde logo, ficarão investidos de plenos poderes para todas as operações e actos necessarios á administração, á realização do activo e á liquidação do passivo da fallencia e para demandar activa e passivamente.

Paragrapho unico. Além dos deveres que esta lei lhes confere, cabem-lhes mais :

1.º Os mencionados no art. 65, ns. 1, 2, 7, 8, 14, 15 e 16, dispensada a approvação do juiz no caso do n. 7.

2.º Arrecadar os bens que o fallido adquirir durante a fallencia e outros que os syndicos tenham deixado fóra da administração da massa.

3.º Nomear prepostos e auxiliares para a liquidação, com salarios ajustados préviamente, não podendo exceder dos que usualmente se pagam na respectiva praça.

4.º Proceder á realização do activo e liquidação do passivo na fôrma por que determina esta lei.

5.º Recolher as quantias pertencentes á massa em os estabelecimentos bancarios que a assembléa dos credores designar, ou, em falta desta designação, no Banco do Brazil, suas agencias, ou filiaes, e, em falta destas, do banco que escolherem sob a sua responsabilidade.

O levantamento das quantias depositadas será feito por cheques ou saques por elles assignados, declarando o nome da

pessoa a cujo favor são passados e o fim para que é retirada a importância.

6.º Transigir sobre dividas e negocios da massa, ouvindo o fallido, si presente, pessoalmente ou por procurador, no fôro da fallencia, e, no caso de opposição, com licença do juiz.

7.º Apresentar até o dia 10 de cada mez a conta demonstrativa da liquidação do mez anterior, contendo, com clareza e especificadamente, as despesas feitas e o fim para que, as quantias entradas para a massa e sob que titulo ou proveniencia. Estas contas serão juntas aos autos.

8.º Elucidar todas as circumstancias relativas á fallencia, verificar os balanços e rectificar-os, communicar ao representante do Ministerio Publico quaesquer factos puniveis do devedor ou de terceiros e fornecer as provas para a respectiva acção penal.

SECÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES COMMUNS AOS SYNDICOS E AOS LIQUIDATARIOS

Art. 68. Os syndicos e liquidatarios desempenharão pessoalmente as suas funcções.

§ 1.º As deliberações serão tomadas por maioria, podendo o dissidente recorrer para o juiz, que, informado devidamente, resolverá afinal.

Das deliberações lavrar-se-hão actas, por todos assignadas.

§ 2.º As contas da administração da massa fallida serão lançadas com clareza e regularidade em um diario numerado e rubricado em suas paginas pelo juiz da fallencia com termo de abertura e encerramento assignados pelo mesmo juiz. O mesmo livro servirá para ambos os periodos da fallencia.

§ 3.º Tratando-se de questões de interesse da massa, que exijam competencia technica, os syndicos e os liquidatarios poderão ouvir advogados de reconhecida competencia e, si a massa tiver de comparecer em juizo, como autora ou ré, poderão contractar advogados, tambem de reconhecida competencia, com honorarios modicos previamente ajustados.

Os syndicos não poderão contractar advogados sem expressa approvação do juiz quanto aos honorarios e, tambem, iniciar acções que possam ser adiadas, sem inconveniente, para depois da primeira assembléa dos credores, pena de não ficar a massa obrigada pelos honorarios contractados, sendo facultado aos liquidatarios nomear outros advogados.

Art. 69. Os syndicos e liquidatarios poderão ser destituídos pelo juiz *ex-officio* ou a requerimento de qualquer credor no caso de infracção dos deveres que a presente lei lhes impõe, negligencia, abuso de poder, malversação, fallencia e superveniencia de interesses contrarios aos da massa.

§ 1.º Os liquidatarios poderão ainda ser destituídos pelos credores, que representarem a maioria dos creditos, sem necessidade de allegarem causa.

Para esse fim, basta requerimento ao juiz assignado por estes credores, com as firmas reconhecidas por tabellião.

§ 2.º Os syndicos ou liquidatarios e o representante do Ministerio Publico serão sempre ouvidos antes do despacho do juiz, e d'este despacho, quer decreto ou não a destituição, caberá agravo de instrumento.

Art. 70. Si os syndicos ou liquidatarios não assignarem o termo de compromisso dentro de 24 horas após a intimação do escrivão, si não acceitarem a nomeação, si morrerem ou incorrerem em fallencia ou si forem destituídos, o juiz designará substituto e, tratando-se de liquidatarios, convocará immediatamente a assemblea dos credores para a eleição do definitivo.

Paragrapho unico. A convocação da assemblea ficará sem effeito, si credores, representando a maioria dos creditos, approvarem, em declaração assignada com firmas reconhecidas, o nomeado pelo juiz ou nomearem quem definitivamente deva servir.

Art. 71. Os syndicos e liquidatarios prestarão contas de sua administração, quando renunciarem ao cargo, forem destituídos, terminarem a liquidação da fallencia ou se celebrar concordata.

§ 1.º As contas, acompanhadas de documentos probatorios devidamente numerados, serão prestadas por petição ao juiz, tendo autoação separada para afinal se juntarem em appenso aos autos da fallencia.

§ 2.º O escrivão avisará, por edital publicado na imprensa, que as contas se acharão em cartorio durante dez dias á disposição dos interessados, que poderão impugna-las, e intimará o fallido para sobre ellas dizer no mesmo prazo.

Os liquidatarios são obrigados a examinar as contas dos syndicos e dar parecer sobre ellas.

§ 3.º Não apparecendo reclamação nem impugnação alguma, as contas serão julgadas boas.

§ 4.º Havendo reclamação ou impugnação, o juiz ouvirá os responsaveis e o representante do Ministerio Publico e, procedendo ás necessarias diligencias, proferirá sentença.

§ 5.º Da sentença, qualquer que seja, cabe agravo de petição.

§ 6.º Os responsaveis serão intimados a entrar com qualquer alcance ou desfalque dentro de 48 horas, sob pena de prisão.

§ 7.º Com a sentença que reconhecer o alcance ou desfalque poderão ser sequestrados ou penhorados os bens dos responsaveis para indemnização da massa.

§ 8.º Si os syndicos e liquidatarios não prestarem as contas dentro de cinco dias depois da destituição, renuncia ou homologação da concordata e de 30 dias após a final liquidação, depois de notificados para cumprirem esse dever, o juiz expedirá contra elles mandado de prisão, ordenando que os seus substitutos organizem as contas, tendo em vista o que aquelles receberam e o que dispenderam devidamente autorizados.

Art. 72. Os syndicos e liquidatarios responderão solidariamente por todos os damnos e prejuizos que a massa fallida soffrer devido a sua má administração, desidia, negligencia, abuso, má fé ou infracção de qualquer disposição da presente lei.

§ 1.º A autorização do juiz não os isenta da responsabilidade civil e penal, quando agirem conhecendo o prejuizo que do seu acto resultará para a massa ou quando infringirem disposição legal.

§ 2.º A prestação e o julgamento das contas não os isentam tambem das referidas responsabilidades.

Art. 73. Os syndicos terão direito a uma remuneração, que o juiz arbitrará, attendendo á importancia da massa, diligencia, trabalho e responsabilidades delles, não podendo exceder de 4 % até 100:000\$000, de 3 % sobre o excedente até 200:000\$000, de 2 % sobre o excedente até 500:000\$000, de 1 % sobre o excedente até 1.000:000\$000, de 1/5 % sobre o que exceder de 1.000:000\$000.

A porcentagem será calculada sobre o liquido effectivamente apurado afinal, deduzidas as despesas da liquidação.

§ 1.º Os liquidatarios perceberão igual remuneração, arbitrada do mesmo modo acima, si outra lhes não for marcada pelos credores.

§ 2.º Si os liquidatarios tiverem servido de syndicos, ficarão com direito ás duas remunerações.

§ 3.º No caso de concordata, a porcentagem será calculada sobre a quantia distribuida em dividendo ou rateio aos credores chirographarios.

§ 4.º Do arbitramento da porcentagem cabe agravo de instrumento, que poderá ser interposto pelos syndicos, liquidatarios, credores e pelo fallido.

§ 5.º A comissão será paga aos syndicos e liquidatarios depois de prestadas as contas.

§ 6.º Não terão direito a remuneração alguma os syndicos e liquidatarios que, com justa causa, tenham sido destituídos, e os syndicos nomeados em contravenção das disposições desta lei.

Qualquer interessado pôde oppor-se ao pagamento da remuneração arbitrada nos casos acima referidos, cabendo agravo de instrumento, para superior competente, do despacho do juiz, com effeito suspensivo.

§ 7.º Havendo mais de um syndico ou de um liquidatario, a comissão será uma só, repartida por todos.

§ 8.º O arbitramento e pagamento da remuneração dos syndicos far-se-hão logo que for verificado o liquido, a que se refere este artigo em principio.

TITULO IV

Da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do fallido

Art. 74. Os syndicos promoverão, sem perda de tempo e, immediatamente após o seu compromisso, a arrecadação dos livros, documentos e bens do fallido, onde quer que estejam,

requerendo para esse fim as providencias e diligencias judiciais e necessarias.

A arrecadação far-se-ha com a assistencia do representante do Ministerio Publico, que para esse fim será convidado pelos syndicos e sem a presença do juiz e do escrivão.

§ 1.º Si o fallido resistir á diligencia ou difficultal-a, os syndicos pedirão ao juiz o auxilio de officiaes de justiça e, si não for possível terminal-a no mesmo dia, estes e o representante do Ministerio Publico apporão sellos na casa, escriptorio, livros, papeis e bens, si acharem conveniente.

§ 2.º Os bens penhorados ou por outra forma apprehendidos ou sequestrados, salvo tratando-se de acção ou execução, que a fallencia não suspende, entrarão para a massa, cumprindo ao juiz deprecar, a requerimento dos syndicos, ás autoridades competentes a entrega delles.

§ 3.º A' medida que arrecadarem os bens, os syndicos levantarão o inventario e estimarão cada um dos objectos nelle contemplados, ouvindo o fallido, consultando facturas e documentos ou ouvindo-se no parecer de avaliadores officiaes, si houver necessidade.

O inventario será datado e assignado pelos syndicos, pelo representante do Ministerio Publico e pelo fallido, si estiver presente.

Este poderá fazer as observações e declarações que julgar a bem de seus interesses.

§ 4.º No mesmo dia em que iniciarem a arrecadação, os syndicos apresentarão o *Diario* e o *Copiador* do fallido ao juiz, para que os encerre.

§ 5.º Serão contemplados no inventario:

1. Os livros obrigatorios e os auxiliares ou facultativos do fallido, designando-se o estado em que se acham, o numero e a denominação de cada um, paginas escripturadas, datas do inicio da escripturação e do ultimo lançamento, e si os primeiros estão revestidos das formalidades legais.

2. Dinheiro, letras, papeis, documentos e bens do fallido.

3. Os bens do fallido em poder de terceiros, a titulo de guarda, deposito, penhor ou retenção, arrolando-se todos elles minuciosamente.

4. Os bens indicados como propriedade de terceiros ou reclamados por estes, mencionando-se esta circumstancia.

Art. 75. Os bens particulares dos socios solidarios serão arrecadados ao mesmo tempo que os da sociedade, levantando-se inventario especial dos bens de cada uma das massas.

Paragrapho unico. As despezas com a guarda e conservação dos bens particulares dos socios correrão por conta delles.

Art. 76. Os bens arrecadados ficarão na guarda dos syndicos ou de pessoas por estes escolhidas, sob sua responsabilidade, podendo o fallido ser incumbido da guarda de immoveis e mercadorias.

Art. 77. Havendo entre os bens arrecadados alguns de facil deterioração ou que se não possam guardar sem risco ou grande despesa, os syndicos mandarão vendel-os por intermedio de leiloeiro, obtendo consentimento por escripto do fallido.

Oppondo-se este ou não se achando presente, por si ou por seu procurador, no fôro da fallencia, a venda dependerá de autorização do juiz.

O producto da venda será recolhido ao banco designado para receber os dinheiros da massa.

Art. 78. O fallido poderá requerer a continuação do seu negocio.

Ouvidos os syndicos e o representante do Ministerio Publico sobre a conveniencia do pedido, o juiz, si o deferir, nomeará pessoa idonea, proposta pelo mesmo fallido, p ara gerir o negocio.

§ 1.º Este gerente ficará sob a immediata fiscalização dos syndicos e lançará os assentos das operações em livros especiaes, abertos, numerados e rubricados pelo syndicos.

§ 2.º As compras e vendas serão a dinheiro de contado, salvo autorização especial dos syndicos, não podendo o prazo exceder de 30 dias.

§ 3.º O juiz, a requerimento dos syndicos e ouvido o representante do Ministerio Publico, poderá cassar a autorização para a continuação do commercio do fallido.

§ 4.º O gerente prestará contas aos syndicos, sendo considerado depositario para todos os effeitos de direito.

§ 5.º Cessará a autorização judicial si o fallido não fizer concordata com os seus credores na assembléa, de que trata o art. 102.

Art. 79. Si não forem encontrados bens para serem arrecadados ou si os arrecadados forem insufficientes para as despesas do processo, os syndicos, immediatamente, levarão o facto ao conhecimento do juiz que, ouvido o representante do Ministerio Publico, marcará por editaes, publicados na imprensa, o prazo de dez dias aos interessados para requererem o que fôr a bem de seus direitos.

§ 1.º Um ou mais credores poderão requerer o proseguimento da fallencia, obrigando-se a entrar com a quantia necessaria para as despezas.

§ 2.º Pelas quantias que adeantarem serão esses credores considerados credores da massa.

§ 3.º Si os credores nada requererem, no prazo acima, o juiz encerrará a fallencia por sentença, cujo extracto sera publicado pela imprensa e enviado ás corporações e funcionários mencionados no art. 17, n. 2, e remetterá ao representante do Ministerio Publico o relatorio, que os syndicos devem apresentar, dentro de cinco dias, contendo as declarações e informações expostas no art. 65, n. 6.

TITULO V

Da verificação e classificação dos creditos

SECÇÃO I

DA VERIFICAÇÃO DOS CREDITOS

Art. 80. Na sentença declaratoria da fallencia o juiz marcará o prazo para os credores do fallido allegarem e provarem os seus direitos (art. 16 e).

Este prazo será de 15 dias no minimo e de 30 no maximo, conforme a importancia da fallencia e os interesses nella envolvidos.

Art. 81. Os syndicos, logo que entrarem em exercicio do cargo, expedirão aos credores, que constarem da escripturação do fallido, circulares convidando-os a fazerem a declaração e exhibição de que trata o art. 82, no prazo determinado pelo juiz, e a comparecerem no dia, hora e logar da primeira assemblea.

As circulares, que poderão ser impressas, serão remettidas pelo Correio, sob registro, com recibo de volta.

Nellas os syndicos transcreverão o texto do art. 82.

Os credores, conforme a distancia em que se acharem, poderão ser convidados por telegramma.

Parapho unico. Os syndicos ficarão responsaveis por quaesquer prejuizos e damnos aos credores pela demora ou negligencia, e sómente se justificarão exhibindo o certificado do registro po Correio ou o recibo da estação telegraphica, provando terem feito, opportunamente, o convite.

Art. 82. Dentro do prazo marcado pelo juiz, os credores commerciaes e civis do fallido e os particulares dos socios solidarios, si se tratar de sociedade, são obrigados a apresentar aos syndicos uma declaração por escripto, com a firma reconhecida, mencionando a importancia exacta do credito, a sua origem ou causa, a preferencia e classificação, que por direito, a elle cabe, as hypothecas, penhores e outras garantias que lhes foram dadas e as datas, especificando, minuciosamente, os bens e titulos do fallido em seu poder, os pagamentos recebidos por conta e o saldo definitivo na data da declaração da fallencia, observando-se o disposto no art. 26.

Mencionarão, tambem, a sua residencia ou do seu representante ou procurador no logar da fallencia, ou a caixa postal para onde deverão ser dirigidos todos os avisos e notificações.

§ 1.º A declaração o credor juntará o titulo ou titulos do seu credito em original ou quaesquer documentos, como contas commerciaes ou correspondencia, que o provem.

§ 2.º Em uma só declaração, diversos creditos do mesmo titular poderão ser comprehendidos, devendo, porém, ser especificado cada um delles.

§ 3.º Os syndicos darão recibo das declarações e documentos recebidos, sempre que lhes for exigido.

Art. 83. A medida que forem recebidas as declarações, o fallido ou o seu representante dirá por escripto sobre cada uma, e os syndicos, examinando as declarações, a resposta do fallido, as contestações e impugnações, que porventura lhes tenham sido presentes, á vista dos livros, papeis e assentos do devedor e das provas e documentos exhibidos e de outras diligencias a que procederem em beneficio da massa, darão tambem relativamente a cada uma o seu parecer circunstanciado e minucioso.

§ 1.º A resposta do fallido e o parecer dos syndicos serão incorporados ás declarações a que se referirem.

§ 2.º Os syndicos organizarão as seguintes relações :

1. Uma comprehendendo todos os que solicitaram a inclusão dos seus creditos na fallencia, com os nomes, domicilio e natureza destes creditos e a referencia, por meio de numeros, ás declarações com os documentos que as instruem.

Os creditos serão collocados nesta relação, conforme a ordem exposta no art. 85.

2. Outra comprehendendo os credores que não fizeram as declarações do art. 81, mas constantes dos livros do fallido, documentos attendiveis e outras provas.

Esta relação conterá os nomes e domicilios dos credores, a natureza e importancia de cada credito e as datas em que os syndicos lhes enviaram, por carta ou telegramma, as circulares de que trata o art. 81, mencionando a numeração do certificado do registro postal ou do recibo do telegramma.

3. Outras relativas aos credores particulares de cada um dos socios solidarios, contendo as mesmas declarações que a relação sob n. 1.

§ 3.º Estas relações e as declarações e respectivos documentos instructivos serão depositados em cartorio dentro de cinco dias após o encerramento do prazo marcado para os credores provarem e allegarem os seus direitos.

§ 4.º O escrivão dará aos syndicos recibo de todos os papeis entregues e, immediatamente, avisará pela imprensa acharem-se as relações e documentos em cartorio durante cinco dias, a contar do dia da publicação, para serem examinados pelos interessados que quizerem. Nesse aviso o escrivão transcreverá as disposições dos §§ 5º e 6º, primeira *alinea*, deste artigo.

§ 5.º Durante esse prazo de cinco dias, os creditos incluídos naquellas relações poderão ser impugnados, quanto á sua legitimidade, importancia ou classificação.

Os credores sociaes poderão reclamar contra a inclusão ou classificação dos credores particulares dos socios.

§ 6.º A impugnação será dirigida ao juiz por meio de requerimento instruído com documentos, justificações ou outras provas.

Cada impugnação será autoada em separado, com as declarações e documentos que lhe forem relativos, informação do fallido e parecer dos syndicos.

Si apparecerem diversas impugnações sobre o mesmo credito, serão autoadas juntamente.

§ 7.º As declarações apresentadas pelos credores, que servirem de syndicos, serão examinadas e informadas por dous credores, que o juiz nomeará entre os que tenham cumprido a disposição do art. 82, e, em falta ou recusa destes credores, por dous peritos nomeados pelo mesmo juiz.

Art. 84. Na primeira assembléa dos credores, de que trata o art. 102, presentes os syndicos, o fallido e mais interessados, o juiz examinará uma a uma, pela ordem em que se acharem nas respectivas relações, todas as declarações apresentadas, lendo-as ou mandando ler em voz alta, com a informação do fallido, parecer dos syndicos e impugnações apresentadas.

§ 1.º Considerar-se-hão verificados os creditos que não forem impugnados pelos syndicos ou por qualquer credor.

§ 2.º Tendo sido impugnado algum credito, o juiz, depois de proceder na forma acima exposta, mandará as partes, si estiverem presentes e si o requererem, adduzir perante elle, verbal e summariamente, o seu direito, dando a palavra ao impugnante e, em seguida, áquelle cujo credito for contestado. Cada uma das partes não poderá fallar por mais de 10 minutos.

Findo o debate oral, o juiz, ouvindo os syndicos e o fallido, si tiver por conveniente, proferirá immediatamente a sua decisão, exarando-a nos autos da impugnação.

§ 3.º Si, porém, o juiz achar indispensavel para a decisão outras provas além das apresentadas, ordenará as precisas diligencias, entre as quaes a apresentação dos livros do credor impugnado para serem examinados na parte tocante á questão.

Dessas diligencias ordenadas pelo juiz não cabe recurso algum.

§ 4.º Para o exame nos livros dos credores impugnados o juiz nomeará dous ou tres credores já verificados, e, si não acceitarem ou não houver credores nessas condições, poderá chamar peritos.

O exame dos peritos, reduzido a escripto, juntar-se-ha aos respectivos autos da impugnação.

Si no mesmo dia não puder ser realizado o exame, o juiz adiará a sua decisão até cinco dias, quando lhe for apresentado o laudo.

O exame nos livros do fallido é dispensado, bastando que os syndicos, á vista delles, respondam aos quesitos das partes ou do juiz com extractos dos mesmos livros.

Estes extractos merecerão fé, nos termos do art. 65, n. 14.

§ 5.º Sen lo os creditos de pequena quantia e constando dos ivros do fallido, documentos attendiveis ou outras provas (art. 83; § 2º, n. 2), especialmente tratando-se de creditos de prepos-tos, operarios, gente de tripulação e domesticos, o juiz poderá

ordenar a inclusão delles na fallencia e na classe que por lei lhes compete, independente das declarações e formalidades estabelecidas nesta lei.

§ 6.º O escrivão juntará a cada um dos autos de impugnação um extracto da acta da assemblea na parte que lhe for relativa.

§ 7.º Em seguida á acta da primeira assemblea serão juntadas aos autos da fallencia as declarações dos credores, sobre as quaes não tenha havido impugnação, e entregues aos liquidatarios os titulos apresentados para restituirem aos credores com a menção de que trata o art. 89.

No caso de concordata, os titulos não contestados ou não impugnados serão tambem juntos aos autos, ficando salvo á parte, que os apresentou, o direito de pedir opportunamente a entrega, si delles precisar.

Art. 85. Na conformidade das decisões do juiz, os syndicos immediatamente organizarão o quadro geral dos credores admittidos á fallencia e sua classificação, formando as seguintes listas :

- 1ª, credores com privilegio sobre todo o activo ;
- 2ª, credores com privilegio sobre immoveis (hypothecarios e antichresistas) ;
- 3ª, credores com privilegio sobre moveis ;
- 4ª, credores separatistas na conformidade do art. 98 ;
- 5ª, credores chirographarios ;
- 6ª, credores particulares de cada um dos socios solidarios com as suas respectivas classificações.

Relativamente a cada credor serão mencionadas a residencia, a importancia do credito e as declarações uteis e necessarias.

As listas serão assignadas pelo juiz e pelos syndicos e juntas aos autos, em seguida aos documentos a que se refere o art. 84, § 7º.

Art. 86. Das decisões do juiz na verificação dos creditos, admittindo, excluindo ou classificando qualquer credor, cabe recurso de agravo de petição, seguindo nos autos especiaes da impugnação.

§ 1.º Este agravo poderá ser interposto até 20 dias depois daquelle em que os liquidatarios assignarem o compromisso de que trata o art. 67.

Para esse fim os liquidatarios, 48 horas depois daquelle compromisso, publicarão pela imprensa o quadro geral dos credores da fallencia admittidos pelo juiz (art. 85).

§ 2.º O agravo poderá ser interposto pelos liquidatarios, pelo prejudicado, por qualquer credor verificado, ainda mesmo que não tenha sido o impugnante, ou por mais de um interessado, e sómente subirão os autos ao tribunal superior depois de esgotado o prazo de que trata o § 1º.

§ 3.º O processo da fallencia não se suspenderá com a interposição desses agravos, nem estes evitarão a concordata.

§ 4.º Tendo o devedor obtido concordata, o credor, si excluido da fallencia, usará a acção que couber ao titulo, em que se fundar, ou proseguirá a acção porventura iniciada antes da fallencia ; si

indevidamente classificado, usará acção summaria, nos termos dos arts. 37 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850.

Sendo vencedor, não ficará sujeito aos effeitos da concordata, si com o seu voto pudesse ter influido para a sua rejeição.

§ 5.º Si não for interposto recurso da decisão do juiz na impugnação de credito, o respectivo processo será appensado aos autos de fallencia, procedendo-se na forma do art. 89 quanto ao titulo apresentado, si este for admittido.

Art. 87. O credor que se não habilitar no prazo determinado pelo juiz poderá justificar o seu credito até antes da final distribuição dos dividendos.

O juiz ouvirá, sobre a pretensão do credor, o fallido e os liquidatarios, e mandará annunciar por editaes, publicados na imprensa, para que os interessados apresentem as impugnações ou contestações que entenderem, dentro do prazo de 20 dias, durante os quaes se acharão em cartorio, á disposição dos mesmos interessados, o requerimento do credor, acompanhado da declaração de que trata o art. 82 e respectivos documentos, informação do fallido e parecer dos liquidatarios.

§ 1.º Havendo impugnação, o juiz marcará o prazo de 10 dias para prova, e, findo elle, sentenciará, cabendo da decisão o recurso de agravo de petição.

§ 2.º Os liquidatarios desempenharão as attribuições que esta lei confere aos syndicos no processo da verificação.

§ 3.º Os credores retardatarios não terão direito aos dividendos anteriormente distribuidos.

Art. 88. Os liquidatarios poderão, a todo tempo, pedir a exclusão de qualquer credor ou outra classificação, ou simples rectificação dos creditos, nos casos de descoberta de falsidade, dolo, simulação, erros essenciaes de facto e documentos ignorados na época da verificação.

§ 1.º Igual direito cabe a qualquer credor admittido na fallencia.

§ 2.º Para esse fim, o processo será o summario dos arts. 237 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850, substituido o recurso de appellação pelo de agravo de petição.

Art. 89. Aos credores admittidos na fallencia, não pendendo recurso, serão restituídos os seus titulos de credito, escrevendo os liquidatarios, a tinta vermelha, os dizeres: «Admittido ao passivo da fallencia na qualidade de credor... pela quantia de...».

Art. 90. O juiz ou tribunal que excluir qualquer pessoa que pretender a sua inclusão na fallencia, ou que reduzir o seu credito, por ter usado de falsidade ou simulação, mandará, na mesma sentença, que sejam remettidas ao representante do Ministerio Publico as peças principaes dos autos e a certidão da sua sentença ou accordo para ser contra o criminoso instaurada a acção penal.

SECÇÃO II

DA CLASSIFICAÇÃO DOS CREDORES DA FALLENCIA

Art. 91. São credores privilegiados sobre todo o activo da fallencia, salvo o direito dos credores garantidos por hypotheca, antichrese, penhor agricola, anterior e regularmente inscriptos:

1. A Fazenda Nacional e a Estadual e as municipalidades por divida fiscal, observando-se a disposição do art. 330 do decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890.

2. Os portadores de obrigações (*debentures*), emittidas pelas sociedades anonymas e em commandita por acções.

3. Os prepostos ou empregados e domesticos do fallido pelos salarios vencidos no anno anterior á declaração da fallencia, embora não tenham registrados os seus titulos de nomeação.

4. Os operarios a serviço do fallido pelos salarios vencidos nos dous mezes anteriores á declaração da fallencia.

5. A equipagem pelas soldadas e salarios não prescriptos, nos termos do art. 449, n. 4, do Codigo Commercial.

Art. 92. São credores privilegiados, sobre determinados moveis:

1. Os credores pignoratícios sobre as cousas entregues em penhor.

2. Os credores com direito de retenção sobre as cousas retidas, entre outros:

a) os contemplados nos casos já previstos em lei (Codigo Commercial, arts. 96, 97, 117, 156, 189, 190, 198 e outros);

b) os artistas, fabricantes e empreiteiros sobre os objectos que fabricarem ou concertarem e dos quaes estejam de posse, para pagamento de seus salarios, fornecimentos de material e mais vantagens estipuladas;

c) os credores por bemfeitorias sobre o augmento do valor que com ellas deram ao objecto ainda em seu poder;

d) os credores nos casos do art. 93, §§ 1º e 2º, desta lei e do art. 108 do Codigo Commercial.

3. Os trabalhadores ruraes ou agricolas, nos termos dos decretos legislativos n. 1.150, de 5 de janeiro de 1904, e n. 1.607, de 29 de dezembro de 1906.

4. Aquelles a quem o direito maritimo confere privilegios, taes são:

a) na cousa salvada, quem a salvou, pelas despesas com que a fez salvar (Codigo Commercial, art. 738);

b) no navio e fretes da ultima viagem a tripulação (Codigo Commercial, art. 504);

c) no navio, os que concorreram com dinheiro para a sua compra, concerto, aprestos ou provisões (Codigo Commercial, art. 475);

d) nas fazendas carregadas, o aluguel ou frete, as despesas e avaria grossa (Codigo Commercial, arts. 117, 626 e 627);

e) no objecto sobre que recahiu o empréstimo marítimo, o dador de dinheiro a risco (Codigo Commercial, arts. 633 e 662).

Art. 93. É garantido, no caso do art. 198 do Codigo Commercial, o direito de retenção, salvo a resolução do contracto.

§ 1.º O credor goza o direito de retenção sobre os bens moveis e titulos que se acharem á sua disposição por consentimento do devedor, embora não esteja vencida a divida, sempre que haja connexidade entre esta e a coisa retida. Entre commerciantes tal connexidade resulta de suas relações de negocios.

§ 2.º O direito de retenção não se póde exercer de modo contrario ás instrucções do devedor, nem contra a estipulação sobre uso determinado da coisa.

§ 3.º Si o devedor entregou como propria ao credor coisa pertencente a terceiro, o direito de retenção póde ser opposto ao terceiro, provada a boa fé do credor, salvo a reivindicacão no caso de perda ou furto.

Art. 94. São credores privilegiados sobre determinados immoveis, salvo as despesas e custas judiciaes, que serão preciiamente tiradas do producto da coisa hypothecada:

1. Os que tiverem hypotheca legal ou convencional, inscripta regularmente.

2. Os credores antichresistas, salvo hypotheca anterior inscripta.

Art. 95. As letras hypothecarias terão a garantia e preferencia estabelecidas nos arts. 326 e 329 do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890.

Art. 96. A preferencia entre os credores hypothecarios regula-se pelos decretos ns. 169 A, de 19 de janeiro de 1890 e 370, de 2 de maio do mesmo anno.

Art. 97. Concorrendo os credores privilegiados uns com os outros a respeito dos mesmos bens por se acharem em igualdade de direitos, serão pagos em rateio, si o producto dos bens não chegar para todos.

Art. 98. Si o fallido fizer parte de uma sociedade ou si se achar em relação de co-propriedade ou de indivisão com terceiros, estes co-associados ou co-proprietarios poderão pedir a partilha e divisão da sociedade ou dos bens indivisos e exigir preferencia para o pagamento dos creditos provenientes das relações dessa sociedade ou communhão sobre a quota que na partilha couber ao fallido.

Paragrapho unico. Os credores e legatarios da pessoa fallecida, cujo herdeiro é o fallido, podem tambem pedir o seu pagamento pelos bens da herança, com exclusão dos credores do mesmo fallido.

Cessará, porém, a qualidade de separatista quando o credor aceitar, por qualquer modo, no juizo do inventario ou fora delle, como devedor proprio, o fallido, a quem foram adjudicados bens para solver o passivo do *de cujus*.

Art. 99. Os credores não contemplados nas classes acima referidas são chirographarios, comprehendendo-se entre estes:

- a) a mulher, pelos bens dotaes inestimados ;
- b) os credores, por hypotheca legal não especializada;
- c) os credores privilegiados e hypothecarios, pelos saldos (art. 130);
- d) os depositantes de dinheiro, com caracter de cousa fungivel;
- e) os fiadores, por quanto tiverem pago em descarga do fallido (art. 28).

TITULO VI

Das assembléas dos credores

Art. 100. Na sentença declaratoria da fallencia o juiz determinará o dia, a hora e o lugar da primeira assembléa dos credores (art. 16, /), para a verificação e classificação de creditos, apresentação do relatório dos syndicos, nomeação de liquidatarios e outras deliberações e decisões no interesse da massa.

Essa assembléa, cuja convocação se fará nos termos do art. 18, n. 3, realizar-se-ha no dia, que for designado, não podendo ser alterado esse dia.

Paragrapho unico. Além dessa primeira e de outras, a que a presente lei expressamente se refere, o juiz convocará a assembléa, quando lhe requererem credores representando um quarto dos creditos admittidos na fallencia.

a) No requerimento, cujas firmas serão reconhecidas por tabellião, declarar-se-ha o motivo ou objecto da assembléa.

b) A convocação dos credores será feita por edital do juiz, publicado pela imprensa e também por cartas-circulares do escrivão, mencionando-se, além do dia, hora e lugar, a ordem do dia da assembléa.

c) As despesas da convocação e da assembléa serão por conta dos credores que a requererem, ficando salvo á assembléa deliberar que taes despesas corram por conta da massa, si esta obtiver vantagens com a reunião dos credores.

Art. 101. A assembléa dos credores será presidida pelo juiz, que manterá o respeito e a ordem nas discussões e deliberações e resolverá de prompto as duvidas que se suscitarem.

§ 1.º O escrivão fará a chamada dos credores reconhecidos e admittidos na fallencia e o juiz examinará as procurações apresentadas, rejeitando as mal ordenadas.

Os nomes dos credores presentes serão declarados na acta; si forem muitos, poderão assignar uma folha de presença, que, depois de rubricada pelo juiz, o escrivão juntará aos autos, em seguida á acta.

§ 2.º A assembléa funcçãoará qualquer que seja o numero dos credores presentes, por si, seus representantes ou procuradores, e sómente os votos destes credores serão attendidos.

A decisão dos presentes obriga os ausentes.

§ 3.º Os syndicos ou liquidatarios e o fallido devem comparecer á assemblea.

§ 4.º As decisões serão tomadas por maioria, calculada sobre a importancia dos creditos presentes, incluindo-se nestes os privilegiados ou hypothecarios.

Havendo empate, prevalecerá a maioria de credores; representando a maioria dos creditos.

A disposição deste paragrapho não comprehende aquellas deliberações para as quaes a lei exige maioria especial.

§ 5.º Nas deliberações referentes ao patrimonio social sómente os credores sociaes tomarão parte. Para as que affectarem o patrimonio individual de cada socio fallido, concorrerão os credores particulares e os credores sociaes.

§ 6.º Cada credor não poderá fallar mais de 10 minutos sobre o assumpto em discussão, salvo si o juiz consentir, depois de consultar a assemblea.

§ 7.º O credor que comparecer depois de iniciados os trabalhos não poderá discutir materia vencida.

§ 8.º Si o estudo e resolução das questões affectas á assemblea não puderem terminar no mesmo dia, proseguirá esta em dias successivos, podendo, tambem, ser designado outro dia. O adiamento nunca será por mais de tres dias.

Os credores se reunirão de novo, independente de convocação.

Qualquer que seja o numero das sessões da assemblea considerar-se-ha sempre uma só reunião para o effeito das despezas judicias.

§ 9.º O escrivão lavrará acta circumstanciada do que occorrer. Esta acta será assignada pelo juiz, fallido, syndicos ou liquidatarios e credores que quizerem.

Art. 102. Na primeira assemblea dos credores proceder-se-ha á verificação e classificação dos creditos e, logo depois de organizado o quadro geral dos credores (art. 85), o escrivão fará a chamada.

§ 1.º Em seguida á chamada dos credores os syndicos lerão o seu relatorio e apresentarão o inventario, balanço e mais documentos referidos neste relatorio.

O juiz porá em discussão o relatorio, inventario e balanço. O fallido, ou seu representante, poderá oppôr as reflexões que julgar a bem do seu direito e o juiz ou qualquer credor interrogar-o.

§ 2.º Nesta assemblea, depois da leitura e discussão destes documentos, o fallido poderá propôr concordata.

§ 3.º Si o fallido não offerecer proposta de concordata ou si esta não for acceita, os credores elegerão os liquidatarios.

§ 4.º Poderão os credores nomear, dentre si, um conselho fiscal, como órgão consultivo para os liquidatarios, traçando-lhe as attribuições.

§ 5.º Os credores deliberarão ainda sobre tudo quanto julgarem necessario aos interesses e defesa da massa.

Essas deliberações serão válidas desde que não contravenham ás disposições da presente lei. Neste caso, o juiz as vetará, dando o recurso de agravo de instrumento a qualquer credor.

§ 6.º Nesta primeira assembléa de credores observar-se-hão as disposições do artigo anterior no que lhe possam ser applicaveis.

§ 7.º O representante do Ministerio Publico poderá assistir a esta assembléa e requerer o que fôr a bem da justiça publica.

TITULO VII

Da concordata

Art. 103. Depois da verificação dos creditos o fallido poderá propôr concordata a seus credores.

§ 1.º Na fallencia das sociedades em nome colectivo e em commandita simples ou por acções, a concordata poderá ser proposta por um ou mais socios solidarios.

Cada socio terá o direito de discutir a proposta do outro e apresentar substitutiva.

§ 2.º Na fallencia das sociedades anonymas, que não estiverem em liquidação, a proposta de concordata deverá ser apresentada, em nome da sociedade, pelos administradores autorizados, para esse fim, por accionistas representando pelo menos dous terços do capital social.

Art. 104. Não poderão propôr concordata:

1. O fallido, declarado tal por qualquer dos factos mencionados no art. 2, ns. 3, 5 e 7, e o que não assignar o termo de comparecimento exigido pelo art. 37, n. 1.

2. O fallido, durante o processo penal, ou si fôr condemnado por fallencia culposa ou fraudulenta ou por crimes a estes equiparados.

3. O fallido que, ha menos de tres annos, impetrara igual favor e não cumprira o accôrdo com os seus credores.

4. O fallido, cuja anterior proposta de concordata deixara de ser homologada sob o fundamento de dolo, fraude ou má fé.

Art. 105. A proposta de concordata indicará todas as clausulas, as garantias reaes que o devedor porventura offereça e o modo por que devem ser pagos os credores; e será sempre por escripto, assignada pelo fallido, podendo vir logo apoiada por credores com a declaração do valor dos creditos e as firmas reconhecidas por tabellião.

§ 1.º A assignatura dos credores não importará acceitação definitiva da concordata, mas si os que a apoiarem por escripto não comparecerem á assembléa, os seus votos serão contados como si presentes estiverem.

§ 2.º Si o fallido apresentar fiador, este deverá declarar, logo após a proposta, que se responsabiliza solidariamente pelo seu cumprimento, sendo a firma reconhecida por tabellião. Esta declaração tem força juridica para todos os effeitos.

§ 3.º Na proposta de concordata dever-se-ha manter a mais absoluta igualdade entre os credores não privilegiados. A concessão de vantagens a certos credores, somente será admittida com o consentimento expresso dos credores menos favorecidos.

Art. 106. A proposta de concordata para ser válida e produzir effeitos juridicos, si o pagamento fôr á vista, deverá ser acceita :

a) por maioria de credores, representando, pelo menos, tres quintos do valor dos creditos, si o dividendo offerecido fôr superior a 60 %;

b) por dous terços de credores, representando, pelo menos, tres quartos do valor dos creditos, si o dividendo fôr superior a 40 %;

c) por tres quartos dos credores, representando, pelo menos, quatro quintos do valor dos creditos, si o dividendo fôr até 40 %.

§ 1.º Si o pagamento do dividendo fôr a prazo, esse não poderá ser maior de 2 annos, e a proposta da concordata, para ser válida e produzir effeitos juridicos, deverá ser acceita por credores, representando, pelo menos, tres quartos do valor dos creditos.

§ 2.º Para formar a maioria, exigida para a validade da concordata, não se computarão :

1. Os creditos garantidos por hypotheca, privilegios, penhores, antichrese ou direito de retenção.

2. Os creditos dos parentes até o 4º gráo e cessionarios delles, tendo a cessão menos de um anno.

3. Os creditos cedidos mediante actos *inter vivos*, ainda mesmo por endosso, depois do dia em que fôr declarada a fallencia.

Nessa disposição não se comprehendem os fiadores que pagarem a dívida do fallido, ficando subrogados nos direitos dos credores.

§ 3.º Os titulares de creditos referidos no § 2º, n. 1, poderão tomar parte na votação da concordata, computando-se esses creditos no respectivo calculo, si renunciarem ás garantias.

O facto de votar importa essa renuncia e sujeita os titulares aos effeitos da concordata.

Os effeitos da renuncia cessarão si a concordata não fôr homologada ou si fôr rescindida, salvo o caso de conluio referido no art. 108, n. 3.

§ 4.º Não terão mais de um voto os herdeiros do credor e o cessionario de muitos creditos, quando a cessão fôr anterior á fallencia.

§ 5.º Na concordata das sociedades em nome colectivo e em commandita somente votarão os credores sociaes.

§ 6.º Os socios poderão tambem propôr concordata á massa de seus credores particulares.

Esta proposta somente será tomada em consideração si se formar concordata com os credores sociaes.

§ 7.º Todos os credores reconhecidos e admittidos ao passivo da fallencia, entre os quaes os co-obrigados com o fallido, os fiadores e o fiador da concordata poderão discutir na assemblea a proposta de concordata.

Art. 107. Não havendo credores dissidentes, a concordata será logo, na assembléa, homologada pelo juiz.

§ 1.º Si houver credores dissidentes, o juiz marcará o prazo de tres dias para virem com os embargos.

§ 2.º E' lícito tambem a qualquer dos socios oppôr embargos á concordata, observando-se o processo do art. 109.

Art. 108. Os embargos que os credores dissidentes, presentes á assembléa, podem oppôr, deverão ter por fundamento:

1. Inobservancia das formalidades e dos requisitos estabelecidos por lei para a formação da concordata, a inclusão indevida de credores, cujos votos influiram na acceitação da proposta ou violação das regras prescriptas para a convocação e reunião dos credores.

2. Maior sacrificio aos credores que a liquidação na fallencia, attendendo á proporção entre o valor do activo e a porcentagem offerecida.

3. Conluio entre o devedor e um ou mais credores, ou entre estes, para acceitarem a concordata.

Presume-se o conluio entre o devedor e o credor que desistir de suas garantias para votar na concordata, quando nenhum interesse de ordem economica lhe aconselhava esse procedimento e o seu voto influia na formação da concordata.

4. Qualquer acto de fraude ou de má fé praticado pelo devedor e que influa na concordata.

5. Inexactidões do relatório e das informações dos syndicos ou liquidatarios, com intento de facilitar a acceitação da proposta de concordata apresentada pelo devedor.

Art. 109. Os embargos correrão nos proprios autos da fallencia.

§ 1.º Os credores dissidentes apresentarão em cartorio, dentro do prazo improrogavel de tres dias, marcados pelo juiz (art. 107. § 1º), os seus embargos, deduzidos em requerimento articulado e em duplicata.

Um dos exemplares, com os documentos que o acompanham, será junto aos autos e o outro o escrivão entregará ao devedor que, dentro de 48 horas, depois de expirado aquelle prazo, poderá contestar os mesmos embargos.

§ 2.º O juiz immediatamente assignará dez dias para a prova e, finda a dilação, allegando os embargantes em 24 horas e o devedor em outras 24 horas seguintes e ouvido o representante do Ministerio Publico, por 48 horas, será o feito concluso para a sentença.

O prazo de 24 horas é para todos os embargantes apresentarem as suas allegações, sendo em cartorio concedida a vista aos advogados.

§ 3.º O juiz, dentro de tres dias, proferirá a sua sentença fundamentada, homologando ou não a concordata.

Neste segundo caso mandará proseguir a fallencia.

§ 4.º Da sentença caberá agravo de petição.

§ 5.º Si o embargante ou embargantes desistirem dos embargos, a desistencia não será acceita sem que seja publicada por edital durante 15 dias, declarando-se nesse edital que qualquer outro credor dissidente poderá continuar com o processo de opposição. Si todos os credores dissidentes renunciarem aos seus direitos ou si, findo o prazo, nenhum comparecer, julgar-se-ha por sentença a desistencia.

Art. 110. O credor, que nas deliberações sobre a concordata transigir com o seu voto para obter vantagens para si, perderá, em beneficio da massa, a importancia do seu credito, bem como quaesquer vantagens que lhe pudessem provir de semelhante transacção.

Art. 111. A concordata, depois de passar em julgado a sentença de homologação, faz cessar o processo da fallencia, entregando-se ao concordatario todos os bens da massa, livros e papeis.

§ 1.º Si outra cousa não fôr estipulada na concordata, o fallido readquirirá o direito de dispor livremente de seus bens.

§ 2.º Morrendo o fallido, a concordata poderá ser cumprida pelos seus herdeiros.

§ 3.º Da sentença que julgar cumprida ou não a concordata, caberá o recurso de agravo de petição a qualquer credor ou ao devedor.

Art. 112. Os bens da massa sómente serão entregues ao concordatario, depois de pagar ou depositar em juizo a importancia:

1, devida aos credores privilegiados sem garantias especiaes, não sujeitos aos effeitos da concordata, e

2, de todas as despesas do processo e da administração da massa.

Parapho unico. Si o concordatario, dentro de 15 dias, depois de homologada definitivamente a concordata, não cumprir a disposição deste artigo, aquella considera-se rescindida de pleno direito, proseguindo a fallencia.

Art. 113. A concordata homologada obriga todos os credores commerciaes ou civis não privilegiados, admittidos ou não á fallencia, residentes e não residentes na Republica, ausentes ou dissidentes.

Art. 114. A concordata não produz novação, não desonera os co-obrigados com o devedor nem os fiadores deste e os obrigados por acção regressiva.

Parapho unico. Quando a concordata tiver sido formada com algum socio solidario da sociedade fallida, ficam desonerados de quaesquer responsabilidades os outros socios solidarios, cessando os effeitos da sua fallencia.

Art. 115. A concordata poderá ser rescindida :

1, pelo não cumprimento de qualquer das suas clausulas ;

2, pelo abandono da massa por parte d concordatario, pela venda da maior parte do activo por preço vil, impossibilitando seu cumprimento ;

3, pela condemnação do devedor concordatario em fallencia culposa ou fraudulenta ou em crime a ellas equiparado ;

4, pelo pagamento antecipado feito a uns credores com prejuizo dos outros.

§ 1.º Póde requerer a rescisão da concordata qualquer credor sujeito aos seus efeitos.

O processo da rescisão será summarissimo. Expostos e provados os factos, ouvido sempre o concordatario e o representante do Ministerio Publico, o juiz julgará rescindida a concordata e reabrirá a fallencia.

§ 2.º Até antes da reabertura da fallencia, o concordatario póde evitar a rescisão depositando as prestações em atraso ou todas as prestações futuras, ou cumprindo as outras obrigações assumidas.

§ 3.º A rescisão da concordata celebrada pelo socio solidario não affectará sinão a elle.

§ 4.º A rescisão não libera os fiadores que garantirem o cumprimento da concordata.

Art. 116. Fica salvo a qualquer credor, sujeito aos efeitos da concordata, promover, por acção ordinaria, a cobrança do saldo do seu credito integral e juros, provando que o devedor exagerou dolo-samente o passivo, occultou ou dissimulou parte relevante do activo, entrou em conluio com credores ou praticou qualquer acto de improbidade contra algum destes ou todos para obter a concordata.

Paragrapho unico. Esta acção prescreve tres annos depois de cumprida a concordata e o credor deve provar que os factos arguidos vieram ao seu conhecimento depois da homologação da concordata.

Art. 117. Rescindida a concordata, reabrir-se-ha a fallencia, proseguindo-se nesta, si houver bens sufficientes.

§ 1.º Os syndicos ou liquidatarios, que anteriormente funcionavam, receberão a massa e verificarão o seu estado, examinarão os novos credores, e apresentarão relatorio circunstanciado sobre o procedimento do devedor e novas responsabilidades assumidas.

§ 2.º Será convocada nova assembléa de credores, onde devem ser verificados os novos creditos e nomeados novos liquidatarios, ou confirmada a nomeação dos anteriores e tomadas as deliberações que forem necessarias para a liquidação.

§ 3.º Poderão ser annullados os actos do devedor, posteriores á homologação, no caso de fraude aos direitos dos credores.

Art. 118. Rescindida a concordata, concorrerão á fallencia:

1.º Os credores anteriores á concordata pela importancia total de seus creditos verificados, deduzidas as quotas pagas a titulo de dividendo.

Si o concordatario pagou a um mais que a outros, os que de mais receberam terão de restituir á massa ou esta, si preferir, completará os pagamentos aos outros credores, igualando todos.

2.º Os credores posteriores á concordata ficarão sujeitos á verificação e classificação de seus créditos, na forma disposta nesta lei.

§ 1.º Os bens adquiridos pelo devedor, depois da concordata, augmentando a massa, serão destinados exclusivamente ao pagamento dos credores por mercadorias vendidas a credito, em boa fé, na vigencia da concordata.

§ 2.º E' licito aos credores posteriores á concordata pôr á disposição dos credores anteriores a quantia necessaria ao pagamento da concordata para exclui-los da fallencia.

§ 3.º O fiador da concordata ou os bens que forem hypothecados para a sua garantia respondem sómente para com os credores anteriores.

Art. 119. Si o fallido quizer celebrar concordata, depois da assemblea de que trata o art. 102, requererá ao juiz a convocação de seus credores, apresentando desde logo a proposta.

§ 1.º O juiz mandará ouvir os liquidatarios, os quaes, dentro de tres dias, informarão sobre o estado da fallencia, vantagens da proposta e, depois do parecer destes, designará o dia, hora e lugar da assemblea.

§ 2.º A convocação far-se-ha por editaes na forma do art. 100, paragrapho unico, declarando os termos da proposta e avisando que se acha em cartorio, á disposição dos interessados, o parecer dos liquidatarios.

§ 3.º Todas as despesas da convocação, reunião dos credores e homologação correrão por conta do fallido, que depositará em cartorio a importancia respectiva ao apresentar o seu requerimento.

§ 4.º Si a proposta de concordata vier desde logo apoiada por um terço de credores, representando um terço do valor dos créditos, o fallido poderá ao mesmo tempo pedir ao juiz que, sem suspensão da fallencia, fique sustada a venda dos bens da massa até decisão dos credores.

§ 5.º O juiz, verificando que os credores presentes á reunião e os que assignaram a proposta não formam a maioria legal para a votação da concordata, dissolverá, sem mais formalidade, a assemblea, considerando rejeitada a proposta ou negada a concordata.

§ 6.º Negada a concordata, o fallido sómente poderá propôr outra depois de decorridos quatro mezes.

Art. 120. E' permittido aos credores, ao acceitar a proposta de concordata, nomearem uma commissão fiscal, concedendo-lhe poderes.

Esta commissão poderá requerer a rescisão da concordata nos casos do art. 115, sem prejuizo dos direitos que este mesmo artigo confere aos credores individualmente.

TITULO VIII

Da realização do activo e liquidação do passivo

SECÇÃO I

DA REALIZAÇÃO DO ACTIVO

Art. 121. Os liquidatarios promoverão, com a possível brevidade, a realização do activo da fallencia, observando o que nesta lei se determina.

Art. 122. Os bens da fallencia serão vendidos em leilão publico, annuciado com 15 dias de antecedencia, pelo menos, si se tratar de moveis, e com 30 dias, si se tratar de immoveis.

§ 1.º As vendas de valores negociaveis na Bolsa serão feitas por corretores de fundos publicos.

§ 2.º O leiloeiro será da livre escolha dos liquidatarios e a estes prestará contas.

§ 3.º A venda dos immoveis independe de outorga uxoria.

§ 4.º Si o arrematante não pagar o preço á vista ou, o mais tardar, dentro de 24 horas depois do leilão, será o objecto levado a novo leilão por sua conta e risco, ficando obrigado a pagar ou a completar o preço por que o comprou e perdendo, em beneficio da massa, o signal que houver dado.

Para a cobrança os liquidatarios terão a acção executiva dos arts. 309 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850, devendo a petição inicial ser instruida com certidão passada pelo leiloeiro.

§ 5.º Nos logares onde não houver leiloeiro, servirá o porteiro dos auditorios ou quem as suas vezes fizer, com os salarios marcados em seus respectivos regimentos.

Art. 123. A venda dos bens póde ser feita englobada ou separadamente.

Podem tambem os liquidatarios preferir a venda por propostas, desde que a annunciem nos jornaes mais lidos, durante 30 dias, chamando concurrentes.

As propostas serão apresentadas em cartas lacradas, abrindo-as os liquidatarios no dia e hora designados nos annuncios perante os interessados presentes. Da abertura das propostas lavrar-se-ha um termo por todos assignado.

Os liquidatarios verificarão a mais vantajosa e levarão todas ellas, com a sua informação, ao juiz para decidir, depois de ouvido o fallido, si presente, ou seu procurador.

Art. 124. Qualquer outro meio de liquidação do activo poderá ser autorizado por credores, representando dous terços dos creditos, e na fallencia das sociedades anonymas taes credores poderão:

1.º, continuar o negocio da sociedade fallida, organizando outra anonyma;

2.º, ceder o activo a outra qualquer sociedade existente ou que para esse fim se venha a formar.

§ 1.º A deliberação dos credores a esse respeito poderá ser tomada em assembléa ou reduzida a instrumento publico ou particular, assignado por tantos delles quantos bastem para constituir a maioria exigida.

§ 2.º O activo social será recebido ou cedido por preço nunca inferior ao do inventario, de que trata o art. 74, § 3.º. Si houver sobras, depois do pagamento integral dos credores, essas serão restituídas aos accionistas.

§ 3.º A' vista do requerimento, acompanhado de documento contendo a deliberação dos credores, o juiz ordenará aos liquidatarios que entreguem o activo social á pessoa designada no dito requerimento ou ao terceiro a quem se houver feito a cessão.

Art. 125. Os liquidatarios não poderão remittir parcialmente (cobrar com abatimento) dividas, quando mesmo as considerem de difficil liquidação, sem audiencia do fallido e, não consentindo este, sem autorização do juiz.

Art. 126. Os bens gravados com hypotheca serão tambem vendidos em leilão publico, avisado o credor.

§ 1.º Si os liquidatarios, dentro do prazo de trinta dias, depois da primeira assembléa dos credores, não avisarem o credor hypothecario, com o titulo vencido conforme o contracto, para assistir á venda do immovel ou immoveis, que servem de garantia, este credor poderá propôr, contra a massa, acção executiva (decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, parte IV, titulo I), tendo o direito de cobrar as multas penaes que no contracto se achem estipuladas para o caso de cobrança judicial.

§ 2.º Si fôr urgente a venda do immovel, nos casos do art. 123 do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890, o credor, justificando os factos allegados, poderá requerer a intimação dos liquidatarios para, dentro de cinco dias, incumbirem leiloeiro de proceder á venda do immovel.

Si os liquidatarios não attenderem á notificação, o credor poderá propôr acção executiva nas mesmas condições do § 1.º acima.

Art. 127. Os bens dados em penhor ou antichrèse ou que constituirem objecto de direito de retenção, serão tambem vendidos em leilão, sendo intimados os possuidores para entregal-os.

Este direito exercerão os liquidatarios, si não preferirem remir aquelles bens em beneficio da massa.

Paragrapho unico. Os credores por penhor e com direito de retenção conservam o direito de mandar vender o objecto apenhado ou retido, si tal faculdade lhes foi conferida expressamente no contracto (Cod. Com., art. 275), prestando contas aos syndicos ou liquidatarios. Si, porém, não ficaram com tal faculdade, poderão notificar os syndicos ou liquidatarios, para, dentro de oito dias, remirem o objecto apenhado ou retido.

Si os syndicos ou liquidatarios não attenderem, nem convierem que a venda se faça de commum accôrdo, ficam os credores com o direito de executarem aquelle objecto, observando o processo do art. 283 e seguintes do decreto n. 737, de 25 de novembro de 1850.

SECÇÃO II

DO PAGAMENTO AOS CREDITORES DA MASSA

Art. 123. Os encargos e dividas da massa fallida serão pagos preferencialmente sobre todos os credits do fallido.

§ 1.º São encargos da massa :

- a) as custas judiciais do processo da fallencia e seus incidentes e das acções em que a massa fôr vencida ;
- b) as despesas com a administração, conservação, guarda, realização do activo e distribuição do seu producto ;
- c) as despesas com molestia e enterro do fallido, que fallecer na indigencia, depois de declarada a fallencia ;
- d) os impostos e contribuições publicas a cargo da massa e exigíveis durante a fallencia.

§ 2.º São dividas da massa :

- a) as obrigações resultantes de actos juridicos válidos, praticados pelos syndicos e liquidatarios como as resultantes da execução dos contractos synallagmaticos (art. 47) e as provenientes da continuação do negocio ou empresa do fallido (arts. 78 e 180) ;
- b) as quantias fornecidas pelos syndicos e liquidatarios ou pelos credores para a arrecadação e defesa da massa ;
- c) as custas pagas pelo credor que requereu a fallencia ;
- d) as obrigações provenientes de enriquecimento indevido da massa.

SECÇÃO III

DO PAGAMENTO AOS CREDITORES DA FALLENCIA

Art. 129. Não havendo duvidas sobre os credores com privilegio geral (art. 91) serão pagos logo que haja dinheiro em caixa.

Art. 130. Vendidos os immoveis e moveis dados ou reservados em garantia, os moveis penhorados ou retidos, os respectivos credores receberão immediatamente a importancia do seu credito até onde chegar o producto dos bens, em que tiverem privilegio.

Paraphrasis unico. Esses credores, não ficando pagos do seu capital e juros, serão incluídos pelos saldos entre os chirographarios (art. 99 c), independente de qualquer outra formalidade.

continua aqui>

Art. 131. Pagos os credores preferenciaes, os liquidatarios passarão a satisfazer os credores chirographarios, distribuindo dividendos todas as vezes que o saldo em caixa baste para um rateio de 5%.

§ 1.º A distribuição será annunciada pela imprensa e avisada por carta dos liquidatarios aos respectivos credores.

§ 2.º Os pagamentos annotar-se-hão nos respectivos titulos originaes ou naquelles que serviram para a verificação dos creditos, os quaes serão para esse fim apresentados aos liquidatarios, e os credores passarão recibos nas folhas de dividendo, que serão juntas aos autos.

§ 3.º Os dividendos não reclamados dentro de 60 dias depois dos annuncios e avisos serão levados ao deposito publico, por conta daquelles a quem pertencerem.

§ 4.º O saldo final a favor da massa, depois de deduzidas as custas e despesas da fallencia, determinará o ultimo rateio.

Art. 132. Concorrendo na fallencia credores sociaes e credores particulares dos socios solidarios, observar-se-ha o seguinte:

§ 1.º Os credores da sociedade serão pagos pelo producto dos bens sociaes.

a) Havendo sobra, será esta rateada pelas differentes massas particulares dos socios de responsabilidade solidaria na razão proporcional dos seus respectivos quinhões no fundo social, si outra cousa não foi expressamente estipulada no contracto social (Cod. Com., art. 330).

b) Não chegando o producto dos bens sociaes para pagamento dos credores sociaes, estes concorrerão a cada uma das massas particulares dos socios, pelo saldo dos seus creditos, para ahi entrarem em rateio com os respectivos credores particulares.

c) Os credores particulares dos socios solidarios serão pagos pela massa do socio devedor em concurso com os credores sociaes.

Art. 133. Si, pagos os credores, existir sobra, esta será restituída ao fallido ou a seus representantes.

Art. 134. O juiz, a requerimento dos interessados, ordenará a reserva em favor destes das quantias dos creditos por cujo privilegio pugnaram ou das quotas ou dividendos que lhes possam caber até que sejam decididas as suas reclamações ou acções.

Essas reservas voltarão para a massa logo que o direito desta seja reconhecido.

Paragrapho unico. Si o interessado, a favor do qual foi ordenada a reserva, deixar correr os prazos processuaes da reclamação ou acção sem exercer o seu direito, não preparar os autos dentro de tres dias depois de esgotado o ultimo prazo ou protelar ou crear qualquer estorvo ou embaraço á marcha e terminação do processo da fallencia, o juiz, a requerimento dos liquidatarios, considerará sem effeito a reserva.

Art. 135. Liquidados o activo e o passivo, os liquidatarios apresentarão ao juiz, que mandará juntar aos autos, o relatório final

das operações da fallencia, historiando, em breves mas expressivas palavras, o valor do activo e passivo, o producto da realização desse activo, as reivindicações, as preferencias, a importância total dos rateios, os dividendos distribuidos a cada um dos credores e respectivas datas, e a esse relatorio juntarão a demonstração das responsabilidades com que continda o fallido para com os credores, declarando cada uma destas de per si.

Art. 136. Prestadas as contas dos liquidatarios, o juiz julgará por sentença encerrada a fallencia, ordenando a publicação pela imprensa e mandando passar aos credores, que pedirem, a carta de sentença para, em todo o tempo, executarem o devedor pelo saldo (art. 36).

§ 1.º Esta carta conterá: a petição inicial e a sentença da abertura da fallencia, a certidão da quantia pela qual foi o credor admittido e por que titulo ou causa, a certidão do quanto pagou a massa em rateio e do quanto ficou o fallido a dever ao respectivo credor e a sentença do encerramento da fallencia.

§ 2.º Si o credito foi contestado pelo fallido, o credor reconhecido na fallencia sómente o poderá executar pelos meios ordinarios ou proseguir contra elle a acção que movia antes da declaração da fallencia.

§ 3.º Encerrada a fallencia, os livros do fallido serão entregues a este, subsistindo a obrigação do art. 10, n. 3 do Codigo Commercial, e tratando-se de sociedade, observar-se-ha a disposição do art. 352 do mesmo codigo.

Tendo sido o devedor condemnado por fallencia fraudulenta, os livros ficarão archivados em cartorio durante cinco annos, findos os quaes serão entregues ao fallido, si reclamar.

Art. 137. A fallencia deve estar encerrada dous annos depois do dia da sua declaração, salvo o caso de força maior devidamente provado como acção em juizo tendente a completar ou indemnizar a massa.

TITULO IX

Da reivindicação

Art. 133. Poderão ser reivindicados na fallencia os objectos alheios encontrados em poder do fallido, e tambem, nos seguintes casos especiaes, ainda que fundados em um direito pessoal:

1. As cousas em poder do fallido a titulo de mandato, deposito regular, penhor, anticrêse, administração, arrendamentos commódato, usufructo, uso e habitação.

2. As mercadorias em poder do fallido a titulo de commissão de compra ou venda, transitio ou entrega.

Cessará a reivindicação si as mercadorias tiverem sido vendidas e o preço creditado em conta corrente por autorização ou ordem do dono.

3. Os títulos de credito á ordem transferidos ao fallido para effectuar a cobrança e guardar o valor por conta do dono ou mesmo a applicar a pagamentos designados, ainda que se achem em poder de terceiro, em nome do fallido, na época da declaração da fallencia.

Esta disposição se applica tambem aos títulos ao portador.

4. As cousas não pagas integralmente, expedidas pelo vendedor ao fallido, emquanto não chegarem ao poder do mesmo fallido, de seu agente ou commissario.

Não poderão ser reivindicadas, porém, as mercadorias que o fallido, antes da fallencia, revenderá sem fraude, á vista das facturas ou conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor, embora taes mercadorias não tivessem ainda chegado effectivamente ao poder do mesmo fallido, seu agente ou commissario.

5. As cousas vendidas a credito nas vespervas da fallencia e ainda em poder do fallido, tendo sido o vendedor induzido por dolo ou fraude do mesmo fallido.

Art. 139. A reclamação reivindicatoria será dirigida ao juiz, contendo a exposição do facto e allegação do direito applicavel.

§ 1.º O juiz mandará autoar em separado o requerimento e documentos, que o instruirem, e ouvir o fallido e os syndicos ou liquidatarios, que responderão dentro do prazo de cinco dias, tendo em vista a disposição do art. 82 princ.

§ 2.º O escrivão avisará, pela imprensa, aos interessados que se acha em cartorio a reclamação, sendo-lhes concedido o prazo de cinco dias, a contar do dia da primeira publicação, para a contestarem, ou allegarem o que entenderem.

§ 3.º As contestações do fallido, dos syndicos ou liquidatarios, ou de qualquer credor, que tenha cumprido a disposição do art. 82, serão articuladas em forma de embargos, e o juiz, recebendo-as, marcará o prazo de dez dias para a prova.

Finda a dilação, a sentença será proferida dentro do prazo de oito dias.

§ 4.º Da sentença do juiz poderão aggravar por petição o reclamante, o fallido, os syndicos ou liquidatarios e qualquer credor, ainda mesmo que não tivesse offerecido embargo.

§ 5.º Não se oppondo o fallido, os syndicos ou liquidatarios, nem credor algum, e nenhuma duvida mais havendo sobre o direito do reclamante, o juiz mandará entregar logo a cousa reclamada.

§ 6.º A sentença, que negar ao credor a qualidade de reivindicante, poderá mandar contemplar-o, para os effectos da fallencia, na classe que por direito lhe caiba.

§ 7.º As despesas da reclamação, quando não contestada, serão por conta do reivindicante; si contestada, serão pagas pelo vencido, sendo-o pela massa quando forem vencidos os liquidatarios ou o fallido.

Art. 140. Si entre os bens sequestrados ou arrecadados pela massa se acharem bens de terceiros, estes poderão logo reclamar-os por embargos de terceiro senhor e possuidor, deduzindo o seu direito em tres dias contados da data do despacho proferido em sua petição, juntando titulo de dominio e provando, no mesmo prazo, posse natural ou civil com effeitos da natural.

§ 1.º Autoada a petição e recebida por embargos, em apartado, haverão vista os syndicos ou liquidatarios por tres dias, dentro dos quaes juntarão documentos e produzirão qualquer outra prova.

§ 2.º Findo o triduo, o juiz dará a sua sentença, da qual cabe agravo de petição, que poderá tambem ser interposto por qualquer credor.

Art. 141. A reclamação suspende a venda da coisa reivindicanda; não annulla, porém, a anterior alienação.

Art. 142. Depois de vendidos os bens da massa, não se admitirá mais qualquer reclamação reivindicatoria.

Art. 143. A massa restituirá a coisa reivindicanda em especie. Si a coisa tiver sido subrogada por outra, a massa entregará essa outra.

Si nem a propria coisa nem a subrogada existirem por occasião da restituição, a massa pagará o seu valor. A reivindicação não autoriza, porém, a repetição dos dividendos distribuidos aos credores.

Paragrapho unico. O reivindicante pagará á massa as despezas que a coisa reivindicanda ou o seu producto tiver occasionado.

TITULO X

Da reabilitação

Art. 144. O fallido que houver cumprido a concordata, que tiver pago principal e juros aos seus credores ou que tiver obtido destes quitação plena, será reabilitado.

Paragrapho unico. Si o devedor tiver sido condemnado por fallencia fraudulenta ou crime a esta equiparado, sómente poderá ser reabilitado cinco annos depois de cumprida a pena.

Art. 145. Poderá tambem obter a reabilitação o fallido que tiver pago aos seus credores mais de 50 %, decorrido o prazo de 10 annos depois de declarada a fallencia, ou que tiver pago mais de 25 %, decorrido o prazo de 20 annos.

Paragrapho unico. Para ser reabilitado nesses casos deverá o fallido provar que não foi condemnado por fallencia culposa ou fraudulenta ou por crime a ellas equiparado, e que, durante aquelles prazos, procedeu sempre com lisura.

Art. 146. O requerimento para reabilitação deverá ser sufficientemente instruido, autoado em separado e publicado pela imprensa, em edital de 30 dias, ouvindo-se depois o Ministerio Publico.

§ 1.º Qualquer credor ou prejudicado poderá, dentro daquelle prazo de 30 dias, oppôr-se, por petição, ao pedido do fallido.

§ 2.º Da sentença que conceder ou negar a reabilitação caberá appellação, no effeito suspensivo.

§ 3.º A sentença que negar a reabilitação não terá força de cousa julgada.

Art. 147. Reabilitado o fallido, será publicada a sentença por edital e communicada aos funcionarios e corporações, aos quaes foi a fallencia avisada.

Paragrapho unico. No registro de firmas commerciaes far-se-ha a devida annotação *ex officio*.

Art. 148. A reabilitação faz cessar em absoluto todos os effeitos da fallencia.

TITULO XI

Da concordata preventiva

Art. 149. O devedor commerciante poderá evitar a declaração de sua fallencia, requerendo ao juiz do commercio, em cuja jurisdicção se acha o seu principal estabelecimento, a convocação dos credores para lhes propôr concordata preventiva.

§ 1.º No requerimento, o devedor explicará os motivos da sua deliberação, o seu estado economico, as garantias que offerece para o pagamento de mais de 20 % aos credores chirographarios e indicará as clausulas e condições da sua proposta.

§ 2.º O requerimento será instruido com os documentos seguintes :

1, certidão do registro da firma do devedor, de onde conste que, desde dous annos antes, esta se acha inscripta no Registro do Commercio, ou ha menos tempo, si não data de dous annos o exercicio do commercio ;

2, declaração assignada pelo devedor de que não foram levados a protesto titulos de sua responsabilidade ou que o foram ha menos de oito dias ; de que nunca fôra condemnado por crime de falsidade, contrabando, peculato, fallencia culposa ou fraudulenta, roubo ou furto ; e de que desde cinco annos não impetrara igual favor e nem deixara de cumprir pontualmente qualquer concordata e ainda, de que, no caso de ter fallido, obtivera reabilitação ;

3, a lista nominativa de todos os seus credores, contendo a residencia e o domicilio de cada um e a natureza e a importancia dos creditos ;

4, balanço exacto do activo e passivo, contendo com clareza o valor estimativo daquelle.

§ 3.º O devedor apresentará com o requerimento os seus livros obrigatorios, que deverão estar com todas as formalidades legais desde o tempo exigido para o registro da sua firma.

Art. 150. O juiz mandará o escrivão encerrar os livros apresentados, restituindo-os ao requerente, autoar todos os documentos e dar vista ao representante do Ministerio Publico por 48 horas, e, com a promoção deste, lhe deverá ser o feito concluso.

§ 1.º Si o devedor não instruir o seu requerimento nos termos do art. 149 ou si se verificar, desde logo, que as declarações exigidas pelo n. 2 do mesmo artigo são falsas ou inexactas, o juiz, attendendo á promoção do Ministerio Publico, declarará aberta a fallencia, seguindo-se o disposto nos arts. 16 e seguintes.

§ 2.º Si, porém, o requerimento estiver regular e em termos de ser aceito, o juiz:

1, mandará tornar publico por editaes, pela imprensa, o pedido do devedor para que os credores e interessados possam reclamar o que fôr a bem de seus direitos e interesses;

2, determinará o logar, o dia e hora para a assemblea dos credores, com prazo nunca menor de 15 nem maior de 30 dias;

3, nomeará, dentre os credores de melhor fama e de maior quantia, tres commissarios para os fins alean te declarados; e

4, ordenará a suspensão de execuções contra o devedor por creditos sujeitos aos effeitos da concordata.

§ 3.º Si nenhum credor aceitar, o juiz nomeará pessoa extranha para servir de commissario, observando a disposição do art. 64, § 2.º.

§ 4.º O dia designado para a assemblea dos credores não poderá ser alterado.

§ 5.º Provando-se documental mente, durante o processo da concordata, ser falsa ou inexacta qualquer das declarações do devedor exigidas no art. 149, § 2.º, o juiz, ouvindo o devedor, os commissarios e o representante do Ministerio Publico, sustará immediatamente aquelle processo e declarará aberta a fallencia, observando-se o disposto nos arts. 16 e seguintes.

Art. 151. Os commissarios, logo que forem nomeados, assignarão, em cartorio, termo de bem e fielmente desempenharem os deveres que a presente lei lhes impõe.

§ 1.º A elles incumbirá o seguinte:

1, annunciar pela imprensa que se acham á disposição dos interessados para receberem reclamações, declarando o logar e a hora em que serão encontrados;

2, fiscalizar a conducta do devedor na administração do seu negocio e bens, enquanto se processa a concordata preventiva;

3, examinar todos os livros e papeis do devedor, verificar o activo e passivo e solicitar dos interessados todas as informações que acharem uteis;

4, averiguar e estudar quaesquer reclamações dos interessados, emittir parecer sobre ellas para ser apresentado na assemblea dos credores;

5, verificar si o devedor praticou actos, que a massa poderia revogar em seu beneficio, no caso de fallencia;

6, apresentar, em cartorio, tres dias antes da assemblea, a lista de todos os credores com direito de voto na concordata, seu domicilio e importancia do credito, e um relatório minucioso sobre a situação economica do devedor, sobre a lealdade com que tem gerido o seu negocio, sobre as modificações ou alterações

que convenha fazer na lista dos credores, sobre o valor do activo e garantias que este offerece para a execução da concordata proposta.

§ 2.º Os commissarios poderão chamar avaliadores officiaes e peritos para os auxiliarem, contractando, de accôrdo com o devedor, os salarios destes ultimos. Não havendo accôrdo, resolverá o juiz.

§ 3.º Os commissarios extranhos á fallencia (art. 150, § 3º) terão modica remuneração arbitrada pelo juiz, não podendo ser superior á quarta parte dos salarios dos syndicos das fallencias.

§ 4.º O juiz poderá impôr multas desde 500\$ até 2:000\$ aos commissarios que não cumprirem os deveres estabelecidos nesta lei por culpa ou negligencia. Do despacho do juiz cabe agravo de instrumento.

O producto destas multas pertencerá á Fazenda Federal ou Estadual e será cobrado executivamente.

Art. 152. O devedor que requerer a concordata preventiva deverá consentir que os seus credores, com a antecedencia precisa, lhe examinem os livros e papeis e extraiam os apontamentos e as cópias que entenderem. Na assembléa dos credores esses livros devem ser apresentados.

§ 1.º Os credores, por sua vez, estão obrigados a fornecer aos commissarios e ao juiz, *ex-officio* ou a requerimento de outro qualquer credor, as informações precisas e mostrar os documentos necessários e exhibir os seus livros na parte relativa aos negocios e transacções que tiveram com o devedor.

§ 2.º Emquanto os commissarios procederem aos estudos, investigações e diligencias declarados no n. 6 do art. 151, qualquer credor poderá apresentar-lhes impugnações ou reclamações contra credits incluidos pelo devedor em a lista a que se refere o n. 3 do art. 149, contra a sua exclusão ou contra a quantia por que fôra contemplado nessa lista.

Art. 153. Serão representados no processo da concordata preventiva:

1. O devedor fallecido, pelo conjuge sobrevivente e herdeiros,

2. As sociedades em nome colectivo e em commandita simples, pelo socio ou socios com direito ao uso da firma social.

3. As sociedades em commandita por acções, por seus administradores ou gerentes, prèviamente autorizados, por commanditarios que representem pelo menos dous terços do capital social, devendo o requerimento inicial ser instruido com o instrumento publico ou particular de autorização por elles assignado.

Art. 154. Na assembléa dos credores, sob a presidencia do juiz, feita a chamada pela lista dos credores, depois de lidos o requerimento do devedor e o relatório dos commissarios, será aberta franca discussão sobre esses documentos.

§ 1.º Na primeira parte da reunião poderá qualquer credor contestar a legitimidade de outros que figurem na lista ou reclamar sobre o *quantum* declarado na mesma lista ou pedir a sua inclusão.

O juiz, esclarecido pela discussão e tendo em vista o relatório dos commissarios, as provas porventura apresentadas em reunião, resolverá as reclamações e admittirá ou não os credores contestados a tomarem parte na votação da concordata.

Si os creditos forem muitos e convier sobre elles meditado exame, o juiz adiara a assemblea por 48 horas, exigindo do devedor e dos commissarios as informações e os documentos que achar indispensaveis.

§ 2.º Na segunda parte da assemblea, o juiz sujeitara á discussão a proposta de concordata, e encerrada aquella, seguir-se-ha a votação pelos credores reconhecidos, que sera tomada nominalmente.

Os credores excluidos, não obstante os seus creditos não se computarem no calculo para a concordata, devem tambem votar, tomando-se em separado os seus votos.

§ 3.º Havendo unanimidade, o juiz, no mesmo acto, homologara a concordata para que produza desde logo todos os seus effectos.

Tendo votado credores excluidos ou credores dissidentes, o juiz lhes marcará o prazo de tres dias para, dentro d'elle, apresentarem embargos á concordata.

Os credores excluidos que votarem pela concordata, si forem contemplados pelo devedor na lista de credores (art. 149, § 1.º, n. 3) ou si forem por elle reconhecidos, não poderão embargar a concordata, nem prejudicarão, em caso algum, os direitos dos credores reconhecidos.

§ 4.º Negada a concordata, o juiz mandará vir os autos conclusos e dentro de 24 horas abrirá a fallencia do devedor. A fallencia seguirá nos autos da concordata.

§ 5.º Do occorrido, o escrivão lavrará acta circumstanciada com indicação dos documentos apresentados na assemblea e annexos á mesma acta.

§ 6.º O representante do ministerio publico será notificado para assistir á assemblea dos credores e nella poderá requerer o que entender a bem dos interesses da justiça.

Art. 155. A proposta da concordata preventiva, para ser válida e produzir effectos juridicos, deve ser aceita nos mesmos termos do art. 106, applicando-se-lhe tambem as disposições dos §§ 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 7.º do mesmo artigo, sendo que não poderão votar os cessionarios de creditos, cuja cessão tenha menos de um anno.

Art. 156. Os embargos á concordata preventiva serão os mesmos que se poderão oppor na concordata durante a fallencia, applicando-se-lhes a disposição do art. 108.

O seu processo será o estabelecido no art. 109 e seus paragraphos. O credor excluido demonstrará nos embargos, como preliminar, o seu direito creditorio, quando este possa influir no resultado da votação da concordata.

Art. 157. Durante o processo da concordata preventiva, o devedor conservará a administração de seus bens e continuará com o seu negocio, sob a fiscalização dos commissarios, mas não poderá

alienar ou hypothecar immoveis, nem constituir penhores, nem contrahir novas obrigações, salvo com autorização expressa do juiz, por evidente utilidade, ouvidos os commissarios.

Paragrapho unico. A prohibição de alienar e hypothecar immoveis e constituir penhores sobre generos ou mercadorias subsistirá emquanto a concordata não fôr cumprida, salvo pacto expresso em contrario na concordata.

Art. 158. A concordata preventiva poderá ser rescindida nos casos e pela forma declarada no art. 115, sendo-lhe applicaveis as disposições dos §§ 1, 2 e 4 do mesmo artigo.

Rescindida a concordata, será aberta a fallencia do devedor.

Art. 159. São inteiramente applicaveis á concordata preventiva as disposições dos arts. 105, 113, 114, primeira alinea, 116, 118 e 120.

Art. 160. Não poderão propôr concordata preventiva:

1. As sociedades anonymas;
2. Os corretores, agentes de leilões e empresarios de armazens geraes.

TITULO XII

Da homologação e efeitos das sentenças estrangeiras em materia de fallencia e meios preventivos de sua declaração

Art. 161. As sentenças estrangeiras que abrirem fallencia a commerciantes ou sociedades anonymas, que tenham domicilio no paiz, onde foram proferidas, depois de homologadas pelo Supremo Tribunal Federal, produzirão os efeitos por direito decorrentes das sentenças declaratorias de fallencia, salvo as seguintes restricções :

1.^a Independente da homologação, e sómente com exhibição da sentença e do acto da nomeação em forma authentica, os representantes legais da massa terão qualidade para, como mandatarios, requererem na Republica diligencias conservatorias dos direitos da massa, cobrar dívidas, transigir, si para isso tiverem poderes, e intentar acções, sem obrigação de prestar fiança ás custas. Por estas responderá, entretanto, o procurador que promover actos judiciaes.

2.^a Todos os actos que importarem execução de sentença, como a arrecadação e venda de bens do fallido, não poderão ser praticados sinão depois que a sentença se tornar executoria pela homologação, guardando-se as fórmulas do direito patrio.

3.^a Não obstante a homologação da sentença, os credores domiciliados na Republica, que tiverem hypotheca sobre bens aqui situados, não ficarão inhibidos de demandar os seus creditos e executar os bens hypothecados.

4.^a Aos credores chirographarios, domiciliados na Republica, que tiverem, na data da homologação, acções ajuizadas contra o fallido, será licito proseguir nos termos ultteriores do processo e executar os bens do mesmo, sitos na Republica.

Art. 162. A sentença estrangeira que abrir fallencia a commerciante ou sociedade anonyma ou outra composta de socios de responsabilidade limitada, que tenha dous estabelecimentos, um no paiz do seu domicilio e outro distincto e separado na Republica, sendo homologada, não comprehenderá em seus effeitos o estabelecimento existente na Republica.

Paragrapho unico. Os credores locais, isto é, aquelles cujos creditos deverão ser pagos na Republica, poderão requerer a fallencia do estabelecimento aqui situado e serão pagos pela respectiva massa, de preferencia aos credores do estabelecimento situado no estrangeiro.

Art. 163. A lei local regulará a classificação dos creditos.

Art. 164. As concordatas e outros meios preventivos da declaração da fallencia, homologados por tribunaes estrangeiros, ficarão sujeitos á homologação do Supremo Tribunal Federal e somente serão obrigatorios para os credores residentes no Brazil que houverem sido citados para nelles tomar parte.

Art. 165. Não são susceptiveis de execução no Brazil as sentenças estrangeiras que declararem a fallencia do devedor brasileiro aqui domiciliado.

Art. 166. Havendo tratado ou convenção regulando a materia, observar-se-ha o que for ali estipulado.

TITULO XIII

Dos crimes em materia de fallencia e de concordata preventiva e do respectivo processo

Art. 167. A fallencia será culposa quando occorrer algum dos seguintes factos:

1º, excesso de despeza no tratamento pessoal do fallido em relação ao seu cabedal e numero de pessoas de familia ;

2º, despezas geraes do negocio ou da empresa superiores ás que deveriam ser em relação ao capital, movimento da casa e outras circumstancias analogas ;

3º, venda por menos do preço corrente de mercadoria compradas nos seis mezes anteriores á época legal da fallencia e ainda não pagas, si foi realizada com intenção de retardar a declaração da fallencia ;

4º, empregos de meios ruinosos para obter recursos e retardar a declaração da fallencia ;

5º, abuso de acceites, de endossos e de responsabilidades de mero favor ;

6º, emprego de grande parte do patrimonio ou dos fundos ou empreza em operações arriscadas ou de puro acaso ou manifestamente imprudentes ;

7º, falta de livros e de sua escripturação na fórma exigida pelo Codigo Commercial, ou atrazo nessa escripturação, salvo si a

exiguidade do commercio e a falta de habilitações litterarias rudimentares do fallido o relevarem do cumprimento do preceito legal.

Art. 168. A fallencia será fraudulenta, quando o devedor, com o fim de crear vantagens para si ou para outrem, conhecendo o seu máo estado economico, concorre para peiorar a posição dos credores na fallencia imminente, e especialmente si elle :

1º, faz constar dos livros e balanços despesas, dividas e perdas simuladas ou falsas ;

2º, paga antecipadamente a uns credores em prejuizo dos outros ;

3º, diminue o activo ou augmenta o passivo, inclusivamente si declara no balanço creditos pagos e prescriptos ;

4º, aliena, negocia ou faz doação ou contrahe dividas, hypothecas, penhores ou retenção com simulação ou fingimento ;

5º, não tem absolutamente livros nem escripturação em livros apropriados ou tem escripturação confusa e difficil de ser entendida, de modo a embarçar a verificação dos creditos e a liquidação do activo e passivo ;

6º, deixa intervallos em branco nos livros commerciaes, falsifica-os, rasura ou risca os lançamentos ou altera o seu conteúdo ;

7º, compra bens em nome de terceira pessoa, ainda que conjuge, ascendentes, descendentes e irmãos.

Paragrapho unico. As regras da cumplicidade estabelecidas no Codigo Penal prevalecem em toda a extensão e efeitos no caso da fallencia fraudulenta.

Art. 169. Incorrerão nas penas da fallencia culposa, salvo a prova de fraude, caso em que serão applicadas as penas da fallencia fraudulenta :

1º, o devedor que tiver exercido o commercio sob firma ou razão commercial que não podia ser inscripta no Registro do Commercio ;

2º, o devedor que, depois de declarada a fallencia ou decretado o sequestro, praticar algum acto nullo (art. 44 § 1º) ;

3º, o devedor que, no prazo legal, não se declarar fallido, si da omissão resultar que fique fóra da influencia do termo legal da fallencia algum acto que, dentro desse termo, seria revogavel em beneficio da massa ;

4º, o fallido que se occultar, ausentar, negar informações e auxilio ao juiz e aos syndicos ou crear embaraços de qualquer especie, ao bom andamento da fallencia ;

5º, o concordatario que por negligencia, descuido ou outro acto de culpa, concorrer para a deterioração da massa e consequente rescisão da concordata.

Art. 170. Incorrerão nas penas da fallencia fraudulenta :

1º, o devedor que tiver empregado os fundos da casa commercial ou da empreza em despesas para fins reprovados, como jogos de qualquer especie, inclusive os chamados de Bolsa ;

2º, o devedor que tiver desviado ou applicado a fins diversos do seu destino os valores de que era depositario, administrador ou mandatario;

3º, o devedor que não proceder ao archivamento e lançamento no Registro do Commercio, dentro dos 15 dias subsequentes á celebração do seu casamento (Cod. Com., art. 31), do contracto ante-nupcial, sendo o marido commerciante ao tempo do casamento; desse contracto e dos titulos dos bens incommunicaveis da mulher, dentro de 15 dias subsequentes ao começo do exercicio do commercio, quanto ao contracto ante-nupcial, e, dentro de 30 dias subsequentes á aquisição, quanto aos referidos bens; e dos titulos de aquisição de bens que não possam ser obrigados por dividas nos prazos aqui mencionados;

4º, os corretores ou leiloeiros officiaes que tenham fallido, embora deixassem de exercer as suas funcções, uma vez que a fallencia se funde em actos que, nessa qualidade, praticaram;

5º, o devedor que por meio de qualquer acto fraudulento ou de simulação fizer conluio com um ou mais credores para obter concordata preventiva ou concordata na fallencia,

6º, o fallido que reconhecer, como verdadeiros, creditos falsos, supostos ou simulados, por occasião do processo de verificação de creditos;

7º, quem quer que por si ou interposta pessoa ou por procurador, apresentar declarações ou reclamações falsas ou fraudulentas, ou juntar a ella titulos falsos, simulados ou menos verdadeiros, pedindo a sua inclusão na fallencia (art. 82) ou na concordata preventiva, ou a reivindicção de bens (art. 139);

8º, qualquer pessoa, inclusive os syndicos, liquidatarios e guarda-livros, que se mancommunar com o devedor para, por qualquer forma, fraudar os credores ou auxiliar a occultar ou desviar bens, seja qual for a sua especie, quer antes, quer depois da declaração da fallencia;

9º, qualquer pessoa que occultar ou recusar aos syndicos e liquidatarios a entrega dos bens, creditos ou titulos que tenha do fallido; que admittir, depois de publicada a fallencia, cessão ou endosso do fallido ou com elle celebrar algum contracto ou ajuste sobre objecto que se prenda a interesses da massa;

10, o credor legitimo que fizer com o devedor, ou com terceiro, qualquer concerto em prejuizo da massa, ou transigir com o seu voto para obter vantagens para si nas deliberações e actos de concordata preventiva ou formada na fallencia, na quitação e reabilitação;

11, o corretor que intervier em qualquer operação mercantil do fallido, depois de publicada a fallencia.

Art. 171. No caso de fallencia de sociedade anonyma, os seus administradores ou liquidantes serão punidos com as penas da fallencia culposa, si por sua culpa ou negligencia a sociedade foi declarada fallida, ou si praticaram os actos definidos no art. 167 e no art. 169, ns. 2 a 5; e com as penas da fallencia fraudulenta, si se tratar de actos comprehendidos nos arts. 168 e 170, ns. 1, 2, 5, 6, 8 e 9.

Paragrapho unico. Os administradores das sociedades anonymas e em commandita por acções serão, tambem, punidos com as penas da fallencia fraudulenta si :

1. Deixarem de archivar e publicar, no prazo legal, qualquer das resoluções ou deliberações da sociedade, comprehendidas no art. 91 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891 ;

2. Derem indicações inexactas sobre a importancia do capital subscripto e effectivamente entrado para a sociedade ;

3. Distribuirem aos accionistas dividendos manifestamente ficticios, diminuindo, assim, o capital social.

Art. 172. Serão punidos com a pena do art. 232 doCodigo Penal os juizes, syndicos e liquidatarios, avaliadores, peritos e officiaes de justiça que praticarem qualquer dos crimes ahi definidos.

§ 1.º Os syndicos e liquidatarios incorrerão nas penas da fallencia fraudulenta, si :

1. Derem informações e pareceres falsos ou inexactos, ou apresentarem relatorio contrario á verdade dos factos ;

2. Derem extractos dos livros do fallido contrarios aos assentos ou lançamentos delles constantes.

§ 2.º Além destes crimes, os syndicos e liquidatarios responderão pelos actos que praticarem em opposição aos interesses a seu cargo, sendo equiparados, para os effectos da penalidade e respectivo processo, aos funcionarios publicos.

Art. 173. Todos os crimes, de que trata esta lei, teem acção publica, podendo ser iniciado o processo por denuncia do Ministerio Publico ou por queixa dos liquidatarios ou de qualquer credor.

Em todos os termos da acção intentada por queixa, será ouvido o representante do Ministerio Publico, e em os daquella que o fôr por denuncia, poderão intervir os liquidatarios ou qualquer credor para auxilial-o.

Art. 174. O processo penal contra o fallido, seus cumplices e demais pessoas punidas pela presente lei correrá em auto apartado, distincto e independente do commercial e não poderá ser iniciado antes de declarada a fallencia.

§ 1.º O processo correrá até a pronuncia ou não pronuncia perante o juiz que declarou aberta a fallencia.

§ 2.º A petição inicial preencherá todos os requisitos exigidos pelas leis do processo penal, sendo instruida com o relatorio dos syndicos e as cópias do processo da fallencia necessarias ou com documentos, si houver.

§ 3.º Quarenta e oito horas depois da primeira assembléa dos credores, o escrivão enviará ao representante do Ministerio Publico uma das cópias authenticas do relatorio dos syndicos e a cópia da acta da assembléa, com outros documentos que o juiz ordenar.

O representante do Ministerio Publico, dentro do prazo de 15 dias depois do recebimento desses papeis, requererá o archiva-mento delles ou promoverá o processo penal contra o fallido, seus cumplices ou outras pessoas sujeitas á penalidade.

O archivamento dos papeis, a requerimento do representante do Ministerio Publico, não prejudica a acção penal por parte dos liquidatarios ou dos credores.

§ 4.º O processo será o da formação da culpa nos processos communs, com todos os recursos e garantias individuaes estabelecidos nas respectivas leis.

§ 5.º As autoridades policiaes remetterão ao juizo processante os inqueritos a que procederem.

§ 6.º Do despacho de pronuncia ou não pronuncia, caberá recurso para o superior competente.

Art. 175. Os crimes, de que trata esta lei, serão julgados pelo juiz de direito criminal do districto da séde do estabelecimento principal do fallido.

§ 1.º A forma do processo do julgamento será a do decreto n. 707, de 9 de outubro de 1850.

§ 2.º Da sentença poderão appellar o réo, o representante do Ministerio Publico, a parte queixosa ou assistente, nos effeitos regulares.

Art. 176. A acção penal dos crimes definidos nesta lei prescreve um anno depois de encerrada a fallencia ou de cumprida a concordata e sempre que o fallido for rehabilitado.

Art. 177. O representante do Ministerio Publico tem o direito de, em qualquer tempo, examinar todos os livros, papeis e actos relativos á fallencia.

Póde elle tambem pedir aos syndicos e liquidatarios cópias e extractos desses livros e papeis e exigir todas as informações de que necessitar.

TITULO XIV

Das disposições especiaes

Art. 178. Si do balanço ou de outras informações constar que o activo do fallido não excede de quinze contos de réis (15:000\$), o juiz procederá summariamente.

a) Elle nomeará um syndico que, com o representante do Ministerio Publico, arrecadará os bens, levantará ou verificará o balanço, convidará os credores para lhe apresentarem, dentro de 10 dias, as declarações e documentos probatorios de seus credits (arts. 81 e 82), ouvirá o fallido (art. 83), organizará, á vista dessas provas e dos livros e documentos do mesmo fallido, a lista de todos os credores e a sua classificação, e fará o relatorio a que se refere o art. 65, n. 6.

b) Na assembléa dos credores, que se realizará dentro de 20 dias, o juiz procederá á verificação e classificação dos credits, na conformidade do disposto nos arts. 84 e 85, dando os recursos legais, sendo as impugnações, contestações e reclamações apresentadas nessa assembléa, e mandará ler o relatorio e documentos annexos (inventario, balanço, etc.), pondo-os em discussão.

c) Não se formando concordata, os credores nomearão um liquidatario, que immediatamente realizará o activo, pagara aos credores, não devendo essas operações exceder do prazo de seis mezes depois da assemblea.

Art. 179. Na fallencia das sociedades de credito real, observar-se-hão as disposições dos arts. 352 a 361 do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890.

A administração provisoria será nomeada pelo juiz, observada a disposição do citado art. 352.

Paraphrasso unico. Aos administradores da fallencia das sociedades de credito real applicam-se, no que for possivel, as mesmas disposições relativas aos syndicos e liquidatarios, inclusive a parte penal.

Art. 180. A fallencia das empresas ou sociedades anonymas, concessionarias de serviços publicos federaes, estadoaes e municipaes, não interromperá esses serviços e a construcção das obras necessarias constantes dos respectivos contractos.

Si, entretanto, a parte das obras em construcção não prejudicar o serviço regular na parte já construida e em trafego, o juiz, ouvida a pessoa administrativa concedente, os syndicos ou liquidatarios e os representantes da empresa ou sociedade fallida, e attendendo aos contractos, aos recursos e vantagens da massa, e ao beneficio publico, poderá ordenar a suspensão de taes obras.

§ 1.º Os serviços publicos e as obras proseguirão sob a direcção dos syndicos ou liquidatarios, junto aos quaes haverá um fiscal, nomeado pela pessoa administrativa concedente.

§ 2.º Esse fiscal será ouvido sobre todos os actos dos syndicos ou liquidatarios relativos áquelles serviços e obras, inclusivamente sobre a nomeação do pessoal tecnico e organização provisoria de taes serviços e obras, e poderá examinar todos os livros, papeis, escripturação e contas da empresa fallida e dos syndicos ou liquidatarios e requerer o que for a bem dos interesses a seu cargo.

A pessoa administrativa concedente dará ao seu fiscal as devidas instrucções para a observancia dos contractos, e elle deverá assistir ás reuniões dos syndicos ou liquidatarios (art. 68, § 1º), onde dará, por escripto, as razões do seu parecer divergente.

Em caso de divergencia com os syndicos ou liquidatarios, poderá recorrer para o juiz.

§ 3.º Declarada a fallencia de taes empresas ou sociedades, a pessoa administrativa concedente será notificada para se representar na fallencia e nomear o fiscal, de que trata o § 1º.

A falta ou demora da nomeação do fiscal não prejudicará o andamento do processo da fallencia.

§ 4.º Depende de autorização da pessoa administrativa concedente a transferencia da concessão e direitos della decorrentes a terceiros por força da liquidação da massa fallida.

Art. 181. As juntas commerciaes estabelecerão, em sua secretaria, o registro dos livros commerciaes submittidos á rubrica.

Nesse registro serão lançados os nomes dos commerciantes que apresentarem livros para aquelle fim, a natureza de cada um, o numero de folhas e a data em que se satisfizer aquella formalidade.

Os lançamentos nesse registro serão gratuitos, dando-se as certidões que forem solicitadas.

Art. 182. O representante do Ministerio Publico, além das attribuições expressas na presente lei, deverá assistir ao exame de livros do fallido e do devedor que requerer concordata preventiva, e ser ouvido *ex-officio* ou a requerimento da parte, naquelles assumptos que se relacionarem com o desempenho de suas funções na parte penal das fallencias.

§ 1.º Pelos actos que o representante do Ministerio Publico praticar, perceberá os emolumentos fixados nos respectivos regimentos de custas.

§ 2.º Na Capital Federal, o curador das massas fallidas continuará a ser o representante do Ministerio Publico, ficando elevada a 9:600\$ a gratificação que actualmente percebe, para cujo pagamento o Governo abrirá o necessario credito.

§ 3.º Os Estados poderão crear identicos cargos sem ampliar as attribuições do Ministerio Publico definidas na presente lei, nem lhes marcar commissões ou porcentagens por conta das massas.

TITULO XV

Das disposições geraes

Art. 183. Todos os prazos marcados nesta lei correrão em cartorio independentemente de serem assignados em audiencia; serão continuos, peremptorios e improrogaveis.

§ 1.º Não se conta no prazo o dia em que começar, mas conta-se aquelle em que findar.

§ 2.º Si os prazos terminarem em domingo ou dia feriado, ficam prorogados até ao primeiro dia util seguinte.

§ 3.º A terminação de qualquer prazo será certificada nos autos pelo escrivão.

§ 4.º Não podem os escrivães conservar autos em cartorio por mais de 24 horas depois de preparados, sob pena de suspensão, mediante reclamação da parte.

§ 5.º Aos processos de fallencia e de todos os seus incidentes applicar-se-hão as disposições dos arts. 40 a 42 da lei n. 1.338, de 9 de janeiro de 1905, sobre a vista dos autos aos advogados e representantes do Ministerio Publico, reduzido o prazo de cinco dias do art. 42 ao de 48 horas.

Si o advogado deixar de restituir a cartorio os autos no prazo legal, tambem, não mais se lhe dará vista senão em cartorio.

Art. 184. Os processos de fallencia e seus incidentes preferem na ordem dos feitos a todos os do Juizo Commercial e não se suspendem durante as férias.

Em segunda instancia, os agravos serão julgados com a maior rapidez, preferindo aos outros feitos commerciaes, e o accordão lavrado na mesma sessão do julgamento ou na seguinte, o'mais tardar.

Art. 185. O prazo para a interposição dos agravos de petição ou de instrumento será o de cinco dias, salvo o caso do artigo 86, § 1.º, desta lei.

§ 1.º Esses agravos serão julgados pelos tribunaes superiores ou camaras ou secções destes tribunaes, que conhecerem das apellações commerciaes, e a elles não poderão ser oppostos outros embargos que os de simples declaração, em caso de omissão, obscuridade ou contradicção do julgado.

§ 2.º O processo em primeira e segunda instancia dos agravos de petição ou de instrumento será o mesmo do processo commum, podendo o agravante juntar á sua minuta quaesquer documentos. O agravado poderá contraminutar qualquer desses agravos, tendo para isso prazo igual ao do agravante.

§ 3.º Para a execução da sentença proferida em grão de apellação ou em agravo de instrumento, basta a certidão autentica do julgado do tribunal superior, passada pelo escrivão da apellação ou do agravo.

§ 4.º Nos agravos de petição, a execução far-se-ha no processo original, que para esse fim deve baixar ao juizo inferior, com a maior urgencia e sem ficar traslado.

Art. 186. As publicações officiaes sobre fallencia e concordata preventiva serão insertas por tres vezes, ao menos, no *Diario Official* da União ou do Estado, ou, si no logar não houver este *Diario*, no jornal designado para publicar os actos officiaes dos juizes e tribunaes.

§ 1.º Não será attendivel, para qualquer effeito, a allegação de não ter recebido cartas, avisos ou notificações pelo Correio ou pelo Telegrapho, quando a publicação tiver sido feita nos jornaes acima referidos.

A parte prejudicada pela falta do recebimento dessas cartas, avisos ou notificações, terá acção de perdas e damnos contra quem se mostrou desidioso no cumprimento de deveres que esta lei impõe.

§ 2.º O escrivão certificará sempre nos autos qual o numero e a data do *Diario Official* ou do jornal que fez a publicação e quantas vezes.

§ 3.º Todos os editaes e avisos ou communicados pela imprensa serão precedidos da epigraphie «Fallencia de N. Aviso a...» «Concordata preventiva de N. Aviso a...»

§ 4.º Os syndicos e liquidatorios nos avisos que são obrigados a dar pela imprensa, quando entrarem no exercicio de suas funções, declararão qual o jornal que publicará os actos officiaes da fallencia.

§ 5.º Tratando-se de avisos que exijam larga publicação, como o de que trata o § 4º acima, venda de bens e outros actos, os syndicos e liquidatorios poderão mandar reproduzil-os em outros jornaes do logar e de fóra.

§ 6.º Si no logar não houver jornaes, as publicações serão feitas por editaes affixados na porta da sala dos auditorios.

Art. 187. Os juizes e escrivães perceberão nos processos de fallencia e seus incidentes as custas dos seus regimentos, approvados pelo poder federal ou estadual.

Os escrivães não terão mais de 500 réis por circular ou carta que enviarem.

O salario dos peritos pelos exames de livros do fallido será arbitrado pelo juiz, não excedendo de 300\$ para cada um. Si se tratar de trabalho excepcional, nas fallencias de grande activo, os syndicos poderão previamente ajustar os salarios desses peritos e submeter á approvação do juiz, não excedendo, em caso algum, do dôbro daquella taxa.

Na verificação de contas de que trata o art. 1º, n. 8, o salario maximo será de 50\$ para cada perito.

Os avalladores terão pela metade as custas taxadas nos respectivos regimentos.

O depositario de que trata o art. 15 perceberá um quarto das taxas marcadas nos regimentos de custas para os depositarios judiciaes e nada perceberá, si fôr o requerente da fallencia ou pessoa sobre que recahir a nomeação de syndico.

Os contadores judiciaes perceberão pela metade as custas taxadas nos seus regimentos.

A massa não pagará custas a advogados dos credores e do fallido.

Art. 188. A commissão dos agentes de leilões, que venderem bens das massas fallidas, será a estabelecida no art. 2º do decreto legislativo n. 857, de 9 de agosto de 1902, observada a disposição do seu art. 3º.

A commissão será paga sómente pelos compradores.

Art. 189. Os depositos de dinheiro, que esta lei manda fazer em estabelecimentos bancarios, serão realizados, onde estes não existirem, em mão dos syndicos ou liquidatarios.

Art. 190. Os processos de fallencias e das liquidações forçadas das sociedades anonymas, já iniciados na época da promulgação desta lei, serão regulados pelo direito anterior, salvo as concordatas, prestações de contas dos syndicos e reabilitação, que ficarão sujeitas ás disposições da presente lei.

Art. 191. A presente lei não depende de regulamento do Poder Executivo.

Art. 192. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2025 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, juiz da Corte de Appellação do Districto Federal, seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eusancciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder seis mezes de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude, ao desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, juiz da Corte de Appellação do Districto Federal; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2026 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1908

Releva a penalidade em que tiver incorrido o ex-2º escripturario do Tribunal de Contas Juvencio de Siqueira Montes, para que a sua viuva possa perceber, isento de prescripção, o montepio que lhe couber.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica relevada a penalidade em que tiver incorrido o ex-2º escripturario do Tribunal de Contas Juvencio de Siqueira Montes, afim de que sua viuva, D. Corina Barreto Montes, possa perceber, isento de prescripção, o montepio correspondente á contribuição que fazia aquelle funcionario, exonerado, sem declaração de motivo, em 19 de março de 1898, considerando-se favoravel á mesma viuva o dispositivo do art. 19, combinado com o paragrapho unico do art. 17, do regulamento approved pelo decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890, excepto o abono da pensão em vida do instituidor.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2027 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a prorogar, por um anno, a licença em cujo gozo se acha o collector das rendas federaes em Olinda, tenente-coronel Augusto Xavier Carneiro da Cunha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a prorogar, por um anno, a licença em cujo gozo se acha o collector das rendas federaes no municipio de Olinda, Estado de Pernambuco, tenente-coronel Augusto Xavier Carneiro da Cunha; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2028 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1908

Releva a prescrição em que incorreu o bacharel João Vieira da Cunha para receber ordenado de juiz de direito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica relevado o bacharel João Vieira da Cunha da prescrição em que incorreu para receber o ordenado a que tiver direito, desde o tempo em que foi declarado avulso como juiz de direito da comarca de Cavalcanti, em Goyaz, até o dia em que foi nomeado juiz de direito da de Alfenas; em Minas Geraes.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1908, 20º da República.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2029 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao desembargador da Côrte de Appellação Enéas Galvão, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao desembargador Enéas Galvão, juiz da Côrte de Appellação, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2030 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saude onde lhe convier, ao bacharel Raul de Noronha Sá, sub-procurador dos Feitos da Saude Publica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saude onde lhe convier, ao bacharel Raul de Noronha Sá, sub-procurador dos Feitos da Saude Publica no Districto Federal; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1908, 20° da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2031 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1908

Fixa o subsidio e a ajuda de custo dos senadores e deputados na proxima legislatura.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Os senadores e deputados vencerão na proxima legislatura, durante as sessões ordinarias, extraordinarias e de prorrogação, o subsidio de 75\$ diarios, que o decreto n. 492, de 12 de agosto de 1891, instituiu para cumprimento da lei n. 2, de 8 do mesmo mez e anno, e as leis n. 182, de 20 de setembro de 1893, n. 407, de 6 de novembro de 1896, n. 614, de 30 de setembro de 1899, n. 940, de 29 de dezembro de 1902 e n. 1.463, de 8 de janeiro de 1906, conservaram para as legislaturas subsequentes.

Paragrapho unico. Além das sessões ordinarias, extraordinarias e de prorrogação, vencerão mais os senadores e deputados a ajuda de custo annual de 1:000\$000.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2032 — DE 24 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno de licença.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2033 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 8:587\$331 para occorrer ao pagamento de ordenados do escrivão do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco João Carlos Mendes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 8:587\$331 para occorrer ao pagamento dos ordenados do escrivão do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco João Carlos Mendes, no periodo de 1899 a 26 de junho de 1905 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 2034 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza a transferencia para o 2º anno do curso de marinha da Escola Naval da matricula do alumno da Escola de Guerra de Porto Alegre Gastão da Silva Paranhos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar transferir para o 2º anno do curso de marinha da Escola Naval a matricula do alumno da Escola de Guerra de Porto Alegre Gastão da Silva Paranhos, uma vez prestados os exames das materias do 1º anno do referido curso.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

Alexandrino Faria de Alencar.

LEI N. 2035 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1908

Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1909, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º A receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1909 é orçada em 79.694:197\$544, ouro, e 274.233:000\$, papel, e a destinada á applicação em ouro, 18.215:438\$595 e papel 12.287:500\$, que serão realizadas com o producto do que fór arrecadado dentro do exercicio, sob os seguintes titulos:

ORDINARIA

Importação

Ouro

Papel

1. Direitos de importação para consumo, de accôrdo com a tarifa expedida pelo decreto n. 3617, de 19 de março de 1900, com as modificações introduzidas pelas leis ns. 1144, de 30 de dezembro de 1903, 1313, de 30 de dezembro de 1904, 1452, de 30 de dezembro de 1905, 1616, de 30 de dezembro de 1906, e 1837, de 31 de dezembro de 1907, cujas taxas permanecem em vigor pelo decreto n. 1686, de 12 de agosto de 1907, e mais as seguintes alterações: perchlorato de ammoniaco, nitronaphtalina e trinitrotoluol, 40 réis por kilogramma, peso bruto; coalho liquido ou em pó para fabrico de queijos, 50 réis por kilogramma, peso liquido; placas photographicas so-

Ouro

Papel

bre vidro, 100 réis ; sobre cellulóide ou outra materia, 200 réis ; e continuando, como até agora, em vigor a taxa cobrada sobre o gado vaccum de corte, desde 15 de fevereiro de 1905, em conformidade com o art. 23 da lei n. 1313, de 30 de dezembro de 1904; bem assim substituidos os §§ 1º e 2º do art. 12 das preliminares da Tarifa pelo seguinte:

- § 1.º Os tecidos nos quaes os fios da urdidura forem de seda e os da trama de outra materia ou vice-versa, pagarão os direitos estabelecidos para os tecidos analogos e compostos unicamente de seda, com abatimento de 50 %.

Si, porém, do lado da seda houver fios visiveis de outra materia, o abatimento será de 60 %.

- § 2.º Os tecidos mixtos, cujas trama e urdidura forem compostas de outras materias e que contiverem na trama ou na urdidura ou em ambas, apenas alguns fios ou pequena mescla de seda, pagarão os direitos, segundo a materia mais tributada, com o augmento de 30 %.

73.000:000\$000 123.500:000\$000

2. 2 %, ouro, sobre os ns. 93, 95 (cevada em grão), 96, 97, 98, 100 e 101 da classe 7ª da Tarifa (cereaes), nos termos do art. 1º da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905.....

1.100:000\$000

3. Expediente de generos livres de direito de consumo.....

3.500:000\$000

4. Expediente de capatazias....

1.300:000\$000

Ouro

Papel

5. Armazenagem. Ficando isentas nas Alfandegas do Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, até seis mezes, as mercadorias destinadas aos paizes vizinhos, e até dous mezes, as mercadorias destinadas ás localidades brazileiras da fronteira, de conformidade com as instrucções que o Governo Federal expedir para acautelar o deposito, transporte e entrega das mesmas, processado nas ditas Alfandegas o respectivo despacho, si as Mesas de Rendadas não estiverem habilitadas a fazel-o.....	3.500:000\$000
6. Taxa de estatistica.....	350:000\$000

*Entrada, sahida e estadia
de navios*

7. Imposto de pharões. Sendo abolida a cobrança nos portos dos rios e lagôas onde não houver pharões, salvo quando, para demandar esses portos, fôr necessario penetrar em barra ou porto que tenha pharol.....	300:000\$0000	
8. Dito de Dócas.....	150:000\$0000	10:000\$000

Adicionaes

9. 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos..	350:000\$000
---	-------	--------------

Exportação

10. 20 % sobre a exportação de borracha no territorio do Acre.....	13.000:000\$000
--	-------	-----------------

Interior

	Ouro	Papel
11. Renda da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	31.000:000\$000
12. Dita da Estrada de Ferro Oeste de Minas.....	2.200:000\$000
13. Dita da Estrada de Ferro D. Thereza Christina.....	80:000\$000
14. Dita da Estrada de Ferro do Rio do Ouro.....	200:000\$000
15. Dita da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.....	20:000\$000
16. Dita do Correio Geral, equiparadas ás fixadas para as cartas no interior do Brazil as destinadas a qualquer paiz da America, sendo creados para esse fim typos de sello especiaes.....	8.500:000\$000
17. Dita dos Telegraphos, fixadas as seguintes taxas, que tambem vigorarão para a imprensa e os governos estaduais com a redução de 75 %, e supprimidos os telegrammas preteridos : 100 réis por palavra dentro de um Estado, 200 réis por palavra dentro de dous e tres Estados, 300 réis por palavra dentro de quatro e mais Estados.....	600:000\$000	6.000:000\$000
18. Dita da Fazenda de Santa Cruz e outras.....	50:000\$000
19. Dita da Casa de Correcção...	10:000\$000
20. Dita da Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i>	250:000\$000
21. Dita do Laboratorio Nacional de Analyses.....	160:000\$000
22. Dita dos arsenaes.....	5:000\$000
23. Dita da Casa da Moeda, sendo gratuita a cunhagem da moeda de ouro.....	10:000\$000

	Ouro	Papel
24. Renda do Gymnasio Nacional		65:000\$000
25. Dita dos Institutos dos Surdos Mudos e dos Meninos Cegos		4:000\$000
26. Dita do Instituto Nacional de Musica,.....		12:000\$000
27. Dita das matriculas nos estabelecimentos de instrucção superior.....		380:000\$000
28. Dita da Assistencia a Alienados.....		150:000\$000
29. Dita arrecadada nos Consulados.....	1.100:000\$000	\$
30. Dita de proprios nacionaes..		170:000\$000
31. Imposto de sello.....	10:000\$000	13:500:000\$000
32. Dito de transporte.....		4.200:000\$000
23. Dito de 3 1/2 % sobre o capital das loterias federaes e 5 % sobre as estaduais....		1.320:000\$000
34. Dito sobre subsidios e vencimentos á razão de 2% sobre todos os subsidios, e sobre todos os vencimentos que excederem de 3:000\$ annuaes ou 250\$ mensaes, ficando isentos do referido imposto os vencimentos até 3:000\$ annuaes, cobrando-se o imposto sobre os que excederem essa importancia apenas sobre o excesso....	25:000\$000	1.500:000\$000
35. Dito sobre o consumo de agua		3.000:000\$000
36. Dito de 2 1/2 % sobre os dividendos dos titulos de companhias ou sociedades anonymas.....		1.500:000\$000
37. Dito sobre casas de <i>sports</i> de qualquer especie, na Capital Federal.....		6:000\$000
38. Contribuição das companhias ou emprezas de estradas de ferro e outras.....	106:666\$667	800:000\$000
39. Fóros de terrenos de marinha		20:000\$000
40. Laudemios		40:000\$000

	Ouro	Papel
41. Premios de depositos publicos		30:000\$000
42. Taxa judiciaria		130:000\$000
43. Dita de aferição de hydro- metros.....		6:000\$000
44. Rendas federaes do Territorio do Acre.....		10:000\$000
45. Taxa sobre fumo.....		5.100:000\$000
46. Dita sobre bebidas.....		5.200:000\$000
47. Dita sobre phosphoros.....		8.500:000\$000
48. Dita sobre o sal.....		4.000:000\$000
49. Dita sobre calçado.....		1.700:000\$000
50. Dita sobre velas.....		350:000\$000
51. Dita sobre perfumarias.....		530:000\$000
52. Dita sobre especialidades pharmaceuticas.....		750:000\$000
53. Dita sobre vinagre.....		200:000\$000
54. Dita sobre conservas.....		1.400:000\$000
55. Dita sobre cartas de jogar...		200:000\$000
56. Dita sobre chapeos.....		1.700:000\$000
57. Dita sobre bengalas.....		25:000\$000
58. Dita sobre tecidos.....		10.500:000\$000
59. Dita sobre vinho estrangeiro.		4.800:000\$000

EXTRAORDINARIA

60. Montepio da marinha.....	1:000\$000	130:000\$000
61. Dito militar.....	250\$000	250:000\$000
62. Dito dos empregados publicos	8:000\$000	680:000\$000
63. Indemnizações.....	2:000\$000	1.500:000\$000
64. Juros de capitães nacionaes..	1.200:000\$000	500:000\$000
65. Ditos dos titulos das Estradas de Ferro da Bahia e de Per- nambuco.....	1:614\$229	
66. Remanescente dos premios de bilhetes de loteria.....		30:000\$000
67. Imposto de transmissão de propriedade no Districto Federal.....		2.400:000\$000

	Ouro	Papel
68. Dito de industrias e profissões no Districto Federal.....	3.000:000\$000
69. Producto do arrendamento das areias monazíticas.....	140:000\$000	
70. Contribuição do Estado de S. Paulo para pagamento dos juros, amortização e respectivas commissões do emprestimo de £ 3.000.000.	1.949:666\$662	
Fundo de resgate do papel-moeda:		
1. Renda proveniente do arrendamento das estradas de ferro.....	83:333\$333	420:000\$000
2. Producto da cobrança da divida activa.....	10:000\$000	750:000\$000
3. Todas e quaesquer rendas eventuaes.....	20:000\$000	1.800:000\$000
1. 4. Quota de 5 % ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo.	10.342:105\$262	
5. Dividendo das acções do Banco do Brazil pertencentes ao Thesouro....	787:500\$000
6. Os saldos que forem apurados no orçamento....	
2. Fundo para caixa do resgate das apolices das estradas de ferro encampadas:		
Arrendamento das mesmas estradas de ferro.....	160:000\$000	2.500:000\$000
Fundo de amortização dos emprestimos internos:		
1.º Receita proveniente da venda de generos e de proprios nacionaes....	30:000\$000
3. Depósitos:		
2.º Saldo ou excesso entre o recebimento e as restituições.....	3.000:000\$000
4. Fundo destinado ás obras de melhoramentos dos portos, executadas á custa da União:		
Rio de Janeiro.....	4.000:000\$000	3.000:000\$000

	Ouro	Papel
Pará.....	1.000:000\$000	\$
Bahia.....	800:000\$000	\$
Rio Grande do Sul.....	1.000:000\$000	\$
Recife.....	800:000\$000	\$

Art. 2.º E' o Presidente da Republica autorizado:

I. A emittir, como antecipação de receita, no exercicio desta Lei, bilhetes do Thesouro até a somma de 40.000:000\$, que serão resgatados até ao fim do mesmo exercicio.

II. A receber e restituir, de conformidade com o disposto no art. 41 da lei n. 628, de 17 de setembro de 1851 (1), os dinheiros provenientes dos cofres de orphãos, de bens de defuntos e ausentes e do evento, de premios de loterias, de depositos das Caixas Economicas e Montes de Soccorro e dos depositos de outras origens. Os saldos que resultarem do encontro das entradas com as sahidas poderão ser applicados ás amortizações dos empréstimos internos e os excessos das restituições serão levados ao balanço do exercicio.

III. A cobrar do imposto de importação para consumo 35 ou 50 %, ouro, e 50 ou 65 %, papel, nos termos do art. 2º, n. 3, letras a e b, da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905 (2).

(1) Lei n. 628, de 17 de setembro de 1851. Orçamento da receita e despesa para o exercicio de 1852-1853).

Art. 41. Não obstante a disposição do artigo antecedente, serão comprehendidas no orçamento as referidas rubricas com a avaliação da renda que puderem produzir, mas em capítulo especial debaixo do titulo—Depositos diversos.

Da mesma forma serão contempladas nos balanços com sua despesa propria; e o saldo que houver sido empregado na despesa geral do Estado será representado entre as mais rendas debaixo do titulo unico e especial—Receita de depositos.

Si os pagamentos reclamados durante um exercicio excederem as entradas, o excesso será pago com a renda ordinaria e contemplado na respectiva rubrica do balanço.

O artigo antecedente (40) é assim concebido:

Não serão contemplados como renda ordinaria do Estado os dinheiros provenientes das seguintes origens—ausentes, empréstimos dos cofres dos orphãos, remanescentes dos premios de loterias e outros quaesquer depositos—nem votada somma alguma para pagamento de saes dinheiros, conservando-se, porém, nas leis do orçamento as rubricas respectivas, mas sem quantias definidas.

(2) Lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905. (Orçamento da receita para o exercicio de 1905).

Art. 2.º E' o Presidente da Republica autorizado.

.....

A quota de 5 %, ouro, da totalidade dos direitos de importação para consumo será destinada ao fundo do resgate do papel-moeda, a de 20 % ás despesas em ouro e o excedente será convertido em papel para attender ás despesas dessa especie.

Os 50 %, ouro, serão cobrados enquanto o cambio se mantiver acima de 15 d. por 1\$, por 30 dias, consecutivos, e, do mesmo modo, só deixarão de ser cobrados depois que, pelo mesmo prazo, elle se mantiver abaixo de 15 d. Para o effeito desta disposição tomar-se-ha a média da taxa cambial durante 30 dias.

Si o cambio baixar a 15 d., ou menos, cobrar-se-hão do imposto de importação sobre mercadorias, de que trata a lettra a, 65 % em papel e 35 % em ouro.

III. A cobrar o imposto de importação para consumo, de accordo com as leis vigentes, da seguinte forma:

a) 50 % em papel e 50 % em ouro sobre as mercadorias constantes dos ns. 1, 9, 23, 34 (excepto arminho, castor, lontra e semelhantes, marroquins, camurças e pellicas) 30, 41, 52, 53 (excepto presuntos, paioz, chouricos, salames e mortadellas), 60, 63, 69, 91, 93, 98, 99, 100, 102, 104, 106, 109, 115, 123 (excepto azeite ou oleo de oliveira ou doce), 124 (que pagarão as taxas da tarifa), 137, 159, 172, 178 (com relação aos ácidos muriatico, nitrico e sulfurico impuros), 179 (excepto as aguas naturaes de uso therapeutico), 196, 204, 213 (sómente quanto ao chlorureto de sodio) 227, 228, 259, 279, 280, 323, 330, 410 (excepto palhas do Chile, da Italia e semelhantes, proprias para chapéos, e tecidos semelhantes), 437, 465, 468, 469 (ceroulas, camisas, collarinhos e punhos de algodão), 470, 472, 473, 474 (excepto belbutes, belbutinas, bombazinas e velludos), 488 (excepto alpacas, damascos, merinós, cachemiras, gorgorões, riscados Royal, setim da China, tonguin, risso ou velludo de lã e tecidos semelhantes não classificados), 517, 534, 538 (sómente quanto ao brim cregoella), 547, 562 (ceroulas, camisas, collarinhos e punhos de linho), 563, 612 (excepto papel para escrever ou para desenho, de qualquer qualidade, branco ou de cores; papel para impressão ou typographia; papel de seda, branco ou de cores, para copiar cartas e sem colla, e oleado, carbonizado, oriental, de arroz, da China, vegetal e semelhantes; papel com lhama de ouro ou prata falsos para flores; massa de qualquer qualidade para fabricação de papel), 613, 620, 625, 641, 642, 703, 732, 749, 751, 757, 805 (carros de estradas de ferro e pertences) e 1060 da tarifa das Alfandegas, a que se refere o decreto n. 3617, de 19 de março de 1900.

b) 65 %, papel, e 35 %, ouro, sobre as demais mercadorias não mencionadas na lettra antecedente.

A quota de 5 %, cobrada em ouro, da totalidade dos direitos de importação para consumo, será destinada ao fundo de garantia; a de 20 %, ás despesas em ouro e o excedente será convertido em papel para attender ás despesas dessa especie.

Os 50 %, ouro, serão cobrados enquanto o cambio se mantiver acima de 15 d. por 1\$ por 30 dias consecutivos e do mesmo modo só deixarão de ser cobrados depois que, pelo mesmo prazo, elle se mantiver abaixo de 15 d. Para o effeito desta disposição tomar-se-ha a média da taxa cambial durante 30 dias.

Si o cambio baixar a 15 d., ou menos, cobrar-se-hão de imposto de importação sobre as mercadorias de que trata a lettra a 65 % em papel e 35 % em ouro.

IV. A cobrar para o fundo destinado ás obras de melhoramentos de portos, executadas á custa da União e em virtude de concessão:

1º, a taxa até 2 %, ouro, sobre o valor official da importação do porto do Rio de Janeiro e das Alfândegas do Rio Grande do Sul, Victoria, Bahia, Recife e Belém, exceptuadas as mercadorias de que trata o n. 2 do art. 1º, podendo estender a cobrança da mesma taxa, nas mesmas condições, aos demais portos e fronteiras da Republica, nos termos do decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907 (3);

2º, a taxa de um a cinco réis, por kilogramma de mercadorias que forem carregadas ou descarregadas, segundo o seu valor, destino ou procedencia dos outros portos.

Paragrapho unico. Para accelerar a execução das obras referidas, poderá o Presidente da Republica aceitar donativos ou mesmo auxilios, a titulo oneroso, offerecido pelos Estados, municipios ou associações interessadas no melhoramento, comtanto que os encargos resultantes de taes auxilios não excedam do producto da taxa indicada.

V. A applicar o fundo do resgate do papel moeda em ouro, á melhora que as circumstancias o aconselharem, de accordo com o art. 9º, § 2º, da lei n. 1575, de 6 de dezembro de 1906 (4).

VI. A activar, reduzindo o prazo para a cobrança amigavel, a cobrança da divida activa, adoptando para isso as medidas que julgar convenientes, tomando as providencias para que não continuem accumulando-se sem arrecadação sommas enormes e no sentido de que o ultimo conhecimento de qualquer imposto represente a quitação geral dessa mesma contribuição.

Paragrapho unico. Nas dividas provenientes de multas, impostos e outras contribuições, a cobrança amigavel se deve fazer pela seguinte forma:

a) para multas e impostos não lançados, dentro de 30 dias;

(3) Decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907 — (Modifica o regimen especial para execução de melhoramento dos portos e rios navegaveis, estabelecido pelo decreto n. 4859, de 8 de junho de 1903.) V. anexo ao Relatório do Ministerio da Fazenda, de 1907. (Pag. 118.)

(4) Lei n. 1575, de 6 de dezembro de 1906 — (Crêa a Caixa de Conversão e dá outras providencias):

Art. 9º Ficam transferidos para a Caixa de Conversão os fundos de resgate e de garantia do papel-moeda, instituidos pela lei n. 581, de 26 de junho de 1899.

§ 2º O fundo de garantia tambem será destinado ao resgate do papel-moeda, sendo este permutado pelos bilhetes que a Caixa de Conversão emitir correspondentes ao dito fundo, de accordo com o art. 1º desta lei.

b) para os impostos lançados :

1º, os de responsabilidade pessoal :

a) si pagos em duas ou mais prestações, a cobrança amigavel só terá logar até ao vencimento de outras prestações ;

b) si em uma só prestação, dentro de 60 dias :

2º, para os impostos de garantia real, a cobrança amigavel se fará até 31 de março de cada anno, isto é, até ao encerramento do exercicio a que corresponder a divida.

Para os impostos lançados de responsabilidade individual, cujo pagamento não se realizar no prazo determinado no regulamento e se houver de promover a domicilio a cobrança ou fôr satisfeita fôra do respectivo prazo, a multa será, em vez de 10 %, 20 %, que se elevará a 30 %, no caso de ser judicialmente arrecadada.

As dividas remettidas pelas estações fiscaes arrecadadoras ás Delegacias e á Directoria do Contencioso para a cobrança executiva, serão, dentro do prazo maximo de 15 dias, enviadas ao juizo competente, devendo os procuradores fiscaes promover a immediata cobrança executiva.

VII. A consolidar a legislação sobre rendas internas e outras contribuições, de modo a orientar a cobrança e a fiscalização, reunindo os respectivos regulamentos, praticas e doutrinas e interpretações fundadas em ordens e decisões do Thesouro, podendo reformar qualquer regulamento no sentido de harmonizal-o com as leis em vigor.

VIII. A rever a Consolidação das Leis das Alfandegas, harmonizando as suas disposições com o novo regimen, incorporando as decisões firmadas em assumptos aduaneiros e incluindo disposições esparsas em varias leis e regulamentos. Os actos expedidos em virtude desta autorização e do numero anterior serão submettidos á approvação do Congresso Nacional, independente da sua immediata execução, que o Presidente da Republica poderá ordenar.

IX. A modificar a taxa dos direitos de importação, até mesmo dar entrada, livre de direitos, durante o prazo que julgar necessario, para os artigos de procedencia estrangeira, que possam competir com os similares produzidos no paiz pelos *trusts*.

X. A conceder franquia postal:

a) aos jornaes, revistas e publicações de character agricola, industrial e commercial e boletins officiaes publicados pelos governos dos Estados e no Districto Federal, desde que tenham distribuição gratuita, assim como á correspondencia e remessa de sementes distribuidas gratuitamente pela Sociedade Nacional de Agricultura e pelas sociedades congeneres dos Estados;

b) aos livros impressos, de qualquer natureza, remettidos para as bibliothecas publicas da União, dos Estados e dos municipios, a correspondencia e publicações do Instituto de Protecção e Assisten-

cia á Infancia do Rio de Janeiro, do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, bem assim as publicações de distribuição gratuita das Ligas contra a tuberculose desta Capital, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, e das associações e sanatorios de S. Paulo.

XI. A conceder isenção de direitos aduaneiros:

1.º Aos instrumentos de layoura e machinismos destinados ao fabrico e beneficio dos productos agricolas e da borracha, assim como aos aparelhos para o fabrico de laticinios, directamente importados pelos agricultores ou respectivas empresas, e aos machinismos e aparelhos para a montagem de xarqueadas, para o fabrico de adubos, de cellulose e papel de bagaço de canna de assucar, bem assim aos productos chimicos para a sua fabricação, pagando 5 % de expediente.

2.º A' drogas e aos utensilios que forem importados para uso das associações ou Ligas contra a tuberculose, do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro e do Dispensario de S. Vicente de Paulo desta Capital.

3.º A's sementes e aos exemplares de plantas vivas, de reproductores finos de gado vaccum, cavallar, muar, lanigero e suino.

4.º Aos ovulos do bicho da seda e aos enxames de abelhas de raça e ao seu acondicionamento, bem como aos aparelhos para apicultura e ao vasilhame apropriado ao acondicionamento dos respectivos productos, quando importados por profissionaes.

5.º Ao material importado para a construcção de engenhos centraes, assim como para a construcção e prolongamento de estradas de ferro e obras de portos, por concessão a particulares, pagando 5 % da taxa de expediente, bem assim ao material destinado á navegação de rios, importado por empresas de exploração agricola ou industrial.

6.º A's folhas estampadas e aos accessorios para a fabricação de latas para manteiga, banha e toucinho, quando directamente importados pelos productores destes artigos, que pagarão 5 % de expediente.

7.º Ao material importado por individuos ou empresas que se propuzerem a fazer installação de fabrica de conserva de peixe, mariscos, legumes e fructas, e a realizar a cultura racional e economica do café, cacão, fumo, algodão, canna de assucar, arroz, cevada, alfafa, trigo e fibras textis, animaes e vegetaes, e a proceder ao seu beneficiamento em installações centraes, convenientemente montadas, promovendo tambem o Presidente da Republica, junto ás estradas de ferro federaes e ás companhias de navegação subvencionadas ou de qualquer outra forma auxiliadas pelo Estado, uma redução razoavel nas tarifas de transporte para os productos beneficiados nesses estabelecimentos.

8.º A quaesquer machinismos e instrumentos importados pelos Estados, municipios e particulares, que se destinem ás suas fabricas

de sericicultura, desde que empreguem na fiação e tecelagem unicamente casulos de produção nacional.

9.º A requisição dos governos dos Estados, dos municípios e do Districto Federal, pagando 5 % de expediente, ao material importado para ser applicado pelos mesmos em suas obras, feitas por administração ou contracto, e que tenham por fim o saneamento, embelezamento, abastecimento de agua; ao material metallico para rede de exgottos; ao material para calçamento, inclusive britadores, motores respectivos e rolos ou compressores para macadamização, melhoramentos e conservação de barras e portos, construção de fornos para incineração do lixo, pontes, iluminação, estradas de ferro e viação electrica, inclusive o que se destinar ao desenvolvimento de força para estes fins; ao destinado a laboratorios de analyses; ao material para colonias correccionaes e casas de prisão com trabalho; aos animaes e material destinados aos corpos de policia e de bombeiros; ao mobiliario escolar importado pelos governos estaduais ou municipaes, o qual terá pelas Alfandegas transitio livre de direitos, isento de quaesquer despezas, inclusive capatazias, armazenagens ou quaesquer outras contribuições, salvo a taxa de expediente que é reduzida a 1 %; ao material necessario á praticagem de portos e á desobstrução de baixios e canaes.

A mesma isenção e para os mesmos fins poderá ser concedida pelo Governo da União para serviços de sua competencia.

10. Aos canos e a todo material ceramico necessario para serviço de exgoto nos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Santa Catharina, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná, na cidade de Nitheroy, no Estado do Rio de Janeiro, e nas capitães dos Estados da Parahyba e do Espirito Santo.

11. A's machinas de elevação de agua, de qualquer systema, comprehendido o respectivo motor; aos cataventos, poços tubulares, bombas, encanamentos e mais accessorios destinados ao abastecimento de agua nos diversos municipios do Estado do Ceará e nos que forem flagellados pela secca, e que forem importados pelas respectivas camaras com o fim de entregal-os á servidão publica; igual favor será concedido á pessoa que os importar por sua conta e para seu uso, nos referidos Estados.

A dispensa dos direitos, nesses casos, incluindo o de expediente, será solicitada ao Ministro da Fazenda pelos intendentes municipaes.

12. Aos motores, carburadores, fogões, fogareiros, lampadas de quaesquer utensilios que utilizem como combustivel o alcool puro, carburetado ou desnaturado, pagando 10 % de expediente.

13. Aos animaes destinados aos jardins zoologicos e aos que forem importados para exhibições zoologicas e scientificas.

Paragraphe unico. Os animaes de que trata este numero, uma vez mortos, serão entregues aos museus das respectivas circumscrições.

14. Aos objectos importados pelos governos dos Estados para as colonias indigenas e civilização dos indios.

15. Aos appparelhos, machinas e instrumentos agricolas destinados ás fazendas e aos campos de experimentação estabelecidos pelos Estados.

16. Aos pratinhos de betume destinados a alvos volantes ou espheras de vidro para o mesmo fim, importados pelos clubs de tiro ao alvo, bem como aos cartuchos carregados, destinados ao referido sport, pagando apenas 2 % de expediente.

17. As quartolas e aos barris novos e desmontados, destinados ao acondicionamento de vinho nacional, que forem importados por syndicatos agricolas ou outros productores e por xarqueadores para o acondicionamento de sebo ou graxa. Os syndicatos, nesta hypothese, tambem ficam sujeitos ás penalidades do paragrapho unico do art. 3º desta lei.

18. Aos machinismos e accessorios destinados ao estabelecimento de fabricas de ferro esmaltado e cimento.

19. Ao material importado por individuos ou associações que se proponham a construir, nesta Capital e nas cidades de população superior a 50.000 habitantes, casas hygienicas para proletarios, contando que se obriguem os ditos individuos e associações, por contracto, que assignarão no Thesouro Nacional, a alugar taes habitações por preços modicos, segundo condições e tabellas que o Governo fixará, exercendo a devida fiscalização em todas as phases dessa concessão.

Essa concessão só se tornará effectiva nos municipios que concederem isenção de imposto predial por 10 annos.

20. Ao material que os Clubs Militar e Naval importarem, destinados á construcção dos respectivos edificios na Avenida Central.

21. Ao material importado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre para construcção do edificio do Gymnasio que mantem.

22. Ao material e objectos destinados á installação dos hotéis a que se refere o decreto legislativo do Districto Federal n. 1160, de 23 de dezembro de 1907, podendo estender o mesmo favor a estabelecimentos da mesma natureza, que se fundem nos Estados e gozem de iguaes favores estaduais e municipaes. O plano dos hotéis deve tambem ser submettido á approvação do Governo Federal.

23. Aos marmores destinados ao monumento commemorativo do quarto centenario do descobrimento do Brazil, erigido em Nitheroy pelos padres Salesianos.

24. Aos pulverisadores e enxofradores e ao enxofre em pó, ao sulfato de cobre e aos preparados de saes de cobre, quando destinados á viticultura e importados por viticultores ou syndicatos agricolas.

XII. A regular as isenções de direitos, introduzindo as medidas que forem necessarias para acautelar os interesses da Fazenda

Publica, e no sentido de por em execução o art. 12 da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903 ⁽⁵⁾, e o art. 8º do decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1899 ⁽⁶⁾.

XIII. A adoptar para a borracha exportada do Acre uma taxa movel, baseada no preço do producto e em que o direito actual possa ser reduzido até 14 %, em favor dos productores que se constituírem em syndicato, na forma da lei n. 979, de 6 de janeiro de 1903 ⁽⁷⁾.

XIV. A não admittir a despacho nas Alfandegas os cognacs e armagnacs, que contiverem mais de cinco grammas de impurezas toxicas (etheres da serie graxa, furfurol, alcools superiores, etc.), de que trata o art. 11 da lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898 ⁽⁸⁾, por 1.000 grammas de alcool a 100 grãos, ou duas grammas e 50 centigrammas por 1.000 grammas de alcool a 50 grãos.

XV. A desmonetizar as moedas de prata de antigo cunho, do valor de \$500, 1\$ e 2\$, substituindo-as por moedas de novo cunho, podendo fixar os prazos dentro dos quaes se deverá operar a substituição.

(5) Lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903 — (Orçamento da receita para o exercício de 1904):

Art. 12. Nos contractos de fornecimento que o Governo tiver de celebrar na vigencia desta lei, fica-lhe vedado inclinar a clausula de isenção de direitos aduaneiros para material importado e nem lhe será permitido despachar, com essa immunidade, ainda que em seu nome, esse material.

(6) Decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1899 — (Regula e fiscalisa as concessões de isenção de direitos de importação ou consumo):

Art. 8.º Sejam quaes forem os termos das leis, decretos ou contractos que estabeleçam ou autorizem isenções de direitos de importação ou consumo e de expediente, taes isenções em caso algum poderão comprehendêr:

1.º Os generos, mercadorias e objectos que tiverem similares manufacturados de produção nacional, dos quaes houver fabricas montadas na Republica, abastecendo os mercados em quantidades sufficientes para o consumo; de modo a serem taes generos facilmente encontrados dentro do paiz;

2.º As materias primas que estiverem nas mesmas condições.

(7) Lei n. 979, de 6 de janeiro de 1903 — (Faculta aos profissionais da agricultura e industrias rurais a organização de syndicatos para defesa de seus interesses.)

(8) Lei n. 559, de 31 de dezembro de 1898 — (Orçamento da receita para o exercício de 1899):

Art. 11. Serão condemnados, por nocivos á saúde, os cognacs, whiskys, rhums, genebras e outras bebidas alcoolicas importadas, naturaes ou de imitação, que contiverem mais de tres grammas (cifra global) de impurezas venenosas, aldehydos, ethers da serie graxa, furfurol, alcools superiores, acido acetico, etc.) por 1.000 grammas de alcool a 100º, ou uma gramma e 50 centigrammas das mesmas por 1.000 grammas de alcool a 50º.

XVI. A rever a Tarifa das Alfandegas pela fórmula que julgar conveniente, submettendo a revisão feita á approvação do Congresso Nacional.

XVII. A modificar o regulamento para a fiscalização e cobrança do imposto de transporte, especialmente no que se refere á letra b do art. 3º e no sentido de tornar o imposto de transporte mais equitativo e proporcional ao preço das passagens.

XVIII. A expedir novo regulamento para a cobrança do consumo de agua fornecida aos predios da Capital Federal, ficando as respectivas taxas dentro dos limites estipulados no art. 1º, § 4º, da lei n. 2639, de 22 de setembro de 1875 ⁽⁹⁾, e § 1º, art. 7º, da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 ⁽¹⁰⁾, de modo que não sejam augmentadas as taxas actualmente cobradas.

XIX. A instituir a competente fiscalização dos estabelecimentos bancarios e instituições congêneres, expedindo os respectivos regulamentos.

XX. A entrar em accôrdo:

a) com os governos das Republicas do Uruguay e do Paraguay, no sentido de liquidar os respectivos debitos para com o Brazil;

b) com os governos dos Estados productores de areias monazíticas, afim de regularizar a sua exploração e o seu commercio.

(9) Lei n. 2639, de 22 de setembro de 1875 — (Autoriza o Governo a despendar até a quantia de 19.000:000\$ com as desapropriações e obras necessarias ao abastecimento d'agua á Capital do Imperio):

Art. 1.º E' autorizado o Governo para despendar a quantia de dezoito mil contos de réis com as desapropriações e obras necessarias ao abastecimento d'agua á Capital do Imperio, observadas as seguintes condições:

§ 4.º As referidas taxas (*estabelecidas para o supprimento d'agua ás casas de habitação e edificios de qualquer natureza* (terão por base o valor locativo dos predios, serão adicionadas á decima urbana e graduadas até o maximo de 120\$ annuaes, devendo decrescer logo que produzam juro superior a 6 % e mais 1 % sobre o capital ainda não amortizado.

(10) Lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 — (Orçamento da receita para o exercicio de 1898):

Art. 7.º Para o pagamento do consumo da agua desta Capital serão os predios urbanos divididos em duas classes:

Predios de 1ª classe são os de aluguel superior a 2:400\$ annuaes e os de 2ª classe aquelles cujo aluguel não exceda aquella quantia.

Os predios de 1ª classe pagarão a taxa annual de 54\$ e os de 2ª pagarão a de 36\$000.

§ 1.º Os estabelecimentos de educação, os de beneficencia e respectivos hospitaes, as congregações civis ou religiosas e casas de saúde que actualmente não gozam de isenção da taxa acima, hem assim as estalagens, pagarão, segundo o consumo verificado por hydrometro, a razão de 100 réis por metro cubico; as casas de banhos, as cocheiras e quaesquer estabelecimentos em que o consumo seja proveniente de uso industrial pagarão, pelo mesmo modo, á razão de 150 réis por metro cubico.

XXI. A reformar a tabella dos emolumentos consulares approvada pelo decreto n. 2832, de 14 de março de 1898.

XXII. A effectuar nas estradas de ferro federaes o transporte gratuito da moeda de cobre destinada a ser recolhida, desde que seja remettida a uma repartição fiscal federal.

XXIII. A abrir os creditos necessarios para dar execução ao art. 5.º da lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894 ⁽¹¹⁾.

Art. 3.º E' concedida plena isenção de direitos, inclusive os de expediente e quaesquer outras taxas de qualquer especie, ao gado de cria vaccum, cavallar, asinino, ovelhum e caprino.

Paragrapho unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a fixar a porcentagem de reproductores, que deve conter cada grupo de gado de cria importado.

Art. 4.º Continúa em vigor a isenção de direitos aduaneiros, de que trata o n. 6 da rubrica XIII do art. 3.º da lei n. 1837, de 30 de dezembro de 1906 ⁽¹²⁾, referente aos clubs de regatas.

Art. 5.º São autorizadas as mesas de rendas federaes da fronteira a despachar objectos conduzidos por passageiros em suas bagagens, os quaes, não podendo ser considerados de commercio e estando dispensados de factura consular, são sujeitos a direitos, desde que o valor dos mesmos não exceda de 320\$, sendo, si exceder, remettidos á alfandega mais proxima.

(11) Lei n. 265, de 24 de dezembro de 1894 — (Orçamento da receita para o exercicio de 1895):

Art. 5.º O Governo da União continuará a arrecadar os impostos de transmissão de propriedade e de industrias e profissões no Districto Federal para com elles fazer face ás despesas com os serviços da Municipalidade actualmente a cargo da União e com a metade das despesas que por lei competem á mesma Municipalidade.

Findo o exercicio, o Thesouro liquidará as contas destes serviços e entregará o saldo, si houver, á Municipalidade do Districto Federal, ou receberá della a differença entre a arrecadação e o total das despesas feitas.

(12) Ha engano de citação. Não é a lei n. 1837, mas a de n. 1616, de 30 de dezembro de 1906 — (Orçamento da receita para o exercicio de 1907):

Art. 3.º E' o Presidente da Republica autorizado :

XIII.— A conceder isenção de direitos aduaneiros:

6.º A's embarcações de remo e vela destinadas exclusivamente ao sport nautico, com bancos moveidos e seus accessorios, remos, velas, forquetas, croques, braçadeiras, mastros, macas, cannas de leme, guarda-patrões, fios de barcas para adriças e escotas, importados directamente pelos clubs de regatas.

Art. 6.º Continúa em vigor o art. 3.º da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905 ⁽¹³⁾, assim modificado :

Pagaráo sómente 2 % de expediente, além dos artigos mencionados no art. 2.º § 33, das Preliminares da Tarifa, do fio (arame) liso, galvanizado ou não, n. 7, para cercas, e n. 14 para enfiar algodão, forragens e outros productos agricolas, do fio proprio para empa de videiras, mais os seguintes:

1º, locomotivas agricolas ; 2º, valvulas de borracha para bomba de ar e para outras machinas de qualquer fôrma ou feitiço ; 3º, telas de arame, de cobre ou de latão, cones de papelão ou de couro para turbinas e peças componentes de baterias de diffusão ; 4º, escovas de arame, ferro ou latão, ou raspadeiras para limpeza de tubos ; 5º, manómetros para indicar pressão de vapor e de vacuo, indicadores de temperaturas ; 6º, tubos de cobre, ferro ou latão, para caldeira e para aparelhos de concentração e evaporação ; 7º, moinhos para quebrar e pulverizar assucar ; 8º, crivos e seus supportes e

(13) Lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905 — (Orçamento da receita para o exercicio de 1906) :

Art. 3.º Pagaráo sómente 5 % *ad valorem* da impostos de importação : 1º, locomoveis agricolas ; 2º valvulas de borracha para bomba do ar e para outras machinas de qualquer fôrma ou feitiço ; 3º telas de arame de cobre ou latão, cones de papelão ou couro para turbinas e peças componentes de baterias de diffusão ; 4º, escovas de arame, ferro ou latão, ou raspadeiras para limpeza de tubos ; 5º, manómetros para indicar pressão de vapor e de vacuo, indicadores de temperatura ; 6º, tubos de cobre, ferro ou latão para caldeira e para aparelhos de concentração e evaporação ; 7º, moinhos para quebrar e pulverisar assucar ; 8º, crivos e seus supportes e travessões para fornalhas ; 9º, tachos, moendas e engrenagens com os seus accessorios ; 10, aparelhos de movimento ou transmissão, comprehendendo polias, eixos, mancas, luvas, chavetas, aneis e collares de suspensão ; 11, trilhos com todos os seus accessorios, grampas, chapas de junção, parafusos, desvios, contra-trilhos, cruzamento ou corações, agulhas para desvios e aparelhos para manobras ; 12, locomotivas e vagões com seus accessorios ; 13, alambiques e columnas distillatorias com seus accessorios ; 14, fôrmas e passadeiras, crystalizadores para purgar e refinar assucar e cal especial para fabrica ção ; 15, bombas de ferro ou outro metal para qualquer liquido ou massa, ou abastecimento de agua quente ou fria ; 16, vidros e tubos de vidro para aparelhos de evaporação e concentração, para indicadores de nivel de agua ou outro liquido dentro dos aparelhos ou caldeiras ; 17, arame farpado e o ovalado, sendo este ultimo das seguintes dimensões : 18×16 e 19×17, inclusive moirões de ferro ou aço para cercas e os respectivos esticadores ; 18, os desnaturantes e carburantes do alcool ; 19, os toneis de ferro, estanhados, para o transporte de alcool, e os aparelhos destinados ás applicações industriaes do alcool ; 20, ferramentas, enxadas e foices destinadas á lavoura ; quando os machinismos, aparelhos e objectos acima discriminados forem importados por syndicates agricolas ou directamente pelos agricultores, gerentes de empresas agricolas, proprietarios de campos de criação e bem assim pelos Governos dos Estados e dos municipios :

(O paragrapho unico desse artigo deixa de ser transcripto, por ser identico ao paragrapho unico do art. 6º da presente lei, com o qual se relaciona esta nota.)

travessão para fornalhas ; 9º, taxas, moendas e engrenagem com os seus accessorios ; 10,apparellhos de movimento ou transmissão, comprehendendo polias, eixos, mancaes, luvas, chavetas, anneis e collares de suspensão ; 11, trilhos com todos os seus accessorios, grampos, chapas de junção, parafusos, desvios, contra-trilhos, cruzamentos ou corações, agulhas para desvios e apparelhos de manobral-os ; 12, locomotivas e vagões com seus accessorios ; 13, alambiques e columnas destillatorias com seus accessorios ; 14, fôrmas e passadeiras, crystalizadores para purgar e refinar assucar e cal especial para fabricação ; 15, bombas de ferro ou outro metal para qualquer liquido ou massa, ou abastecimento de agua quente ou fria ; 16, vidros e tubos de vidro para apparelhos de evaporação e concentração, para indicadores de nível de agua ou de outro liquido dentro dos apparelhos ou caldeiras ; 17, arame farpado e ovalado, sendo este ultimo das seguintes dimensões: 18 x 16 e 19 x 17, inclusive grampos, moirões de ferro ou aço para cercas e os respectivos esticadores ; 18, os desnaturantes e carburetantes de alcool ; 19, os toneis de ferro, estanhados, para o transporte do alcool e os apparelhos destinados ás applicações industriaes do alcool ; 20, productos chimicos para a fabricação do assucar como o bisulphito de cal e sulphitos impuros ; 21, ferramentas, enxadas e foices, destinadas á lavoura ; quando os machinismos, apparelhos e objectos acima discriminados forem importados por syndicatos agricolas ou directamente pelos agricultores, gerentes de empresas agricolas, proprietários de campos de criação, bem assim pelos Governos dos Estados e municipios.

Paragrapho unico. Provado que o syndicato, prevalecendo-se do favor da lei, importou qualquer dos objectos mencionados, com a redução do imposto, para vendel-o ou cedel-o a pessoa estranha á associação, será imposta a multa de 3:000\$ aos importadores, sendo pelo pagamento responsaveis solidariamente os associados.

No caso de reincidencia, a multa será no dobro e o syndicato será dissolvido por acto da administração publica.

Art. 7.º O despacho das mercadorias de que trata o art. 3º da lei n. 1452, de 1905, com as modificações desta, será autorizado pelos inspectores das repartições aduaneiras, precedendo a prova da qualidade de importador, sendo os mesmos funcionarios tambem competentes para conceder a 'senção de que trata o decreto n. 1686, de 12 de agosto de 1907 ⁽¹⁴⁾, quando as referidas

(14) Decreto n. 1686, de 12 de agosto de 1907 :

E' assim concebido :

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancione a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica em inteiro vigor a disposição do art. 2º, § 36, das Preliminares da tarifa das Alfandegas e tambem isentas de pagamento da taxa de expediente as mercadorias a que se refere o citado artigo.

mercadorias forem importadas por syndicatos agricolas ou directamente pelos agricultores, gerentes de empresas agricolas, proprietarios de campos de criação, bem assim pelos Governos dos Estados e municipios nos termos do paragrapho unico do art. 6º desta lei.

Art. 8.º Ficam isentos de emolumentos e sellos, nos consulados, todos os documentos relativos a despachos dos navios e vapores brasileiros, que explorem o serviço de navegação entre portos estrangeiros ou entre portos estrangeiros e nacionaes.

Paragrapho unico. Gosarão da isenção deste artigo tambem os despachos das mercadorias a transportar pelos navios e vapores a que se refere o referido artigo, mercadorias que, no entanto, continuam sujeitas aos emolumentos e sellos das facturas consulares.

Art. 9.º As disposições relativas aos favores concedidos ás sociedades de agricultura, no que respeita a isenções de direitos, franquia postal, etc., comprehendem tambem os congressos scientificos e industriaes e as exposições.

Art. 10. Para o despacho nas alfandegas da Republica sobre o ouro amoeado ou em barra para o exterior, poderá o Governo estabelecer uma taxa de sello proporcional até 5 %, si as condições do mercado o exigirem.

Paragrapho unico. Exceptua-se desta disposição o ouro exportado directamente pelas companhias de mineração e por ellas extrahido de suas minas.

Art. 11. Continúa em vigor o art. 14 da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906, que creou o imposto de consumo interno:

De 1\$500 por kilo de manteiga de produção nacional que não seja de leite puro ;

De 640 réis por kilo de banha artificial (similares da banha), de produção nacional.

§ 1.º Este imposto será cobrado na forma dos regulamentos vigentes e das instruções que forem expedidas pelo Governo.

§ 2.º A manteiga e a banha, de que trata este artigo, só poderão ser expostas ao consumo, tendo nas respectivas latas ou quaes-

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.»

Essas mercadorias são as seguintes :

Machinismos para lavoura, nos termos do art. 424 §§ 27 e 28 da Consolidação das Leis das Alfandegas, e os que forem destinados a engenhos centraes, os materiaes de custeio e as peças sobresalentes: os machinismos, seus sobresalentes e tambem os materiaes de custeio de mineração, importados directamente pela lavoura ou pelas empresas de mineração, para consumo proprio. As empresas que tiverem importado machinismos e materiaes para uso alheio ficarão sujeitas á multa do dobro dos direitos segundo a tarifa.

Nos materiaes do custeio se comprehendem somente as substancias chimicas, os explosivos, os metalloides e metaes simples e o material de extracção e transporte na mina, necessarios aquelles trabalhos.

quer outros envoltórios a declaração de modo visível de «man-teiga artificial» e «banha artificial».

§ 3.º Os productos nocivos á saúde não poderão ser entregues ao consumo.

§ 4.º Serão apprehendidos e inutilizados os productos que não contiverem o rotulo de que trata o § 2º, precedendo a necessaria analyse.

§ 5.º Aos infractores applicar-se-hão as penas de 1:000\$ a 5:000\$, e o dobro nas reincidencias, sem prejuizo das penas criminaes em que incorrerem, sendo taes multas cobradas executivamente, na fórma dos regulamentos vigentes.

Art. 12. Nas estradas de ferro da União far-se-ha o transporte gratuito de alienados que se destinem aos manicomios mantidos ou subsidiados pela União ou pelos Estados.

§ 1.º A concessão do transporte gratuito dependerá de requisição dos chefes de Policia dos Estados ou do Districto Federal ao director da estrada.

§ 2.º Só se concederá o transporte gratuito para os enfermos que tenham de ser gratuitamente tratados, em virtude do seu estado de pobreza, nos manicomios a que se refere este artigo.

Art. 13. Continuam em vigor o art. 9º da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906 ⁽¹⁵⁾, bem assim o art. 15 da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902 ⁽¹⁶⁾, estendida a sua disposição á Estrada de Ferro

(15) Lei n. 1616 de 30 de dezembro de 1906) — (Orçamento da receita para o exercicio de 1907) :

Art. 9.º Ficam comprehendidos no § 32 do art. 2º das Disposições Preliminares da Tarifa os livros de propaganda escriptos em lingua estrangeira, que se occuparem exclusivamente do Brazil.

Assim reza o art. 2º das Disposições Preliminares da Tarifa :

« Será concedida isenção de direitos de consumo, mediante as cautelas fiscaes que o inspector da alfandega ou o administrador da Mesa de Rendas julgar necessarias, ás seguintes mercadorias e objectos :

§ 32. A's obras de arte, de pintura, esculptura e semelhantes, produzidas por artistas nacionaes fora do paiz e que forem importadas na Republica, bem como as obras de igual natureza, de autores estrangeiros, introduzidas por estabelecimentos de instrucção de bellas-artes existentes na Republica e as que forem julgadas de utilidade immediata para o estudo e modelo e contribuirem para o progresso e desenvolvimento da arte nacional.»

A esses objectos é concedida igualmente isenção da taxa de expediente de 10 0/0, *ex-vi*do art. 5º das mesmas Disposições da Tarifa.

(16) Lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902— (Orçamento da receita para o exercicio de 1903) :

Art. 15. A tarifa actual sobre o milho— 400 reis por sacco de 62 1/2 kilogrammas, na Estrada de Ferro Central— applica-se a todos os outros cereaes.

Oeste de Minas; o art. 18 da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905 ⁽¹⁷⁾; e o art. 13 da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906 ⁽¹⁸⁾, que manda prorogar o prazo de que trata o art. 20 da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903.

Art. 14. O despacho livre de direitos e da taxa de expediente dos animais destinados á reprodução e ao melhoramento das raças indígenas não depende de ordem prévia do Ministro da Fazenda.

Art. 15. Ficam isentas do imposto de sello as cambiaes emitidas pelo Banco do Brazil, as operações que realizarem os bancos de custeio rural, organizados sob a forma cooperativa de credito, bem assim as caixas rurais ou urbanas que se fundarem sob a

(17) Lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905 — (Orçamento da receita para o exercício de 1906) :

Art. 18. Continua em vigor a disposição do art. 6º da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, que se refere á tarifa differencial compensadora de compensações feitas a generos nacionaes, podendo a compensação estender-se aos seguintes artigos : machinas de escrever, caixas frigorificas, pianos, balanças e moinhos de vento.

O art. 6º da lei n. 1144, citada, é assim concebido :

«Continua em vigor a autorização dada ao Governo para adoptar uma tarifa differencial para um ou mais generos de produção estrangeira, podendo a redução attingir até o limite de 20 % e que seja compensadora de concessões feitas a generos de produção brasileira, como o café.»

(18) Lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906 — (Orçamento da receita para o exercício de 1907) :

Art. 13. Fica prorogado pelo exercício desta lei o prazo de que trata o art. 20 da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903.

O art. 20 da lei n. 1144, citada, é assim concebido :

«Fica prorogado até 31 de dezembro de 1904 o prazo para a execução do decreto n. 4697, de 12 de dezembro de 1902.»

Esse decreto assim dispõe :

«Art. 1.º Todos os fabricantes marcarão os seus productos com rotulo collado ou impresso, que deverá conter a denominação da fabrica ou o nome do fabricante e o lugar onde estiver situado o estabelecimento fabril, podendo ou não addicionar a expressão—Industria Nacional.

Art. 2.º Até 30 de junho vindouro poderão circular no commercio os productos que estiverem rotulados em desacordo com o artigo antecedente, não podendo, porém, a contar de 1 de fevereiro proximo, sahir das fabricas mercadoria alguma cujo rotulo não contenha os requisitos exigidos.

Paragrapho unico. Os fabricantes poderão utilizar-se dos rotulos que não estiverem nas condições do art. 1º, completando-os por meio de carimbo ou impresso.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.»

fôrma cooperativa de credito e sob a base da responsabilidade pessoal, solidaria e illimitada, visando mais facilitar e desenvolver o credito agricola do que lucros directos aos associados.

Paragrapho unico. O Governo expedirá regulamento no sentido de evitar que nesses institutos a isenção de sello se possa estender a outras operações que não áquellas que, exclusivamente, se referem ao custeio rural feito com os proprios accionistas.

Art. 16. Ficam dependentes da revisão das respectivas tarifas, a juizo do Governo Federal, as isenções de direitos para importação de material de que gozam as estradas de ferro, em virtude de disposição orçamentaria, não comprehendidas as que teem em consequencia dos respectivos contractos e por força da lei que regulou a concessão.

Art. 17. Continuam em vigor todas as disposições das leis dos orçamentos antecedentes, que não versarem particularmente sobre a fixação da receita e despeza, sobre autorização para marcar ou augmentar vencimentos, reformar repartições ou legislação fiscal e que não tenham sido expressamente revogadas.

Art. 18. Cabem ao Gymnasio de Santa Catharina as quotas de beneficio de loterias que a lei destinava ao extincto Gymnasio Catharinense, comprehendidas as vencidas e ainda não pagas.

As quotas de loterias destinadas á Instituição do Hospital de Lazaros, ao Lyceu de Artes e Officios e á Assistencia da Infancia Desamparada, no Estado do Maranhão, continuarão a ser entregues ao Governo do Estado para applicação, opportuna, ao seu criterio.

Art. 19. Permanece em vigor o art. 7.º da lei n. 1837, de 31 de dezembro de 1907 (19), reduzido a quatro mezes o prazo de 10 ahi concedido.

(19) Lei n. 1837, de 31 de dezembro de 1907 — (Orçamento da receita para o exercicio de 1908) :

Art. 7.º No prazo improrogavel de 10 mezes, os Ministerios da Viação, Exterior, Guerra, Marinha e Justiça e Negocios Interiores executarão o que se acha preceituado no art. 4.º da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900, quanto aos predios, proprios nacionaes, situados no Districto Federal e nos Estados, occupados por funcionarios publicos civis e militares que não tiverem direito, por força de lei, a nelles residirem. O Ministerio da Fazenda em seguida fará vender, mediante concorrência publica, aquelles que não forem necessarios ao serviço publico, applicando o producto, como determina a lei, ao fundo de amortização dos empréstimos internos.

E este o art. 4.º da citada lei n. 741 :

« Os Ministerios da Viação, Exterior, Guerra, Marinha e Justiça e Negocios Interiores deverão transferir ao da Fazenda todos os proprios nacionaes, terrenos e mais bens do dominio federal, a seu cargo e que não estejam applicados a serviços publicos federaes.

Paragrapho unico. Continuam em vigor as disposições da lei n. 658, de 28 de novembro de 1899.»

O Presidente da Republica informará ao Congresso em sua proxima reunião da execução deste preceito legal.

Art. 20. Pelo percurso nas linhas telegraphicas de ligação de estações fronteiriças brasileiras ás estações limitrophes pertencentes a administrações telegraphicas de outros paizes, será cobrada a taxa de um franco, ouro, por telegramma até 30 palavras e mais um franco, ouro, por grupo de 30 palavras ou fracção excedente.

Paragrapho unico. O Presidente da Republica entrará em accôrdo com essas administrações no sentido de ser estabelecida taxa identica para a correspondencia entre as estações fronteiriças estrangeiras e suas limitrophes brasileiras.

Art. 21. Ficam isentos do imposto de sello os requerimentos, certidões e mais documentos necessarios á habilitação de que trata o art. 2º do decreto n. 1687, de 13 de agosto de 1907 (20).

Art. 22. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2036 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:200\$, suplementar á verba 8ª—Secretaria da Camara dos Deputados, do art. 2º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 1:200\$,

(20) Decreto n. 1687, de 13 de agosto de 1907—(Concede vitaliciamente aos officiaes e praças de pret sobreviventes dos corpos de Voluntarios da Patria e da Guarda Nacional, e aos auditores de guerra e estudantes de medicina e pharmacia que serviram no Exercito e na Armada, por occasião da guerra do Paraguay, o soldo regulado pela tabella actualmente vigente e da outras providencias).

Art. 2º Para que os interessados possam perceber o soldo vitalicio que esta lei lhes assegura, é indispensavel que se mostrem habilitados com as respectivas patentes, baixas ou documentos equivalentes, assim como os actos expedidos pelas repartições dependentes dos Ministerios da Guerra, da Marinha e da Justiça, ou por certidões authenticas, isentas de sello, extrahidas das mesmas, ou de quaesquer outras repartições publicas, da União ou dos Estados.

supplementar á verba 8ª—Secretaria da Camara dos Deputados, do art. 2º da lei n. 1.841, de 31 de dezembro de 1907, sendo : 1:000\$, para pagamento de vencimentos e 200\$ para o de gratificação adicional de 20 % a um chefe de secção da secretaria da mesma Camara, dispensado do serviço com todos os vencimentos, inclusive a gratificação adicional de 20 %, em virtude da deliberação da Camara de 28 de novembro proximo findo ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2037 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:000\$, para pagamento da differença de vencimentos devida ao desembargador Manoel Pedro Alves Moreira Villaboim.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 7:000\$, para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos devida ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim, no periodo de 9 de setembro a 31 de dezembro de 1908, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1908, 20ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2038 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos extraordinarios de 7:887\$996 e 7:500\$ para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra e ao Dr. Joaquim Moreira da Silva, de differenças de vencimentos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores os creditos extraordina-

rios de 7:887\$096, para pagamento ao desembargador Guilherme Cordeiro Coelho Cintra e 7:500\$, para pagamento ao Dr. Joaquim Moreira da Silva, de diferenças de vencimentos a que teem direito até o fim do anno de 1908, em virtude de sentença judiciaria.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2039 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1908

Proroga por um anno, com todos os vencimentos, a licença em cujo gozo se acha o ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Alberto de Seixas Martins Torres.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' concedida ao Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, ministro do Supremo Tribunal Federal, prorrogação por mais um anno da licença, com todos os vencimentos, que lhe foi concedida pelo Congresso Nacional; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2040 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:498\$165, para pagamento de gratificação adicional a varios funcionarios da Secretaria da Camara dos Deputados.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:498\$165, para occorrer ao pagamento de gratificação adicional de 15 %, a um official e a um continuo da Secretaria da Ca-

mara dos Deputados, que completaram 10 annos de serviço, este no anno de 1906 e aquelle no de 1907, e da differença de 15 % a 20 % a um conservador da bibliotheca e a dous continuos da mesma repartição que completaram 15 annos de serviço, todos no anno de 1906, e a um official que no anno de 1909 completará igualmente 15 annos, tudo em virtude de deliberação da referida Camara, de 17 de dezembro de 1904.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1908, 20.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2041 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Manda computar, para o effeito de melhoria de reforma do 2º tenente machinista de 4ª classe Candido Joaquim de Almeida, o tempo que se verificar haver effectivamente servido como operario dos arsenaes de marinha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar computar, para o effeito de melhoria de reforma do 2º tenente machinista de 4ª classe Candido Joaquim de Almeida, o tempo que se verificar haver effectivamente servido como operario dos arsenaes de marinha.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908, 20.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 2042 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Mandar contar para a reforma dos officiaes da Armada o tempo em que pertenceram ao extincto Collegio Naval ou frequentaram o curso de preparatorios annexo á Escola Naval.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Aos officiaes da Armada que pertenceram ao extincto Collegio Naval ou que frequentaram o curso de preparatorios

annexo a Escola Naval será computado, para o effeito da reforma, esse tempo de serviço, desde que tenham tido aproveitamento em taes estabelecimentos de instrucção militar.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro. 31 de dezembro de 1908, 20.º da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 2043 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 4:008\$202, para occorrer ao pagamento de ordenados devidos ao escriptuario do Almoxarifado do extincto Arsenal de Marinha da Bahia, Francisco Coelho Moreira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 4:008\$202, para occorrer ao pagamento de ordenados devidos ao escriptuario do Almoxarifado do extincto Arsenal de Marinha da Bahia, Francisco Coelho Moreira, relativos ao periodo de 6 de janeiro de 1899 a 28 de janeiro de 1902; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro. 31 de dezembro de 1908, 20.º da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 2044 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Define a letra de cambio e a nota promissoria e regula as operações cambiaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

TITULO I

Da letra de cambio

CAPITULO I

DO SAQUE

Art. 1.º A letra de cambio é uma ordem de pagamento e deve conter estes requisitos, lançados, por extenso, no contexto:

I. A denominação «letra de cambio» ou a denominação equivalente na lingua em que for emitida.

II. A somma de dinheiro a pagar e a especie de moeda.

III. O nome da pessoa que deve pagal-a. Esta indicação pôde ser inserida abaixo do contexto.

IV. O nome da pessoa a quem deve ser paga. A letra pôde ser ao portador e tambem pôde ser emitida por ordem e conta de terceiro. O sacador pôde designar-se como tomador.

V. A assignatura do proprio punho do sacador ou do mandatario especial. A assignatura deve ser firmada abaixo do contexto.

Art. 2.º Não será letra de cambio o escripto a que faltar qualquer dos requisitos acima enumerados.

Art. 3.º Esses requisitos são considerados lançados ao tempo da emissão da letra. A prova em contrario será admittida no caso de má fé do portador.

Art. 4.º Presume-se mandato ao portador para inserir a data e o logar do saque, na letra que não os contiver.

Art. 5.º Havendo differença entre o valor lançado por algarrismo e o que se achar por extenso no corpo da letra, este ultimo será sempre considerado verdadeiro e a differença não prejudicará a letra. Diversificando as indicações da somma de dinheiro no contexto, o titulo não será letra de cambio.

Art. 6.º A letra pôde ser passada:

I. A' vista.

II. A dia certo.

III. A tempo certo da data.

IV. A tempo certo da vista.

Art. 7.º A época do pagamento deve ser precisa, uma e unica para a totalidade da somma cambial.

CAPITULO II

DO ENDOSSO

Art. 8.º O endosso transmite a propriedade da letra de cambio.

Para a validade do endosso, é sufficiente a simples assignatura do proprio punho do endossador ou do mandatario especial, no verso da letra. O endossatario pôde completar este endosso.

§ 1.º A clausula «por procuração», lançada no endosso, indica o mandato com todos os poderes, salvo o caso de restricção, que deve ser expressa no mesmo endosso.

§ 2.º O endosso posterior ao vencimento da letra tem o effeito de cessão civil. *de*

§ 3.º É vedado o endosso parcial.

CAPITULO III

DO ACCEITE

Art. 9.º A apresentação da letra ao acceite é facultativa quando certa a data do vencimento. A letra a tempo certo da vista deve ser apresentada ao acceite do sacado, dentro do prazo nella marcado; na falta de designação, dentro de seis mezes contados da data da emissão do titulo, sob pena de perder o portador o direito regressivo contra o sacador, endossadores e avalistas.

Paragrapho unico. O acceite da letra, a tempo certo da vista, deve ser datado, presumindo-se, na falta de data, o mandato ao portador para inseril-a.

Art. 10. Sendo dous ou mais os sacados, o portador deve apresentar a letra ao primeiro nomeado; na falta ou recusa do acceite, ao segundo, si estiver domiciliado na mesma praça; assim, successivamente, sem embargo da forma da indicação na letra dos nomes dos sacados.

Art. 11. Para a validade do acceite é sufficiente a simples assignatura do proprio punho do sacado ou do mandatario especial, no anverso da letra.

Vale, como acceite puro, a declaração que não traduzir inequivocamente a recusa, limitação ou modificação.

Paragrapho unico. Para os effeitos cambiaes, a limitação ou modificação do acceite equivale á recusa, ficando, porém, o acceitante cambialmente vinculado, nos termos da limitação ou modificação.

Art. 12. O acceite, uma vez firmado, não pôde ser cancellado nem retirado.

Art. 13. A falta ou recusa do acceite prova-se pelo protesto.

CAPITULO IV

DO AVAL

Art. 14. O pagamento de uma letra de cambio, independente do acceite e do endosso, pôde ser garantido por aval. Para

a validade do aval, é sufficiente a simples assignatura do proprio punho do avalista ou do mandatario especial, no verso ou no anverso da letra.

Art. 15. O avalista é equiparado áquelle cujo nome indicar; na falta de indicação, áquelle abaixo de cuja assignatura lançar a sua; fóra destes casos, ao acceitante e, não estando acceita a letra, ao sacador.

CAPITULO V

DA MULTIPLICAÇÃO DA LETRA DE CAMBIO

SECÇÃO I

DAS DUPLICATAS

Art. 16. O sacador, sob pena de responder por perdas e interesses, é obrigado a dar, ao portador, as vias de letra que este reclamar antes do vencimento, diferenciadas, no contexto, por numeros de ordem ou pela resalva, das que se extraviaram. Na falta da diferenciação ou da resalva, que torne inequivoca a unicidade da obrigação, cada exemplar valerá como letra distincta.

§ 1.º O endossador e o avalista, sob pena de responderem por perdas e interesses, são obrigados a repetir, na duplicata, o endosso e o aval firmados no original.

§ 2.º O sacado fica cambialmente obrigado por cada um dos exemplares em que firmar o acceite.

§ 3.º O endossador de dous ou mais exemplares da mesma letra a pessoas differentes, e os successivos endossadores e avalistas ficam cambialmente obrigados.

§ 4.º O deutor da letra expedida para o acceite é obrigado a entregal-a ao legitimo portador da duplicata, sob pena de responder por perdas e interesses.

CAPITULO VI

DO VENCIMENTO

Art. 17. A letra á vista vence-se no acto da apresentação ao sacado.

A letra, a dia certo, vence-se nesse dia. A letra, a dias da data ou da vista, vence-se no ultimo dia do prazo; não se conta, para a primeira, o dia do saque, e, para a segunda, o dia do acceite.

A letra a semanas, mezes ou annos da data ou da vista vence no dia da semana, mez ou anno do pagamento, correspondente ao dia do saque ou ao dia do acceite. Na falta do dia correspondente, vence-se no ultimo dia do mez do pagamento.

Art. 18. Sacada a letra em paiz onde vigorar outro calendario, sem a declaração do adoptado, verifica-se o termo do vencimento contando-se do dia do calendario gregoriano, correspondente ao da emissão da letra pelo outro calendario.

Art. 19. A letra é considerada vencida, quando protestada :

- I, pela falta ou recusa do acceite ;
- II, pela fallencia do acceitante.

O pagamento, nestes casos, continúa differido até ao dia do vencimento ordinario da letra, occorrendo o acceite de outro sacado nomeado ou, na falta, a acquiescencia do portador, expressa no acto do protesto, ao acceite na letra, pelo interveniente voluntario.

CAPITULO VII

DO PAGAMENTO

Art. 20. A letra deve ser apresentada ao sacado ou ao acceitante para o pagamento, no lugar designado e no dia do vencimento ou, sendo este dia feriado por lei, no primeiro dia util immediato, sob pena de perder o portador o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.

§ 1.º Será pagavel á vista a letra que não indicar a época do vencimento. Será pagavel, no lugar mencionado ao pé do nome do sacado, a letra que não indicar o lugar do pagamento.

E' facultada a indicação alternativa de logares de pagamento, tendo o portador direito de opção. A letra pôde ser sacada sobre uma pessoa, para ser paga no domicillio de outra, indicada pelo sacador ou pelo acceitante.

§ 2.º No caso de recusa ou falta de pagamento pelo acceitante, sendo dous ou mais os sacados, o portador deve apresentar a letra ao primeiro nomeado, si estiver domiciliado na mesma praça; assim successivamente, sem embargo da forma da indicação na letra dos nomes dos sacados.

§ 3.º Sobrevindo caso fortuito ou força maior, a apresentação deve ser feita, logo que cessar o impedimento.

Art. 21. A letra á vista deve ser apresentada ao pagamento dentro do prazo nella marcado ; na falta desta designação, dentro de 12 mezes, contados da data da emissão do titulo, sob pena de perder o portador o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.

Art. 22. O portador não é obrigado a receber o pagamento antes do vencimento da letra. Aquelle que paga uma letra, antes do respectivo vencimento, fica responsavel pela validade desse pagamento.

§ 1.º O portador é obrigado a receber o pagamento parcial, ao tempo do vencimento.

§ 2.º O portador é obrigado a entregar a letra com a quitação áquelle que effectua o pagamento; no caso do pagamento parcial, em que se não opéra a tradição do titulo, além da quitação em separado, outra deve ser firmada na propria letra.

Art. 23. Presume-se validamente desonerado aquelle que paga a letra no vencimento, sem opposição.

Paragrapho unico. A opposição ao pagamento é sómente admissivel no caso de extravio da letra, de fallencia ou incapacidade do portador para recebê-lo.

Art. 24. O pagamento feito pelo acceitante ou pelos respectivos avalistas desonera da responsabilidade cambial todos os co-obrigados.

O pagamento feito pelo sacador, pelos endossadores ou respectivos avalistas desonera da responsabilidade cambial os co-obrigados posteriores.

Paragrapho unico. O endossador ou o avalista, que paga ao endossatario ou ao avalista posterior, pôde riscar o proprio endosso ou aval e os dos endossadores ou avalistas posteriores.

Art. 25. A letra de cambio deve ser paga na moeda indicada. Designada moeda estrangeira, o pagamento, salvo determinação em contrario, expressa na letra, deve ser effectuado em moeda nacional, ao cambio á vista do dia do vencimento e do lugar do pagamento; não havendo no lugar curso de cambio, pelo da praça mais proxima.

Art. 26. Si o pagamento de uma letra de cambio não fôr exigido no vencimento, o acceitante pôde, depois de expirado o prazo para o protesto por falta de pagamento, depositar o valor da mesma, por conta e risco do portador, independente de qualquer citação.

Art. 27. A falta ou recusa, total ou parcial, de pagamento, prova-se pelo protesto.

CAPITULO VIII

DO PROTESTO

Art. 28. A letra que houver de ser protestada por falta de acceite ou de pagamento deve ser entregue ao official competente, no primeiro dia util que se seguir ao da recusa do acceite ou ao do vencimento, e o respectivo protesto tirado dentro de tres dias uteis.

Paragrapho unico. O protesto deve ser tirado do lugar indicado, na letra para o acceite ou para o pagamento. Sacada ou acceita a letra para ser paga em outro domicilio que não o do sacado, naquelle domicilio deve ser tirado o protesto.

Art. 29. O instrumento de protesto deve conter:

I, a data;

II, a transcripção litteral da letra e das declarações nella inseridas pela ordem respectiva;

III, a certidão da intimação ao sacado ou ao acceitante ou aos outros sacados, nomeados na letra para acceitar ou pagar, a resposta dada ou a declaração da falta da resposta.

A intimação é dispensada no caso do sacado ou acceitante firmar na letra a declaração da recusa do acceite ou do pagamento e, na hypothese de protesto, por causa de fallencia do acceitante;

IV, a certidão de não haver sido encontrada ou de ser desconhecida a pessoa indicada para acceitar ou para pagar. Nesta hypothese, o official affixará a intimação nos logares do estylo e, si possível, a publicará pela imprensa;

V, a indicação dos intervenientes voluntarios e das firmas por elles honradas;

VI, a acquiescencia do portador ao acceite por honra;

VII, a assignatura, com o signal publico, do official do protesto.

Paragrapho unico. Este instrumento, depois de registado no livro de protestos, deverá ser entregue ao detentor ou portador da letra ou aquelle que houver effectuado o pagamento.

Art. 30. O portador é obrigado a dar aviso do protesto ao ultimo endossador, dentro de dous dias, contados da data do instrumento do protesto e cada endossatario, dentro de dous dias, contados do recebimento do aviso, deve transmitti-lo ao seu endossador, sob pena de responder por perdas e interesses.

Não constando do endosso o domicilio ou a residencia do endossador, o aviso deve ser transmittido ao endossador anterior, que houver satisfeito aquella formalidade.

Paragrapho unico. O aviso póde ser dado em carta registrada. Para esse fim, a carta será levada aberta ao Correio, onde, verificada a existencia do aviso, se declarará o conteúdo da carta registrada no conhecimento e talão respectivo.

Art. 31. Recusada a entrega da letra por aquelle que a recebeu para firmar o acceite ou para effectuar o pagamento, o protesto póde ser tirado por outro exemplar ou, na falta, pelas indicações do protestante.

Paragrapho unico. Pela prova do facto, póde ser decretada a prisão do detentor da letra, salvo depositando este a somma cambial e a importancia das despezas feitas.

Art. 32. O portador que não tira, em tempo util e fôrma regular, o instrumento do protesto da letra, perde o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalistas.

Art. 33. O official que não lavra, em tempo util e fôrma regular, o instrumento do protesto, além da pena em que incorrer, segundo o Codigo Penal, responde por perdas e interesses.

CAPITULO IX

DA INTERVENÇÃO

Art. 34. No acto do protesto pela falta ou recusa do acceite, a letra póde ser acceita por terceiro, mediante a acquiescencia do detentor ou portador.

A responsabilidade cambial deste interveniente é equiparada á do sacado que acceita.

Art. 35. No acto do protesto, exceptuada apenas a hypothese do artigo anterior, qualquer pessoa tem o direito de intervir para effectuar o pagamento da letra, por honra de qualquer das firmas.

§ 1.º O pagamento, por honra da firma do acceitante ou dos respectivos avalistas, desonera da responsabilidade cambial todos os co-obrigados.

O pagamento, por honra da firma do sacador, do endossador ou dos respectivos avalistas, desonera da responsabilidade cambial todos os co-obrigados posteriores.

§ 2.º Não indicada a firma, entende-se ter sido honrada a do sacador; quando acceita a letra, a do acceitante.

§ 3.º Sendo multiplas as intervenções, concorram ou não co-obrigados, deve ser preferido o interveniente, que desonera maior numero de firmas.

Multiplas as intervenções pela mesma firma, deve ser preferido o interveniente co-obrigado; na falta deste, o sacado; na falta de ambos, o detentor ou portador tem a opção. É vedada a intervenção ao acceitante ou ao respectivo avalista.

CAPITULO X

DA ANNULLAÇÃO DA LETRA

Art. 36. Justificando a propriedade e o extravio ou a destruição total ou parcial da letra, descripta com clareza e precisão, o proprietario pôde requerer ao juiz competente do logar do pagamento, na hypothese de extravio, a intimação do sacado ou do acceitante e dos co-obrigados, para não pagarem a alludida letra, e a citação do detentor para apresental-a em juizo, dentro do prazo de tres mezes, e, nos casos de extravio e de destruição, a citação dos co-obrigados para, dentro do referido prazo, opporem contestação, firmada em defeito de forma do titulo ou, na falta de requisito essencial, ao exercicio da acção cambial.

Estas citações e intimações devem ser feitas pela imprensa, publicadas no jornal official do Estado e no *Diario Official* para o Districto Federal e nos periodicos indicados pelo juiz, além de affixadas nos logares do estylo e na bolsa da praça do pagamento.

§ 1.º O prazo de tres mezes corre da data do vencimento; estando vencida a letra, da data da publicação no jornal official.

§ 2.º Durante o curso desse prazo, munido da certidão do requerimento e do despacho favoravel do juiz, fica o proprietario autorizado a praticar todos os actos necessarios á garantia do direito creditorio, podendo, vencida a letra, reclamar do acceitante o deposito judicial da somma devida.

§ 3.º Decorrido o prazo, sem se apresentar o portador legitimado (art. 39) da letra, ou sem a contestação do co-obrigado

(art. 36), o juiz decretará a nullidade do título extraviado ou destruído e ordenará, em benefício do proprietario, o levantamento do deposito da somma, caso tenha sido feito.

§ 4.º Por esta sentença, fica o proprietario habilitado, para o exercicio da acção executiva, contra o acceitante e os outros co-obrigados.

§ 5.º Apresentada a letra pelo portador legitimado (art. 39) ou offerecida a contestação (art. 36) pelo co-obrigado, o juiz julgará prejudicado o pedido de annullação da letra, deixando, salvo a parte, o recurso aos meios ordinarios.

§ 6.º Da sentença proferida no processo cabe o recurso de agravo com effeito suspensivo.

§ 7.º Este processo não impede o recurso á duplicata e nem para os effeitos da responsabilidade civil do co-obrigado dispensa o aviso immediato do extravio, por cartas registradas endereçadas ao sacado, ao acceitante e aos outros co-obrigados, pela forma indicada no paragrapho unico do art. 30.

CAPITULO XI

DO RESAQUE

Art. 37. O portador da letra protestada pôde haver o embolso da somma devida, pelo resaque de nova letra de cambio, á vista, sobre qualquer dos obrigados.

O resacado que paga pôde, por seu turno, resacar sobre qualquer dos co-obrigados a elle anteriores.

Paragrapho unico. O resaque deve ser acompanhado da letra protestada, do instrumento do protesto e da conta de retorno.

Art. 38. A conta de retorno deve indicar:

I, a somma cambial e a dos juros legaes, desde o dia do vencimento;

II, a somma das despesas legaes: protesto, commissão, porte de cartas, sellos, e dos juros legaes, desde o dia em que foram feitas;

III, o nome do resacado;

IV, o preço do cambio, certificado por corretor ou, na falta, por dous commerciantes.

§ 1.º O recambio é regulado pelo curso do cambio da praça do pagamento, sobre a praça do domicilio ou da residencia do resacado; o recambio, devido ao endossador ou ao avalista que resaca, é regulado pelo curso do cambio da praça do resaque, sobre a praça da residencia ou do domicilio do resacado.

Não havendo curso de cambio na praça do resaque, o recambio é regulado pelo curso do cambio da praça mais proxima.

§ 2.º É facultado o cumulo dos recambios, nos successivos resques.

CAPÍTULO XII

DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES CAMBIAES

SECÇÃO I

DOS DIREITOS

Art. 39. O possuidor é considerado legitimo proprietario da letra ao portador e da letra endossada em branco.

O ultimo endossatario é considerado legitimo proprietario da letra endossada em preto, si o primeiro endosso estiver assignado pelo tomador e cada um dos outros, pelo endossatario do endosso, immediatamente anterior.

Seguindo-se, ao endosso em branco outro endosso, presume-se haver o endossador deste adquirido por aquelle a propriedade da letra.

§ 1.º No caso de pluralidade de tomadores ou de endossatarios, conjunctos ou disjunctos, o tomador ou o endossatario possuidor da letra é considerado, para os effeitos cambiaes, o credor unico da obrigação.

§ 2.º O possuidor, legitimado de accôrdo com este artigo, sómente no caso de má fé na aquisição, pôde ser obrigado a abrir mão da letra de cambio.

Art. 40. Quem paga não está obrigado a verificar a authenticidade dos endossos.

Paragrapho unico. O interveniente voluntario que paga fica subrogado em todos os direitos daquelle, cuja firma foi por elle honrada.

Art. 41. O detentor, embora sem titulo algum, está autorizado a praticar as diligencias necessarias á garantia do credito, a reclamar o acceite, a tirar os protestos, a exigir, ao tempo do vencimento, o deposito da somma cambial.

SECÇÃO II

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 42. Pôde obrigar-se, por letra de cambio, quem tem a capacidade civil ou commercial.

Paragrapho unico. Tendo a capacidade pela lei brasileira, o estrangeiro fica obrigado pela declaração, que firmar, sem embargo da sua incapacidade, pela lei do Estado a que pertencer.

Art. 43. As obrigações cambiaes são autonomas e independentes umas das outras. O signatario da declaração cambial, fica, por ella, vinculado e solidariamente responsavel pelo acceite e pelo pagamento da letra, sem embargo da falsidade, da falsificação ou da nullidade de qualquer outra assignatura.

Art. 44. Para os effeitos cambiaes, são consideradas não escriptas:

I, a clausula de juros:

II, a clausula prohibitiva do endosso ou do protesto, a excludente da responsabilidade pelas despesas e qualquer outra, dispensando a observancia dos termos ou das formalidades prescriptas por esta lei;

III, a clausula prohibitiva da apresentação da letra ao accete do sacado;

IV, a clausula excludente ou restrictiva da responsabilidade e qualquer outra beneficiando o devedor ou o credor, além dos limites fixados por esta lei.

§ 1.º Para os effeitos cambiaes, o endosso ou aval cancelado é considerado não escripto.

§ 2.º Não é letra de cambio o titulo em que o emittente exclue ou restringe a sua responsabilidade cambial.

Art. 45. Pelo accete, o sacado fica cambialmente obrigado para com o sacador e respectivos avalistas.

§ 1.º A letra endossada ao accitante pôde ser por este reendossada, antes do vencimento.

§ 2.º Pelo reendosso da letra, endossada ao sacador, ao endossado ou ao avalista, continuam cambialmente obrigados os co-devedores intermedios.

Art. 46. Aquelle que assigna a declaração cambial, como mandatario ou representante legal de outrem, sem estar devidamente autorizado, fica, por ella, pessoalmente obrigado.

Art. 47. A substancia, os effeitos, a forma extrinseca e os meios de prova da obrigação cambial são regulados pela lei do logar onde a obrigação foi firmada.

Art. 48. Sem embargo da desonerção da responsabilidade cambial, o sacador ou o accitante fica obrigado a restituir ao portador, com os juros legais, a somma com a qual se locupletou á custa deste.

A acção do portador, para este fim, é a ordinaria.

CAPITULO XIII

DA ACÇÃO CAMBIAL

Art. 49. A acção cambial é a executiva.

Por ella tem tambem o credor o direito de reclamar a importancia que receberia pelo resaque (art. 38).

Art. 50. A acção cambial pôde ser proposta contra um, alguns ou todos os co-obrigados, sem estar o credor adistricto á observancia da ordem dos endossos.

Art. 51. Na acção cambial, somente é admissivel defesa fundada no direito pessoal do réo contra o autor, em defeito de forma do titulo e na falta do requisito necessario ao exercício da acção.

CAPÍTULO XIV

DA RESCIPÇÃO DA ACÇÃO CAMBIAL

Art. 52. A acção cambial, contra o sacador, aceiteante e respectivos avalistas, prescreve em cinco annos.

A acção cambial contra o endossador e respectivo avalista prescreve em 12 mezes.

Art. 53. O prazo da prescripção é contado do dia em que a acção pôde ser proposta; para o endossador ou respectivo avalista que paga, do dia desse pagamento.

TÍTULO II

Da nota promissoria

CAPÍTULO

DA EMISSÃO

Art. 54. A nota promissoria é uma promessa de pagamento e deve conter estes requisitos essenciaes, lançados, por extenso, no contexto:

I, a denominação de «Nota promissoria» ou termo correspondente, na lingua em que for emitida;

II, a somma de dinheiro a pagar;

III, o nome da pessoa a quem deve ser paga;

IV, a assignatura do proprio punho do emittente ou do mandatario especial.

§ 1.º Presume-se ter o portador o mandato para inserir a data e logar da emissão da nota promissoria, que não contiver estes requisitos.

§ 2.º Será pagavel á vista a nota promissoria que não indicar a época do vencimento. Será pagavel no domicilio do emittente a nota promissoria que não indicar o logar do pagamento.

E' facultada a indicação alternativa de logar de pagamento, tendo o portador direito de opção.

§ 3.º Diversificando as indicações da somma do dinheiro, será considerada verdadeira a que se achar lançada por extenso no contexto.

Diversificando no contexto as indicações da somma de dinheiro, o titulo não será nota promissoria.

§ 4.º Não será nota promissoria o escripto ao qual faltar qualquer dos requisitos acima enumerados. Os requisitos essenciaes são considerados lançados ao tempo da emissão da nota promissoria. No caso de má fé do portador, será admittida prova em contrario.

Art. 55. A nota promissoria pôde ser passada:

- I, á vista ;
- II, a dia certo ;
- III, a tempo certo da data.

Paragrapho unico. A época do pagamento deve ser precisa e unica para toda a somma devida.

CAPITULO II

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 56. São applicaveis á nota promissoria, com as modificações necessarias, todos os dispositivos do titulo I desta lei, excepto os que se referem ao acceite e ás duplicatas.

Para o effeito da applicação de taes dispositivos, o emittente da nota promissoria é equiparado ao acceitante da letra de cambio.

Art. 57. Ficam revogados todos os artigos do titulo XVI do Codigo Commercial e mais disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2.045 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 9:405\$350, para pagamento ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim, em virtude de sentença judiciaria

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 9:405\$350, para occorrer ao pagamento devido ao desembargador Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim, em virtude de sentença judiciaria ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908, 20º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 2.046—DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Concede licença por nove mezes, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Amaro Cavalcanti para gozar-a onde lhe convier

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' concedida licença por nove mezes, com todos os vencimentos, ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Amaro Cavalcanti, para gozar-a onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908, 20.ª da Republica .

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2.047—DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito necessario para occorrer ao pagamento dos vencimentos dos funcionarios da Secretaria do Supremo Tribunal Federal

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito necessario para occorrer ao pagamento dos vencimentos dos funcionarios da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, calculados de accôrdo com a tabella annexa.

Art. 2.º E' igualmente autorizado a abrir ao mesmo Ministerio o credito extraordinario, na importancia de 80:000\$, para aquisição de mobiliarios, tapeçarias e outros objectos necessarios ao novo edificio do Supremo Tribunal Federal, de accôrdo com o orçamento organizado pelo engenheiro do referido Ministerio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908, 20.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

Tabella de vencimentos a que se refere o art. 1.^o do decreto numero 2.047, desta data

Categoria	Ordenado	Gratificação	Total
1 secretario.....	10:000\$000	5:000\$000	15:000\$000
1 sub-secretario.....	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000
2 officiaes.....	6:533\$333	3:266\$667	9:800\$000
9 amanuenses.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
1 bibliothecario.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
1 protocolista.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
1 archivista.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
1 porteiro-zelador....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
1 porteiro dos audi- torios.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
1 ajudante do porteiro	2:800\$000	1:400\$000	4:200\$000
10 continuos.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
12 serventes.....	—	—	1:800\$000

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908. — *Augusto Tavares de Lyra.*

DECRETO N. 2.048 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Presidente da Republica a aposentar o bacharel José Augusto de Oliveira, pretor da 13.^a pretoria do Districto Federal, com o ordenado do seu cargo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a aposentar o bacharel José Augusto de Oliveira, pretor da 13.^a pretoria do Districto Federal, com o ordenado do seu cargo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908. 20.^a da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 2.049 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Autoriza o Poder Executivo a conceder aos syndicatos ou cooperativas agricolas, que cultivarem trigo, a subvenção de 15:000\$000

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o E' concedida a qualquer syndicato ou cooperativa agricola que cultivar o trigo a subvenção annual de 15:000\$000.

Art. 2.^o Essa subvenção será paga em prestações trimestraes, durante o prazo de cinco annos.

Art. 3.º Sómente gozará dos favores desta lei o syndicato ou cooperativa que provar:

a) achar-se organizado de conformidade com a legislação vigente;

b) abranger a plantação do trigo uma área superior a 200 hectares;

c) manter na direcção da cultura do trigo um tecnico de reconhecida competencia e pratica comprovada.

Paragrapho unico. Será concedida tambem a subvenção do art. 1.º a quem estabelecer moinho hydraulico, a vapor ou do melhor systema, e moer, pelo menos, 4.000 hectolitros de trigo, colhido em lavoura propria.

Art. 4.º Quando se unirem cinco ou mais syndicatos ou cooperativas que satisfaçam as condições desta lei, para o fim especial de estabelecerem campos de experiencia e laboratorios aparelhados para o estudo de entomologia, phytopathologia, microbiologia physica, chimica e meteorologia agricola, perceberão conjunctamente, e por espaço de cinco annos, a subvenção annual de 20:000\$000.

Art. 5.º Ficam isentos de impostos aduaneiros as machinas e instrumentos agricolas apropriados ao arroteamento e amanho da terra e á colheita e beneficiamento dos respectivos productos, os adubos e insecticidas, as machinas e aparelhos destinados á purificação e á preparação de massas alimenticias e outros productos do trigo, as machinas e aparelhos destinados aos laboratorios, postos meteorologicos e campos de experiencia e demais instrumentos necessarios ao mesmo fim, quando importados para uso exclusivo dos syndicatos e cooperativas.

Paragrapho unico. Os importadores retirarão esses objectos mediante simples requerimentos aos inspectores das alfândegas e administradores das mesas de rendas.

Art. 6.º Um anno depois de posta em execução esta lei, providenciara o Governo para que do Estado onde existam syndicatos ou cooperativas para a cultura do trigo sejam os seus productos preferidos nas concorrências publicas federaes.

Art. 7.º O Presidente da Republica promoverá accôrdo com as estradas de ferro, empresas de navegação e outros meios de transporte para a redução dos fretes dos productos do trigo.

Art. 8.º As associações subvencionadas em virtude desta lei são obrigadas:

a) a prestar á Directoria Geral de Estatistica e aos Ministerios da Agricultura e da Fazenda as informações que lhes forem requisitadas;

b) a apresentar, annualmente, o relatorio dos trabalhos executados durante o anno, com minuciosas informações dos estudos realizados, das observações feitas e dos resultados colhidos;

c) a facilitar aos agricultores, que o solicitarem, a visita dos seus campos de cultura e laboratorios, prestando-lhes as informações e facultando-lhes os meios de adquirirem conhecimentos praticos sobre a cultura do trigo.

Art. 9.º O Presidente da Republica, no respectivo regulamento, estabelecerá as regras para a fiscalização das associações subvencionadas por força desta lei, podendo abrir os creditos necessarios para o seu cumprimento.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908, 20.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

LEI N. 2.050 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908

Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1909, e dá outras providencias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1909 é fixada na quantia de 330.352:780\$513, papel, e 75.390:271\$914, ouro, distribuida pelos respectivos Ministerios, na fórma abaixo:

Art. 2.º O Presidente da Republica é autorizado a despendere pelas repartições do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 36.315:661\$750, papel, e de 12:350\$, ouro:

	Ouro	Papel
1. Subsídio do Presidente da Republica.....	120:000\$000
2. Subsídio do Vice-Presidente da Republica.....	36:000\$000
3. Gabinete do Presidente da Republica.....	79:800\$0 00
4. Despesa com o Palacio do Presidente da Republica.....	101:440\$000
5. Subsídio dos Senadores.....	567:000\$000
6. Secretaria do Senado. Incluida no —Pes oal— a quantia de 42:280\$ para augmento de vencimentos ao pessoal effectivo, nos termos da resolução do Senado, de 19 de maio de 1908, e elevada de 21:007\$350 a 29:089\$204 a quantia destinada ao pagamento de gratificações adicionais, sendo: de 30 % ao director, ao vice-director, ao a udante do porteiro da secretaria e a um		

Ouro

Papel

continuo; de 25 % a dous officiaes; de 20 % a um official, ao porteiro do salão e a dous continuos, a um official, a partir de 3 de maio, a outro continuo, a partir de 4 de julho, e ainda a mais um continuo a partir de 21 de dezembro; de 15 % ao bibliothecario, a dous officiaes, sendo um até 2 de maio, ao ajudante do porteiro do salão, ao porteiro da secretaria a partir de 27 de fevereiro, e a dous continuos, sendo a um até 3 de julho e a outro até 20 de dezembro. Augmentada de 8:520\$, sendo : 3:960\$ para pagamento dos vencimento de um continuo dispensado do serviço por deliberação do Senado, de 3 de setembro de 1908; 600\$ para pagamento do accrescimo de vencimentos que teve, por deliberação do Senado de 22 de junho de 1908, um continuo já anteriormente dispensado do serviço e 3:960\$ para pagamento de vencimentos ao conservador da bibliotheca, logar creado por deliberação do Senado, de 3 de dezembro de 1908. Diminuida de 3:960\$ pela suppressão de um logar de continuo, em virtude de deliberação da mesma data. No — Material—: Reduzida de 1:000\$ a verba de 2:200\$ para aluguel de casa ao porteiro do salão. Augmentada de 46:200\$, sendo . 6:200\$ na consignaço--Conservação e limpeza do edificio e moveis, comprehendidos os salarios de 12 serventes —, destinando-se

Ouro

Papel

3:800\$ a completar a verba para pagamento destes salarios, em consequencia do augmento que tiveram por deliberação da Comissão de Policia, de 9 de junho de 1908, e 2:400\$ á conservação e limpeza do edificio e dos moveis; 36:000\$ para complemento da consignaço — Serviço tachygraphico, etc. — que, de accôrdo com a deliberação da Comissão de Policia, de 20 de dezembro de 1907, é paga durante os 12 mezes do exercicio á razão de 8:000\$ por mez, e 4:000\$ para renovação do fardamento do pessoal subalterno.

..... 544:948\$176

7. Subsidio dos Deputados. 1.908:000\$000

8. Secretaria da Camara dos Deputados— Includas no — Pessoal — as quantias: de 44:240\$ para augmento de vencimentos a diversos empregados, de accôrdo com a resolução da Camara, de 27 de dezembro de 1907; de 7:920\$ para vencimentos de mais dous continuos, á vista da resolução da Camara, de 28 de dezembro de 1907; de 3:960\$ para vencimentos de um ajudante de porteiro, logar creado em virtude de resolução da Camara, de 11 de agosto de 1905, e de 3:600\$ para vencimentos de um auxiliar da Secretaria, de accôrdo com a resolução da Camara, de 28 de dezembro de 1907. Supprimida a quantia de 6:600\$ de vencimentos de dous correios, logares extinctos.

Elevada de 23:270\$ a 32:784\$ a quantia destinada para

	Ouro	Papel
pagamento de gratificações addicionaes, sendo : 20 % ao director, quatro chefes de secção, dous officiaes, porteiros da secretaria e do salão, sete continuos, con- servador da bibliotheca e ajudante do porteiro, e de 15 % a tres officiaes e dous continuos. No —Material— Elevada de 15:000\$ a 19:500\$ a consignaço—Conservaço e limpeza do edificio, etc.— de accôrdo com a resolução da Camara, de 28 de dezem- bro de 1907, e de 125:100\$ a 208:800\$ a de — Serviço de stenographia — ficando assim redigida : <i>Serviço de stenographia</i> — Para paga- mento na razão de 17:400\$ mensaes, de accôrdo com a citada resolução. Augmen- tada de 14:400\$, sendo : 12:000\$ de vencimentos e 2:400\$ de gratificaço addi- cional para pagamento de vencimentos e de gratifica- ço a um chefe de secção dispensado do serviço em virtude de deliberação da Camara dos Deputados, de 28 de novembro de 1908....	652:472\$118
9. Ajuda de custo aos membros do Congresso Nacional.....	275:000\$000
10. Secretaria de Estado.....	460:253\$118
11. Gabinete do consultor geral da Republica.....,.,.,.	20:800\$000
12. Justiça Federal—Reduzida de 74:000\$, sendo: 23:000\$ no Material —do Supremo Tri- bunal, a saber: 9:000\$ na sub-consignaço —Gratifica- ço a dous auxiliares, em commissão, para o serviço especial da publicação da jurisprudencia, e 14:000\$ na sub-consignaço — Para a		

	Ouro	Papel
<p> aquisição e concerto de moveis, reposteiros e outros objectos; 28:000\$ no — Ma- terial — do Juizo Seccional do Territorio do Acre, na sub-consignação — Aluguel de casa, moveis, objectos de expediente, etc.; 7:200\$, no —Material — do Juizo Sec- cional do Estado de S. Paulo para completar a quantia de 12:000\$ destinada ao alu- guel de um predio para esse juizo, e 23:000\$ no — Material geral — na sub- consignação—Para alimen- tação, vestuario e transporte de presos pobres condem- nados pela justiça federal ou a sua disposição nos Estados </p>	1.398:666\$118
<p> 13. Justiça do Districto Federal— Reduzida de 2:400\$ a sub- consignação — Aluguel de salas destinadas ás audien- cias dos pretores urbanos. Augmentada de 30:000\$000 para pagamento dos desem- bargadores Guilherme Cor- deiro Coelho Cintra e Ma- noel Pedro Alvares Villa- boim e ao juiz Joaquim Mo- reira da Silva, cujas apo- sentadorias foram annul- ladas..... </p>	523:743\$050
<p> 14. Ajudas de custo a magistrados. </p>	14:000\$000
<p> 15. Policia do Districto Federal— Guarda civil—Pessoal de no- meação do chefe de policia. Elevada de 853:780\$ para o augmento de mais 200 guardas de 1ª classe e 200 de 2ª, e para gratificação de 25\$ mensaes a cada um dos 35 fiscaes e de 15\$ a cada um dos 21 ajudantes, de accôrdo com o decreto legislativo n. 1.872, de 29 </p>		

Ouro

Papel

de maio de 1908⁽¹⁾. Reduzida de 33:390\$, sendo: 3:300\$ no—Pessoal de nomeação do chefe de policia, visto como na proposta do Governo as diarias dos guardas anteriormente existentes estão calculadas na razão de 366 dias; e 30:000\$ no—material—da Policia, na sub-consignação—Alugueis de casas para secretaria, delegacias, estações e postos.

Colonia Correccional dos Dous Rios — Pessoal. Augmentada de 11:166\$, á vista da reorganização de que trata o citado decreto legislativo n. 1.872. Reduzida de 60:000\$ no—Material—na sub-consignação—Para continuação de obras no edificio.

Força Policial — Reduzida de 285:390\$, sendo: 249:630\$ no—Pessoal—na sub-consignação—Praças dos corpos e batalhões, pela redução de 200 soldados; 25:000\$ na sub-consignação—Remonta de animaes; 10:000\$ na sub-consignação—Construção de baías e reforma das existentes; e 730\$ nos—Reformados da Força Policial, por haver fallecido Pedro Manoel da Costa, praça reformada.....

	9.285:725\$894
16. Casa de Correção.....	284:584\$090
17. Guarda Nacional.....	35:100\$000
18. Junta Commercial.....	44:346\$118
19. Archivo Publico.....	108:296\$118
20. Assistencia a alienados.....	1.448:013\$448

(1) Decreto Legislativo n. 1872, de 29 de maio de 1908 — Reorganiza a Colonia Correccional dos Dous Rios e a Guarda Civil.

	Ouro	Papel
21. Directoria Geral de Saude Publica — Augmentada de 10:900\$, sendo: 10:000\$ no —Material—do Lazareto de Tamandaré, na sub-consignação — Para conservação dos edificios, concertos e reparo do material, etc., e 900\$ no material da Inspectoria do Porto de S. Paulo, na sub-consignação—Objectos de expediente, etc., e reduzida de 120:600\$, sendo: 40:600\$ na consignação—Hospitaes de isolamento nos Estados—e sub-consignação, para o serviço quarentenário e de desinfecção no Estado de Matto Grosso; e 80:000\$ no—Material geral na sub-consignação — Material para os serviços de prophylaxia de molestias infectuosas.		
Augmentada de 16:200\$ na consignação—Pessoal sem nomeação—do 3º Districto do Pará, para pagamento de diarias a um mestre, á razão de 10\$ por dia; de quatro foguistas, á de 6\$, e de quatro marinheiros, á de 4\$, todos da lancha onde está installado o appparelho Clayton.....	6.360:817\$	540
22. Faculdade de Direito de São Paulo.....	402:280\$	000
23. Faculdade de Direito do Recife	433:100\$	000
24. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....	817:392\$	236
25. Faculdade de Medicina da Bahia — Augmentada de 3:200\$, para gratificação ao substituto da 1ª secção, que está substituindo o cathedratico de anatomia descriptiva, na fórma do art. 30		

	Ouro	Papel
do decreto n. 3.890, de 1 de janeiro de 1901 ⁽²⁾	934:279\$329
26. Escola Polytechnica — Augmentada de 8:400\$ para pagamento de vencimentos, nos termos do decreto legislativo n. 1.878, de 10 de junho de 1908 ⁽³⁾ , a um sub-secretario, quatro amanuenses, um bibliothecario e um sub-bibliothecario. Diminuida de 3:600\$ pela extinção do logar de agente thesoureiro, <i>ex-vt</i> do art. 3º do Código dos Institutos Officiaes do Ensino Superior e Secundario.....	647:327\$052
27. Escola de Minas—Material—Augmentada de 500\$ a sub-consignação—«Iluminação, e reduzida de igual quantia a sub-consignação — «Modelos, desenhos, etc.».,	344:352\$000
28. Gymnasio Nacional—Elevada de 13:368\$ a 13:667\$ a consignação—«Gratificação adicional a lentes e professores do Internato». Reduzida de 20:000\$ no—Material — na sub-consignação—«Para occorrer ás despesas com o pessoal e material necessario ás turmas supplementares» ficando suspensa, durante o exercicio, a admis-		

(2) Decreto n. 3890, de 1 de janeiro de 1901 — Approva o Código dos Institutos officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores:

Art. 30. O lente substituto ou professor que, além do desempenho do seu cargo, reger cadeira ou aula, por impedimento ou falta do respectivo funcionario, terá direito a um acrescimo de vencimentos igual á gratificação deste.

(3) Decreto legislativo n. 1878, de 10 de junho de 1908 — Equipara os vencimentos do sub-secretario, dos amanuenses, do bibliothecario e do sub-bibliothecario da Escola Polytechnica aos dos funcionarios de igual categoria das Faculdades de Medicina.

	Ouro	Papel
são de alumnos gratuitos— Aumentada de 600\$ para pagamento de quotas ad- dicionaes aos lentes do In- ternato do Gymnasio Na- cional Drs. Francisco Pi- nheiro Guimarães e Fortu- nato da Fonseca Duarte...	734:708\$354
29. Escola Nacional de Bellas Artes	12:350\$000	183:952\$236
30. Instituto Nacional de Musica		272:812\$116
31. Instituto Benjamin Constant. —Aumentada de 70:200\$, para attender á elevação de vencimentos dos membros do corpo docente, em vir- tude do art. 13 da lei n. 1.617, de 30 de dezem- bro de 1906 (4).....	340:678\$118
32. Instituto Nacional de Surdos- mudos		133:239\$118
33. Bibliotheca Nacional — Au- gmentada na sub-consigna- ção—«Acquisição de livros, periodicos, etc.», de 36:000\$		

(4) Lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 — Orçamento da despesa para o exercicio de 1907 :

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o necessario credito para dar aos membros do corpo docente do Instituto Benjamin Constant o acrescimo de vencimentos que tiveram os lentes do Gymnasio Nacional, pela Lei n. 1500, de 1 de setembro de 1906, de conformidade com o art. 210 do decreto n. 408, de 17 de maio de 1890, combinado com o decreto legislativo n. 1299, de 19 de dezembro de 1904.

O decreto legislativo n. 1500, citado, elevou os vencimentos dos lentes das Escolas Polytechnica e de Minas, das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, de Direito do Recife e de S. Paulo e dos Gymnasios Nacionais e dos substitutos e professores das referidas escolas e faculdades.

O art. 210 do decreto n. 408, citado, dispõe:

«Os membros do corpo docente do Instituto gozarão dos direitos e vantagens de que actualmente gozam ou venham a gozar por lei os professores do Instituto Nacional de Instrução Secundaria.

O decreto legislativo n. 1299, citado, tornou extensivo aos professores e repetidores dos Institutos Benjamin Constant e Nacional de Surdos Mudos o acrescimo de vencimentos que tiveram os lentes do Gymnasio Nacional pelos decretos ns. 1075, de 22 de novembro de 1890, e 1194, de 28 de dezembro de 1892.

	Ouro	Papel
para, sem prejuizo das aquisições de outro genero, poderem ser compradas, no leilão da collecção numi- smatica que pertenceu a Julius Meili, as peças que forem mais necessarias...	294:012\$118
34. Museu Nacional.....	156:873\$118
35. Serventuarios do culto Catho- lico—Reduzida de 15:000\$	125:000\$000
36. Soccorros Publicos—Reduzida de 50:000\$ a consignação — «Para occorrer ás despezas provenientes de epidemias, fome, incendios, etc.» Desti- nada a quantia de 15:000\$ para auxiliar a civilisação dos indios, no Estado do Maranhão.....	246:000\$000
37. Obras — Augumentada de 200:000\$, para a conclusão das obras da Faculdade de Direito do Recife.....	750:352\$118
38. Corpo de Bombeiros.....	1.201:848\$140
39. Magistrados em disponibili- dade	300:000\$000
40. Serviço eleitoral.....	100:000\$000
41. Prefeitura, justiça e outras despezas no Territorio do Acre— Reduzida de 517:600\$, sendo : 50:000\$ no—Material — de cada uma das tres prefeituras (150:000\$); 38:000\$, no — Material—do Tribunal de Appellação, na sub-con- signação — Aluguel de casa, moveis, objectos de expediente, etc. ; 18:000\$ no— Material — de cada uma das comarcas do Alto Acre, Alto Purús e Alto Juruá, em cada uma das sub-consigna- ções — Aluguel de casa, moveis, objectos de expe- diente etc. (54:000\$) ; e		

	Ouro	Papel
275:600\$, no—Material— para serviços publicos e obras no Territorio do Acre.....	3.156:200\$000
42. Instituto Oswaldo Cruz. Desta- cada da consignação — Material—a quantia de 30:000\$, destinada espe- cialmente á manutenção do Instituto Filial, com sede em Bello Horizonte	331:240\$000
43. Eventuaes.....	150:000\$000

Art. 3.º E' o Presidente da Republica autorizado :

I. A subvencionar as seguintes instituições:

Com 32:000\$ a Liga Contra a Tuberculose, da Bahia, sendo 12:000\$ como subvenção e 20:000\$ para auxilio ás obras do dispensario a cargo da mesma Liga ; com 24:000\$ a Liga Contra a Tuberculose, de S. Paulo e com 2:000\$ cada uma das mesmas Ligas do Recife, da cidade de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, de Juiz de Fôra, em Minas; com 20:000\$ o Instituto Pasteur, de S. Paulo, e com 10:000\$, cada um, ao Instituto Pasteur, do Recife, e ao Instituto Pasteur e Vaccinogenico, de Juiz de Fôra; com 20:000\$ o Sanatorio de S. Luiz de Piracicaba para tuberculosos, em S. Paulo; com 15:000\$ o hospital de tuberculosos, em Itajubá, e com 10:000\$, a cada um dos hospitaes de Ponte Nova e Lavras, no Estado de Minas; com 20:000\$ a cada uma das seguintes associações: Instituto Historico e Geographico Brasileiro, Escola de Commercio «Alvares Penteado», em S. Paulo; Academia de Commercio de Santos, no mesmo Estado, e Escola Commercial da Bahia ; com 10:000\$ a cada uma das instituições : Academia de Commercio do Rio de Janeiro e Instituto Commercial desta Capital, com a obrigação de receber cada um dos mesmos estabelecimentos 25 alumnos gratuitos, indicados pelo Governo ; com igual quantia cada um dos hospitaes para tuberculosos, de Leopoldina e de Além Parahyba, em Minas Geraes ; 15:000\$ a cada um dos seguintes institutos: Lyceu Agronomico de Pelotas e Escola Profissional «Benjamim Constant», fundada pela Intendencia de Porto Alegre; com 8:000\$ o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros ; com 5:000\$ a cada uma das seguintes: Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, Academia do Commercio de Pelotas, Escola de Commercio, mantida pela Phenix Caixeiral do Ceará, e Escola Pratica de Commercio do Pará ; e com 4:000\$ a Escola Mauá, mantida pela Associação dos Empregados do Commercio de Porto Alegre.

II. A mandar imprimir, na Imprensa Nacional, a *Revista do Instituto Historico Geographico Brasileiro* e as seguintes obras: *Anatomia da Cabeça*, livro do Dr. Benjamin Ferreira Baptista, prepa-

rador da cadeira de anatomia descriptiva da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e 1.000 exemplares da traducção do poema *Paraíso Perdido*, de Milton, feita em linguagem vernacula e em verso pelo Dr. Gonçalo Souto, precedendo, quanto á impressão das duas referidas obras, parecer sobre o seu merecimento, por pessoa competente, a juízo do Governo.

III. A abrir o credito até a quantia de 20:000\$, para occorrer a despesas com a mudança da Bibliotheca Nacional para o novo edificio.

IV. A remover as colonias de alienados da ilha do Governador e installar-as em logar apropriado, abrindo para esse fim os necessarios creditos até a quantia de 150:000\$000.

V. A instituir e regular, sem onus para os cofres publicos e sem responsabilidade do Thesouro, uma caixa beneficente para os funcionarios da Policia do Districto Federal.

VI. A estabelecer laboratorios de ensino technico-industrial nas escolas de engenharia, podendo contractar pessoal technico necessario e abrir o credito de 200:000\$000, sendo 100:000\$000 para cada escola.

VII. A vender em leilão, satisfeitas as exigencias legais, o material existente no Lazareto de Tamandaré, em Pernambuco, desnecessario ao funcionamento da estação sanitaria, de accôrdo com a Directoria Geral de Saude, sendo o producto recolhido ao Thesouro Federal.

VIII. A expedir novo regulamento de correcção especial para a Justica do Districto Federal.

IX. A despende a quantia de 150:000\$, para acquisição ou construcção do predio para ser installado o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, de accôrdo com a lei especial n. 1.154 (5) e a authorização, no exercicio de 1908, baseada na lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1903.

(5) Lei n. 1154, de 7 de janeiro de 1904 — E' este o seu teor :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a ceder ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro um dos edificios dos proprios nacionaes existentes nesta Capital, para nelle ser o instituto alojado, ou dar, mensalmente, a quantia de 500\$ para aluguel de uma casa em condições de bem servir ao referido instituto, fazendo, neste caso, as necessarias operações de credito.

Art. 2.º O Ministerio da Justica e Negocios Interiores, por intermedio de uma commissão composta do director geral da Saude Publica do procurador seccional e do curador de orphãos, fará a suprema inspecção deste instituto.

Lei n. 1841 de 31 de dezembro de 1907 — (Orçamento da despeza para o exercicio de 1908):

Art. 5.º O Governo adquirirá ou mandará construir nesta Capital um edificio apropriado á installação do Instituto de Protecção e Assisten-

X. A abonar pela consignação — Pessoal — da Força Policial gratificação ás praças que forem escaladas para serviços extraordinarios fóra das horas normaes.

XI. A expedir novos regulamentos reorganizando a Bibliotheca Nacional e a Escola Quinze de Novembro, sem augmento de despeza.

Art. 4.º Fica prorogado até 31 de dezembro de 1909, o prazo de que trata o art. 1.º, n. 6, do decreto n. 1.151, de 5 de janeiro de 1904 (6), extensivo ás funcções do Juizo dos Feitos da Saude Publica.

Art. 5.º Continua em vigor, na parte em que não foi despendido (37:000\$), o credito aberto pelo decreto n. 6.528, de 28 de junho de 1907 (7), para execução da lei n. 2.651, de 10 de junho do mesmo anno (8), que autorizou o Governo a mandar erigir um mo-

cia á Infancia do Rio de Janeiro, nos termos do art. 46, n. 9 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

Lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 — (Orçamento da despeza para o exercicio de 1907):

Art. 46. E' o Presidente da Republica autorizado:

9.º A fazer as necessarias operações de credito para construir, adquirir e adaptar edificios proprios para os diversos serviços publicos federaes nesta Capital e nos Estados, não podendo a quantia destinada á amortisação e pagamento de juros da divida contrahida exceder á que se despende com os alugueis dos mesmos edificios.

A lei n. 1841, citada, consignou na verba n. 36 do art. 2º o credito de 6:000\$ para o pagamento do aluguel annual do predio onde funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia.)

(6) Decreto n. 1151, de 5 de janeiro de 1904 — (Reorganisa a Directoria Geral da Saúde Publica e especifica as suas attribuições):

Art. 1.º

6.º No fim de tres annos, a contar da data da decretacão dos regulamentos a que se refere a presente lei, seja ou não extincta a febre amarella da cidade do Rio de Janeiro, será o novo pessoal; nomeado em virtude da presente lei, dispensado, voltando os antigos funcionarios da hygiene terrestre a perceber os vencimentos que tinham antes.

Os funcionarios da Directoria Geral da Saúde Publica, que, em virtude do decreto n. 4463, de 12 de julho de 1902, foram transferidos da Municipalidade do Districto Federal para o Governo da União, contarão, para todos os effeitos, o tempo de serviço que tinham na repartição de hygiene municipal.

(7) Decreto n. 6528, de 20 de junho de 1907 — (Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 100:000\$ para despesas com um monumento ao almirante Barroso, commemorativo da batalha do Riachuelo.)

(8) Lei n. 2651, de 10 de junho de 1907. Tem o n. 1651 o decreto legislativo de 10 de junho de 1907, que autorisa o Governo a levantar em uma das praças da Capital Federal em monumento ao almirante Barroso, commemorativo da batalha do Riachuelo.

O art. 2º desse decreto dispõe que «será desde ja consignado para o fim indicado o credito de 100:000\$000».

numento ao almirante Barroso, commemorativo da batalha do Riachuelo.

Art. 6.º Permanece em vigor o art. 8º da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907 (9).

Art. 7.º O Presidente da Republica é autorizado a despende pelo Ministerio das Relações Exteriores as sommas de 2.159:592\$769, ouro, e 2.062:800\$, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

	Ouro	Papel
1. Secretaria de Estado.....	27:999\$436	400:800\$000
2. Empregados em disponibilidade		100:000\$000
3. Extraordinarias no interior, inclusive para todos os Congressos internacionaes que se reunirem no Rio de Janeiro dentro do exer- cicio.....	612:000\$000
4. Comissões de limites.....	700:000\$000
5. Legações e consulados — Au- gmentada de 34:000\$— Pessoal—para a represen- tação dos ministros pleni- potenciarios na Hespanha 6:000\$, na Bolivia 4:000\$, no Perú 6:000\$, no Me- xico 2:000\$, na Hollanda 2:000\$, e para os mi- nistros residentes: em Cuba e America Central 2:000\$, Colombia 4:000\$, Equador 4:000\$, Venezue- la 4:000\$ e de 4:000\$ a consignaço para um vice-consul em Bremen, que passará a categoria de consul ; 33:093\$333, no — Material — sendo 7:000\$ na consignaço aluguel de casa para a embaixada de Washin-		

(9) Lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907 — (Orçamento da despesa para o exercicio de 1908) :

Art. 8.º Fica relevada a prescripção em que incorreram as ajudas de custo e o subsidio dos membros do Congresso Nacional e autorizado o Presidente da Republica a abrir os necessarios creditos.

	Ouro	Papel
gton, 13:093\$333 para a chancellaria da legação em Buenos Aires, 7:000\$ para a de Montevideo e 6:000\$ para a do Perú...	1.431:593\$333	
6. Ajudas de custo.....	200:000\$000	
7. Extraordinarias no exterior— Reduzida de 100:000\$ a consignação para a representação do Brazil nos congressos internacionaes que se reunirem durante o exercicio.....	500:000\$000	
8. Tribunaes arbitraes.....	250:000\$000

Art. 8.º Fica o Presidente da Republica autorizado a despende pelo Ministerio da Marinha, no exercicio de 1909, a quantia de 38.044:488\$745, papel, e 9.441:153\$330, ouro, com os serviços constantes das seguintes verbas.

	Ouro	Papel
1. Gabinete do Ministro e Directoria do Expediente....	205:655\$000
2. Almirantado.....	45:680\$000
3. Estado-Maior.....	48:960\$000
4. Inspectorias.....	149:380\$000
5. Supremo Tribunal Militar...	28:800\$000
6. Directoria Geral de Contabilidade.....	237:932\$500
7. Auditoria.....	31:800\$000
8. Corpo da Armada e classes annexas—Augmentada de 4:080\$ para ser assim fixado o soldo dos patrões-móres a saber: um capitão-tenente, 2:400\$; dous 1.ºs tenentes, 3:360\$; 13 2.ºs tenentes, 18:720\$000..	7.534:849\$500
9. Corpo de Marinheiros Nacionaes — Augmentada de 328:020\$000 para vencimentos, fardamento e confecção para mais 1.000 praças.....	1.721:238\$350

	Ouro	Papel
10. Batalhão Naval—Augmentada de 33:000\$000 para fardamento e confecção.....	312:419\$150
11. Escolas de Aprendizes Marinheiros — Augmentada de 5:000\$000 para confecção de fardamento...	919:600\$000
12. Arsenaes — Augmentada de 44:170\$865, para attender ao pagamento dos operarios pensionistas dos extinctos arsenaes de Pernambuco e Bahia.....	3.338:280\$865
13. Inspectoria de Portos e Costas	490:975\$000
14. Depositos Navaes.....	133:650\$000
15. Força Naval.....	3.946:881\$109
16. Hospitales—Reduzida de 4:200\$ para medicamentos e roupa para doentes e augmentada de 450\$ para luzes e lavagem de roupa nas enfermarias dos Estados.....	319:900\$000
17. Superintendencia de Navegação — Reduzida de 552:980\$800, proveniente do abatimento em diversas quotas do material. Augmentada na quota — Pessoal — de 1:920\$, para attender ao vencimento de um 2º e de um 3º pharoleiro: do pharol de Frechal, no Estado do Pará, ultimamente inaugurado, e na quota — Material — elevada a 400:000\$ a consignação de 250:000\$, destinada á aquisição de oleos, mechas, chaminés, carbureto de calcio, reconstrucção, reparos de pharóes, etc.	1.109:340\$000
18. Escola Naval — Reduzida de 2:600\$ proveniente da supressão do logar de 2º official.....	455:720\$000

	Ouro	Papel
19. Directoria da Bibliotheca, do Museu e Archivo.....		49:100\$000
20. Classes inactivas.....		936:472\$921
21. Armamento e equipamento..		250:000\$000
22. Munições de bocca—Augmentada de 511:000\$ para rações de mais 1.000 praças.		7.517:854\$550
23. Munições navaes.....		1.500:000\$000
24. Material de construcção naval		1.500:000\$000
25. Obras—Reduzida de 300:000\$—Augmentada de 120:000\$, sendo 20:000\$ para attender ás despesas accessorias da Escola de Aprendizizes Marinheiro do Estado da Parahyba ; e 100:000\$ para conclusão do edificio da Escola de Aprendizizes Marinheiros de Santos ; destinando-se, do total da verba da rubrica, 60:000\$ ás obras de adaptação da Escola de Aprendizizes Marinheiros em Paranaguá.		1.120:000\$000
26. Combustivel — Reduzida de 500:000\$000.....		1.000:000\$000
27. Fretes, passagens, ajudas de custo e commissão de saque		370:000\$000
28. Eventuaes		270:000\$000
29. Reconstrucção do Arsenal do Rio de Janeiro — Reduzida de 1.500:000\$000.....		2.500:000\$000
30. Commissões, construcções e aquisição de material em paiz estrangeiro—Reduzida de 3.111:500\$, na consignação destinada ao pagamento das prestações devidas pela construcção dos navios (ouro)	9.441:153\$330	

Art. 9.º O Presidente da Republica fica autorizado :

I, a reformar, sem augmento de despesa, os regulamentos do Corpo de Commissarios e das Escolas Professionaes, reunindo-as sob uma direcção geral, commum;

II, a fixar definitivamente as etapas da armada e classes annexas em tantas vezes 1\$400, quantas as estabelecidas no art. 12 da lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1906⁽¹⁰⁾;

III, a mandar construir no estrangeiro a turbina a vapor de invenção do Dr. Pereira de Lyra, podendo despendar até a importância de 60:000\$000;

IV, a despendar:

a) até a quantia de 10:000\$ com a publicação da *Liga Marítima*, revista mensal da Liga Marítima Brasileira;

b) até a quantia de 50:000\$ com a aquisição de um rebocador ou lancha a vapor para os serviços da Capitania do Porto do Ceará;

c) pela consignações relativas a pharóes e balisamento de portos—da rubrica 17—Superintendencia de navegação—a quantia de 53:000\$ para substituição do aparelho de luz do pharol de Salinas e a de 72:000\$ para a da boia de Bragança, afim de que possa ser vista durante o dia, sendo empregada a que alli serve para assignalar o banco ultimamente encontrado a 12 milhas da costa, no Estado do Pará;

d) até a quantia de 16:000\$, com o tratamento, no Hotel da Empresa em Poços de Caldas, dos officiaes e praças que, em inspecção de saúde, forem julgados no caso de precisar d'elle.

V, a rever, sem augmento de despeza, as tabellas de gratificação das praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, de accôrdo com as incumbencias e empregos;

VI, a mandar proceder aos estudos necessarios para a fundação de uma Escola de Aprendizizes Marinheiros em Pirapora, terminus da Estrada de Ferro Central do Brazil, ou em suas proximidades, correndo a despeza por conta das verbas 8^a, 27^a e 28^a do orçamento da Marinha para o exercicio de 1909;

VII, a mandar construir um dique no local que fôr julgado mais conveniente, em proporções sufficientes para a entrada dos

(10) Lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1906 — (Define os cargos de categorias correspondentes no Exército e na Armada e dá outras providencias):

Art. 12. A etapa dos officiaes é correspondente ao posto effectivo e será abonada de accordo com a tabella seguinte:

Para o marechal ou almirante	14	} Etapas de praças de prct.
Para o general de divisão ou vice-almirante	12	
Para o general de brigada ou contra-almirante	10	
Para o coronel ou capitão de mar e guerra	8	
Para o tenente-coronel ou capitão de fragata	7	
Para o major ou capitão de corveta	6	
Para o capitão ou capitão-tenente	5	
Para o 1º tenente do Exército ou da Armada	4 1/2	
Para o 2º tenente do Exército ou da Armada	4	
Para o alferes-alumno ou guarda-marinha	4	

maiores navios da esquadra, abrindo creditos até a quantia de 2.000:000\$ para as despesas no exercicio.

Art. 10. Continuam em vigor :

I, as autorizações contidas no art. 12, letras *a, b, e, f, g, h, i e j*, da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907 ⁽¹¹⁾, relativas ao credito de 200:000\$ para aquisição de embarcações para o Soccorro Marítimo, á venda do material inutil e abertura do credito até 500:000\$ para concertos de navios, aos premios pecuniarios aos melhores atiradores, á revisão do regulamento do corpo de inferiores, á construcção de submarinos ou submersiveis de invenção nacional, podendo abrir o credito de 670:000\$; á venda,

(11) Lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907 (Orçamento da despesa para o exercicio de 1908):

Art. 12. E' o Presidente da Republica autorizado :

a) a abrir os creditos de: 200:000\$, para attender á compra de embarcações destinadas ao soccorro marítimo; e de £ 13.448, para a construcção de um rebocador com todos os appparelhos necessarios para levar soccorros aos navios em perigo no alto mar, salvar os naufragos e suspender os navios que tenham ido ao fundo, aproveitando, se julgar satisfazerem os planos com todas as especificações, organisados pela Associação Protectora dos Homens do Mar, para tal navio, cuja construcção será fiscalizada na Europa por engenheiro do governo ou por pessoa de sua nomeação e confiança.

O navio poderá ser entregue áquella associação, que custeará, sem subsidio ou onus algum permanente para o Governo ;

b) a vender o material reputado inutil, inclusive navios julgados imprestaveis, applicando o producto da venda em reparos de proprios nacionaes, concerto de navios e outro material fluctuante, podendo para esses concertos abrir os creditos necessarios até 500:000\$000.

e) a mandar estudar e pôr em execução um systema de premios pecuniarios ás guarnições de navios que melhores notas obtiverem nos exercicios praticos de tiro de guerra, e em cada navio, ás guarnições que melhores notas tiverem obtido nos mesmos exercicios, podendo para tal fim despendir até 100:000\$000 ;

f) a rever o regulamento approvado pelo decreto n. 3234, de 17 de março de 1899, que dispõe sobre o corpo de officiaes inferiores da armada ;

g) a mandar construir os submarinos ou submersiveis de invenção nacional que forem julgados acceptaveis, depois de ouvidas as opiniões competentes sobre o assumpto, podendo para esse fim abrir creditos até a importancia de 670:000\$000 ,

h) a vender, permutar ou arrendar, a quem mais vantagens offerecer os edificios e terrenos do extincto Arsenal de Marinha da Bahia, ouvindo a respeito o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas ;

i) a firmar contracto para o appparelhamento do terreno da ilha das Cobras ou de logar mais apropriado, afim de serem nelle estabelecidas as officinas do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, podendo abrir credito até 600:000\$ e alienar os terrenos que ficarem assim desoccupados e não forem mais precisos ao serviço publico ;

j) a desapropriar, por utilidade publica, por intermedio do Ministerio da Marinha, as ilhas do Engenho e Mocanguê Grande, podendo effectuar as operações de credito necessarias.

permuta ou arrendamento do Arsenal da Bahia, á celebração de contracto para o estabelecimento, na ilha das Cobras, das officinas do Arsenal do Rio de Janeiro, podendo alienar os terrenos que ficarem desoccupados; á desapropriação por utilidade publica das ilhas do Engenho e Mocangüê Grande, podendo effectuar operações de credito;

II, o disposto no § 7º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905⁽¹²⁾, que permite a realização de contractos por tempo nunca maior de cinco annos, quando versarem sobre aluguel de casa, construcções navaes, armamento, iluminação ou fornecimento de agua aos navios ou a qualquer dependencia do Ministerio da Marinha;

III, as disposições do art. 14 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907, relativas ás etapas dos officiaes, inferiores e praças, em comissão nos Estados do Amazonas, Pará e Matto Grosso.

Art. 11. O credito de 12.000:000\$, ouro, aberto pelo decreto n. 6476, de 16 de maio de 1907⁽¹³⁾, passará a vigorar no exercicio de 1909 e bem assim o saldo da consignação de £ 813.384 da rubrica 29 do art. 11 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907⁽¹⁴⁾,

(12) Esta disposição da presente lei é reproducção exacta do art. 13 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907 (Orçamento da despesa para o exercicio de 1908):

A lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905 dispõe no art. 7º:

«E' o Poder Executivo autorizado, na vigencia desta lei, a usar das seguintes medidas de governo e administração:

§ 8.º Firmar contractos a respeito de alugueis de casas, iluminação e abastecimento de agua, até o maximo de cinco annos, na hypothese de se extinguirem, na vigencia desta lei, os contractos celebrados até então ou forem necessários para attender a novas installações administrativas.»

Na presente lei essa autorização é dada como applicavel tambem em relação aos contractos sobre construcções navaes e armamento.

(13) Decreto n. 6476, de 16 de maio de 1907—Abre aos Ministerios da Guerra e da Marinha o credito especial de 27.000:000\$, ouro, ao cambio de 27 dinheiros estellinhos, destinado a reconstituição do material do exercito e da armada, sendo 15.000:000\$ ao da Guerra e 12.000:000\$ ao da Marinha.

(14) Lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907—(Orçamento da despesa para o exercicio de 1908):

Art. 11. Fica o Presidente da Republica autorizado a despendar pelo Ministerio da Marinha, no exercicio de 1908, a quantia de 36.006:256\$135, papel, e 8.541:662\$484, ouro, com os serviços constantes das seguintes verbas:

.....
29. Comissão, construcção e aquisição de material em paiz estrangeiro:

Para tres addidos navaes, capitães-tenentes ou officiaes superiores, e para pagamento das prestações dos navios em construcção e aquisição de material. — Augmentada de £ 813.384 (7.230:983\$760) — ouro — 8.541:762\$480.

nos termos do art. 3.º da lei n. 1563, de 24 de novembro de 1906 ⁽⁴⁵⁾).

Art. 12. O Presidente da Republica é autorizado a despende pelo Ministerio da Guerra a somma de 110:000\$, ouro, e a de 62.466:027\$241, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas :

	Ouro	Papel
1. Administração Geral.....	502:295\$000
2. Supremo Tribunal Militar e Auditores.....	218:500\$000
3. Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.....	236:580\$000
4. Intendencia Geral da Guerra.....	358:696\$000
5. Instrução militar — Reduzida de 131:227\$500, em virtude da suppressão das consignações destinadas á Escola de Applicação de Infantaria e Cavallaria, conservando-se apenas quatro commandantes de companhias, tres professores e nove instructores, e ás Escolas Regimentaes....	1.454:764\$500
6. Arsenaes, depositos e fortalezas — Reduzida de 7:500\$, pela suppressão de 10 servetes do Arsenal de Guerra de Matto Grosso— Augmentada de 1:000\$, para gratificação de exercicio do mestre da officina de selleiros e correeiros do Arsenal de Guerra do Rio Grande do Sul.....	1.304:402\$585
7. Fabricas—Reduzida de 15:840\$, em virtude da suppressão da consignação destinada ao ser-		

(45) Lei n. 1568, de 24 de novembro de 1906—(Modifica o plano naval da lei n. 1296, de 14 de novembro de 1904:

Art. 3.º As despezas para a execução desta lei serão providas com os recursos orçamentarios de cada exercicio, sendo levadas ao exercicio seguinte e conservando o seu destino as quantias não applicadas.

	Ouro	Papel
viço da Fabrica de Polvora de Coxipó.....	986:091\$300
8. Serviço de Saude—Reduzida de 31:200\$, em virtude da supressão da consignação destinada a vencimentos de 10 medicos adjuntos	889:599\$000
9. Soldos, etapas e gratificações de officiaes—Augmentada de 2.310:321\$, em virtude do accrescimo feito nas consignações relativas a soldos, etapas, gratificações de posto e de função, de accôrdo com os quadros creados pela execução da lei n. 1860, de 4 de janeiro de 1908 ⁽¹⁶⁾ , não incluída a importancia de 106:800\$, relativa á gratificação de posto, calculada para tres generaes de brigada a 3:600\$ cada um; 12 coroneis a 2:400\$, idem; 19 tenentes-coroneis a 1:920\$, idem; 14 majores a 1:680\$, idem; seis capitães a 1:200\$, idem; todos do quadro especial e que a ella não teem direito, <i>ex-vi</i> do disposto na lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1905 ⁽¹⁷⁾	20.203:375\$000
10. Soldos, etapas e gratificações de praças de pret.—Diminuida a verba de 1.604:746\$, a saber: 1.421:675\$, pela redução de soldos, etapas e gratificações de 2.000 praças de pret dos corpos arregimentados, de 348:270\$, isto é, 80:000\$ pela suppressão da gratificação do art. 5º da lei n. 1767, de 31 de outubro de		

(16) Lei n. 1860, de 4 de janeiro de 1908 — Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o exercito.

(17) Lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1905. A lei n. 1473 é de 1906 e não de 1905.

Vide nota n. 40.

	Ouro	Papel
1907 ⁽¹⁸⁾ ; 39:420\$, de soldos, e 153:300\$ de etapas para 300 alumnos da Escola Militar, reduzidos de 800 a 500; 25:550\$, de etapas para 50 alumnos do Collegio Militar, reduzidos de 450 a 400; 50:000\$, que a proposta consignou a mais por engano na somma geral; e augmentada de 165:199\$, sendo: 63:364\$ para etapas, 90:520\$ para soldos e 11:315\$ para gratificação de 124 aspirantes, incluídos nos corpos arregimentados.....	14.888:656\$500
11. Classes inactivas.....	2.995:322\$356
12. Ajudas de custo.....	400:000\$000
13. Colonias militares.....	80:800\$000
14. Obras militares — Reduzida de 9:125\$ pela suppressão da consignação para conservação do edificio da Escola de Applicação de Infantaria e Cavallaria. Destinada a importancia da sub-consignação— Material —a fortificações e defesa do littoral e das fronteiras da Republica; continuação de obras encetadas; reparos, conservação e melhoramento de quartéis, estabelecimentos militares e proprios nacionaes sob a administração do Ministerio da Guerra; construção de novos quartéis, inclusive quartéis generaes; a campos de manobras, pontes, estradas es-		

(18) Lei n. 1767, de 31 de outubro de 1907 — Fixa as forças de terra para o exercicio de 1908 :

Art. 5.º As praças que, findo o tempo de serviço, continuarem sem interrupção nas fileiras, com engajamento por tempo minimo de dous annos, terão direito á importancia, em dinheiro, das peças de fardamento, que se abonam gratuitamente aos recrutas, no ensino, e á gratificação diaria de 250 réis, estipulada na lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894.

	Ouro	Papel
trategicas e linhas telegraphicas e telephonicas ; obras nos Estados ; hospitaes e enfermarias ; installação e custeio de linhas de tiro nas capitães dos Estados ou em cidades do interior destes, onde houver guarnição do exercito ou da armada.....	6.518:250\$000
15. Material—Diminuida a verba de 573:500\$, a saber : de 9:000\$ pela suppressão da consignação para a Escola de Applicação de Infancia e Cavallaria ; de 4:000\$ pela suppressão da destinada á Fabrica de Polvora de Coxipó ; de 280:000\$ a 250:000\$, para medicamentos do Laboratorio Chimico-pharmaceutico Militar ; de 100:000\$ a 50:000\$, para deposito do material sanitario ; de 4.630:025\$ a 4.135:525\$ para fardamento ; de 250:000\$ a 200:000\$, para despesas do levantamento da Carta Geral da Republica ; de 16:000\$ a 10:000\$ para a Escola do Estado-Maior ; de de 150:000\$ a 120:000\$ para enxoval dos alumnos do Collegio Militar ; e augmentada de 100:000\$, para as despesas de expediente e outras, com o serviço das juntas de sorteio e alistamento militar.....	11.428:695\$000
16. Commissões em paiz estrangeiro	110:000\$000	

Art. 13. E' o Presidente da Republica autorizado :

I— A mandar :

a) a diversos paizes, para se aperfeçoarem em conhecimentos militares e profissionaes, por espaço de um a dous annos, até dous officiaes por arma e do Corpo de Saude do Exercito ;

b) a outros paizes, como addidos militares em commissão, para estudarem os diversos assumptos militares, officiaes superiores ou capitães habilitados, que tenham provado capaci-

dade e aptidão, ou produzido algum trabalho de nota ou invento util, correndo a respectiva despesa, assim como a das comissões da letra *a*, pela verba 16ª do art. 1º;

c) aos principaes paizes, por espaço de dous annos, para se aperfeiçoar nos conhecimentos militares, o alumno de cada uma das Escolas de Artilharia e Engenharia e de Guerra, que houver completado o respectivo curso, tendo sido classificado pela congregação como o primeiro estudante entre os seus collegas, servindo de base para a classificação a somma dos grãos obtidos nos exames finais de todas as materias do mesmo curso, ou, no caso de empate, a ordem de collocação na lista dos approvados;

d) construir no local mais conveniente um grande campo de instrucção para as tropas das tres armas do exercito;

e) estudar e pôr em execução um systema de premios pecunia-rios destinados a galardoar:

1º, aos regimentos de artilharia de campanha que melhores notas tiverem obtido nos exercicios praticos de tiro de guerra; em cada regimento, ás baterias que melhores notas tiverem obtido nos mesmos exercicios e, em cada bateria, á guarnição da peça que mais se tiver distinguido;

2º, nos batalhões de artilharia de posição, ás guarnições das peças que melhores notas tiverem tido nos exercicios praticos de tiro de guerra, preferencialmente sobre alvos moveis;

3º, as despesas necessarias correrão por conta da rubrica 15ª do art. 1º;

f) construir edificios destinados a quarteis em S. Borja, S. Luiz, Santo Angelo, Santa Victoria, D. Pedrito e Quarahy, no Estado do Rio Grande do Sul, e pontes sobre os rios Camaquan, Botuhy e Ibicuhy, assegurando as communicações entre as guarnições de S. Luiz, S. Borja, Itaquí, Alegrete e Uruguayana, no mesmo Estado; e bem assim estabelecer uma enfermaria militar em Poços de Caldas, no Estado de Minas Geraes.

II — A contractar:

a) dentro ou fóra do paiz, pessoal idoneo para a direcção das novas officinas que se montarem nos arsenaes de guerra, quando forem reorganizados em virtude da autorização da letra *d* do art. 138 da lei n. 1860, de 4 de janeiro⁽¹⁹⁾, abrindo para isso os creditos precisos;

b) officiaes estrangeiros, para que, de accôrdo com os nossos, procedam á instrucção de todo o exercito.

(19) Lei n. 1860, de 4 de janeiro — Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o exercito:

Art. 138. E' o Governo autorizado:

d) a reorganizar a administração do Exercito, modificando o gabinete do Ministro da Guerra e regulamentando os serviços administrativos, das inspecções, estabelecimentos militares e unidades combatentes.

III — A reorganizar :

a) o Asylo de Invalidos da Patria *ad referendum* do Congresso Nacional e a mandar confeccionar os planos e orçamentos necessários á reconstrução dos edificios do referido asylo que estiverem arruinados, afim de serem submettidos á apreciação do mesmo Congresso e votado o respectivo credito ;

b) o Laboratorio Chimico e Pharmaceutico Militar *ad-referendum* do Congresso Nacional.

IV — A despendar até 34:000\$ com o tratamento, no hotel da Empreza de Poços de Caldas, dos officiaes e praças que em inspecção de saude forem julgados nos casos de precisar delle.

V — A remodelar o Arsenal de Guerra da Capital da Republica, a remover para outro local o de Cuyabá, a reorganizar e desenvolver os que houver em outros Estados e aproveitar os machinismos do antigo estabelecimento naval de Itaquí para o fim que julgar conveniente.

VI — A permittir que limitado numero de officiaes de notorio merecimento, que quizerem aperfeiçoar seus conhecimentos militares, possam permanecer em paiz estrangeiro, á sua escolha, de um a dous annos, percebendo somente os vencimentos militares que lhes couberem por lei, em papel, e sem ajuda de custo.

VII — A promover no proprio nacional S. Gabriel, em S. Borja, Estado do Rio Grande do Sul, o plantio e cultivo de forragens para as cavalhadas do exercito, podendo despendar até a quantia de 20:000\$, pela verba da sub-consignação — Material — da 14ª rubrica do art. 1º.

VIII — A realizar contractos por tempo nunca maior de cinco annos, quando versarem sobre construcções, armamentos, illuminação de estabelecimentos militares, alugueis de casa e campos para internada, equipamento e fardamento, podendo mandar confeccionar este na sede dos districtos ou inspecções, ou dos commandos de guarnição, preferindo para este serviço senhoras pobres e honestas, que previamente se inscreverem, mediante fiança de pessoa idonea, civil ou militar, a juizo da respectiva administração militar local.

IX — A modificar as diversas sub-consignações das verbas 8ª, 9ª, 10ª, 14ª e 15ª do art. 1º, para melhor applical-as aos serviços da nova organização do exercito, sem exceder a respectiva dotação orgamentaria de cada uma dellas.

X — A fixar definitivamente as etapas de todos os officiaes de todas as armas e corpos do exercito, em tantas vezes 1\$40) quantas as estabelecidas pelo art. 12 da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906 (20), gosando os que servirem nas regiões das 1ª, 2ª e 13ª ins-

(20) Lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1906 — Vide nota n. 10 a esta lei.

peccções permanentes das vantagens consignadas no art. 1.^o do decreto de 21 de fevereiro de 1907 ⁽²¹⁾.

XI—A conceder á Associação Mantenedora do Orphanato Osorio o uso do predio onde funciona a Direcção Geral de Artilharia, quando esta se extinguir com a nova organização da Secretaria de Estado da Guerra, para nelle se installar e funcionar o dito orphanato emquanto existir, assim como a auxilia-la com o saldo que se verificar, no fim do exercicio, da verba de 10:000\$, destinada á subvenção dos estabelecimentos de ensino que se encarregam da educação das filhas dos militares mortos em combate ou em consequencia de ferimentos recebidos em campanha, de accôrdo com a lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, art. 16, n. III ⁽²²⁾.

XII—A abrir o necessario credito para o restabelecimento das companhias de aprendizes militares de Ouro Preto, Goyaz, Belém, Porto Alegre e Bahia, podendo crear outras em localidades convenientes para a séde de taes estabelecimentos, de accôrdo com o art. 138, lettra b da lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908 ⁽²³⁾.

(21) Decreto n. 6375, de 21 de fevereiro de 1907 — (Melhora, em relação á etapa, as condições materiaes dos officiaes e praças dos 1.^o e 7.^o districtos militares).

Art. 1.^o Além das vantagens já conferidas em virtude do artigo 13 da lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1906, aos officiaes que servirem no 1.^o e 7.^o districtos militares será abonada uma etapa supplementar, calculada segundo as taxas adoptadas, tendo para base 50 % da fixada para a praça de pret.

(O art. 2.^o manda abonar ás praças de pret, em dinheiro, mais 1/10 da etapa, quando servirem nos pontos de parada dos seus batalhões e 1/5 quando destacadas).

(22) Lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900 — (Orçamento da despesa para o exercicio de 1901) :

Artigo 16 — Fica o Governo autorizado :

III — A despende, na vigencia desta lei, pela rubrica 15.^a, consignação 31 — Despesas diversas e eventuaes—sem augmento desta, até a quantia de 10:000\$, para subvencionar os estabelecimentos de ensino que se encarregarem da educação das filhas de militares mortos em combate, ou em consequencia de ferimentos recebidos em campanha.

A subvenção será proporcional ao numero de educandas confiadas a esses estabelecimentos, a juizo do Governo.

(23) Lei n. 1860, de 4 de janeiro de 1908 — (Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o exercito);

Art. 138. E' o Governo autorizado :

b) a restabelecer as companhias de Aprendizes Militares de Ouro-Preto, Goyaz, Belém e Porto Alegre, podendo crear outras em localidades convenientes para séde de taes estabelecimentos.

Art. 14. Fica vigorando, como credito especial e para o mesmo fim, o saldo do credito concedido pelo decreto n. 6.476, de 16 de maio de 1907 ⁽²⁴⁾.

Art. 15. E' o Presidente da Republica autorizado a despende pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas a importancia de 89.621:369\$024, papel, e 9.039:914\$516, ouro, com os serviços designados nas verbas seguintes:

	Papel	Ouro
1.ª Secretaria de Estado.....	401:760\$000	
2.ª Estatistica.....	489:285\$000	
3.ª Correios — Augmentada de 2.310:000\$000, s e n d o : 2.000:000\$, para o augmento da despesa decorrente da reforma a realizar nos respectivos serviços; 110:000\$ para ser elevada a 350:000\$ a quantia destinada, na consignaço — Vantagens especiais — a «Gratificação aos empregados dos Correios ambulantes», etc., inclusive a gratificação aos chefes de turma da directoria, de acôrdo com o art. 340 e com o art. 14 da lei n. 1.453, de 30 de dezembro de 1905 ⁽²⁵⁾ , applicado esse augmento á		

(24) Decreto n. 6476, de 16 de maio de 1907 — Vide nota n. 13 a esta lei.

(25) Lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905 — (Orçamento da despesa para o exercicio de 1906):

Art. 14. O Presidente da Republica é autorizado a despende pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas a importancia de 4.239:493\$752, ouro, e 78.920:463\$729, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

3ª — Correios — Redigida na consignaço — Pessoal da Directoria Geral — a sub-consignaço — Gratificação aos chefes de turmas, etc. — da seguinte fórma: Gratificação aos chefes de turma da Directoria Geral, a 20 chefes de turmas da Administração do Districto Federal, a 21 chefes do ramal do Correio ambulante e aos claviculares, observada a percentagem do art. 340 do regulamento dos Correios.

(O art. 340 do regulamento citado (Decreto n. 2230, de 10 de fevereiro de 1896) é assim concebido: «O pessoal dos correios ambulantes,

Papel

Ouro

gratificação devida aos empregados dos Correios ambulantes de Minas Geraes e de S. Paulo durante o exercício de 1907, e aos do Districto Federal, nos mezes de março a dezembro do mesmo anno, *ex-vi* da rubrica 3^a do art 34 da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906 (25); e 200:000\$ na sub-consignação «Aos agentes, ajudantes, etc.», para execução das alterações feitas na classificação de agencias, e para attender á despesa resultante da criação de novas agencias, de accôrdo com a tabella para o biennio de 1908 e 1909. Na sub-consignação «Condução de malas por contracto, etc.», depois das palavras—e do mar—acrescentadas as seguintes: uns e outros, sempre que pernitem, na repartição ou fora, em serviço...

15.183:843\$800

250:000\$000

- 4.^a Telegraphos — Augmentada de 300:000\$ para construção de linhas telegraphicas, distribuidas, quanto possível, por todos os Estados e preferidas as que

do serviço no mar, e os agentes embarcados perceberão uma gratificação adicional de: 20 % para os 1^{os} e 2^{os} officiaes, de 25 % para os 3^{os} e de 30 % para os amanuenses, praticantes, conductores e serventes.

Esta gratificação não será abonada aos que faltarem ao serviço, por motivo justificado ou não, e para o praticante supplente será calculada, não sobre a quota que lhe tocar, mas sim sobre o vencimento que lhe poderia caber como praticante effectivo».

(25) Lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 — (Orçamento da despesa para o exercício de 1907):

Art. 34. O Presidente da Republica é autorizado a despendêr pelo Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas a importancia de 6.413:633\$138, ouro, e 82.214:406\$799, papel, com as seguintes verbas:

A' verba 3^a — Correios — autoriza o abono de gratificação ao pessoal do correio ambulante.

	Papel	Ouro
forem élos de novos circuitos, e bem assim, as subvencionadas pelos governos estadoaes e municipaes, na proporção dos auxílios. Na sub-consignação «Expediente, etc.» da consignação «Material» do título «Administração Central», eliminadas as palavras — e comissões da Administração —. Na consignação «Transformação da produção da energia electrica, etc.» accrescentada a indicação—Pessoal e material. Na consignação «Instalações radio-telegraphicas » accrescentada a indicação—Pessoal e material.....	11.891:295\$000	481:111\$171
5. ^a Auxílios á agricultura e industria — Na sub-consignação «Auxilio aos agricultores, etc.» depois de—1907 —accrescentadas as seguintes palavras:—e para combater a invasão de gafanhotos e destruir os seus ovos. Assim redigida a sub-consignação—Auxilio aos Estados, etc.: «Auxilio aos Estados, ás municipalidades. aos syndicatos e associações agricolas que mantiverem ou fundarem estações agromomicas ou escolas praticas de agricultura, fazendas agricolas modelos, postos zootechnicos, coudelarias e campos de demonstração, não excedendo de 20:000\$ q auxilio a cada qual. Augmentada de 170:000\$, sendo: 50:000\$ na sub-consignação—Auxilio aos agricultores, etc.; 100:000\$ na sub-consignação — Distribuição de plantas, etc., e 20.000\$ na sub-consignação—Auxilio á catechese dos indios etc.	868:040\$000	

	Papel	Ouro-
6. ^a Imigração e colonização — Na sub-consignação — Ser- viço nos E tados — accre- scentadas depois das pala- vras—localização de immi- grantes, excluidos os azia- ticos—, as seguintes: — in- clusive distribuição gratuita de saes de quinina ás popu- lações do extremo norte —. Assim discriminada a im- portancia destinada ás dia- rias dos serventes da Hos- pedaria de Immigrantes da Ilha das Flores :		
1 servente de phar- macia, com a dia- ria de 2\$.	730\$	
1 dito para a se- cretaria, idem..	730\$	
2 ditos para o al- moxarifado, idem	1:460\$	
16 ditos para serviço geral, com a dia- ria até 2\$.	11:680\$	
	4.377:267\$500	1.250:000\$000
7. ^a Subvenção ás companhias de navegação.—Desdobrada do seguinte modo a consi- gnação de 220:240\$, sob o título — Companhia Per- nambucana de Navegação : Serviço de navegação de Pernambuco, 164.040\$. Com- panhia Pernambucana de Navegação: Serviço de na- vegação a vapor no rio S. Francisco e de reboca- gem na barra do mesmo rio (decreto n. 6.227, de 13 de novembro de 1906 ⁽²⁷⁾) 56:200\$		
	1.257:361\$700	1.663:699\$992

(27) Decreto n. 6227, de 13 de novembro de 1906 :

Autoriza a renovação do contracto para o serviço de navegação a vapor no baixo S. Francisco, desde a cidade de Penedo até a villa de Piranhas, e a de rodagem na barra do rio S. Francisco, a cargo da Companhia Pernambucana de Navegação.

Este decreto é acompanhado de 27 clausulas.

	Papel	Ouro
8.ª Garantia de juros — Elimina- dos o credito de 100:380\$ e a respectiva sub-rubrica «Estrada de Ferro Muzam- binho, etc.». Substituida a denominação da Estrada de Ferro Bahurú a Corumbá por—Estrada de Ferro Ba- hurú a Itapura, de accôrdo com o decreto n. 6.899, de 24 de março de 1908.....	1.574:500\$824	4.640:663\$353
9.ª Estradas de ferro federaes:		
I. Estrada de Ferro Central do Brazil — Restabelecido na consignação — Gratificações diversas — da 1ª divisão — o abono de 10 % para que- bras ao escrivão da thesou- raria e ao seu ajudante. — Na 2ª divisão. Au men- tada de 40:000\$, ficando assim redigida a consigna- ção — Inspectoria do Tele- grapho e Illuminação:		
1 inspector	12:000\$000	
3 sub-inspectores.....	18:000\$000	
1 chefe de secção.....	5:100\$000	
1 1º escriptuario.....	4:800\$000	
1 2º dito.....	4:200\$000	
1 3º dito.....	3:600\$000	
2 4º ditos	5:40 \$000	
1 continuo.....	1:800\$000	
1 armazenista.....	2:700\$000	
Telegraphistas e gratifica- ções a agentes e confe- rentes por accumulção de funções de telegra- phista.....	1.072:000\$000	
Cabineiros.....	75:000\$000	
Pessoal da officina telegra- phica.....	32:000\$000	
Dito da conservação das linhas.....	111:000\$000	
Dito da illuminação e ser- viço chronometrico.....	103:500\$000	
Auxiliares de escripta, guar- das, serventes e pessoal extraordinario.....	14:400\$000	
	<u>1.465:500\$000</u>	

	Papel	Ouro
Assim tambem redigida a consignaço — Gratificações diversas :		
Ajudas de custo.....	43:000\$000	
Abono aos fieis recebedores, para quebras.....	8:000\$000	
De trimestres (10 %) ; addicionaes de 20 e 25 % aos funcionarios que servir em logares insalubres.....	530:000\$000	
Para alugueis de casa e abonos em caso de remoção.	50:000\$000	
	<hr/>	
	631:000\$000	

Na 3ª divisão, augmentada de 6:000\$ a consignaço — Gratificações — para ajuda de custo ao sub-director. Na 4ª divisão, corrigido para 36:000\$ o engano typographico que se deu, ao ser impressa a tabella respectiva, nos vencimentos de tres ajudantes do sub-director. Na 5ª divisão, augmentada de 12:600\$ a consignaço — Conservação da linha e edificios — sendo: 9:600\$ para um engenheiro residente e 3:000\$ na sub-consignaço — Armazenistas de 1ª e 2ª classes. Augmentada a verba de 2:475:000\$ para aquisição e transformação do material rodante.

Transferida a importancia de 50:000\$ da sub-consignaço — Auxiliares diversos e pessoal operario da 5ª divisão — para a sub-consignaço — Cabineiros da 2ª divisão — redigidas

Papel

Ouro

essas duas sub-consigna-
ções assim :

Encarregado
dos signaes
Saxby, auxi-
liares e ca-
bineiros ... 125:000\$

Pessoal opera-
rio e braçal 6.150:000\$

Transferida a quantia de 9:600\$
da sub-consignação — Au-
xiliares da 4ª divisão —
para as sub-consignações
da mesma divisão, seis en-
carregados do deposito e
seis armazenistas, sup-
primida aquella e redi-
gidas estas assim:

7 encarregados
de depositos de
locomotivas... 46:200\$

7 armazenistas.. 21:000\$

Transferida da sub-consigna-
ção — Kilometragem da 4ª
divisão a quantia de 3:600\$
para acertar a sub-con-
signação — Ajudas de
custo — que deve ser de
24:000\$000.....

38.987:080\$500

II. Estrada de Ferro Oeste de Minas

2.128:000\$000

10.ª Obras federaes nos Estados
— Augmentada de 484:000\$,
sendo: 50:000\$ na consigna-
ção — Porto da Parahyba,
que é substituida pela de —
Porto de Cabedello — Pes-
soal e material 227:000\$;
100:000\$ para construcção
do dique da Redinha, no
porto do Natal; 34:000\$ na
consignação — Material — do
mesmo porto; 300:000\$
para estudos, fixação de
dunas, aquisição de dra-
gas e respectivo custeio,
nos portos de Fortaleza,
Camocim, Amarração, Tu-
toya e Itaquí.....

2.692:000\$000

	Papel	Ouro
11. ^a Inspeção Geral de Obras Publicas da Capital Federal..	2.741:500\$500	
12. ^a Esgoto da Capital Federal...	4.160:791\$200	
13. ^a Illuminação publica da Capital Federal.....	872:538\$000	750:840\$000
14. ^a Fiscalização— Com relação á Repartição Federal de Fiscalização, accrescentado:— sendo extensivo ao pessoal desta repartição o disposto dos arts. 37 a 43 do regulamento approved pelo decreto n. 5.512, de 31 de dezembro de 1873 ⁽²⁸⁾ —Redu-		

(28) Decreto n. 5512, de 31 de dezembro de 1873 — (Reforma a secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas):

Art. 37. Os empregados da secretaria só poderão ser aposentados nos seguintes casos :

1.^o de inhabilitação para desempenhar as obrigações do cargo por motivo de molestia ou de elevada idade;

2.^o, por assim exigir o serviço publico.

Art. 38. A aposentação será concedida com ordenado por inteiro ao que contar 30 ou mais annos de serviço; e com ordenado proporcional ao tempo que effectivamente tiver servido ao que contar mais de 10 e menos de 30 annos de serviço.

Art. 39. Para a aposentação regulará o ordenado do ultimo logar que o empregado tiver servido, uma vez que conte nelle tres annos de effectivo exercicio, excluidas as faltas que não forem por serviço obrigatorio

Os que não estiverem neste caso serão aposentados com ordenado correspondente ao ultimo logar que tiverem exercido.

Art. 40. Se ao contados para a aposentação não só os serviços na Secretaria, como tambem os que o empregado houver prestado :

1.^o Em qualquer outro emprego publico de nomeação do Governo, e estipendiado pelo Thesouro Nacional.

2.^o Em empregos stipendiados de repartições provinciaes e da Illustrissima Camara Municipal da Côrte. O tempo de serviço nestas repartições será addicionado somente pela terça parte do que o empregado contar na Secretaria.

3.^o No Exercito ou na Marinha Nacional, si não tiver sido já contado o respectivo tempo para reforma militar.

4.^o Como addido á Secretaria do Imperio até ao tempo da promulgação do decreto regulamentar n. 2338, de 5 de março de 1859, segundo a disposição do art. 44 do mesmo decreto, e á Secretaria da Agricultura.

Art. 41. Na liquidação do tempo de serviço observar-se-ha o seguinte:

1.^o Quanto ao serviço prestado na Secretaria ou em empregos geraes não se descontará o tempo das interrupções pelo exercicio de quaesquer funções publicas, em virtude de nomeação do Ministerio da Agricultura,

	Ouro	Papel
zidos de 60:000\$ e 200:000\$, respectivamente, os creditos das consignações «Commis- são fiscal das obras de me- lhoramentos dos portos do Estado da Bahia» e «Fisca- lização das obras da barra e do porto do Rio Grande do Sul».....	1.399:785\$000	3:600\$000
15. ^a Observatorio do Rio de Ja- neiro.....	107:600\$000	
16. ^a Serviço Geologico e Minera- logico do Brazil — Augmen- tada de 20:000\$ a sub-consi- gnação — Gratificação ao pessoal technico, etc.— que é substituida pela destina- da ao—Pessoal technico ex- traordinario e diarias, de accôrdo com as instrucções — Deduzida a quantia de 20:000\$ da consignação — Material.....	300:000\$000	
17. ^a Repartições e logares extin- ctos—Diminuida de 14:400\$, sendo 9:600\$, correspon- dente a um chefe de secção da Secretaria de Estado, e		

de eleição popular ou de preceito de lei; será, porém, descontado o tempo das faltas por molestia, excedentes de 60 dias em cada anno, e o de licenças e faltas não justificadas.

2.º Quanto aos serviços prestados em outras repartições, attender-se-ha sómente ao tempo de exercicio no emprego, excluido o das interrupções por qualquer motivo.

3.º A liquidação dos serviços prestados no Exercito ou na Armada far-se-ha segundo os preceitos da legislação militar.

Art. 42. As disposições dos artigos antecedentes comprehendem não só os empregados nomeados na época da organização da Secretaria, como também os que anteriormente exerciam empregos publicos; mas, em caso algum será tomado para base da liquidação do vencimento da inactividade o prazo maximo de 25 annos estabelecido na legislação anterior ao decreto n. 2368, de 5 de março de 1859, e sim o actualmente fixado.

Art. 43. Perderá a aposentação o empregado que fôr convencido em qualquer tempo, por sentença passada em julgado, de ter, enquanto se achava no exercicio de seu emprego, commettido alguns dos crimes indicados no art. 22, ou praticado acto de revelação de segredo, de traição ou de abuso de confiança.

	Papel	Ouro
4:800\$ a um 1º official da Directoria Geral de Esta- tistica.....	38:720\$000	
18.* Eventuaes.....	150:000\$000	

Art. 16. Fica o Presidente da Republica autorizado:

I—A despende:

a) 250:000\$ com os trabalhos preparatorios do recenseamento a realizar-se em 1910, podendo para isso abrir o necessario credito;

b) 10:000\$ em premios, á razao de 1\$ por kilogramma, aos sericicultores que apresentarem casulos de produccao nacional, de accordo com o regulamento n. 6.519, de 13 de julho de 1907;

c) 5:000\$ em premios aos sericicultores que provarem, a juizo do Governo, ter pelo menos 2.000 pés de amoreiras regularmente tratados, de accordo com o disposto no mesmo regulamento;

d) 45:000\$, repartidamente, como premio ás duas primeiras fabricas que, dispondo de machinismos modernos, empregarem na tecelagem fios de casulos produzidos no paiz;

e) até 150:000\$ com as obras de protecção no leito da Estrada de Ferro Oeste de Minas contra as inundações e com o ramal do Claudio;

f) 100:000\$ para a conservação e melhoramentos de que carecem os taludes marginaes no Rio Parnahyba, na capital do Estado do Piahy, afim de manter o canal fixo das aguas e evitar os bancos de areia que se formam, constituindo obstaculo á navegacao fluvial e ao unico porto de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias;

g) até 300:000\$ para a construcção de uma ponte sobre o rio Uruguay, no lugar denominado Passo de Goyoen, na estrada geral que por ali passa;

h) 150:000\$ para melhoramento da Quinta da Boa Vista, no Districto Federal;

i) 150:000\$ para construcção do caes do porto de Corumbá;

j) 60:000\$ para o serviço de navegacao, contractado mediante concorrência publica, dos rios Ibicuby até Cacequi e do Uruguay até Santo Izidro, no Estado do Rio Grande do Sul;

k) até 30:000\$ para construcção de um pequeno caes ou ponte de desembarque de mercadorias no porto de Uruguayana, no Estado do Rio Grande do Sul;

l) 100:000\$ com o serviço da limpeza e dragagem do rio Cuyabá;

m) 40:000\$ para a catechese dos indios do Rio Branco, no Amazonas, ou de Matto Grosso, Santa Catharina e Paraná, repartidamente pelos mesmos Estados;

n) 50:000\$ para dragagem do rio Parnahyba e 5:000\$ para barragem do Piracuruca, do Estado do Piahy;

o) 5:000\$ para reparar cada uma das rampas do rio Parnahyba, nas cidades de Floriano e Amarante;

p) 40:000\$ com o prolongamento das linhas telegraphicas, no Estado da Parahyba.

II. A nomear uma comissão de inquerito sobre a situação da marinha mercante nacional, com o fim de organizar as novas bases sobre as quaes deverá assentar a lei da cabotagem, attendendo especialmente á necessidade de baratear os fretes e ligar mais estreitamente as diversas zonas do paiz. As despesas provenientes deste inquerito serão custeadas por credito especial, não excedente de 10:000\$000.

III. A modificar os contractos de estradas de ferro que não contenham a clausula de reversão das mesmas ao dominio da União, para o fim de estabelecer uniformemente esta clausula, podendo conceder compensações em prazos e preços kilometricos.

IV. A emprender a unificação das rêdes telephonicas federal e municipal, contractada na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista um plano de desenvolvimento systematico, de accôrdo com a planta cadastral da mesma cidade.

1.º A unificação se fará incorporando-se o serviço municipal ao federal ou vice-versa, como fôr mais conveniente.

2.º As communicações telephonicas abrangerão todo o raio urbano.

3.º Logo que estiver feita a unificação dos dous serviços, o Governo providenciará sobre a construcção de linhas inter-urbanas para Niteroy, Petropolis, Campos, Juiz de Fóra, Bello Horizonte, S. Paulo, Santos e outros pontos que julgar convenientes.

4.º No caso de ser o serviço municipal incorporado ao federal, a rede geral ficará a cargo da Repartição Geral dos Telegraphos, revogado o decreto n. 199, de 7 de fevereiro de 1894⁽²⁹⁾, na parte que transferiu o serviço telephónico na área urbana do Districto Federal á administração municipal.

5.º As taxas a estabelecer, depois da unificação dos serviços, serão mais baixas que as actuaes.

V. A entrar em accôrdo :

a) com as empresas particulares de linhas telegraphicas e companhias de vias-ferreas, para o fim de estabelecer o trafego mutuo com as linhas federaes ou permittir o assentamento de conductores, proprios da Repartição Geral dos Telegraphos, nos postes daquellas empresas ou companhias, tendo em vista sempre harmonizar as taxas por ellas cobradas com as da repartição federal ;

b) com a Companhia Fluvial de Navegação do Rio Parnahyba para o fim de modificar, sem augmento de despeza, o respectivo contracto, no sentido de serem estabelecidas as oito viagens redondas mensaes da cidade da Parnahyba ao porto da Tutoya, e vice-versa, de modo a servir á navegação inter-estadoal ou internacional, feita por vapores nacionaes ou estrangeiros ;

c) com os governos dos Estados cafeeiros, para propaganda do café no estrangeiro, podendo não só despendar para esse fim até

(29) O decreto n. 199, de 1894, é de julho e não de fevereiro.

a quantia de 500.000\$, ouro, uma vez que os Estados contribuam com quantia pelo menos igual, mas também combinar, no mesmo accôrdo, a par dessa propaganda, a de outros productos nacionaes, ainda que de Estados não cafeeiros.

VI. A construir:

a) uma ponte sobre o rio Grande, onde for mais conveniente, ligando o município de Igarapava, no Estado de S. Paulo, com o de Uberaba, no de Minas Geraes;

b) ou adquirir edificios para correios e telegraphos, abrindo o necessario credito, applicando os saldos dos creditos abertos para este fim no exercicio de 1908, podendo entrar em accôrdo com os governos dos Estados, mediante permuta com proprios nacionaes e outras condições que forem julgadas convenientes.

VII. A promover:

a) o consumo de carvão nacional na Estrada de Ferro Central do Brazil e em outras estradas ou serviços federaes, mediante accôrdo com as respectivas administrações;

b) por meio de accôrds directos, o serviço de permuta de encomendas postaes com os paizes que fazem parte da União Postal, abrindo para tal fim o credito necessario;

c) accôrds para a ligação, construcção de linhas e trafego mutuo da rêde telegraphica nacional com as dos paizes limitrophes e bem assim a rever os existentes, abrindo para esse fim creditos até 500.000\$000.

VIII. A mandar estudar e pôr em pratica na Estrada de Ferro Central do Brazil um systema de premios pecuniarios aos machinistas, ajudantes, foguistas e graxeiros, com o fim de remunerar: 1º, as economias feitas no consumo de combustivel e de lubrificantes; 2º, as economias feitas nas reparações das locomotivas; 3º, a regularidade na movimentação dos trens. Os premios serão pagos pelas economias feitas na verba—Combustivel e lubrificantes.

IX. A applicar para a construcção das linhas ferreas que servem á ligação geral dos Estados o regimen da lei n. 1.126, de 15 de dezembro de 1903 (30), ou outros que não importem onus maiores para o Thesouro.

(30) Lei n. 1126, de 15 de dezembro de 1903:

Art. 1.º E' autorizado o Governo a construir uma estrada de ferro que partindo de Timbó, no Estado da Bahia, vá termina' na cidade de Propria, no Estado de Sergipe, ligando essa estrada as cidades de Aracajú e Simão Dias, directamente ou por meio de ramaes, conforme for julgado mais conveniente: observando-se as seguintes disposições:

§ 1.º O Governo mandará organizar os planos e orçamentos por pessoal de sua confiança, abrindo para isso o necessario credito, e con-

X. A abrir os necessarios creditos:

a) para terminar o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brazil até a cidade de S. Paulo e proseguir no da linha do centro, podendo este ser feito desde o kilometro 460, na direcção do valle do Paraopeba para Bello Horizonte, para o começo de cujos trabalhos fica autorizado o credito de 500:000\$000;

b) para occorrer ás despesas de construcção de um ramal da mesma estrada, da estação de Sabará até a cidade de Ferros, de conformidade com a letra b, do n. XVII, do art. 22 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902 ⁽²¹⁾, e do prolongamento da mesma estrada para Diamantina, podendo, para sua mais prompta realização, entrar em accordo com o Estado de Minas;

c) para o custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina, enquanto não for entregue ao respectivo arrendatario (decreto n. 5.977, de 18 de abril de 1906 ⁽²²⁾);

d) para proceder aos estudos quanto á conveniencia da ligação da linha auxiliar (ex-Melhoramentos) com a Estrada de Ferro

tractará a construcção com quem mais vantagens offerecer em concorrência publica.

§ 2.º O contractante se obrigará a iniciar as obras dentro do prazo de um anno e a terminal-as dentro de cinco annos a contar da data da assignatura do contracto.

§ 3.º O pagamento das obras da estrada será effectuado por meio de titulos que o Governo emitirá, vencendo os juros de 5 % ao anno, em moeda corrente, ou 4 % em ouro, com a amortização de 1/2 % ao anno.

§ 4.º Os titulos a que se refere esta lei serão entregues ao contractante á proporção que forem recebidas as secções da estrada concluidas com o material fixo e odante correspondente.

Art. 2.º O Governo providenciara sobre o trafego da estrada pelo modo que julgar mais conveniente.

(31) Lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902 — (Orçamento da despesa para o exercicio de 1903):

Art. 22. E' o Poder Executivo autorizado: XVII, a applicar na vigencia desta lei, da renda liquida produzida pela Estrada de Ferro Central do Brazil, nos exercicios de 1902 e 1903, até a quantia de 6.500:000\$ na construcção do prolongamento, ramaes e melhoramentos das estradas de ferro de propriedade da União:

a) o respectivo credito será aberto no começo do exercicio, por conta dos saldos a liquidar;

b) a execução das obras da Estrada de Ferro Central do Brazil ficará a cargo das divisões provisórias, sujeitas á directoria da Estrada, enquanto o Governo não ulgar necessário a criação de commissões a elle directamente subordinadas; a execução das obras, porém, si o Governo entender que não as deve fazer por administração, será confiada a quem melhores vantagens offerecer, mediante concorrência publica.

(32) Decreto n. 5977, de 18 de abril de 1906 — Approva as clausulas para o contracto referente ao arrendamento da Estrada de Ferro D. Thereza Christina e a construcção das obras de melhoramento do porto de Massiambú, no Estado de Santa Catharina.

Sapucahy e, verificada ella, realizar os respectivos trabalhos de construcção ;

e) para construcção de uma ponte sobre o rio Paranahyba, de accôrdo com o projecto e orçamento approvados pelo decreto n. 6715, de 7 de novembro de 1907 ⁽³³⁾ ;

f) para os estudos e a construcção de linhas telegraphicas e estradas de ferro de caracter strategico, por intermedio do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, podendo este entrar em accôrdo com o da Guerra para utilização, neste serviço, do pessoal technico e praças de pret do exercito; e applicar neste exercicio os saldos dos creditos abertos em virtude da autorização contida na lettra b, do n. XXI do art. 35 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 ⁽³⁴⁾ ;

g) para effectuar a desobstrucção dos baixios do rio Uruguay, de conformidade com os estudos feitos e approvados ;

h) para terminação dos estudos do traçado da estrada de ferro que ligue as cidades de S. Borja e S. Luiz á Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, passando por Santiago, Jaguary (colonia) e S. Vicente ou como for melhor, sendo applicado á construcção o regimen da lei n. 1126, de 15 de dezembro de 1903 ⁽³⁵⁾ ;

i) para mandar escolher localidades convenientes, nos territorios do Amapá, Acre e Missões e nas fronteiras do patz, destinadas á fundação de colonias, assim como estudar e construir estradas que as liguem aos centros populosos mais proximos ;

j) para realizar os estudos e a construcção de um ramal que, partindo do ponto mais conveniente da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, vá terminar em Jaguarão.

XI. A applicar o saldo do credito de 489:000\$, aberto de accôrdo com o n. XII do art. 35 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de

(33) Decreto n. 6715, de 7 de novembro de 1907 — Approva o local e o projecto geral para a construcção de uma ponte sobre o rio Paranahyba, destinada a facilitar as communicações entre os municipios do Triângulo Mineiro e os do sul do Estado de Goyaz.

(34) Lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 — (Orçamento da despesa para o exercicio de 1907):

Art. 35. E' o Presidente da Republica autorizado :

.
XXI. A mandar fazer os estudos necessarios :
.

b) para proceder a construcção de linhas telegraphicas e estradas de ferro de caracter strategico, pelo Ministerio da Viação, podendo este entrar em accôrdo com o da Guerra para utilização, neste serviço, do pessoal technico e praças de pret do Exercito, abrindo para isso os necessarios creditos.

(35) Lei n. 1126, de 15 de dezembro de 1903—V. nota n. 30 a esta lei.

1906⁽³⁶⁾, nas prestações de empréstimo a que se refere, não realizadas no exercício de 1907.

XII. A firmar accórdos com os governos dos Estados, afim de serem melhoradas as estradas vicinaes de rodagem, que se acharem bem conservadas, ou abrirem outras mais convenientes, comtanto que essas estradas sejam convergentes a estações de ferro-vias ou de transportes fluviaes.

O auxilio pecuniario que o Governo da União conceder não excederá de 20 % das quantias que o Estado despende para tal fim,

XIII. A subvencionar com a quantia de 40:000\$ annuaes a companhia de navegação que estabelecer entre os portos de Angra e de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, e a bahia de Guanabara, no Districto Federal, uma linha regular de vapores para o transporte de mercadorias e passageiros, mediante as condições que com ellas forem estipuladas.

XIV. A instituir e regular, na Estrada de Ferro Central do Brazil e nas demais officinas e dependencias do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, caixas de pensões para os respectivos operarios e diaristas, modeladas de accôrdo com as organizações

(36) Lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 — Orçamento da despesa para o exercício de 1907.

Art. 35. E o Presidente da Republica autorizado:

XXII. A adeantar por empréstimo, pelo prazo de 10 annos, até a quantia de 480:000\$ aos actuaes funcionarios da administração dos correios de Ouro-Preto, como auxilio aos mesmos, para construirem, em Bello-Horizonte, casas para suas residencias, fazendo para isso as necessarias operações de credito e observadas a proporção da tabella abaixo o as condições seguintes:

a) o adeantamento será feito a cada funcionario em tres prestações, sendo a primeira de 30 % sobre a importancia total, logo que seja iniciada a construcção do predio; a segunda de 40 %, quando estiver em meio; e a terceira de 30 %, quando estiver terminada, tudo a juizo do engenheiro do Governo;

b) as casas só poderão ser construidas em terreno de plena propriedade do funcionario e ficarão, terreno e casa, hypothecados ao Governo até completa indemnisação do adiantamento feito;

c) os planos e plantas das ditas casas deverão ser previamente examinados por engenheiro do Governo e só serão approvados desde que se verifique que a casa terá valor pelo menos igual ao do adeantamento feito;

d) a indemnisação dos adeantamentos realizados pelo Governo far-se-ha por deducções mensaes de 10 %, sobre o total dos adeantamentos feitos aos funcionarios, a quem fica permitido pagar por prestações maiores, para, antes do prazo de 10 annos, tornar-se proprietario do respectivo predio;

e) no caso do fallecimento do funcionario, será permitido aos respectivos herdeiros continuar a fazer as prestações na forma estabe-

dadas ás da Imprensa Nacional e do Arsenal de Marinha da Capital Federal.

decida nesta lei, afim de se tornarem afinal proprietarios do predio que, caso não o façam, será pelo Governo vendido em hasta publica para pagar-se do que ainda for devido.

Tabella relativa ao adeantamento aos actuaes funcionarios da administração dos Correios de Ouro Preto, que são transferidos para Belo Horizonte:

Typo das casas	Preço	Desconto annual	Desconto mensal	Duração do pagamento	Categoria dos funcionarios	Vencimento dos funcionarios	Numero de funcionarios
I	3:000\$	300\$	25\$000	10 annos	Servente de 2ª.....	540\$	1
					» » 1ª.....	1:200\$	7
					Distribuidores.....	1:100\$	2
					Continuo.....	1:300\$	1
					Carteiros de 3ª.....	1:10\$	6
					Praticantes de 2ª.....	1:100\$	10
II	5:000\$	500\$	41\$666	10 annos	Carteiros de 2ª.....	2:200\$	12
					» » 1ª.....	2:400\$	6
					Praticantes de 1ª.....	2:400\$	16
					Amanuenses.....	2:600\$	8
III	8:000\$	800\$	66\$666	10 annos	Porteiro.....	3:600\$	
					Fiel.....	3:600\$	1
					Terceiros officiaes.....	3:600\$	1
					Segundos officiaes.....	4:500\$	4
					Primeiros officiaes.....	5:400\$	8
IV	10:000\$	1:000\$	83\$333	10 annos	Chefes de secção.....	6:000\$	2
					Thesoureiro.....	7:000\$	1
					Contador.....	7:200\$	1
V	12:000\$	1:200	100\$000	10 annos	Administrador.....	10:500\$	1
Total.....	489:000\$	48:900\$	4:074\$960	10 annos	—	—	98

XV. A conceder:

a) até 100:000\$, para auxilio das obras do canal de navegação entre a Laguna e Porto Alegre, abrindo para esse fim o necessario credito ;

b) uma subvenção annual que não exceda de 30:000\$ á companhia que fizer a navegação do Alto Parnahyba, Estado do Piahy ;

c) de accôrdo com o regulamento que expedir, á primeira Cooperativa Vinicola que se fundar de accôrdo com a respectiva lei, em cada Estado viticultor, o premio de 100 réis, no maximo, por litro de vinho exportado.

Este premio será pago até ao maximo de 1.000.000 de litros e não será percebido, si a exportação for inferior a 100.000 litros.

XVI. A reorganizar:

a) a Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal, sem augmento de despeza, respeitados os direitos e categorias dos actuaes empregados, salvo melhor collocação por accesso ;

b) a Inspectoria de Illuminação, sem augmento de despeza ;

c) sem augmento de despeza, os serviços a cargo da Repartição Geral dos Telegraphos, de accôrdo com as bases seguintes:

1.^a Modificando a organização das tres divisões actuaes, desdobrando ou fundindo os serviços, conforme a experiencia tenha aconselhado ;

2.^a Modificando a organização dos districtos telegraphicos e a classificação das estações ;

3.^a Remodelando os serviços de contabilidade, de modo a simplificar-os quanto possivel, dentro dos preceitos geraes da contabilidade publica ;

4.^a Revendo os quadros do pessoal, de fôrma a adaptal-os á organização dos serviços, devendo ser providos por concurso os cargos que o não possam ser por accesso, respeitados sempre os direitos dos actuaes empregados ;

5.^a Instituinto gratificações locaes afim de compensar a differença de condições de subsistencia nos varios pontos do paiz ;

6.^a As providencias que forem de attribuição legislativa, serão opportunamente submettidas á apreciação do Congresso Nacional.

d) Os Correios da Republica, expedindo para esse fim o necessario regulamento, de modo a dar maior desenvolvimento aos serviços, tendo em vista a Convenção e os actos firmados no ultimo Congresso Postal e de accôrdo com as seguintes bases:

1.^a Nas nomeações a fazer será respeitado o direito a accesso dos actuaes empregados effectivos, mantido o concurso para as primeiras nomeações ;

2.^a A classificação das administrações, sub-administrações e agencias será revista, de accôrdo com as exigencias do desenvolvimento postal ;

3.^a Caberá á Directoria Geral a attribuição de liquidar directamente todas as contas relativas ao serviço internacional ;

4.ª Será revista, *ad referendum* do Congresso Nacional, a parte penal do regulamento, preenchendo-se as lacunas nelle existentes e eliminando-se as disposições impraticaveis;

5.ª Estabelecer-se-ha o sello de deposito para o serviço de vales, cheques e caixas economicas postaes;

6.ª Os empregados postaes em serviço no territorio do Acre perceberão uma gratificação até 50 % dos respectivos vencimentos;

7.ª As despesas decorrentes da reforma não excederão á importância de 2.000:000\$, na vigencia desta lei;

8.ª Ficam elevados os vencimentos annuaes dos carteiros, estafetas e conductores de malas, de accôrdo com a tabella seguinte:

Carteiro de 1ª classe.....	3:600\$000
» » 2ª »	3:000\$000
» » 3ª »	2:400\$000
Estafetas e conductores de malas...	1:800\$000

9.ª A terça parte dos vencimentos da tabella supra será considerada gratificação *pro labore*;

10.ª Os carteiros, estafetas e conductores de malas perceberão, além dos seus vencimentos, uma gratificação adicional, relativa ao tempo de serviço effectivo no exercicio do cargo e que será considerada para todos os effeitos, inclusive os de aposentadoria, como parte integrante dos seus vencimentos, assim augmentados na razão seguinte:

Por 10 annos de serviço, mais 10 % além dos vencimentos.

» 15 annos de serviço, mais 15 % além dos vencimentos.

» 20 annos de serviço, mais 20 % além dos vencimentos.

» 25 annos de serviço, mais 30 % além dos vencimentos.

» 30 annos de serviço, mais 40 % além dos vencimentos.

» 35 annos de serviço, mais 50 % além dos vencimentos.

11.ª A gratificação adicional a que se refere o numero anterior será paga ao funcionario que a ella tiver direito do dia seguinte áquelle em que completar o tempo de serviço que a justifique e motive, incorporando-se ao seu respectivo vencimento;

12.ª Os empregados das secções de manipulação de correspondencia, ambulantes e carteiros, quando occupados em serviço extraordinario, ainda os do proprio cargo, perceberão como gratificação extraordinaria a terça parte do vencimento diario que lhes competir;

13.ª No calculo das antiguidades, de que tratam os respectivos numeros, será incluído o anno em que o empregado tiver dado 30 faltas seguidas ou interpoladas, não sendo por molestia, e os de 60 faltas por motivo de molestia;

14.ª Os empregados do Correio poderão ser aposentados com todos os seus vencimentos, quando completarem 25 annos de serviço

effectivo postal, ou quando se invalidarem na função do seu cargo por molestia incuravel ;

15.^a Nas faltas sem justificação por molestia, até tres por mez, o funcionario que faltar perderá a gratificação correspondente aos dias de falta ;

16.^a A gratificação adicional não soffrerá em nenhuma circumstancia desconto algum ;

17.^a O director geral dos Correios designará carteiros especiaes para as differentes repartições publicas, privativamente encarregados e responsaveis pela correspondencia que lhes for destinada ;

18.^a A todos os carteiros, estafetas ou conductores de malas, dos quaes se exigir uniforme especial, se abonará annualmente a quantia de 150\$, que lhes será entregue no dia 1 de janeiro de cada anno, ao receberem o vencimento do mez anterior ;

19.^a Todos os carteiros terão direito a passes gratuitos nas linhas de bondes e estradas de ferro para o serviço postal ;

20.^a As vantagens desta lei se estenderão aos carteiros ruraes de 1.^a e 2.^a classes ;

21.^a As reformas autorizadas nesta lettra entrarão provisoriamente em immediata execução, até què sobre ellas se pronuncie o Congresso Nacional, ao qual serão submettidas, no que a este competir, na primeira sessão legislativa ;

e) *ad referendum* do Congresso Nacional, o Observatorio Astromico do Rio de Janeiro, dando-lhe a organização que for mais conveniente, de modo a poder prestar melhores serviços á agricultura e estabelecer, com o maior desenvolvimento possivel, o serviço meteorologico agricola, sob a direcção do Observatorio, bem assim a determinação de posições geographicas para execução da Carta do Brazil.

XVII. A mandar imprimir na Imprensa Nacional :

a), a *Revista do Club de Engenharia*, de accôrdo com a lei n. 1072, de 14 de outubro de 1903 ⁽³⁷⁾ ;

b) 2.000 exemplares da obra do finado engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, intitulada *Pontes e Viaductos Metallicos*, reservando para seu uso 200 e entregando gratuitamente os demais á familia do mesmo engenheiro, podendo abrir para esse fim o necessario credito.

XVIII. A aproveitar as sobras do credito aberto em virtude da autorização do n. IX do art. 22 da lei n. 1.841, de 31 de dezem-

(37) Lei n. 1072, de 14 de outubro de 1903.

E' do teor seguinte:

« Artigo unico. O Governo abrirá o credito necessario para mandar fazer gratuitamente a impressão da «*Revista do Club de Engenharia*», na Imprensa Nacional ; revogadas as disposições em contrario. »

bro de 1907 ⁽³⁸⁾, em empréstimos a empregados que, não sendo do quadro da administração dos Correios de Ouro Preto ao tempo da mudança, tenham sido nomeados ou removidos até 1908 para a Administração de Belo Horizonte, desde que os daquelle quadro desistam, em favor dos outros, dos empréstimos que lhes eram destinados, observando-se para as categorias as tabelas que acompanharam a lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, art. 35, n. XII ⁽³⁹⁾, e começando a cobrança de todos os empréstimos até agora feitos e a dos que forem feitos em virtude desta autorização, a partir de janeiro de 1910.

XIX. A mandar proceder aos estudos da barra do rio Cotin-guiba, Sergipe e, de accôrdo com estudos anteriores do engenheiro Cernadaek, em 1875, e Dr. Milner Roberts, em 1871, determinar e executar os melhoramentos necessários para garantir a maior profundidade do canal e sua permanencia, abrindo para isso o necessario credito.

XX. A realizar as obras necessarias ao melhoramento dos portos da Republica, de accôrdo com o decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907 ⁽⁴⁰⁾, podendo effectuar as necessarias operações de credito.

XXI. A mandar proseguir nas obras interrompidas para o revestimento das margens e barragens do «Vallo Grande de Iguape», com as modificações que as circumstancias determinarem, abrindo para esse fim os creditos necessarios.

XXII. A firmar convenção para permuta de encomendas e accôrdo para a assignatura de jornaes, actos estabelecidos no IV Congresso Postal Universal de Roma, reorganizando os serviços para esse fim.

XXIII. A adquirir o predio onde funciona, em Maceió, o tele-grapho nacional, deduzida da rubrica 10ª do art. 15 importancia necessaria uma vez julgada conveniente a acquisição daquelle immovel.

(38) Lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907 — (Orçamento da des-peza para o exercicio de 1908):

Art. 22. E' o Presidente da Republica autorizado:

IX. A applicar o saldo do credito de 489:000\$, aberto de accordo com o n. XII do art. 35 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, nas prestações do empréstimo a que se refere, não realisadas no exercicio de 1907.

(Quanto á disposição da lei n. 1617, citada, vide a precedente nota n. 38. Vide tambem o n. XI do presente artigo.)

(39) Vide nota n. 36 á presente lei.

(40) Decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907 — Modifica o regimen especial para execução das obras de melhoramento dos portos e rios navegaveis da Republica.

XXIV. A reverter :

a) o contracto, sem augmento de despeza, com a *Amazon Telegraph Company*, de modo a poder ella melhor servir os interesses geraes da região do Amazonas para modificação das taxas telegraphicas, collocação do cabo duplo, augmento da linha actual e outros melhoramentos que a experiencia houver indicado ;

b) o contracto com a *Amazon Steam Navigation Company*, sem augmento da despeza, no intuito de remodelar as tarifas vigentes, reduzindo as suas tabellas, estabelecendo o uso da *snagtboats*, fazendo outras modificações necessarias ao melhoramento do serviço e offerecendo á mesma companhia as vantagens que se tornarem convenientes ;

c) os contractos de arrendamento das estradas de ferro da União, sem augmento de despeza e com redução das tarifas, e, de accôrdo com os arrendatarios, estabelecer as seguintes obrigações:

1^a, de ser a estrada aparelhada com carros frigoríficos, carros restaurantes e carros dormitorios dos typos mais modernos ;

2^a, de serem construidos depositos frigorificos nos pontos iniciais das estradas de ferro, nos pontos de cruzamento com outras estradas de ferro ou de rodagem e em outros pontos mais convenientes ao movimento de importação das grandes regiões productoras ;

3^a, promover o povoamento das terras marginaes ou proximas ás estradas, como ficou estabelecido no decreto n. 6533, de 20 de junho de 1907, clausula VIII e seus paragraphos, referentes ás linhas de concessão da Companhia Estrada de Ferro de S. Paulo — Rio Grande do Sul ;

d) os contractos de arrendamento das estradas de ferro federaes, alterando os onus reciprocos, para o fim de realizar a construcção dos prolongamentos e ramaes necessarios.

XXV. A tomar as seguintes medidas no intuito de attenuar, tanto quanto possivel, os effeitos da secca nos Estados do norte :

a) construir açudes e poços nos Estados assolados pela secca, de accôrdo com as instrucções que forem expedidas ;

b) construir estradas de ferro e melhorar outras vias de comunicação que liguem os pontos affectados pela secca aos de facil comunicação com os melhores mercados e aos centros productores ;

c) premiar aos cidadãos que construirem em terras de sua propriedade pequenos açudes ou poços, de accôrdo com as condições estabelecidas pelo Governo.

XXVI. A despendar, para a execução das medidas especificadas no numero antecedente, além das verbas que forem consignadas no orçamento, até a quantia de 1.000:000\$, em condições ordinarias, e as que forem necessarias, em caso de calamidade proveniente da secca.

XXVII. A contractar :

a) a navegação a vapor no rio Paraná, entre o salto das Sete Quedas e o do Urubú Pungá e dahi até Cachoeira Dourada, de

modo a servir os interesses commerciaes do Estado do Paraná, S. Paulo, Matto Grosso, Goyaz e Minas Geraes, mediante os favores geraes sobre a navegação;

b) o serviço da navegação costeira do Estado da Bahia, nos termos e condições do contracto da Companhia de Navegação do Maranhão, estabelecendo as escalas que julgar convenientes, e a abrir os precisos creditos para a retribuição annual dos serviços que forem especificados, paga em prestações mensaes;

c) com empresas industriaes, a admissão em suas officinas de aprendizes de ferreiro mecanico, até ao numero de 100, não excedendo de 10 para cada empresa;

d) com empresas estrangeiras que operam no Brazil, a admissão em seus estabelecimentos, na Europa ou nos Estados Unidos da America do Norte, de aprendizes de electro-technica até ao numero de 10;

e) com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, ou com quem mais vantagens offerecer, a construcção:

1º, do prolongamento do ramal de Araxá-Uberaba, pelos municipios do Prata e de Villa Platina até a margem do rio Parana-hyba, no ponto mais conveniente, abaixo da cachoeira Dourada, nos termos da lei n. 1126, de 15 de dezembro de 1903 ⁽⁴¹⁾;

2º, de um ramal que, partindo de ponto conveniente do prolongamento e passando por Monte Alegre, em Minas, vá terminar no Rio Verde, no Estado de Goyaz.

XXVIII. A expedir novo regulamento para o serviço de distribuição de agua aos predios da Capital Federal, em substituição ao approvado pelo decreto n. 3056, de 24 de outubro de 1898 ⁽⁴²⁾.

XXIX. A providenciar para que seja executado o contracto com a *City Improvements*, na parte relativa ao lançamento de aguas servidas e materias feaes fóra da barra; podendo, no caso de recusa da companhia, se incumbir da execução das obras e proceder á concorrência, abrindo os necessarios creditos.

XXX. A fazer reverter para a Associação de Assistencia aos Operarios da Estrada de Ferro Oeste de Minas, o producto das multas applicadas ao pessoal da mesma estrada.

XXXI. A melhorar o perfil da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil, no sentido de favorecer as condições de tracção, podendo para esse fim despendar até 300:000\$000.

XXXII. A mandar fazer os melhoramentos da barra de Cananéa, Estado de S. Paulo, podendo despendar até 300:000\$000.

(41) Lei n. 1126, de 15 de dezembro de 1903 — Vide nota n. 30 a esta lei.

(42) Decreto n. 3056, de 24 de outubro de 1898 — Approva o regulamento para a concessão de agua dos encanamentos publicos da Capital Federal.

XXXIII. A restabelecer o serviço de dragagem dos portos de S. João da Barra e Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, para o fim de facilitar a navegação, fazendo para esse fim a precisa operação de credito.

XXXIV. A incorporar á Caixa Especial de Portos, de que trata o art. 4.º do decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907⁽⁴³⁾, logo que ella seja installada, as consignações deste orçamento destinadas ás obras de melhoramentos de portos e rios navegaveis e ás respectivas fiscalizações.

XXXV. A passar para a Prefeitura do Districto Federal a fiscalização do trecho da linha de bonds da Tijuca, que vae da junção, na rua Conde do Bomfim, ao Alto da Boa Vista.

XXXVI. A abrir o credito necessario para installar uma administração de correios de 4.ª classe no Territorio do Acre, devendo ser os vencimentos do respectivo pessoal duplos dos fixados para as administrações daquella categoria.

XXXVII. A levar o prolongamento da Estrada de Ferro da Parahyba á cidade de Patos, passando pela cidade de Areia.

XXXVIII. A estabelecer uma agencia telegraphica na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

XXXIX. A prolongar a Estrada de Ferro de Maceió á Viçosa até Palmeira dos Indios, passando pela cidade da Victoria, em Alagôas, abrindo para realização desse serviço os necessarios creditos.

XL. A mandar construir ou a contractar, com quem maiores vantagens offerecer, a construcção de uma linha ferrea que, partindo de S. Luiz de Cáceres, vá terminar no ponto mais francamente navegavel do ria Guaporé, ligando as bacias do Paraguay e do Amazonas, comtanto que o custo kilometrico não exceda ao fixado actualmente para a construcção da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá.

XLI. A subvencionar a companhia de vapores de cabotagem que for organizada para fazer o serviço de cabotagem entre S. João

(43) Decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907 — Modifica o regimen especial para execução de obras de melhoramento dos portos e rios navegaveis da Republica.

Art. 4.º Para o serviço de juros e amortização dos titulos emitidos haverá uma caixa especial constituida com os recursos seguintes:

I — Renda das propriedades adquiridas o desapropriadas e o producto de alienação das que se tornarem dispensaveis para os serviços dos portos;

II — Producto da taxa de 2 1/2 %, ouro, sobre o valor official da importação pelos portos e fronteiras da Republica;

III — Renda dos caes, armazens e demais accessorios do serviço dos portos, mediante o pagamento das taxas que forem estabelecidas;

IV — Qualquer outra renda eventual relativa aos portos e rios navegaveis ou dotação consignada em lei.

da Barra e S. Fidelis e S. João da Barra aos Cachoeiros do Muriaé, devendo ser submettidas previamente á approvação do Governo as tarifas dos generos e productos agricolas que tiver de transportar.

XLII. A desenvolver e systematizar os serviços contra os effeitos da secca nos Estados de Pernambuco, Parahyba do Norte, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Piauhy e Alagôas, mandando proceder a estudos topographicos e geologicos em toda a zona comprehendida entre o primeiro e o ultimo destes Estados, para local e construir açudes, perfurar poços, fazer barragens submersas e bem assim experimentar as culturas que mais convenham a cada zona e intentar pesquisas para a conservação dos cereaes e forragens alli colhidos.

XLIII. A multiplicar os observatorios meteorologicos no interior daquelles e de outros Estados e concentrar os estudos das observações feitas em uma repartição especial para a deducção das leis que regem os phenomenos observados e sua previsão.

a) todos os serviços technicos devem se achar subordinados a uma direcção geral, que lhes dê unidade, para melhor garantia de sua efficacia e economia;

b) planejadas as obras, o Governo determinará a sua construcção, quando ellas tenham de attender a interesse colectivo, ou auxiliará ao particular para sua construcção, si só a elle aproveitar;

c) este auxilio para as obras particulares deve em geral ser de ordem technica e, si for pecuniario, nunca deverá exceder de um terço do orçamento feito, mediante condições estipuladas no regulamento desta lei;

d) o Presidente da Republica abrirá anualmente os creditos necessarios para attender a esse serviço até ao maximo de 1.000:000\$ para cada um dos Estados comprehendidos na zona arida a que se refere este numero.

XLIV. A rever a concessão da Estrada de Ferro Corcovado, entrando em accôrdo com a concessionaria, no sentido de melhorar o serviço a seu cargo, adoptando todos os melhoramentos que julgar uteis, podendo para isso prorogar o prazo da concessão, sem crear onus para o Thesouro nem augmento de tarifas.

XLV. A rever o contracto com o Lloyd Brasileiro, concedendo acrescimo de prazo por seis annos, sem augmento da subvenção annual, mediante novas compensações sobre tarifas e outras que ugar convenientes.

j XLVI. A auxiliar pela verba 6ª do art. 15, como for mais conveniente, a Companhia Hanseatica Colonizadora de Santa Catharina, tendo em vista os immigrants collocados e trabalhos realizados para este fim pela dita companhia.

Art. 17. Os pagamentos dos saldos dos depositos de vales inter-nacionais e de despeza de transito territorial e maritimo serão

feitos aos Correios credores por meio de saques, tomados directamente pela Directoria Geral dos Correios.

Art. 18. O Governo nomeará uma commissão technica mixta, composta de representantes dos Ministerios da Industria, Viação e Obras Publicas, da Guerra e da Marinha, á qual delegará a incumbencia de organizar, sem augmento de despesa, o serviço radio-telegraphico nacional, para o trafego não só da marinha de guerra e communicações militares dos pharões e balizas, mas tambem commercial e da exploração particular e temporaria.

Art. 19. A commissão a que se refere o artigo antecedente, além das bases para a regulamentação internacional dos signaes, deverá estabelecer normas technicas e scientificas :

a) para o estudo da localização das estações radio-telegraphicas ;

b) para o exame das reclamações de ordem technica, relativas ás estações da futura rede radio-telegraphica brasileira ;

c) quanto aos pareceres sobre experiencias radio-telegraphicas, os quaes serão sempre emitidos pela commissão ;

d) quanto á iniciativa de experiencias de interesse geral.

Art. 20. Os governos estaduais e municipaes e os particulares ou empresas que introduzirem no paiz gado lanigero de criação, para o fim de constituir nucleos permanentes de produção de materia prima destinada á industria de fiação e tecidos de lã, gozarão de todos os favores e vantagens concedidos pelo decreto n. 6454, de 18 de abril de 1907 ⁽⁴⁴⁾.

Art. 21. O Governo mandará proceder á revisão geral das tarifas da Estrada de Ferro Central do Brazil, no sentido de reduzi-las, estabelecendo fretes de accordo com o valor actual dos productos, para as grandes distancias, actualmente attingidas pela mesma estrada.

Parapho unico. Ao fazer qualquer concessão ou favor ás estradas particulares ou arrendadas, o Governo exigirá a applicação do disposto neste artigo.

Art. 22. Nas obras publicas do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas serão de preferencia empregadas as madeiras nacionaes.

(44) Decreto n. 6454, de 18 de abril de 1907 — Approva o regulamento para a importação de animaes reproductores, de accordo com a disposição da verba 5^a do art. 34 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1905.

A verba 5^a, mencionada, (auxilios á agricultura) do orçamento da despesa do Ministerio da Industria para o exercicio de 1907 consigna o credito de 200:000\$ para o seguinte fim: «Auxilio aos agricultores e criadores para a introdução de animaes destinados á reprodução e combate de epizootias, de accordo com o regulamento que para esse fim expedir o Governo.»

Art. 23. Aos operarios, trabalhadores e diaristas da União serão pagos integralmente os respectivos salarios e diarias, quando estiverem servindo no jury.

Art. 24. Nos casos de enfermidade contrahida no trabalho ou de accidente nelle verificado, os operarios, trabalhadores e diaristas da União continuarão a perceber integralmente os seus salarios até ao seu completo restabelecimento.

Art. 25. Os empregados da Estrada de Ferro Central do Brazil só terão direito á gratificação trimestral, ainda que hajam dado tres faltas justificadas, quando não houverem soffrido pena alguma. Em caso contrario, só terão direito, si houverem dado uma só falta justificada.

Art. 26. O Governo adquirirá, na cidade de Santos, o terreno necessario para nelle ser construido pela Companhia Docas de Santos o edificio destinado para as repartições dos Correios e Telegraphos, abrindo para esse fim o credito até 150:000\$000.

Art. 27. Na execução dos serviços do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, a prestação de contas do primeiro adeantamento não é indispensavel para a realização do segundo, não podendo, entretanto, se realizar o terceiro adeantamento sem que a prestação de contas do primeiro se ache liquidada, seguindo-se a mesma disposição em relação ás subseqüentes.

Art. 28. Fica derogado o art. 1.^o da lei n. 3018, de 5 de novembro de 1880 ⁽⁴⁵⁾, para o fim de poder o Governo celebrar contractos, por tempo nunca maior de dous annos, quando estes versarem sobre fornecimentos de materiaes imprescindiveis á manutenção dos serviços industriaes a cargo do Ministerio da Industria.

Art. 29. Continúa em vigor, no que não se achar expressamente revogado, o art. 36, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 ⁽⁴⁶⁾.

(45) Lei n. 3018, de 5 de novembro de 1880 — Orçamento da receita para o exercicio de 1881-1882):

Art. 19 (*e não 1.^o*) — O Governo não póde, sem autorização expressa do Poder Legislativo, fazer contractos por tempo excedente do anno financeiro, que estiver correndo, nem para serviços não contemplados na lei do orçamento vigente.

(46) Lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 — (Orçamento da despesa para o exercicio de 1907):

Art. 36. Continuum em vigor o n. X e a letra b do n. XI do art. 15 (para construcção de estradas de rodagem, ligando capitães ou cidades de população não inferior a 10.000 habitantes, situadas em Estados diferentes, o art. 17, assim modificado no n. XX o traçado da linha a construir: em vez de — da linha Gonçalves Ferreira (ou outro ponto mais conveniente) a Bello Horizonte — diga-se «do ponto mais conveniente da bitola de um metro a Bello Horizonte», 19, 21, 22 e 23 da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905, e o n. XXXVII do art. 22 da lei n. 953, de 29 de de-

Art. 30. Para os fins de que trata o art. 58, das bases que baixaram com o decreto n. 6455, de 19 de abril de 1907⁽⁴⁷⁾, o Governo poderá abrir créditos supplementares e elevar a subvenção alli consignada a 15:000\$, quando se trate de via ferrea da bitola de um metro que não goze de garantia de juros federal ou estadual, com-tanto que o pagamento se faça por trechos não inferiores a 20 kilo-metros, em trafego.

Art. 31. Por conta da verba 6ª do art. 15 o Governo poderá subvencionar escolas para o ensino da lingua vernacula e outras materias capazes de facilitar a vida e adaptação dos imigrantes e seus descendentes.

zembro de 1903, sendo excluidos o paragrapho unico do n. XXVI e os ns. XXVII, XXX (supprimindo-se no parenthesis apposto ao n. XLII as palavras « destinada a quantia de 30:000\$ afim de ser entregue á Sociedade Paulista de Agricultura, como auxilio para exhibição e propaganda na proxima exposiçáo de Miláo dos cafés e cacáo do Brazil », e accrescentando-se depois de Rio de Janeiro — as palavras e pela Associação Com-mercial da Bahia e de outros Estados) do art. 17 da lei n. 1445, de 31 de de-zembro de 1903.

(A respeito das citações feitas nesta nota, vide notas 61 a 64, appos-tas á lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.)

(47) Decreto n. 6455, de 19 de abril de 1907— Approva as bases regula-mentares para o serviço do povoamento do solo nacional:

Art. 58. Verificada a utilidade da construcção de via ferrea eco-nomica para ligar terras devolutas colonisaveis ou nucleos coloniaes, com estações de estradas de ferro, centros consumidores, portos maritimos ou fluviaes, a União poderá auxiliar a construcção mediante subvenção, paga de uma só vez, á razão de 6:000\$ por kilometro aberto ao trafego.

Em contracto previo serão definidas as condições a observar, quer de caracter tecnico, quer relativas a prazos, indemnisação do auxilio con-cedido, extensáo maxima a subvencionar e quaesquer outras.

Art. 32. O Presidente da Republica é autorizado a despendar pela repartição do Ministerio da Fazenda, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 37.153:927\$957, ouro, e a de 89.554:933\$753, papel, e a applicar a renda especial na somma de 17.473:333\$342, ouro, e 12.287:500\$, papel :

	Ouro	Papel
1. Juros e mais despesas da divida externa ao cambio de 27 d. por 1\$000. Augmentada de 6.531:662\$222, ouro, ou £ 734.812, para o pagamento de juros e amortização do emprestimo de £ 4.000.000, contrahido no exercicio de 1908, juros do emprestimo de francos 50.000.000, destinados á construcção da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá, a saber:		
Emprestimo de 1908—£ 4.000.000 :		
Amortização.....	£ 482.400	
Commissão 1/2 %.....	£ 2.412	
Juros.....	£ 200.000	
Emprestimo para a Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá:		
Juros.....	£ 50.000	27.032:527\$777
2. Idem e amortização do emprestimo externo para o resgate das estradas de ferro encampadas.....	8.264:880\$000	
3. Idem idem dos emprestimos internos de 1879 e 1897.....	929:284\$000	7.544:400\$000
4. Idem da divida interna.....		25.756:084\$000
5. Pensionistas.....		9.339:994\$612
6. Aposentados.....		2.552:191\$173
7. Thesouro Federal.....		1.274:058\$000
8. Tribunal de Contas.....		580:000\$000
9. Recebedoria da Capital Federal — Fixada em 22.000:000\$ a lotação em 0,646 a porcentagem respectiva.....		472:200\$000
10. Caixa de Conversão e secção de cambio — No — Material. Diminuida de 20:000\$, papel, pela suppressão da sub-consignação — Despesas com o fabrico de notas, aquisição de papel na		

	Ouro	Papel
Casa da Moeda, inclusive fêria extraordinaria do pessoal encarregado da execução e fiscalização desse serviço. Reduzida a 50:000\$, ouro; ao cambio de 27 d. por 1\$, a sub-consignação — Encomendas de notas e outras despesas relativas.....	50:000\$000	412:400\$000
11. Caixa de Amortização—No — Pessoal sem nomeação. Augmentada de 5:657\$500, para diarias de 1\$500 aos 11 serventes, inclusive ao encarregado do serviço da guarda. No — Material, reduzida a 100:000\$, ouro; a sub-consignação—Encomendas de notas e papel, ao cambio de 27 d. por 1\$ e a 10:000\$, papel, a sub-consignação—Despesas com a fiscalização da confecção de notas na Casa da Moeda.....	100:000\$000	395:622\$500
12. Casa da Moeda—Na consignação—Material—Augmentada de 3:000\$ a sub-consignação—Papel, pennas, tinta, livros em branco, impressos, luz, etc., que assim fica elevada a 23:000\$. Augmentada a sub-consignação—Reagentes, cadinhos, tijolos, etc., de 5:000\$, que fica elevada a 30:000\$. Augmentada a sub-consignação—Material para a fabricação e acondicionamento das moedas de nickel, prata, etc., de 12:000\$, que fica elevada a 32:000\$. Diminuida de 20:000\$ a sub-consignação — Papel, tintas, oleos, vernizes, gomma, etc.....	871:705\$000
13. Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i> — Augmentada de 1:200\$ para quebras ao thesoureiro.....	2.330:280\$000
14. Laboratorio Nacional de Analyses.....	137:400.000
15. Administração e custeio dos proprios e fazendas nacionaes.....	76:840\$000
16. Delegacia do Thesouro em Londres.....	52:200\$000
17. Delegacias fiscaes.....	2.213:320\$000
18. Alfandegas—Augmentada de 67:370\$, a saber: 11:520\$, correspondentes a 20 % de augmento nos vencimentos dos auxiliares de escripta da portaria, em numero de 40, na Alfandega da Capital Federal, na consignação—Capatazias, de accordo com o disposto na lei n. 1743, de 3 de outubro de 1907; 32:800\$ na consignação

Ouro

Papel

destinada á Alfandega de Corumbá, para execução da lei n. 1.867, de 21 de junho de 1908, que equiparou essa repartição á Alfandega de Paranaguá, sendo : 14:600\$ para ordenado e 18:200\$ para porcentagem, mantida a lotação de 1.400:000\$ e elevada a 45 % a razão e a 249 o numero de quotas, cada uma do valor de 253\$012 ; 6:000\$ na Alfandega do Rio Grande do Norte, na subrubrica—Capatazias, para o pessoal e material necessários ao funcionamento de um guindaste a vapor, sendo 2:400\$ para um machinista, 1:200\$ para um foguista e 2:400\$ para combustível, lubrificantes e concertos ; 12:120\$ na consignação destinada á mesma alfandega, para o pessoal e material da lancha adquirida, sendo 2:400\$ para um mestre, 3:600\$ para um machinista, 1:200\$ para um foguista, 2:520\$ para tres marinheiros a 70\$ cada um por mez e 2:400\$ para combustível, lubrificantes e concertos ; 5:000\$ no — Material — da Alfandega de Maceió, na sub-consignação — Combustivel e lubrificante—para custeio de uma lancha e dous guindastes ultimamente adquiridos. Diminuida de 70\$ a consignação relativa á Alfandega de S. Francisco, observada a seguinte tabella:

	Ordenado	Quotas	
1 inspector.....	20	
4 primeiros escripturarios.....	2:100\$	11	
4 segundos ditos	1:600\$	8	
1 thesoureiro (quebras de 300\$)..	2:400\$	15	
1 fiel do dito.....	1:400\$	8	
1 porteiro cartorario.....	1:400\$	9	
1 continuo.....	560\$	4	
1 administrador das capatazias..	1:600\$	10	
1 fiel de armazem.....	1:400\$	8	23:860\$

	Ouro	Papel
150 quotas na razão de 2,5 % sobre a lo- tação de 550:000\$000.....	13:750\$	
Salario para dous serventes.....	1:200\$	14:950\$
<i>Capatazias</i>		
2 abridores a 3\$500 em 300 dias.....	2:100\$	
8 trabalhadores a 3\$ em 300 dias.....	7:200\$	9:300\$
<i>Das embarcações</i>		
Pessoal da lancha:		
1 mestre a 150\$000.....	1:800\$	
1 machinista a 200\$000.....	2:400\$	
1 foguista a 125\$000.....	1:500\$	
1 carvoeiro a 90\$000.....	1:080\$	
4 marinheiros a 80\$000.....	3:840\$	10:620\$
Pessoal do escalor:		
1 patrão a 80\$000.....	960\$	
4 remadores a 70\$000.....	3:360\$	4:320\$
<i>Força dos guardas</i>		
1 commandante a 150\$000.....	1:800\$	
10 guardas a 125\$000.....	15:000\$	
Gratificação annual de 200\$ para fardamento ao commandante e a cada um dos guardas	2:200\$	19:000\$

Ouro

Papel

Material

Expediente :

Acquisição, encadernação de livros, papel, pennas e outros artigos.....	4:000\$	
Aluguel de casas, armazens a parte.....	6:400\$	
Concerto de moveis.....	200\$	
Acquisição, reparo e conservação do material....	4:000\$	
Combustível e lubrificantes para a lancha.....	4:000\$	18:600\$

Diversas despesas

Iluminação, publicação de editaes, assignatura do <i>Diario Official</i> , serviço telegraphico, agua, asseio, etc.....	1:800\$	13.035:608\$000
---	---------	-------	-----------------

19. Mesas de rendas e collectorias. Augmentada de 7:500\$, sendo: 1:500\$ para material e expediente do posto fiscal de Sambaqui, no Estado de Santa Catharina e 6:000\$ para despesas de expediente da Collectorias Federal, na capital do Estado de S. Paulo. Augmentada de 73:700\$, para o pessoal e material do posto fiscal no rio Japurá, observada a seguinte tabella:

Pessoal	Gratificação	Diária	Total
1 encarregado.....	4:800\$	4:800\$
1 escrivão.....	4:000\$	4:000\$
2 guardas.....	3:000\$	6:000\$
Lancha a vapor :			
1 mestre.....	4:800\$	4:800\$
1 machinista.....	4:000\$	4:000\$
2 foguistas.....	1:800\$	3:600\$
5 marinheiros.....	1:200\$	6:000\$

	Ouro	Papel
Canôa :		
1 patrão	2:400\$	2:400\$
6 remadores 1:200\$	7:200\$
Diaria á razão de 3\$, durante 365 dias, para ser distribuida pelos 20 empregados constantes desta tabella	21:900\$
Material		
Despeza de expediente e outras....	3:000\$	
Combustivel e lubrificantes.....	6:000\$	9:000\$
Augmentada de 1:000\$, no—Material—da Mesa de Rendas de Salinas, sendo: 720\$ para aluguel de casa para o destacamento e 280\$ para expediente e illuminação do mesmo destacamento.....		4.433:809\$100
20. Empregados de repartições e logares extinctos.....		89:421\$368
21. Fiscalização das repartições de Fazenda.....		100:000\$000
22. Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte		3.119:600\$000
23. Comissão de 2 % na venda de estampilhas.....		200:000\$000
24. Ajudas de custo.....		80:000\$000
25. Gratificação por serviços temporarios e extraordinarios.....		50:000\$000
26. Juros de bilhetes do Thesouro.....		480:000\$000
27. Idem dos empréstimos do cofre de orphãos.....		650:000\$000
28. Idem dos depositos das Caixas Economicas e Montes de Soccorro,...		9.000:000\$000
29. Idem diversos.....		50:000\$000

	Ouro	Papel
30. Porcentagem pela cobrança executiva.....	100:000\$000	100:000\$000
31. Comissões e corretagens.....	70:000\$000	20:000\$000
32. Despezas eventuaes.....	30:000\$000	120:000\$000
33. Reposições e restituições.....	200:000\$000	600:000\$000
34. Exercícios findos.....	100:000\$000	1.500:000\$000
35. Obras—Diminuida de 1.200:000\$ e comprehendida a quantia necessaria para adaptação do edificio em que funciona o Supremo Tribunal Federal para nelle ser installada a Caixa de Conversão, bem como para adaptação do edificio em que funciona a Escola de Bellas Artes para os serviços do Thesouro Federal....	1.560:000\$000
36. Creditos especiaes.....	325:036\$180
37. Estatística Commercial.....	330:000\$000
38. Substituições.....	80:000\$000

Appliação da renda especial

1. Fundo de resgate do papel-moeda.....	3.757:500\$000
2. Idem de garantia do papel-moeda, diminuida de 899:999\$991.....	9.713:333\$342
3. Idem para caixa de resgate das apolices das estradas de ferro encampadas.....	160:000\$000	2.500:000\$000
4. Idem de amortização dos empréstimos internos.....	3.030:000\$000
5. Idem para as obras de melhoramentos dos portos.....	7.600:000\$000	3.000:000\$000

Art. 33. E' o Presidente da Republica autorizado:

1º, a abrir, no exercicio de 1909, creditos supplementares, até ao maximo de 8.000:000\$, ás verbas indicadas na tabella que acompanha a presente lei. A's verbas—Soccorros publicos—Exercícios findos—e—Ajudas de custo—poderá o Presidente da Republica abrir creditos supplementares em qualquer mez do exercicio, contanto que a sua totalidade, computada com a dos demais creditos abertos, não exceda do maximo fixado, respeitada, quanto á verba—Exercícios findos—a disposição da lei n. 3230, de 3 de

setembro de 1884, art. 11 ⁽⁴⁸⁾. No maximo fixado por este artigo, não se comprehendem os creditos abertos aos ns. 5, 6, 7 e 8 do Orçamento do Ministerio do Interior ;

2º, a liquidar os debitos dos bancos, provenientes de auxilios á lavoura ;

3º, a conceder o premio de 100\$ por tonelada aos navios que forem construidos na Republica e cuja arqueação seja superior a 100 toneladas, podendo abrir os creditos que forem necessarios ;

4º, a liquidar as contas da União com os Estados, pagando-lhes o que verificar lhes ser devido, abrindo para isso os necessarios creditos ;

5º, a abrir os necessarios creditos para proseguir na cunhagem de moedas de prata, destinadas á substituição das notas do Thesouro de 2\$, 1\$ e 500 réis ;

6º, a mandar fazer novos cunhos para as moedas de prata, que terão no anverso a inscripção *Estados Unidos do Brazil* e a era do cunho e no reverso, em algarismo, a palavra *réis*, por extenso ;

7º, a fazer as necessarias operações de credito para construir, adquirir e adaptar edificios proprios para os diversos serviços publicos federaes nesta Capital e nos Estados, não podendo a quantia destinada á amortização e ao pagamento de juros da divida contrahida exceder a que se despende com os alugueis dos mesmos edificios ;

8º, a restituir :

a) ás Camaras Municipaes de Iguape, em S. Paulo, e de Pitanguy, em Minas Geraes, a importancia dos impostos e direitos aduaneiros pagos pela importação do material para o serviço de abastecimento de agua, dispensadas as formalidades exigidas nos arts. 2º e 6º do decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1890 ⁽⁴⁹⁾, abrindo para isso os necessarios creditos ; bem assim, á da Villa de Pedra Branca, neste ultimo

(48) Lei n. 3230, de 3 de setembro de 1884 — (Orçamento para o exercicio de 1885-1886):

Art. 11. Por dividas de exercicios findos entendem-se as que tiverem por origem o pagamento de serviços prestados ao Estado em exercicios já encerrados, em virtude de autorização concedida por lei de orçamento ou por qualquer outra especial, com fundos decretados nos termos do art. 14 da lei n. 1177, de 9 de setembro de 1862, contanto que a importancia dos serviços por pagar não exceda á consignação dos respectivos fundos.

(49) Decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1890 — (Regula e fiscalisa a concessão de isenção de direitos de importação ou consumo):

Art. 2.º Para os casos comprehendidos no § 1º do artigo antecedente (*quando a isenção estiver clara e expressamente incluída na Tarifa das alfandegas*) a competência para a concessão do despacho livre pertence aos inspectores das alfandegas, mediante requerimento da parte interessada.

Estado, as quantias de 4:127\$800, papel, e de 455\$860 ouro, proveniente de direitos aduaneiros, estatística e multa, pagos pela importação do material destinado ao abastecimento de agua potavel da mesma villa, dispensadas as mesmas formalidades e abrindo para isso os necessarios creditos ;

b) á Camara Municipal de Palmyra, em Minas Geraes, a importancia de 15:108\$080, de direitos aduaneiros e de estatística, pagos pela importação de material destinado ao abastecimento de agua á mesma cidade, e á de Juiz de Fora, no mesmo Estado, a importancia dos direitos aduaneiros e de estatística, paga pela importação do material destinado a rede de esgotos e abastecimento de agua á

Paraphrase of the text

Para os casos comprehendidos no § 2º do citado artigo (*quando a isenção constar clara e expressamente de disposiçao ou concessão especial de lei ou decreto do poder competente*) a isenção só poderá ter logar por despacho do Ministro da Fazenda, precedendo as formalidades do art. 6º.

Paraphgraph unico. Fora destes casos nenhum despacho livre sera permittido, ainda que para elle preceda ordem de qualquer autoridade, sob pena de responsabilidade do funcionario ou funcionarios que houverem cumprido a ordem.

Art. 6º Para o despacho livre nos casos comprehendidos no § 2º do art. 1º e a que se refere a 3ª parte do art. 2º, os interessados deverão requerer ao Ministro da Fazenda, directamente na Capital Federal e por intermedio das thesourarias nos Estados, juntando á petição:

1º, relação dos objectos a despachar, com designação de especies, quantidades pesos ou medidas ;

2º, certificado do engenheiro-fiscal junto á companhia ou empresa e, na falta deste, de quem o Ministro da Fazenda ou os inspectores das thesourarias designarem para informar á petição, fazendo entre outras as seguintes declarações: que o material cuja isenção se requer é proprio e de applicação exclusiva ao fim para que é importado, e as quantidades strictamente precisas para os mesmos fins e para o tempo designado na petição ; estão comprehendidos na lei, decreto ou contracto que regula a concessão e não se acha incluído em nenhuma das excepções do art. 8º.

§ 1.º Com estas informações e com a opinião dos inspectores das alfandegas os inspectores das thesourarias remetterão o processo ao Ministro da Fazenda, informando, á vista da matricula, minuciosa e circumstanciadamente sobre todos os pontos acima mencionados

§ 2º O Ministro da Fazenda pode não só reduzir a quantidade requerida, como excluir os generos e objectos que não lhe pareçam comprehendidos nas isenções legaes ; não permittindo em caso algum isenção de direitos para o consumo de mais de um anno.

§ 3º Nenhum requerimento de isenção de direitos tera andamento sem que a empresa, companhia ou concessionario haja completado todas as formalidades da matricula a que se refere o art. 4º.

mesma cidade, no periodo de 1892 a 1897, inclusive, dispensadas as formalidades dos arts. 2º e 6º do regulamento n. 947 A, de 4 de novembro de 1890 ⁽⁵⁰⁾, abrindo para isso o necessario credito ;

e) ao juiz seccional aposentado Dr. Joaquim Pires de Amorim, a quantia de 373\$536, de impostos cobrados sobre os seus vencimentos no exercicio de 1902 ;

9º, a ceder ao Governo do Estado da Bahia o prelio em que funcionou a Delegacia Fiscal, annexo ao palacio do governo e á Secretaria de Estado, mediante indemnização ;

10, a ceder ao Estado de Minas Geraes as terras denominadas Barro Alto, no municipio de Campinha, para o fim de ser estabelecida uma colonia agricola ; e ao Estado do Espirito-Santo, na ilha Guarapary, para ali ser installada uma penitenciaria agricola, no caso de não serem as mesmas ilhas necessarias, ao servico federal.

Paragrapho unico. Dar-se-ha a reversão para o dominio da União, sem indemnização de qualquer especie, das ditas ilhas, si, em prazo que se fixará, o Estado não houver feito as installações de que trata o periodo anterior, ou quando cesse a applicação para a qual se faz a transferencia ao Estado.

11, a adquirir ou construir um predio destinado á Alfandega da Parnahyba ;

12, a reconstruir o predio (proprio nacional) e o cães, que servem ao Posto Fiscal em Amarração, Estado do Piahy ;

13, a rever o regulamento para navegacão de cabotagem, approved pelo decreto n. 2304, de 2 de julho de 1896, respeitadas os principios da lei n. 123, de 11 de outubro de 1892 ⁽⁵¹⁾ ; e dispensadas, quanto possivel, para a cabotagem nacional, as exigencias da *Consolidacão das Leis das Alfandegas*, applicaveis á navegacão do exterior ;

14, a despender até a quantia de 50:000\$, com a aquisicão de um rebocador destinado ao servico de fiscalizacão da Alfandega do Ceará ;

15, a abrir o credito necessario para aquisicão de terreno, onde seja construido um predio destinado á Alfandega de S. Francisco, ou adquirir o por compra ;

(50) Vide a precedente nota n. 49.

(51) Lei n. 123, de 11 de outubro de 1892—(Regula a navegacão de cabotagem).

16, a regulamentar as disposições do art. 16 da lei de 26 de dezembro de 1900 (53), relativa ao serviço de Estatística Commercial, ampliando-as de modo a attender ás exigencias da organização da estatística de exportação para o exterior e do commercio interestadual, estendendo á navegação de cabotagem as obrigações impostas aos navios estrangeiros, entrando em accôrdo com os governos dos Estados para uniformizar os serviços que dependerem de sua cooperação e expedindo o competente regulamento, no qual poderá impor multas até ao maximo de 500\$000;

(52) Lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900—(Orçamento da receita para o exercicio de 1901) :

Art. 16. Todos os capitães e mestres de navios mercantes nacionaes ou estrangeiros que sahirem dos portos da Republica para portos do exterior, serão obrigados a organizar um manifesto das mercadorias que carregarem no respectivo porto e no qual deverão mencionar : o nome, classe e tonelagem da embarcação, nome do capitão ou mestre, o numero de volumes e sua denominação e quantidade; a especie e peso de cada mercadoria separadamente e seu valor, quando for declarado pelo carregador.

§ 1.º Este manifesto será pelo capitão ou mestre, ou seu agente, remettido pelo Correio, devidamente registrado, livre de porto, á Repartição da Estatística Commercial, na Capital Federal.

§ 2.º Nenhuma embarcação será desembarçada sem que o capitão ou mestre apresente ao empregado encarregado desse serviço o certificado do registro do correio, provando a remessa do manifesto áquella repartição.

§ 3.º Quando, por qualquer motivo, essa remessa não possa ser feita antes da sahida da embarcação, e para não demorar o desembarço da mesma, o inspector da Alfandega ou administrador da Mesa de Rendas respectiva accetará a declaração por escripto do agente ou consignatário da embarcação, ou outra pessoa idonea, de que se compromette a fazel-o dentro de 48 horas, contadas da sahida da embarcação, sob pena da multa estabelecida no art. 6º.

§ 4.º O agente do Correio respectivo expedirá recibo especial certificando a remessa do correspondente manifesto, depois de ter pessoalmente examinado o conteúdo.

§ 5.º Pela falta de remessa do manifesto incorrerão os capitães ou mestres de navios ou seus agentes em uma multa de 500\$ pela primeira vez e de 1:000\$ na reincidencia.

§ 6.º O capitão ou mestre de navio que fizer falsas declarações dos manifestos, quer quanto á especie das mercadorias, quer quanto ao numero de volumes, incorrerá na multa de 10 a 50 % do valor da mercadoria e de 20\$ a 100\$ por volume que faltar.

§ 7.º As multas de que tratam os artigos anteriores serão impostas pelo inspector da Alfandega ou administrador da Mesa de Rendas e arrecadadas de conformidade com o art. 588 e seus paragraphos da Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas.

17, a entregar á Alfandega de S. Francisco, em Santa Catharina, logo que á de Florianopolis seja fornecido o novo rebocador de alto mar, a lancha a vapor *Lauro Müller* ;

18, a permittir que o conselho fiscal da Caixa Economica de Porto Alegre despenda, por conta dos recursos proprios da mesma caixa, até a quantia de 10:000\$, para aquisição de mobiliario adequado ao seu novo edificio ;

19, a instituir e regular nas capatazias da Alfandega desta Capital, Casa da Moeda e demais estabelecimentos dependentes deste Ministerio, sem onus para o Thezouro Federal, caixa de pensões e empréstimos para os respectivos operarios e diaristas, modeladas de accôrdo com as organizações dadas ás da Imprensa Nacional e do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro ;

20, a abrir os creditos necessarios :

a) para pagar ao pessoal das Mesas de Rendas de Villa Nova, no Estado de Sergipe, da Laguna, no Estado de Santa Catharina, e de outras, cuja média de arrecadação em o ultimo quinquennio tiver sido superior ao quadruplo da respectiva lotação e nunca inferior a 20:000\$, vencimentos e porcentagens iguaes aos fixados para os empregados da Mesa de Rendas de Penedo, no Estado de Alagoas ;

b) na importancia de 80:000\$, suplementar á verba n. 27 do art. 29 da lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907⁽⁵³⁾, para attender ao pagamento de juros de empréstimos do cofre de orphãos e da quantia de 10:413\$914, recolhida ao cofre de orphãos em 27 de novembro de 1890, com os juros devidos a Antonio Augusto de Negreiros Castro, filho do Dr. Francisco de Assis de Negreiros Castro ;

21, a mandar imprimir na Imprensa Nacional 1.000 exemplares da obra *Tratados dos impostos*, do Dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro, reservando 200 exemplares para serem distribuidos pelas repartições publicas e entregando os outros 800 ao autor ;

22, a conceder, a titulo gratuito, para auxiliar o serviço de catechese dos indigenas, terrenos, onde a União possuir, ou lhe sejam concedidos pelos Estados, necessarios ao aldeamento e installações de que careçam as instituições ou corporações que se proponham áquelles fins.

(53) Lei n. 1841, de 31 de dezembro de 1907 — (Orçamento de despeza para o exercicio de 1908) :

O art. 29 fixa a despeza do Ministerio da Fazenda e a verba n. 27 tem por titulo — Juros dos empréstimos do cofre de orphãos.

Art. 34. Nos Estados, onde não houver solicitadores de Fazenda, a commissão a estes concedida pela lei n. 242, de 1841 ⁽⁵⁴⁾, será percebida, a titulo de gratificação, pelos procuradores fiscaes.

Art. 35. As despesas com funeraes dos funcionarios publicos e com o pagamento de ajudas de custo ficam sujeitas ao registro *d posteriori* do Tribunal de Contas, nos termos do art. 164 do regulamento que baixou com o decreto n. 2409 de 23 de dezembro de 1896 ⁽⁵⁵⁾.

Art. 36. Ficam approvados os creditos, na somma de 3.953:153\$880, ouro, 39.845:055\$737, papel, constantes da tabella A.

Art. 37. O Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas fornecerá aos demais Ministerios os sellos officiaes para as respectivas correspondencias postaes e telegraphicas, debitando-lhes as devidas importancias, de accordo com as requisições feitas.

(54) Lei n. 242, de 29 de novembro de 1841 — (Restabelece o privilegio do foro para as causas da Fazenda Nacional e crea um Juizo Privativo dos Feitos da Fazenda da Primeira Instancia):

Art. 16. O Governo fica autorizado:

§ 3.º A conceder commissões que não excedam de 10 % das sommas arrecadadas aos juizes, escriptaes, fiscaes e officiaes de justiça que se occuparem na cobrança da Divida Publica activa, regulando-se a divisão dellas da maneira seguinte, considerando-se a quota, qualquer que seja, sempre dividida em 10 partes:

Ao juiz	Tres partes.
» procurador	Duas.
» escriptão	Uma e meia.
» solicitador	» »
» official de justiça	Uma.
» dito	»

(55) Decreto n. 2409, de 23 de dezembro de 1896. — (Regulamento do Tribunal de Contas):

Art. 164. O Tribunal só pôde apurar a legalidade de despesas, depois de realizadas, quando constarem de ordens de pagamento ou de mandados de supprimento de fundos, e de operações de credito devidamente autorizadas nos seguintes casos:

- a) de pagamento de letras do Thesouro e de quaesquer titulos da divida fluctuante e dos juros devidos;
- b) de despesas miudas e de expediente das repartições;
- c) de operações de credito autorizadas em lei, quando for necessaria a reserva para o seu bom exito;
- d) de supprimento de fundos para compra de generos alimenticios, combustivel e materia prima para as officinas de estabelecimentos publicos e para estradas de ferro;
- e) de despesas feitas em periodo de guerra ou em estado de sitio.

Art. 38. Enquanto pelo Thesouro Federal não forem distribuidos os creditos votados para os diversos Ministerios, continuarão em vigor, independente de quaesquer formalidades, as tabellas de distribuição feitas para o exercicio anterior, com as modificações consignadas na lei do orçamento vigente.

Art. 39. Para pagamento das porcentagens ou quotas devidas aos funcionarios encarregados da fiscalização ou arrecadação das rendas, pelo excesso entre as importancias consignadas na lei e as que forem arrecadadas, serão abertos pelo Presidente da Republica, no trimestre adicional, os respectivos creditos supplementares.

Art. 40. Mediante a garantia do imposto de licença (lei municipal n. 104, de 21 de agosto de 1894), que continuará pertencendo á municipalidade ou outra que seja pactuada entre a Prefeitura e a União, poderá esta afiançar um emprestimo de £ 2.000.000, que aquella fica autorizada a effectuar no exterior.

Art. 41. Os operarios e jornaleiros de todos os serviços publicos da União, sempre que comparecerem no dia immediatamente anterior e no dia immediatamente seguinte, áquelle em que o ponto for facultativo, por ordem do Governo, receberão tambem o salario desse dia.

Art. 42. A Escola de Pharmacia de S. Paulo será restituída a quantia de 5:292\$050, importancia de direitos pagos pela importação de drogas eapparelhos para os seus laboratorios e que, de accôrdo com o § 35 do art. 2º das Disposições Preliminares da Tarifa (56), estão isentos do mesmo pagamento.

Art. 43. Ficam extensivas a todas as cidades da Republica onde houver hospitaes de caridade e mesas de rendas alfandegadas as disposições contidas no capitulo XV e todos os seus artigos da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas da Republica.

(56) Disposições preliminares da Tarifa :

Art. 2º. Será concedida isenção de direitos de consumo, mediante as cautelas fiscaes qu o o inspector da Alfandega ou o administrador da Mesa de Rendas julgar necessarias, ás seguintes mercadorias e objectos:

§ 35. Aos livros e reactivos, modelos, moveis, machinas e em geral todos os objectos de material escolar pertencentes aos museus dos Estados e ás escolas superiores, ou destinados ao ensino publico gratuito em estabelecimentos de instrucção popular, mantidos ou não pelo Governo Federal, pelo dos Estados ou por associações que possuam edificio destinado a esse fim.

(O despacho livre desses objectos deve ser requerido ao Ministro da Fazenda, *ex-vi* do art. 4º e aos mesmos e concedida isenção de expediente pelo art. 5º das Preliminares da Tarifa.)

Art. 44. Continuam em vigor as disposições do art. 32 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902⁽⁵⁷⁾; do art. 27 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901⁽⁵⁸⁾; do art. 28 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903⁽⁵⁹⁾, e do art. 3.º, n. VIII, da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906⁽⁶⁰⁾.

(57) Lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902 — (Orçamento da despesa para o exercício de 1903):

Art. 32. Todos os pagamentos de despesas de materiais serão centralizados no Thesouro ou nas Delegacias, com excepção daquellas que forem feitos pelas secretarias do Congresso e pela mordomia do Palacio do Governo e dos que, observada aquella centralização, possam retardar a marcha dos respectivos serviços, pagamentos que continuarão a ser effectuados pelas proprias repartições, depois de habilitadas, mediante registro prévio de distribuição de creditos, ouvido o Thesouro sobre a conveniencia de serem feitas as referidas despesas pelas contadurias respectivas.

(58) Lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901 — (Orçamento da despesa para o exercício de 1902):

Art. 27. Os trabalhos graphicos e accessorios das repartições e estabelecimentos publicos da Capital Federal, para cuja despesa são consignadas verbas nesta lei, serão executados exclusivamente pela Imprensa Nacional, não devendo ser ordenada nem paga despesa alguma por conta das mencionadas verbas senão de conformidade com este preceito. Exceptuam-se desta regra os serviços peculiares da Alfandega da Capital Federal e os da Repartição de Estatística, que continuarão a ser feitos nas officinas typographicas dessas repartições.

Paraphrasis unico. Só por ordem expressa do Ministerio da Fazenda e nos terminos determinados no decreto n. 1541 C, de 31 de agosto de 1893, poderá ser feito na mesma Imprensa qualquer trabalho para particulares, com o pagamento a prazo, e, gratuitamente, só com autorisação legislativa.

(59) Lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903 — (Orçamento da despesa para o exercício de 1904):

Art. 28. A importancia das verbas votadas nas leis de orçamento para os trabalhos graphicos e accessorios das repartições e estabelecimentos federaes da Capital na Republica não sahirá do Thesouro.

A' proporção que esses trabalhos forem sendo executados pela Imprensa Nacional, na forma da legislação em vigor e a vista da requisição da repartição respectiva e da conta da Imprensa, a esta será creditada a importancia dos serviços feitos, até o maximo das verbas votadas para cada repartição ou estabelecimento.

(60) Lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906 — (Orçamento da receita para o exercício de 1907):

Art. 3.º E' o Presidente da Republica autorizado:

VIII. A rever o regulamento n. 5072, de 12 de dezembro de 1903, sob as seguintes bases:

a) consolidar em um só regulamento as disposições do decreto n. 4270, de 10 de dezembro de 1901, segundo as alterações feitas pelo decreto n. 5072, de 12 de dezembro de 1903, em virtude da lei n. 953 de 29 de dezembro de 1902, art. 2º, n. 12, que autorizou a sua revisão, e as da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, art. 25, §§ 1º e 2º, e

Art. 45. Revogam-se as disposições em contrario.
Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

Lei n. 1316, de 31 de dezembro de 1904, art. 20, n. 14, regulamentada pelo decreto n. 5466, de 25 de fevereiro de 1905, observando na mesma as seguintes disposições:

1.^a As despesas com a repartição da Secretaria da Inspectoria de Seguros serão custeadas com as contribuições que, consideradas como imposto, pagarão as companhias de seguros, em geral, que estiverem funcionando sob qualquer regimen, ou vierem a funcionar, quer sejam nacionaes, quer estrangeiras, e serão fixadas por igual para todas as companhias, independente da contribuição que a estas ultimas cabe por força do art. 54 do regulamento n. 5072, de 12 de dezembro de 1903.

2.^a As companhias que pretenderem reencetar operações, reabrir agencias já autorizadas ou estabelecer novas agencias desde que para este ultimo caso dependam de autorização especial do governo, só o poderão fazer desde que previamente se sujeitem ao regimen geral das leis em vigor.

3.^a As companhias que, funcionando sob o regimen dos arts. 8.^o e 9.^o do regulamento n. 5072, de 12 de dezembro de 1903, renovarem ou prorogarem os prazos dos contractos de seguros terrestres e maritimos emitidos até a data em que for expedida a consolidação ou que dessa data em diante effectuarem novos contractos de seguros, serão obrigadas a constituir no Brasil uma reserva de 20 % dos lucros liquidos verificados anualmente, nos termos do n. 2 do regulamento n. 5072, de 1903 (art. 2.^o), sob pena de lhes ser cassada a autorização para funcionar.

4.^a E' nullo todo o contracto de seguros que for parte de maior importancia segurada e não contiver declaração especificada das importancias seguradas, prazos e nomes dos demais seguradores.

5.^a Incurrerá na multa de 10 % sobre o valor dos contractos que infringirem a disposição do paragrapho supra cada um dos contractantes que constarem dos contractos ou de quaesquer documentos indicativos, que forem apprehendidos.

6.^a Serão sellados e rubricados, nos termos doCodigo Commercial, os livros de registro das apolices emitidas ou renovadas, que todas as companhias de seguros, de que tratam os paragraphos supra, ficam obrigadas a manter em dia, sendo facultado o seu exame á Inspectoria de Seguros, sempre que o exigir.

b) Todos os generos de exportação só poderão ter despacho nas alandegas da União depois de exhibido o documento de seguro feito em qualquer companhia nacional ou estrangeira, autorizada a funcionar no paiz.

c) Poderá ser dispensada a exhibição do documento do seguro de que trata a letra anterior, substituido por declaração do proprietario do genero de que a exportação é feita, correndo o risco por conta da fazenda.

(Quanto ás citações feitas nesta nota, vide notas ns. 7 a 16, appostas á lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906.)

TABELLA — A

Tabella de accordo com as leis n. 589, de 9 de setembro de 1850, art. 1º, § 6º e n. 2348 de 25 de agosto de 1873, art. 20, a que se refere o art. 36 desta lei

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Decreto n. 6320, de 10 de janeiro de 1907

Credito supplementar á verba n. 13 do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1905, para occorrer ás despesas com o augmento de vencimentos dos membros da Córte de Appellação e do procurador geral do Districto Federal.....	Papel 70:838\$704
---	--------------------------

Decreto n. 6340, de 20 de março de 1907

Credito supplementar á verba n. 12 do art. 2º da lei n. 6617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer ás despesas com o augmento de vencimentos concedidos aos juizes e demais funcionarios da Justiça Federal.....	353:169\$983
--	--------------

Decreto n. 6405, de 8 de março de 1907

Credito extraordinario para occorrer ás despesas com as obras e serviços publicos no territorio do Acre.....	600:000\$000
--	--------------

Decreto n. 6443, de 4 de abril de 1907

Credito especial para despesas com desapropriação do predio da rua do Cattete n. 155, e adaptação do mesmo á guarda da Presidencia da Republica.....	140:000\$000
--	--------------

Decreto n. 6457, de 22 de abril de 1907

Credito extraordinario para pagamento de gratificação a dous auxiliares do Supremo Tribunal Federal.....	9:000\$000
--	------------

Decreto n. 6458, de 22 de abril de 1907

Credito supplementar á verba n. 38, do art. 2º da lei de orçamento do exercicio de 1907, para occorrer ao augmento de despesa proveniente da reforma do Corpo de Bombeiros.....	231:160\$161
---	--------------

Papel

Decreto n. 6459, de 22 de abril de 1907

Credito suplementar á verba n. 15 do art. 2º da lei de orçamento do exercício de 1907, para occorrer ao augmento da despesa proveniente de reforma da Secretaria de Policia e do serviço postal do Districto Federal..... 1.121:727\$763

Decreto n. 6468, de 2 de maio de 1907

Credito especial para pagamento de gratificações aos profissionaes incumbidos do serviço de Assistencia a Alienados nos estabelecimentos publicos dos Estados..... 52:080\$250

Decreto n. 6473, de 9 de maio de 1907

Credito especial para despesas com a desapropriação da fazenda de Manguinhos..... 600:000\$000

Decreto n. 6487, de 23 de maio de 1907

Credito especial para occorrer ás despesas com as medidas necessarias para extinguir a peste bubonica na cidade de Campos..... 80:000\$000

Decreto n. 6517, de 13 de junho de 1907

Credito especial para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o marechal Firmino Pires Ferreira..... 4:500\$000

Decreto n. 6540, de 4 de julho de 1907

Credito extraordinario para occorrer ás despesas com obras e serviços publicos no territorio do Acre..... 400:000\$000

Decreto n. 6551, de 11 de julho de 1907

Credito especial para pagamento da gratificação ao profissional incumbido do serviço de Assistencia a Alienados no estabelecimento publico no Estado do Piahy..... 2:400\$000

Decreto n. 6552, de 11 de julho de 1907

Credito especial para occorrer ao pagamento de ajuda de custo a que tem direito o marechal Firmino Pires Ferreira..... 900\$000

Decreto n. 6565, de 18 de julho de 1907

Credito especial para pagamento de ordenado aos escrivães da Repartição da Policia que ficam em disponibilidade..... 6:253\$331

	Papel
<i>Decreto n. 6584, de 1 de agosto de 1907</i>	
Credito especial para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. João Pedro Belfort Vieira.....	5:250\$000
<i>Decreto n. 6596, de 8 de agosto de 1907</i>	
Credito especial para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Ubaldo do Amaral Fontoura.....	1:500\$000
<i>Decreto n. 6610, de 22 de agosto de 1907</i>	
Credito especial para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Amaro Cavalcanti.....	3:250\$000
<i>Decreto n. 6619, de 29 de agosto de 1907</i>	
Credito especial para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Antonio Francisco de Azevedo.....	6:000\$000
<i>Decreto n. 6629, de 5 de setembro de 1907</i>	
Credito especial para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Antonio Pinheiro Guedes.....	6:000\$000
<i>Decreto n. 6649, de 19 de setembro de 1907</i>	
Credito suplementar ás verbas — Secretaria do Senado — e — Secretaria da Camara dos Deputados — afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de impressão e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a prorrogação da actual sessão legislativa até o dia 3 de outubro do corrente anno.	30:500\$000
<i>Decreto n. 6650, de 19 de setembro de 1907</i>	
Credito suplementar ás verbas—Subsidio dos Senadores — e — Subsidio dos Deputados — afim de occorrer ao pagamento do subsidio dos membros do Congresso Nacional durante a prorrogação da actual sessão até o dia 3 de outubro do corrente anno.....	618:750\$000
<i>Decreto n. 6669, de 3 de setembro de 1907</i>	
Credito especial para occorrer ás despesas com obras e serviços publicos no territorio do Acre.....	800:000\$000

<i>Decreto n. 6676, de 10 de outubro de 1907</i>	Papel
Credito para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que fez jus o Dr. Abdon Felinto Milanez.....	4:200\$000
<i>Decreto n. 6677, de 10 de outubro de 1907</i>	
Credito extraordinario para pagar a D. Joanna Jaguaribe Gomes de Mattos os vencimentos do seu finado marido, bacharel João Paulo Gomes, como juiz de direito.....	23:583\$370
<i>Decreto n. 6678, de 10 de outubro de 1907</i>	
Credito especial para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Alvaro Lopes Machado.....	1:800\$000
<i>Decreto n. 6695, de 24 de outubro de 1907</i>	
Credito suplementar ás verbas—Secretaria do Senado— e —Secretaria da Camara dos Deputados— afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de tachygraphia, impressão e publicação de debates do Congresso Nacional durante a prorogação da actual sessão legislativa até o dia 3 de novembro do corrente anno.....	42:500\$000
<i>Decreto n. 6696, de 24 de outubro de 1907</i>	
Credito suplementar ás verbas — Subsidio dos Senadores—e—Subsidio dos Deputados—, afim de occorrer ao pagamento do subsidio aos membros do Congresso Nacional durante a prorogação da actual sessão até o dia 3 de novembro do corrente anno.....	618:750\$000
<i>Decreto n. 6712, de 7 de novembro de 1907</i>	
Credito especial para occorrer ao pagamento de ajudas de custo a que tem direito o desembargador Cassiano Candido Tavares Bastos.....	1:500\$000
<i>Decreto n. 6713, de 7 de novembro de 1907</i>	
Credito suplementar á verba n. 30 do art. 2º da lei de orçamento do exercicio vigente, para occorrer á despesa com o augmento de vencimentos a varios funcionarios do Instituto Nacional de Musica.....	9:657\$750
Legislatara — 1903	20 —

Papel

Decreto n. 6722, de 14 de novembro de 1907

Credito supplementar ás verbas—Subsidio dos Senadores—e—Subsidio dos Deputados—afim de occorrer ao pagamento do subsidio aos membros do Congresso Nacional, durante a prorrogação da actual sessão até o dia 3 de dezembro do corrente anno..... 618:750\$000

Decreto n. 6723, de 14 de novembro de 1907

Credito supplementar ás verbas—Secretaria do Senado—e—Secretaria da Camara dos Deputados—afim de occorrer ao pagamento das despesas com os serviços de tachygraphia, impressão e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a prorrogação da actual sessão legislativa até ao dia 3 de dezembro do corrente anno 57:500\$000

Decreto n. 6724, de 14 de novembro de 1907

Credito especial para pagamento de ajudas de custo a que fez jus Antonio Justiniano Esteves Junior..... 2:500\$000

Decreto n. 6725, de 14 de novembro de 1907

Credito especial para pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Manoel Ignacio Belfort Vieira..... 750\$000

Decreto n. 6727, de 14 de novembro de 1907

Credito supplementar para pagamento da despesa com o augmento dos vencimentos dos professores de sciencia, da Escola Nacional de Bellas Artes e das gratificações dos directores das faculdades e escolas superiores e do Gymnasio Nacional..... 6:642\$206

Decreto n. 6743, de 21 de novembro de 1907

Credito especial para pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Ruy Barbosa... 4:400\$000

Decreto n. 6759, de 5 de dezembro de 1907

Credito extraordinario para pagamento da parte dos vencimentos que deixaram de perceber o director, o secretario, o escrivão, o almoxarife e o mestre da officina da Escola Correccional Quinze de Novembro..... 16:112\$240

	Papel
<i>Decreto n. 6761, de 5 de dezembro de 1907</i>	
Credito especial para pagamento de ajudas de custo a que tem direito o Dr. Joaquim Duarte Murtinho.....	9:600\$000
<i>Decreto n. 6773, de 12 de dezembro de 1907</i>	
Credito supplementar ás verbas—Secretaria do Senado — e — Secretaria da Camara dos Deputados—afim de occorrer ao pagamento das despezas com o serviço de tachygraphia, impressão e publicação dos debates do Congresso Nacional, durante a prorrogação da actual sessão legislativa até 31 de dezembro do corrente anno.....	67:500\$000
<i>Decreto n. 6774, de 12 de dezembro de 1907</i>	
Credito supplementar ás verbas—Subsidios dos Senadores — e — Subsidio dos Deputados—, afim de occorrer ao pagamento do subsidio dos membros do Congresso Nacional, durante a prorrogação das sessões até o dia 31 de dezembro do corrente anno.....	577:500\$000
<i>Decreto n. 6847, de 6 de fevereiro de 1908</i>	
Credito extraordinario para pagamento do augmento de vencimentos a diversos empregados da Casa de Detenção e da Policia do Districto Federal no periodo de 25 a 31 de dezembro de 1907	468\$988

7.206:995\$204

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Decreto n. 6344, de 26 de janeiro de 1907

	Ouro	Papel
Credito para occorrer ás despezas com os vice-consulados em Rivera e Melo, na Republica do Uruguay, e Alvear, na Republica Argentina.....	12:000\$000	
<i>Decreto n. 6625, de 30 de agosto de 1907</i>		
Credito para pagamento dos vencimentos do archivista da Secreta-		

	Ouro	Papel
ria de Estado das Relações Exteriores Eugenio Ferraz de Abreu, no periodo de 17 de abril de 1893 a 21 de maio de 1894.....	—	6:555\$376
<i>Decreto n. 6757, de 28 de novembro de 1907</i>		
Credito para occorrer ás despesas com os vice-consulados em Artigas, San Eugenio e Santa Rosa, no Estado Oriental do Uruguay.....	10:300\$000	
	<u>22:300\$000</u>	<u>6:555\$376</u>

MINISTERIO DA MARINHA

<i>Decreto n. 6548, de 8 de julho de 1907</i>		Papel
Credito extraordinario para attender ás despesas com a installação das Escolas de Aprendizizes Marinheiros dos Estados de Amazonas, Pará, Piauhy, Rio Grande do Norte, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo e Paraná.....		1.000:000\$000
<i>Decreto n. 6600, de 8 de agosto de 1907</i>		
Credito para ser applicado ás despesas com aquisição de uma lancha movida a gazolina para o serviço da Capitania do Porto da Parahyba do Norte.....		10:000\$000
<i>Decreto n. 6756, de 28 de novembro de 1907</i>		
Credito extraordinario para pagamento ao capitão-tenente honorario Arlindo Pinto Duarte da differença de gratificação que deixou de receber como secretario do Corpo de Marinheiros Nacionais, no periodo de 15 de março de 1902 a 31 de dezembro de 1905.....		2:276\$666
<i>Decreto n. 6886, de 19 de março de 1908</i>		
Credito suplementar á verba 25ª, do art. 18 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para pagamento de passagens a officiaes e praças, ajudas de custo e commissões de saques.....		258:688\$611
		<u>1.270:965\$277</u>

MINISTERIO DA GUERRA

Decreto n. 6328, de 17 de janeiro de 1907

Credito suplementar aos §§ 1º e 4º de art. 9º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer ás despesas com augmento de vencimentos dos empregados civis da Direcção Geral de Saude e da Intendencia Geral da Guerra.	Papel 29:400\$000
--	----------------------

Decreto n. 6329, de 17 de janeiro de 1907

Credito suplementar ao art. 22 § 8º—Serviço de Saude—da lei n. 1.617, de 30 de dezembro de 1906, afim de attender ao pagamento proveniente da elevação de vencimentos dos empregados do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.....	22:127\$885
--	-------------

Decreto n. 6383, de 28 de fevereiro de 1907

Credito extraordinario destinado a despesas com a aquisição da fazenda de Sapopemba, para execução do disposto no art. 23, lettra f, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1903.....	700:00\$000
---	-------------

Decreto n. 6416, de 14 de março de 1907

Credito para liquidação do debito com a Prefeitura Municipal de Nitheroy.....	49:845\$161
---	-------------

Decreto n. 6843, de 6 de fevereiro de 1908

Credito suplementar ao art. 22, verba 9ª, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1903— Soldos, etapas e gratificações de officia s.....	370:405\$807
---	--------------

Decreto n. 6898, de 21 de março de 1908

Credito suplementar ao art. 22, verba 15ª, consignação n. 34, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906—Transporte de tropas.....	990:178\$825
---	--------------

2.071:957\$678

MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Decreto n. 6324, de 5 de janeiro de 1907

Credito para ser applicado, no exercicio de 1907, á despesa com a construcção de um edificio para Correios e Telegraphos na capital do Estado da Bahia.....	Papel 200.000\$000
---	-----------------------

	Papel
<i>Decreto n. 6331, de 17 de janeiro de 1907</i>	
Credito para pagamento da melhoria de vencimentos dos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos, não contemplados nos decretos legislativos ns. 1468 e 1472, de 9 de janeiro de 1906.	637:000\$00
<i>Decreto n. 6334, de 21 de janeiro de 1907</i>	
Credito para ser applicado ás despesas no exercicio de 1907, com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua potavel á Capital Federal.	5.000:000\$000
<i>Decreto n. 6335, de 21 de janeiro de 1907</i>	
Credito para ser applicado ás despesas do exercicio de 1907, com o custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina.....	347:000\$000
<i>Decreto n. 6352, de 31 de janeiro de 1907</i>	
Credito para ser applicado á conclusão dos trabalhos do recenseamento de 1900, a cargo da Directoria Geral de Estatistica.....	80:000\$000
<i>Decreto n. 6379, de 21 de fevereiro de 1907</i>	
Credito para a conclusão dos estudos da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.....	40:000\$000
<i>Decreto n. 6380, de 21 de fevereiro de 1907</i>	
Credito para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	600:000\$000
<i>Decreto n. 6424, de 21 de março de 1907</i>	
Credito para ser applicado aos trabalhos de propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos	60:000\$000
<i>Decreto n. 6482, de 16 de maio de 1907</i>	
Credito para ser applicado ao serviço de alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brazil, no ramal de S. Paulo.....	2.414:000\$000
<i>Decreto n. 6484, de 16 de maio de 1907</i>	
Credito para occorrer ás despesas de fiscalização da construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré.....	100:000\$000

	Papel
<i>Decreto n. 6485, de 18 de maio de 1907</i>	
Credito para occorrer ás despesas de estudo e construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.....	60:000\$000
<i>Decreto n. 6521, de 13 de junho de 1907</i>	
Credito para occorrer ás despesas do serviço de fiscalização das vias marítimas e fluviaes....	16:000\$000
<i>Decreto n. 6543, de 4 de julho de 1907</i>	
Credito para occorrer ás despesas com o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brazil até á cidade de S. Paulo.....	2.386:000\$000
<i>Decreto n. 6575, de 25 de julho de 1907</i>	
Credito especial para o custeio da Estrada de Ferro de D. Thereza Christina no corrente exercicio.	18:000\$000
<i>Decreto n. 6589, de 1 de agosto de 1907</i>	
Credito especial para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	1.000:000\$000
<i>Decreto n. 6614, de 22 de agosto de 1907</i>	
Credito para ser applicado a despesas provenientes da reorganização do serviço de melhoramentos dos portos da Republica.....	30:000\$000
<i>Decreto n. 6624, de 30 de agosto de 1907</i>	
Credito para ser applicado nos trabalhos de propaganda de productos agricolas, industriaes e extractivos	100:000\$000
<i>Decreto n. 6642, de 16 de setembro de 1907</i>	
Credito para occorrer ás despesas com o reconhecimento e estudos da linha ferrea de ligação dos Estados da Bahia e Minas Geraes.....	300:000\$000
<i>Decreto n. 6643, de 16 de setembro de 1907</i>	
Credito para ser applicado ás despesas de estudos e construcção da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias	150:000\$000
<i>Decreto n. 6661, de 26 de setembro de 1907</i>	
Credito para occorrer ás despesas com o reconhecimento e estudos da ligação dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Geraes pelo prolongamento da linha ferrea de Ribeirão Vermelho e Carrancas	50:000\$000

Papel

Decreto n. 6672, de 3 de outubro de 1907

Credito para ser applicado ás despesas com a revisão e melhoria do serviço de abastecimento de agua potavel á Capital Federal..... 7.000:000\$000

Decreto n. 6700, de 24 de outubro de 1907

Credito para occorrer ás despesas com o reconhecimento e estudos do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte até entroncar com o prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité..... 100:000\$000

Decreto n. 6701, de 24 de outubro de 1907

Credito para conclusão dos estudos da Estrada de Ferro Timbó a Propriá até entroncar com a Estrada de Ferro Central de Alagôas..... 200:000\$000

Decreto n. 6702, de 24 de outubro de 1907

Credito para a execução do decreto n. 1626, de 2 de janeiro de 1907 (importancia registrada). 290:953\$611

Decreto n. 6737, de 14 de novembro de 1907

Credito para pagamento dos trabalhos já executados no ramal da Estrada de Ferro Central do Brazil, que vae da estação de Sabará a Santa Anna dos Ferros, e ao proseguimento dos mesmos trabalhos..... 3.200:000\$000

Decreto n. 6793, de 23 de dezembro de 1907

Credito para occorrer ás despesas relativas á instalação da Directoria Geral da Estatistica... 73:581\$137

Decreto n. 6829, de 16 de janeiro de 1908

Credito para occorrer ás despesas do exercicio de 1907 com o prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral a Therezina..... 30:000\$000

Decreto n. 6884, de 17 de março de 1908

Credito para occorrer ás despesas de instalação da Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro, effectuadas em 1907.... 50:000\$000

24.532:534\$748

MINISTERIO DA FAZENDA

*Decreto n. 6318, de 10 de janeiro
de 1907*

	Ouro	Papel
Credito para occorrer ás despesas do pessoal e material da Caixa de Conversão no exercicio de 1907 (importancia registrada)	800:000\$000	536:124\$492

*Decreto n. 6348, de 31 de janeiro
de 1907*

Credito para occorrer, no corrente exercicio, ás despesas com o serviço de uniformização dos typos de apolices.....	—	59:400\$000
---	---	-------------

*Decreto n. 6349, de 31 de janeiro
de 1907*

Credito para restituir á camara municipal de Bom Jardim a importancia dos direitos pagos pela importação de material para abastecimento de agua.	—	9:845\$040
--	---	------------

*Decreto n. 6391, de 28 de feve-
reiro de 1907*

Credito suplementar ao n. 7 do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1903, para pagamento dos vencimentos dos solicitadores da Fazenda Nacional no Districto Federal junto ao Supremo Tribunal Federal.....	—	7:083\$870
--	---	------------

*Decreto n. 6392, de 28 de feve-
reiro de 1907*

Credito suplementar ao n. 10 do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer ao pagamento de vencimentos de diversos funcionarios da Caixa de Amortização.....	—	41:040\$813
--	---	-------------

*Decreto n. 6413, de 14 de março
de 1907*

Credito suplementar á verba —
Alfandegas — para occorrer

	Ouro	Papel
ao pagamento da differença de vencimentos dos empregados da Alfandega de Ma-nãos.....	—	242:501\$071
<i>Decreto n. 6467, de 2 de maio de 1907</i>		
Credito para a despeza com a aquisição, adaptação e mobiliário de um edificio para a Caixa de Conversão.....	—	1.200:000\$000
<i>Decreto n. 6512, de 13 de junho de 1907</i>		
Credito para installação e custeio, durante o 2º semestre do corrente anno, da Alfandega de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.....	—	52:820\$000
<i>Decreto n. 6527, de 17 de junho de 1907</i>		
Credito complementar á verba — Ajudas de custas — do orçamento vigente, afim de occor-rer a despesas da mesma verba.....	—	30:000\$000
<i>Decreto n. 6583, de 1 de agosto de 1907</i>		
Credito para pagamento de orde-nados do guarda-mór da Alfandega do Estado da Para-hyba.....	—	2:031\$451
<i>Decreto n. 6636, de 12 de setembro de 1907</i>		
Creditos supplementares ás ver-bas—Alfandegas — e — Mesas de Rendas—do orçamento vi-gente, para pagamento da despeza proveniente do au-gmento de vencimentos das forças dos guardas daquellas repartições.....	—	163:311\$188

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6693, de 24 de outubro de 1907</i>		
Credito suplementar á verba — Alfandegas—do art. 45, n. 17, da lei n. 1617, de 30 de de- zembro de 1906.....	—	151:106\$324
<i>Decreto n. 6718, de 14 de novembro de 1907</i>		
Credito suplementar á verba 17 ^a do art. 45, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para ocorrer ao pagamento da des- peza do pessoal e material na Alfandega de Santos, Estado de S. Paulo, até o fim do cor- rente exercicio.....	—	156:200\$000
<i>Decreto n. 6720, de 14 de no- vembro de 1907</i>		
Credito especial para pagamento das dividas da Estrada de Ferro Central do Brazil, no Estado de Minas Geraes.....	—	95:921\$287
<i>Decreto n. 6752, de 28 de no- vembro de 1907</i>		
Credito suplementar á verba— Ajudas de custo — do exer- cicio de 1907.....	—	30:000\$000
<i>Decreto n. 6800, de 28 de de- zembro de 1907</i>		
Credito para occorrer a despesas com a cunhagem de moedas de prata.....	3.130:853\$880	
<i>Decreto n. 6852, de 20 de feve- reiro de 1908</i>		
Credito suplementar á verba n. 9 do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer ao pagamento de porcentagens devidas aos empregados da Recebedoria da Capital Federal.....	—	31:593\$480

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6883, de 17 de março de 1908</i>		
Credito suplementar á verba — Ajudas de custo — do exercicio de 1907.....	—	35:000\$000
<i>Decreto n. 6900, de 23 de março de 1908</i>		
Credito suplementar á verba n. 17, do art. 45, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1903, para occorrer ao pagamento de quotas aos empregados das alfandegas, em consequencia do excesso da respectiva renda no exercicio de 1907.....	—	1.122:038\$433
<i>Decreto n. 6906, de 27 de março de 1908</i>		
Credito suplementar á verba 18ª — Mesas do Rendas e Collec- torias — do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1903.....	—	800:000\$000
	<u>3.930:853\$880</u>	<u>4.756:047\$455</u>

RESUMO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	—	7.206:995\$204
Ministerio das Relações Exteriores	22:300\$000	6:555\$376
» da Marinha.....	—	1.270:965\$277
» » Guerra.....	—	2.071:957\$678
» » Industria, Viação e Obras Publicas.....	—	24.532:534\$748
Ministerio da Fazenda.....	3.930:853\$880	4.756:047\$454
	<u>3.953:153\$880</u>	<u>39.845:055\$737</u>

TABELLA — B

Verbas do orçamento para as quaes o Presidente da Republica poderá abrir credito supplementar no exercicio de 1909, de accôrdo com as leis ns. 253, de 9 de setembro de 1850, 2348, de 25 de agosto de 1873, e 428, de 10 de dezembro de 1896, art. 8º n. 2, e art. 28 da lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897

MINISTERIO DA JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

Soccorros publicos.

Subsidios aos Deputados e Senadores — Pelo que for preciso durante as prorogações.

Secretarias do Senado e da Camara dos Deputados — Pelo serviço stenographico e de redacção e publicação dos debates, durante as prorogações.

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Extraordinarias no exterior.

MINISTERIO DA MARINHA

Hospitales — Pelos medicamentos e utensis.

Reformados — Pelo soldo de officiaes e praças.

Munições de bocca — Pelo sustento e dieta das guarnições dos navios da armada.

Munições navaes — Pelos casos fortuitos de avaria, naufragios, alijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

Fretes — Para commissão de saque, passagens autorizadas por lei, fretes de volumes e ajudas de custo.

Eventuaes — Para tratamento de officiaes e praças em portos estrangeiros e em Estados onde não ha hospitales e enfermarias, e para despezas de enterramento e gratificações e extraordinarias determinadas por lei.

MINISTERIO DA GUERRA

Hospitales e enfermarias — Pelos medicamentos e utensis a praças de pret.

Soldo, etapas e gratificações de officiaes — Pelas gratificações de voluntarios e engajados e premios aos mesmos.

Soldo, etapas e gratificações de praças — Pelos que occorrerem além da importância consignada.

Classes inactivas — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformados.

Ajudas de custo — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajam em commissão de serviço.

Material — Diversas despesas pelo transporte de tropas.

MINISTERIO DA INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Garantias de juros das estradas de ferro, aos engenhos centrais e portos — Pelo que exceder ao decretado.

MINISTERIO DA FAZENDA

Juros da divida interna fundada — Pelos que occorrerem no caso de fundar-se parte da divida fluctuante ou de se fazerem operações de credito.

Juros da divida inscripta, etc. — Pelos relamados além do algarrismo orçado.

Aposentados — Pelas aposentadorias que forem concedidas além do credito votado.

Pensionistas — Pela pensão, meio soldo do montepio e funeral, quando a consignação não for sufficiente.

Caixa de Amortização — Pelo feitto e assignatura de notas.

Recebedoria — Pelas porcentagens aos empregados e commissões aos cobradores, quando as consignações não forem sufficientes.

Alfandegas — Pelas porcentagens aos empregados, quando as consignações excederem ao credito votado.

Mesas de Rendas e Collectorias — Pelas porcentagens aos empregados, quando não bastar o credito votado.

Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte — Pelas porcentagens, diarias, passagens e transporte.

Commissão aos vendedores particulares de estampilhas — Quando a consignação votada não chegar para occorrer ás despesas.

Ajudas de custo — Pelas que forem reclamadas além da quantia orçada.

Porcentagem pela cobrança executiva das dividas da União — Pelo excesso da arrecadação.

Juros diversos — Pelas importancias que forem precisas além das consignadas.

Juros de bilhetes do Thesouro — Idem idem.

Commissões e corretagens — Pelo que for necessario além da somma concedida.

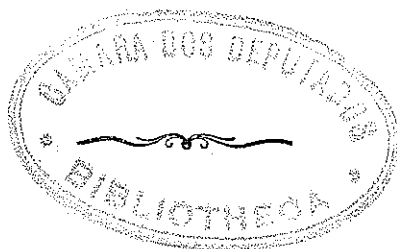
Juros dos empréstimos do Cofre dos Orphãos — Pelos que forem reclamados, si a sua importancia exceder á do credito votado.

Juros dos depositos das Caixas Economicas e dos Montes de Socorro — Pelos que forem devidos além do credito votado.

Exercícios findos — Pelas aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei e outras despezas, nos casos do art. 11 da lei n. 2.330, de 3 de setembro de 1884.

Reposições e restituições — Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia dellas exceder á consignação.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1908. — *David Campista.*



Página original em branco